

# OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
O  
  
C  
E  
S  
O  
P

Vol. 12, nº 1



**CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA**

**Conselho Orientador**

Marcus Faria Figueiredo (IUPERJ)  
 Antônio Flávio Pierucci (FFLCH – USP)  
 Carlos Eduardo Meirelles Matheus (PUC – SP)  
 Fernando Antônio Lourenço (IFCH – UNICAMP)  
 Hélgio Trindade (NUPERGS – UFRGS)  
 Leandro Piquet Carneiro (FFLCH – USP, ISER)  
 Mauro Francisco Paulino (Inst. DATAFOLHA)  
 Márcia Cavallari Nunes (IBOPE)  
 Ney Lima Figueiredo (CEPAC)  
 Örjan Olsén (Ipsos – Opinion)  
 Rachel Meneguello (IFCH – UNICAMP)  
 Regina Moran (IMECC – UNICAMP)  
 José Roberto Rus Perez (FE – UNICAMP)  
 Maria Inês Fini (FE – UNICAMP)  
 Gustavo Venturi (Criterium Consultoria em Pesquisas)

**Coordenação**

Fernando Antônio Lourenço

**Equipe de Projetos Permanentes**

Fabiola Brigante del Porto  
 Simone da Silva Aranha  
 Rosilene Sydney Gelape  
 Clécio da Silva Ferreira  
 Fernando Alves da Silva

**Estagiários**

Betina de Tella  
 Letícia Bachani Tarifa

**Secretaria Geral**

Lais Helena Cardoso C. de Oliveira

**OPINIÃO PÚBLICA Vol. 12, Nº 1, Abril/Maio, 2006**

**Conselho Editorial:**

Amaury de Souza (IDESP)  
 Antônio Lavareda (MCI)  
 Carlos Vogt (IEL e LABJOR – UNICAMP)  
 Charles Pessanha (IUPERJ)  
 Fábio Wanderley Reis (DCP – UFMG)  
 Frederick Turner (University of Connecticut, EUA; Universidad de San Andrés, Ar.)  
 Juarez Rubens Brandão Lopes (IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)  
 Leôncio Martins Rodrigues (IFCH – UNICAMP, FFLCH – USP)  
 Lúcia Avelar (DCP – UNB)  
 Nelly de Camargo (IA – UNICAMP)  
 Nelson do Valle e Silva (LNCC – CNPq; IUPERJ)  
 Ruy Martins Altenfelder Silva (Instituto Roberto Simonsen – FIESP)

**Comitê Editorial:**

Leandro Piquet Carneiro (FFLCH – USP)  
 Márcia Cavallari Nunes (IBOPE)  
 Marcus Faria Figueiredo (IUPERJ)  
 Rachel Meneguello (IFCH e CESOP – UNICAMP)

**Editora Responsável:**

Rachel Meneguello

**Editor Adjunto:**

Eugênio Carlos Ferreira Braga

**Edição Gráfica:**

Fernando Alves da Silva  
 Betina de Tella

*Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.*

ISSN 0104-6276

Abril/Maio de 2006

*Publicação Indexada no Sociological Abstracts, IBSS (International Bibliography of the Social Sciences) e Data Índice – IUPERJ; Scielo ([www.scielo.br/op](http://www.scielo.br/op)) e Red ALyC ([www.redalyc.com](http://www.redalyc.com))*

**Centro de Estudos de Opinião Pública**

Universidade Estadual de Campinas  
 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”  
 Caixa Postal: 6110  
 Campinas – São Paulo  
 13081-970

Tel: (55-19) 3788-7093 / 3788-1712  
 Tel/Fax: (55-19) 3289-4309  
 e-mail: [opcesop@unicamp.br](mailto:opcesop@unicamp.br)  
[cesop@unicamp.br](mailto:cesop@unicamp.br)  
 Home Page:  
<http://www.cesop.unicamp.br>

**Tiragem  
 400 exemplares**



# OPINIÃO PÚBLICA

Abril/Maio de 2006

Vol. 12, nº 1

ISSN 0104-6276

## SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
<i>Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática</i> Mitchel A. Seligson John A. Booth Miguel Gómez B.	01
<i>Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos</i> Elizabeth Balbachevsky Denilde Oliveira Holzacker	38
<i>Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política</i> Eva-Maria Trüdinger	57
<i>Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político</i> Fernando Antônio Azevedo	88
<i>A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002)</i> Renato M. Perissinotto Mariana B. Braunert	114
<i>Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina</i> Yan de Souza Carreirão	136
<i>Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil</i> Francisco Paulo Jamil Almeida Marques	164
<b>TENDÊNCIAS</b> <i>Encarte de Dados de Opinião Pública - vol. 12, nº 1</i>	189



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 12, nº 1 - p. 01-209  
Abril/Maio 2006  
ISSN 0104-6276



OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas – vol.  
12, nº 1, Abril/Maio 2006 – Campinas: CESOP, 2006.  
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade  
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública  
I. Universidade de Campinas II. CESOP

# *Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática<sup>1</sup>*

---

**Mitchel A. Seligson**

University of Pittsburgh, Estados Unidos

**John A. Booth**

University of North Texas, Estados Unidos

**Miguel Gómez B.**

Universidad de Costa Rica, Costa Rica

---

## **Resumo**

Recentes quedas acentuadas da confiança no governo dos públicos de massa de democracias institucionalizadas reacenderam o interesse pela teoria e pesquisa sobre a legitimidade. Há muito tempo os teóricos concebem a legitimidade política como multidimensional e sustentam que ela vai do apoio abstrato a uma comunidade política subjacente aos princípios do regime à avaliação mais concreta do desempenho do regime, das instituições e dos atores. Porém, surpreendentemente, pouca pesquisa empírica avaliou a validade desse constructo teórico. Utilizando um survey nacional da Costa Rica, uma democracia estável e bem sucedida, investigamos se a legitimidade política existe empiricamente e examinamos sua estrutura. Usando análise fatorial confirmatória, encontramos evidências que sustentam a estrutura multidimensional do apoio político. Identificamos também certas limitações tanto da pesquisa teórica como da empírica, relacionadas com a operacionalização equivocada e a especificação de vínculos empíricos que não conseguimos detectar. Também encontramos e remediamos um surpreendente erro de omissão, já que as pesquisas anteriores não haviam percebido o governo local como um alvo de crenças legitimadoras.

**Palavras-chave:** legitimidade política, cultura política, democracia, confiança

## **Abstract**

Recent steep declines in trust in government among the mass publics of institutionalized democracies have rekindled interest in legitimacy theory and research. Theorists have long conceived of political legitimacy as multidimensional, and argue that it ranges from abstract support for a political community underlying regime principles to the more concrete evaluation of regime performance, institutions, and actors. However, surprisingly little empirical research has evaluated the theory's construct validity. Employing a national sample survey from Costa Rican, a stable and successful democracy, we explore whether political legitimacy empirically exists and examine its structure. Using confirmatory factor analysis, we find evidence supporting the multidimensional structure of political support. We also identify certain limitations with both the theoretical and limited empirical research, related to misleading operationalization and the specification of empirical links that we fail to detect. We also find and remedy a surprising error of omission – that prior research overlooked local government as a target of legitimacy beliefs.

**Key words:** political legitimacy, civic culture, democracy, trust

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem a Phil Paolino, Pippa Norris, Amber Seligson e aos vários pareceristas anônimos pelos comentários em versões anteriores deste artigo.

*A erosão da confiança no governo ameaça a legitimidade do governo, o verdadeiro alicerce da democracia.*

Gary Hart, ex-senador dos Estados Unidos<sup>2</sup>

A legitimidade política, que durante décadas foi um conceito fundamental para a ciência política e do qual jornalistas e diplomatas se apropriaram em seus discursos sobre os Estados-nações, passa por dificuldades. Muitos livros e artigos demonstraram empiricamente um acentuado e longo declínio da legitimidade política e uma onda crescente de cidadania crítica nas democracias industriais avançadas. Contudo, as terríveis conseqüências que decorrem da queda da legitimidade, previstas por obras seminais do campo, não ocorreram.

A teoria da legitimidade se reporta, com freqüência, à obra clássica de Lipset, *Political man* (1961). Lipset examinou o processo histórico, de longo prazo, pelo qual os regimes superam crises e se tornam sistemas políticos estáveis com legitimidade amplamente aceita. Todavia, nos Estados Unidos e em outras democracias estabelecidas, dados de *surveys* mostram que a confiança da população no governo, nos políticos e nas instituições públicas diminuiu acentuadamente, às vezes ao longo de décadas<sup>3</sup>. Estudiosos e figuras públicas deram repetidamente o alarme de que a própria democracia poderia ser posta em risco pelo declínio da legitimidade – ou seja, pelo crescimento da proporção de cidadãos críticos (KORNBERG e CLARKE, 1992; NYE, 1997; MILLER, 1974; NYE, ZELIKOW e KING, 1997; PRESTON et al., 1983; PHARR, PUTNAM e DALTON, 2000; DALTON, 2004).

Se a legitimidade é tão importante para a estabilidade política quanto a literatura clássica afirma, então sua erosão em muitas democracias contemporâneas deveria causar alguns efeitos. Como diz Dalton: “O afrouxamento dos laços com a comunidade política em um sistema democrático pode prenunciar uma eventual revolução, guerra civil ou colapso da democracia” (DALTON, 2004, p. 7).

---

<sup>2</sup> Tal como citado na sobrecapa de Dalton (2004).

<sup>3</sup> Ver a extensa bibliografia reunida por Norris (1999) e pelos colaboradores de seu livro *Critical citizens: global support for democratic governance*, e por Nye, Zelikow e King (1997) e seus colaboradores em *Why people don't trust the government*. Ver também Citrin (1974), Miller (1974), Finkel, Muller e Seligson (1989), Nye e Zelikow (1997), Gibson, Caldeira, e Spence (2003), Hardin (1999) e Warren (1999).

No entanto, sabemos que, apesar do declínio do apoio de massa medido pelas pesquisas, as democracias industriais avançadas não parecem estar à beira do colapso e mesmo a atividade generalizada de protesto contra o sistema é rara<sup>4</sup>. Os tumultos de dezembro de 1999 em Seattle ocorreram de fato, e protestos similares aconteceram na Europa Ocidental, mas essas irrupções foram esporádicas e limitadas e não mostraram nenhum sinal de desestabilização dos regimes em que ocorreram. Isto posto, conseguimos enquadrar com precisão o enigma central da pesquisa sobre legitimidade: quais são e onde estão os efeitos ausentes do declínio observado da legitimidade? Se a legitimidade de fato diminuiu muito, por que não tem havido protestos mais freqüentes e disseminados contra as democracias estabelecidas?

Para resgatar a teoria da legitimidade desse embaraço, pode-se voltar à noção de Easton e Lipset de um “reservatório” de apoio, construído ao longo dos anos e, portanto, de erosão lenta. Porém, essa explicação parece sem valor diante de vários fatos. Embora os escores da legitimidade estejam baixos nos Estados Unidos (depois de uma efêmera recuperação pós-11 de setembro), a eleição de 2004 teve um forte aumento do comparecimento dos eleitores e uma nova participação de cidadãos no financiamento das campanhas através da internet. Até mesmo em países de democratização recente, que deveriam ter poucas reservas de legitimidade para atravessar tempos difíceis, os regimes democráticos parecem suportar as crises violentas, como demonstra tão bem o caso da Argentina em anos recentes<sup>5</sup>.

Tudo isso sugere uma disjunção aguda entre o que a teoria da legitimidade prediz e o que está acontecendo na realidade. O que, então, está errado? A teoria é falha e a legitimidade política irrelevante para a estabilidade política, ou mesmo para o protesto? Ou há algo de errado com o modo como conceituamos e medimos

---

<sup>4</sup> Przeworski et al. descobriram que a única variável que importa para prever o colapso democrático é o desenvolvimento econômico: “(...) nenhuma democracia foi jamais subvertida [isto é, derrubada], não durante o período que estudamos, e nem mesmo antes ou depois, independentemente de todo o resto, em um país com uma renda per capita mais alta do que a da Argentina em 1975: US\$ 6.055. Não há dúvidas de que a democracia é estável em países ricos” (PRZEWORSKI et al., 2000, p. 98). Desse modo, a estabilidade dos países ricos no período posterior à Segunda Guerra Mundial pareceria completamente independente da legitimidade política (e de todas as outras atitudes políticas de massa). Manifestamos dúvidas sobre essa noção radical.

<sup>5</sup> Estamos evidentemente conscientes de que ocorreram interrupções em países recentemente democratizados, como ilustram o golpe do governo Fujimori no Peru e o golpe de curta duração contra Chávez na Venezuela. Além disso, sabemos do grave enfraquecimento das liberdades democráticas na Venezuela, antes e especialmente depois do golpe fracassado. O colapso de muitas democracias européias no entre-guerras também está bem documentado. Mas nosso argumento é que os colapsos democráticos são bastante raros em sociedades industriais estabelecidas e exceções em nações em processo de democratização, mesmo entre países nos quais as pesquisas de opinião mostram forte e demorada desilusão pública.

legitimidade, de tal maneira que a pesquisa empírica pode não estar examinando as variáveis corretas? Este artigo explora a segunda questão, porque se não formos capazes de ser mais precisos e confiantes em nossa medida do conceito de legitimidade, não poderemos testar realmente a teoria. Com medições melhores e com os contornos da legitimidade mais bem conhecidos, talvez possamos concluir que a teoria funciona e, possivelmente, que os resultados contraditórios no mundo real discutidos acima são adequados à teoria. Ou então, se mesmo amplos esforços para melhorar a medição não produzirem melhores previsões no mundo real, pode ter chegado o momento de reavaliar a utilidade da teoria. Este artigo oferece um exame detalhado da medida e da dimensionalidade da legitimidade política em públicos de massa. Empregamos um conjunto de dados especialmente relevantes coletados na Costa Rica, uma democracia muito estável em um país em desenvolvimento.

A legitimidade (concebida amplamente como apoio dos cidadãos ao governo) é um conceito teoricamente rico, mas acreditamos que tem sido mal definido e mal verificado empiricamente. Assim, apesar das contribuições teóricas fundamentais de David Easton (1965 e 1975), a validade do constructo da legitimidade foi pouco verificada<sup>6</sup>. Desse modo, para um conceito de uso tão disseminado, pouco foi definitivamente estabelecido sobre a estrutura da legitimidade ou seus efeitos sobre a estabilidade política. Supôs-se, mas nunca se demonstrou, que o apoio dos cidadãos ao regime influi de alguma forma nas chances de sobrevivência desse regime. Afirmou-se, por exemplo, que a República de Weimar caiu e Hitler foi eleito devido à falta de legitimidade do regime. Contudo, a ausência de dados de *surveys* na Alemanha nos anos 1920 e 1930 deixa a afirmação sem teste. Com efeito, os observadores atribuem o colapso generalizado das democracias européias antes da Segunda Guerra Mundial a problemas de legitimidade, mas nenhuma pesquisa empírica sustenta essa afirmação (BERMEO, 2003). A determinação dos efeitos do declínio da legitimidade poderia ser particularmente importante para as novas democracias, porque poderíamos supor que até uma perda relativamente pequena de apoio ao sistema poderia destruir suas frágeis instituições democráticas e a própria democracia. Neste artigo, examinamos primeiramente a literatura sobre legitimidade e a noção relacionada de “apoio político” e depois exploramos empiricamente o conceito, na esperança de esclarecê-lo.

---

<sup>6</sup> A validade do constructo refere-se a se uma variável (ou, no nosso caso, um grupo de variáveis relacionadas) é internamente coerente (validade interna) e mede o que pretende medir no mundo empírico (validade externa).



## **Pesquisas anteriores sobre legitimidade: especificação e desagregação**

Quase toda a pesquisa empírica nesse campo decorre da teoria pioneira de David Easton, que fundamentou a definição de legitimidade política dentro do quadro do que chamou de “apoio político”. A concepção de Easton tem a grande vantagem de subdividir o conceito de legitimidade política em certos componentes que são mais generalizados (relacionados com valores mais básicos e fundamentais) e outros que estão relacionados com fenômenos mais específicos (avaliação de líderes bem conhecidos e de instituições específicas do governo). Easton perguntou: “É possível fazer uma distinção válida entre apoio específico e difuso? O apoio em ambos esses modos deve ser construído como uni ou multidimensional?” (EASTON, 1975, p. 435). Seu argumento a favor da multidimensionalidade continua a dar forma à discussão e à pesquisa sobre essa questão.

Easton definiu legitimidade em termos de atitudes dos cidadãos, especificamente “a convicção ‘de que é certo e apropriado (...) obedecer às autoridades e sujeitar-se às exigências do regime’” (EASTON, 1975, p. 451). Ele identificou duas dimensões principais de apoio político conforme seus objetos – apoio difuso (que foi depois dividido em atitudes em relação à comunidade política e aquelas voltadas para o regime) e apoio específico (orientado para o desempenho das autoridades políticas, isto é, dos ocupantes do poder)<sup>7</sup>. As avaliações dos cidadãos do desempenho e dos atos das autoridades e seus conseqüentes benefícios/custos determinariam os níveis de apoio específico. Experiência pessoal, ideologia e socialização moldariam o apoio difuso.

A teorização mais recente sobre legitimidade política começa com uma discussão de Nye e Zelikow (1997, p. 278) e tem seguimento com Norris (1999) e Dalton (1999 e 2004), que refinam a conceituação de legitimidade de Easton e aprofundam a explicação de sua dimensionalidade. Norris teoriza que a legitimidade política (na orientação dos cidadãos) tem cinco componentes baseados em opinião favorável ou crítica de certos objetos, e cada um define uma dimensão: são eles a comunidade política (a nação), os princípios do regime (valores centrais do sistema político), o desempenho do regime (o funcionamento do regime na prática), as instituições do regime (as instituições existentes de governo) e os atores políticos (líderes no poder) (NORRIS, 1999, p. 11-12). Na esteira de Easton, alguns destes vão do geral ao específico. As discussões de Easton, Norris e Dalton nos

---

<sup>7</sup> Easton (1965) trabalhou estas noções em um nível mais teórico em obras anteriores. Isso levou vários estudiosos a sugerir que Easton tinha uma noção tridimensional em mente (comunidade política, regime e autoridades). Essa é a noção que Dalton (2004, p. 5) utiliza, e nossa representação da tese em duas dimensões, em que comunidade política e regime são subdimensões de “apoio difuso” não contradiz tal leitura, mas apenas vê as duas primeiras dimensões como distintas da terceira.

levam a esperar múltiplas dimensões e subdimensões da legitimidade, baseadas em objetos políticos particulares. Por implicação, os cidadãos podem dar individualmente mais ou menos apoio em cada dimensão e diferentes países teriam contornos variados de legitimidade baseados nas posições médias de seus cidadãos nas dimensões.

Na esfera do empírico, a pesquisa sobre legitimidade baseou-se de início em larga medida em um conjunto de itens sobre “confiança no governo” desenvolvido pelo *Survey Research Center* da Universidade de Michigan. Perguntavam, por exemplo, “o quanto do tempo você pensa que pode confiar no governo de Washington para fazer o que é certo”<sup>8</sup>. Os esforços para verificar empiricamente a multidimensionalidade da legitimidade estavam muito atrasados em relação à teorização de Easton, mas acabaram por progredir através de dois estágios. Lowenberg (1971) começou um debate argumentando que a distinção de Easton entre apoio específico e difuso não era empiricamente verificável. A ampla discussão de Rogowski (1974) sobre a teoria da legitimidade levantou questões básicas sobre a dicotomia entre os dois tipos de apoio. Em um debate agora clássico, Miller (1974) sustentou que os declínios observados na série “confiança no governo” de Michigan revelavam o crescimento da alienação política nos Estados Unidos, enquanto que Citrin (1974) contra-argumentava que a medida de confiança avaliava apenas o descontentamento superficial com as autoridades eleitas da época. Esse debate provocou uma série de artigos que levantaram sérios questionamentos em relação à confiabilidade e validade dos itens sobre confiança no governo e ofereceram a primeira verificação empírica das dimensões de apoio difuso e específico (MULLER, JUKAM e SELIGSON, 1982; CITRIN e MUSTE, 1999).

Apesar desse início promissor e do amplo reconhecimento da importância de desagregar legitimidade/apoio, boa parte das pesquisas nos anos seguintes se concentrou em apenas uma dimensão. Por exemplo, após uma extensa discussão da dimensionalidade do apoio, Fuchs, Guidorossi e Svensson (1995, p. 325-29) empregaram uma única variável (satisfação com a democracia) em sua análise do apoio nas democracias européias.

Nessa segunda fase, a pesquisa ultrapassou a noção bidimensional difuso/específico para uma conceituação multidimensional mais ampla da legitimidade política. Kornberg e Clarke (1992), usando dados de um *survey* realizado no Canadá, examinaram três “objetos de apoio”: comunidade, regime e autoridades. Esta análise descreveu (mas não apresentou) um modelo unidimensional consistente com a tese de que as dimensões de apoio não são empiricamente distinguíveis. Os autores concluíram que “esse modelo tem um ajuste totalmente insatisfatório” (KORNBERG e CLARKE, 1992, p. 114) e depois

---

<sup>8</sup> Para o conjunto completo de itens ver Citrin e Muste (1999, p. 481-83).

apresentaram uma análise fatorial confirmatória na qual as dimensões para comunidade, regime e autoridades separavam-se de forma clara. Isso dava suporte à validade empírica da multidimensionalidade da legitimidade, mas não era definitivo porque um único item (uma única questão do *survey*) era usado para medir cada dimensão.

A contribuição empírica de Kornberg e Clarke sobre a multidimensionalidade influenciou a teorização de Nye e Zelikow (1997) e Norris (1999) em publicações importantes, mas outros esforços empíricos para verificar a multidimensionalidade da legitimidade e explorar seus contornos em diferentes nações continuaram limitados. Norris (1999, p. 16-21) discutiu em detalhe as perguntas que poderiam explorar a estrutura dimensional que ela propôs, mas não analisou empiricamente os itens selecionados. Klingemann (1999) fez análise fatorial de uma série de itens tirados dos *World Values Surveys* de meados da década de 1990 em 39 países. Porém, em vez de tentar detectar todas as cinco dimensões propostas por Norris, ele procurou e encontrou três através dos países – apoio à comunidade política, aos princípios do regime e ao desempenho do regime – e relatou variação em nível nacional nessas dimensões. Klingemann não examinou duas das dimensões de Norris (apoio a instituições do regime e a atores políticos), e explicou o porquê: “Os analistas encontram problemas de análise secundária. Eles são obrigados a usar aqueles indicadores que finalmente entraram no questionário, embora alternativas pudessem ter sido preferidas” (KLINGEMANN, 1999, p. 35). Klingemann também relatou problemas com algumas das dimensões hipotéticas. Por exemplo, as correlações entre alguns itens que supostamente definiam dimensões eram baixas, especialmente aquelas para comunidade política (1999, p. 38, n. 9). Além disso, a análise fatorial de Klingemann examinou a amostra reunida de 38 países, não deixando claro se a estrutura dimensional encontrada fora confirmada para cada país em separado. Uma vez que sua análise posterior foi no nível de país (por exemplo, demonstrando países com apoio maior ou menor para a comunidade política), essas estimativas pontuais talvez não tenham refletido a mesma estrutura dimensional para cada país da amostra.

Dalton (1999), usando uma definição de cinco dimensões paralela à de Norris, utilizou uma série de estudos eleitorais nacionais de democracias industriais avançadas para buscar provas da evolução das dimensões de legitimidade ao longo do tempo. Contudo, esse estudo não tentou confirmar empiricamente a dimensionalidade real das questões usadas para captar a suposta estrutura de apoio de cinco dimensões que serve de base para o trabalho.

O esforço mais ambicioso que encontramos até agora é a recente análise de Dalton de oito nações industriais avançadas tirada da série 1995-1998 dos *World Values* (DALTON, 2004, p. 57-62). Usando análise fatorial em uma amostra reunida (multinacional), ele revelou quatro dimensões de legitimidade: apoio à comunidade,

à democracia, a instituições e a autoridades. No entanto, esse esquema omitiu a categoria de “desempenho do regime” que Norris (1999) e Dalton (1999, p. 68-69) haviam proposto e que Dalton havia analisado em trabalho anterior. Ademais, a dimensão teorizada de “apoio aos princípios do regime” foi transformada na medida muito mais estreita de “apoio à democracia”. Além disso, e de modo muito mais problemático, Dalton (tal como Klingemann antes dele) usou uma análise fatorial com rotação varimax (que pressupõe ortogonalidade ou correlação zero entre dimensões). Porém, a teoria que estava sendo testada supõe explicitamente que várias dimensões de apoio estariam mutuamente relacionadas (isto é, pressupõe dimensões inter-correlacionadas, em vez de não-correlacionadas). Para remediar esse problema, Dalton (2004, p. 60 n. 4) mencionou em nota uma análise fatorial oblíqua, mas não apresentou os resultados e, então, não sabemos como se comparam as soluções ortogonal e oblíqua. As medidas usadas na solução quadridimensional usada em todo o livro empregaram os escores da análise fatorial com rotação varimax. Em consequência, os escores de legitimidade ortogonais (isto é, não-correlacionados) foram usados para a análise, apesar de ele ter confirmado o que a teoria da legitimidade afirma – que as dimensões estão, de fato, correlacionadas.

### **Os desafios da pesquisa**

Baseados na revisão da literatura descrita acima, encontramos seis desafios à validação do constructo da legitimidade. O primeiro, podemos chamar de “a armadilha comparativa”, vemos em alguns estudos empíricos recentes sobre a legitimidade que empregam bases de dados multinacionais e análises comparativas<sup>9</sup>. O problema surge do fato de que boa parte da legitimidade que foi medida *per se* está orientada para determinados sistemas políticos do mundo real e o desempenho de suas instituições e seus atores. Em amostras comparativas de vários países, cada cidadão que avalia o desempenho dos atores políticos, por exemplo, está reagindo aos problemas da comunidade, regime, governo ou desempenho de sua própria nação<sup>10</sup>. Esses pontos de referência variam de país para país dentro das amostras, de tal modo que há, com efeito, um problema de heterocedasticidade em bases de dados comparativas (SELIGSON, 2002a). Assim, em nossa opinião, a dimensionalidade e os contornos da legitimidade deveriam ser primeiramente estabelecidos em nações isoladas e depois se fariam as

---

<sup>9</sup> Exceções são Preston, Briggs, Kornberg, e Clarke (1983) e Kornberg e Clarke (1992).

<sup>10</sup> Para um argumento semelhante relacionado à participação política, ver Norris (2002, p. xi-xiv).

comparações entre os casos<sup>11</sup>. Não fazemos essa observação para rejeitar a pesquisa comparativa, uma vez que esta deve ser nosso objetivo último. Mas acreditamos que os estudiosos devem primeiro empreender esforços cuidadosos para estabelecer a dimensionalidade da legitimidade *em nível nacional*, a fim de confirmar plenamente que os constructos de legitimidade previstos existem de fato e fazem sentido em casos particulares.

Em segundo lugar, boa parte dos trabalhos clássicos sobre legitimidade baseia-se na análise fatorial como principal ferramenta metodológica para estabelecer a dimensionalidade do conceito. Porém, uma vez que as dimensões da legitimidade estão inerentemente relacionadas umas com as outras, as soluções usuais de rotação varimax contradizem o argumento teórico básico. O trabalho empírico (KORNBERG e CLARKE, 1992; CANACHE, 2002) confirma que as dimensões estão, de fato, inter-relacionadas. Uma solução parcial é usar uma rotação oblíqua na análise fatorial, mas como já observamos neste artigo, avanços na modelagem de equações estruturais, especialmente no que tange à análise fatorial confirmatória (AFC), nos permitem superar várias limitações da análise fatorial e obter uma imagem mais clara das dimensões latentes que extraímos dos dados, sua força e suas inter-relações.

O terceiro obstáculo deriva do alto custo dos *surveys*. Nas pesquisas de opinião pública, é geralmente preferível que o pesquisador use várias questões relacionadas para confirmar a validade do constructo de um conceito como o de confiança interpessoal ou legitimidade. Porém, empregar múltiplos itens para representar cada dimensão da legitimidade é caro, e assim o trabalho empírico sobre legitimidade e outras dimensões da opinião baseia-se, com frequência, em um pequeno número de itens – e, às vezes, em uma única pergunta, como observamos na revisão dos trabalhos anteriores. Essa limitação afeta especialmente grandes projetos de pesquisa nacionais e comparativos mas afeta também estudos de caso sobre apoio político em determinadas democracias (FUCHS, 1999; HOLMBERG, 1999; ROSE, SHIN e MUNRO, 1999). Portanto, explorar de modo mais adequado a estrutura real das dimensões da legitimidade exigiria, idealmente, múltiplos itens de *surveys* relacionados a cada objeto que se acredita definir uma dimensão (DALTON, 2004).

Em quarto lugar, ao fazer a revisão da literatura sobre legitimidade/apoio, fomos surpreendidos pela escassez de pesquisas sobre esse tema em nível local. Uma vez que muitas pesquisas mostraram que os cidadãos interagem mais com as

---

<sup>11</sup> O problema é parecido com o estabelecimento da dimensionalidade da participação política tal como examinado por Verba e Nie (1972), que exploraram esse problema tanto no contexto dos Estados Unidos e comparativamente (VERBA, NIE e KIM, 1971). Eles descobriram que a dimensionalidade da participação é universal, mas que a particularidade de sua estrutura é definida pelo contexto institucional nacional.

instâncias governamentais que lhe são mais próximas, ficamos realmente surpresos com o fato de os pesquisadores ignorarem a legitimidade do governo local. Essa lacuna é especialmente problemática no mundo em desenvolvimento, no qual a descentralização se tornou um mantra para muitos programas de reforma estrutural promovidos pelas agências de desenvolvimento que buscam “devolver o governo ao povo” (VELIZ, 1980; NICKSON, 1995; CROOK e MANOR, 1998; DIAMOND, 1999). Além disso, surgem indícios de que o governo local propicia um foro de participação alternativo à política em nível nacional (BOOTH e RICHARD, 1996) e que o apoio dos cidadãos ao governo local conduz ao engajamento no nível local (BOOTH e SELIGSON, no prelo). Isso sugere o começo de uma explicação de porque o declínio da legitimidade nacional não levou a mais crises de regimes: que os cidadãos críticos podem estar se voltando para arenas e modos de participação alternativos, em vez de se retirarem, protestarem ou desafiarem os governo nacionais. Testamos vários itens relacionados com o apoio ao governo local.

Em quinto lugar, é preciso pensar melhor sobre a dimensão de “apoio aos princípios do regime”, que Dalton define como “os amplos parâmetros dentro dos quais o sistema político deveria funcionar” (DALTON, 2004, p. 6). No entanto, Norris argumenta que “(...) uma vez que a democracia continua a ser um conceito essencialmente questionado, aberto a múltiplos significados, não há consenso sobre quais valores deveriam ser considerados mais importantes” (NORRIS, 1999, p. 11). Concordamos com Norris nesse ponto, mas a solução dela, e de quase todos os outros pesquisadores, foi usar os itens dos questionários que se referem diretamente a “democracia”. Vemos dois problemas quando a palavra “democracia” é incluída em questões que tentam medir princípios do regime. Primeiro, há o problema do viés pela resposta de “desejabilidade” social (KROSNICK, 1999, p. 44-49), que pode tornar difícil para os respondentes expressar apoio público à ditadura, contra uma percepção de maior “desejabilidade” social para a democracia. Em segundo lugar, os *surveys* mostraram que determinados públicos podem ter interpretações muito diferentes do termo. Por exemplo, um estudo relevante para nosso tema concluiu que a maioria dos costarriquenhos definia democracia em termos de liberdade, enquanto os chilenos a viam em termos de capitalismo e livre empresa/livre comércio (SELIGSON, 2001). Contudo, apesar desses problemas, Norris (1999, p. 16-17), Dalton (2004, p. 58-59) e Klingemann (1999, p. 36-38) confiaram em itens que perguntavam sobre a aprovação da “*democracia* como a melhor forma de governo” e uma preferência pela “*democracia*” em relação à “ditadura”. Acreditamos que essa abordagem na operacionalização dos princípios do regime sofre tanto de viés de resposta como de confusão conceitual potencial pelo respondente.

A discrepância na interpretação da democracia entre os respondentes e o potencial de viés na resposta sugere que os pesquisadores deveriam evitar o termo democracia *per se* e, ao invés, perguntar sobre os princípios essenciais que aqueles

que apóiam a democracia deveriam ter. Um traço essencial da democracia – na verdade, o cerne de sua definição central – é a participação dos cidadãos na política (COHEN, 1973; PATEMAN, 1970). Nossa preferência e nossa estratégia adiante é substituir as questões sobre princípios do regime que mencionam democracia por outras que enfocam o grau em que os cidadãos aprovam a participação política, que está no coração conceitual da democracia.

Uma sexta e última dificuldade que encontramos nas pesquisas anteriores é a maneira como a dimensão de “desempenho do regime” foi operacionalizada. Tal como em nossa preocupação com a medição dos princípios do regime, cremos que não ajuda usar itens que incluam o termo “democracia”. Um trabalho anterior mostrou que itens que medem satisfação com a democracia (CANACHE, MONDAK e SELIGSON, 2001) confundem, na verdade, satisfação com o desempenho do regime e satisfação com a democracia como sistema de governo. Embora nem todos concordem com nossa preocupação (ANDERSON e GUILLORY, 1997), cremos que não há razão para fundir os dois conceitos, ainda que os itens usados para medir satisfação com o desempenho do regime sejam sugeridos por Norris (1999, p. 18).

Klingemann (1999, p. 36-37) emprega os itens de desempenho do regime de Norris, mas acrescenta outros que julgamos mais apropriados. Ele usa questões que investigam claramente o desempenho do regime ao perguntar “como vão as coisas” e “quão satisfeito você está com o modo como as pessoas que estão no governo nacional cuidam dos negócios do país”. Infelizmente, ele inclui também itens que medem a confiança em instituições específicas (nesse caso, o Parlamento e o Governo Central), que se sobrepõem conceitualmente e confundem as importantes distinções feitas por Norris entre apoio aos princípios do regime e apoio às instituições do regime. Desse modo, a análise dimensional de Klingemann elimina inteiramente as instituições.

Dalton (2004, p. 59), ao contrário, tem um esquema em que o apoio às instituições do regime surge como uma dimensão separada, mas ele não encontra uma dimensão que meça o desempenho do regime. Mishler e Rose (1999) usam um outro mecanismo para medir o desempenho do regime, com o qual comparam os regimes atuais da Europa Oriental com seus predecessores comunistas. Consideramos isso uma excelente maneira de medir o desempenho do regime em países pós-comunistas, mas menos útil em países em que o regime não sofreu mudanças drásticas. Assim, é preciso utilizar outras medidas e, para tanto, propomos questões amplamente usadas e testadas sobre desempenho do regime – os itens sociotrópicos padrão sobre o desempenho da economia. Embora sejam limitados à esfera econômica, esses itens são usados em tantos *surveys* e o desempenho da economia é um fator tão crítico na avaliação que os cidadãos fazem do governo que achamos que seu uso se justifica amplamente.

Em suma, acreditamos que persiste a necessidade de explorar a dimensionalidade da legitimidade e a validade do constructo usando metodologia apropriada, evitando ao mesmo tempo os seis problemas acima mencionados. Ou seja, nesse estágio de nossa preocupação com a incapacidade das previsões da teoria da legitimidade de corresponder à realidade, é preciso empreender pesquisas em nível nacional. Devemos utilizar múltiplos itens para cada uma das possíveis dimensões da legitimidade a fim de aumentar a chance de estabelecer a validade da dimensionalidade e as possíveis relações entre as dimensões. Acreditamos que oferecemos aqui uma contribuição útil nesse sentido. Examinamos a legitimidade em um determinado contexto nacional – a Costa Rica – com um *survey* expressamente projetado para incluir a potencial multiplicidade de itens representativos dos objetos de legitimidade. Exploramos a dimensionalidade da legitimidade usando análise fatorial confirmatória.

Somente depois de estabelecer a validade do constructo da legitimidade em pelo menos alguns países é que poderemos explorar com proveito suas fontes e seus efeitos. Uma vez validado em casos nacionais individuais, poderemos avançar para a análise comparativa e para uma exploração útil dos modos como os componentes da legitimidade podem ou não estar conectados com o comportamento dos cidadãos no mundo real e, em última análise, com a estabilidade dos regimes.

## **O cenário**

A Costa Rica oferece um excelente caso para examinar a estrutura da legitimidade democrática. É a democracia mais antiga e mais estável da América Latina. Goza de um período contínuo de probidade eleitoral e governo civil desde o estabelecimento do regime atual, no final da década de 1940. Nos anos 1990, o país já evoluíra para um sistema bipartidário dominado pelo social-democrata Partido de Libertação Nacional (PLN), fundado no começo dos anos 1950, e o Partido da Unidade Social Cristã (PUSC), que surgiu de uma coalizão de partidos conservadores na década de 1980. Apesar do histórico impecável de eleições limpas e da estabilidade do regime por cinco décadas, a Costa Rica experimentou um inesperado declínio de comparecimento eleitoral nas duas últimas eleições nacionais. Além disso, deserções do PLN e uma forte votação em um novo partido insurgente forçaram pela primeira vez a realização de um segundo turno nas eleições presidenciais de 2002. Esses eventos e tendências sugeriram a muitos observadores um possível problema de queda da legitimidade ou, pelo menos, de declínio da legitimidade do sistema partidário, e um forte aumento na quantidade de cidadãos críticos na Costa Rica (BOOTH, no prelo). Em 2004, depois da coleta dos dados aqui analisados, uma série de graves escândalos envolvendo dois ex-presidentes sacudiu o país e levantou mais questões sobre a estabilidade do



sistema partidário existente. Por fim, a economia do país enfrentou dificuldades muito significativas em décadas recentes, piorando a distribuição de renda, alterando a estrutura e a cobertura dos serviços públicos e forçando a adoção de um novo modelo econômico, neoliberal (BOOTH, 1998; WILSON, 1998; CLARK, 2001; ROVIRA MAS, 2001). Essas mudanças sugerem a possibilidade de reações bastante divergentes aos contextos econômico e político entre os cidadãos as quais deveriam nos permitir identificar insatisfação com diferentes objetos políticos, do mais abstrato (o sistema democrático) ao mais concreto (políticos no poder).

Conseguimos explorar a estrutura e os determinantes da legitimidade na Costa Rica contemporânea em um grau de detalhamento até então não conseguido em outros lugares, inclusive na própria Costa Rica. No final de 2002, coletamos entrevistas em uma amostra nacional de 1.016 cidadãos costarriquenhos em idade de votar. O *survey* incluiu várias dezenas de perguntas deliberadamente estruturadas para permitir o teste da proposta de legitimidade de Easton, tal como expandida por Norris e Dalton. Há múltiplos itens para cada objeto de avaliação, bem como muitos mais itens para medir o apoio dos cidadãos a outras instituições, inclusive o governo local, que foi omitido no esquema Easton/Norris/Dalton.

*O conjunto de dados* – Os dados para esta análise foram retirados de uma amostra probabilística nacional projetada por Miguel Gómez B. A amostra é representativa da população de 18-69 anos de idade e foi desenhada como estratificada em múltiplos estágios, com *cluster* e probabilidade proporcional ao tamanho (PPT). Especificamente, o país foi dividido em cinco estratos geográficos: a área da grande San José metropolitana, outras áreas urbanas do Vale Central, áreas rurais do Vale Central, o resto das áreas urbanas e o resto das áreas rurais. A amostra metropolitana foi estratificada ainda em três zonas socioeconômicas: alta, média e baixa.

Em cada estrato, houve um processo de seleção em dois estágios. O primeiro estágio consistiu na seleção de segmentos do censo nacional de 2000, usando técnicas de PPT, e dentro de cada segmento, foi designado um *cluster* de oito domicílios<sup>12</sup>. O segundo estágio, no domicílio, seguiu os procedimentos amostrais sugeridos por Sudman (1966). A amostra resultante totalizou 1.016 casos e foi ponderada para refletir a distribuição real da população, tal como refletida no censo de 2000.

---

<sup>12</sup> Informações preliminares do censo foram postas a nossa disposição em junho de 2002 pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Costa Rica.

### **Medida: o desafio da seleção de variáveis**

O desafio imediato no estudo da estrutura da legitimidade, como observamos acima, é a determinação das questões que se pode razoavelmente supor que medem seus vários componentes ou dimensões. Nessa fase da pesquisa, o trabalho de Norris (1999, p. 9-21) nos ajudou muito ao conceituar com clareza as dimensões da legitimidade e vinculá-las a questões usadas em muitos dos grandes *surveys* multinacionais. Começamos, então, com os itens desenvolvidos especificamente para o esquema de Norris, incluídos em seu estudo comparativo baseado no *World Values Survey* e no *Eurobarometer*. Mas a lista de Norris não era inclusiva e, então, acrescentamos outros itens usados comumente para medir apoio político em outros estudos, com um grande número de referentes institucionais e de atores (FINKEL, MULLER e SELIGSON, 1989; MULLER, JUKAM e SELIGSON, 1982; MULLER e WILLIAMS, 1980; SELIGSON, 2002a). Incluímos medidas de apoio a atores políticos e suas políticas, em específico, o presidente da Costa Rica.

Como observamos na revisão da literatura, acreditamos que mensurar o apoio aos princípios básicos do regime com base na aprovação da “democracia” emprega uma estratégia de medição inapropriada ao incluir nas perguntas essa palavra tão sobrecarregada. Em vez disso, voltamos nosso foco para a norma fundamental da participação política, a essência da democracia. Portanto, para medir o apoio aos princípios do regime, empregamos uma série de questões que medem a aprovação da participação política. Em nossas tentativas iniciais de estudar a dimensionalidade da legitimidade, usamos itens idênticos aos de Norris, mas concluímos que eles se relacionavam mal uns com os outros e muito pouco com outras dimensões da legitimidade. Porém, nossa decisão de rejeitar aqueles itens veio da preocupação mais profunda com a “desejabilidade” social e com a confusão conceitual. Do mesmo modo, preocupamo-nos com outra possível confusão conceitual entre apoio ao desempenho do regime e apoio às instituições do regime. Assim, usamos uma bateria de três itens sociotrópicos padrão relacionados ao desempenho da economia nacional. Por fim, acrescentamos novos itens, especialmente uma série relacionada com o apoio ao governo local como objeto de referência (SELIGSON, 2002c; SELIGSON, GRIJALVA e CÓRDOVA, 2002).

A Tabela 1 lista os itens que utilizamos, agrupados por dimensão da legitimidade prevista, seguindo o esquema estabelecido por Norris (1999, p. 10). Também emendamos o agrupamento para incluir a orientação em relação ao governo local, um objeto que acrescentamos baseados no raciocínio desenvolvido acima, bem como em nossa conceituação alternativa dos princípios do regime e do desempenho do regime. Observe-se que, com o objetivo de reduzir os efeitos de unidade e medição de grupos de itens similarmente estruturados em análises estatísticas subseqüentes, recodificamos todos os itens da Tabela 1 para ter uma amplitude de 0 a 100.

**Tabela 1**  
**Dimensões da legitimidade política baseadas em Norris**

Objeto de apoio (listados do mais geral ao mais específico)	Operacionalização da variável	Média	Desvio padrão
<b>Existência de uma comunidade política</b>	1. Em que medida você sente orgulho de ser costarrriquenho? (escala de 7 pontos: recodificada em “muito” = 100 ... “nada” = 0).	84,90	18,48
	2. Em que medida você concorda que, apesar de nossas diferenças, nós costarrriquenhos temos muitas coisas e valores que nos unem como país? (escala de 7 pontos: recodificada em “concorda muito” = 100 ... “discorda muito” = 0).	96,75	12,97
	<i>Média do grupo</i>	90,83	15,73
<b>Apoio aos princípios centrais do regime</b>	Vou ler para você uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para alcançar suas metas e objetivos políticos. Por favor, me diga em que medida você aprova ou desaprova as pessoas que fazem estas coisas: (escala de 10 pontos: 0 = “desaprova muito”; 10 = “aprova muito”, transformada em uma escala de 0-100).		
	1. Que as pessoas participem de manifestações legalmente permitidas.	73,29	30,22
	2. Que as pessoas participem de um grupo que tenta resolver os problemas da comunidade.	86,32	21,98
	3. Que as pessoas trabalhem em uma campanha eleitoral para um partido ou candidato.	78,58	26,56
<i>Média do grupo</i>	79,35	21,78	
<b>Desempenho do regime</b>	1. Como você classificaria, em geral, a situação econômica do país? (escala de 5 pontos: recodificada em “muito boa” = 100 ... “muito ruim” = 0)	41,00	19,06
	2. Você acha que a situação econômica do país está melhor, mais ou menos a mesma ou pior do que há um ano? (escala de 5 pontos: recodificada em “muito melhor” = 100 ... “muito pior” = 0)	37,90	32,90
	3. Você acha que nos próximos 12 meses a situação econômica do país ficará melhor, a mesma ou pior do que agora? (escala de 5 pontos: recodificada em “muito melhor” = 100 ... “muito pior” = 0)	45,04	37,35
	<i>Média do grupo</i>	41,27	22,57

Objeto de apoio (listados do mais geral ao mais específico)	Operacionalização da variável	Média	Desvio padrão
<b>Instituições do regime (apoio difuso)</b>	Todos os seguintes itens estão em uma escala de 7 pontos: 0 = “nada” ... 7 = “muito”, transformada em 0-100):		
	1. Quanto você acha que os tribunais da Costa Rica garantem um julgamento justo?	57,26	24,22
	2. Quanto você respeita as instituições políticas da Costa Rica?	77,65	24,62
	3. Quanto você acha que os direitos básicos dos cidadãos são bem protegidos no sistema político costarricense?	61,11	24,40
	4. Quão orgulhoso você se sente de viver no sistema político costarricense?	75,10	23,62
5. Quanto você acha que uma pessoa deve apoiar o sistema político costarricense?	75,05	23,38	
<i>Média do grupo</i>	69,23	24,05	
<b>Instituições do regime</b>	6. Quanto você confia no Supremo Tribunal Eleitoral?	76,32	24,16
	7. Quanto você confia na Assembléia Legislativa?	56,88	27,83
	8. Quanto você se sente bem representado por seus deputados no legislativo provincial?	45,28	27,87
	9. Quanto você confia nos partidos políticos?	38,99	26,93
	10. Quanto você confia na Suprema Corte?	60,36	25,79
<i>Média do grupo</i>	55,59	19,74	
<b>Apoio ao governo local</b>	1. Quanta confiança você tem na prefeitura? (escala de 7 pontos: 0 = “nenhuma” ... 100 = “muito”)	48,86	26,32
	2. Você diria que os serviços que a prefeitura oferece às pessoas de seu cantão (município) são muito bons (100), bons (75), nem bons nem ruins (50), ruins (25), muito ruins (0)?	46,66	23,04
	3. Como você acha que eles trataram você ou seus vizinhos quando vocês foram à prefeitura para tratar de alguma coisa? Muito bem (100), bem (75), nem bem nem mal (50), mal (25), muito mal (0).	55,73	22,69
	4. Você acha que o prefeito e a câmara de vereadores respondem aos desejos das pessoas sempre (100), na maioria das vezes (75), algumas vezes (50), quase nunca (25), nunca (0)?	34,54	21,53
<i>Média do grupo</i>	46,44	23,40	
<b>Apoio a atores ou autoridades políticas</b>	Todos em uma escala de 7 pontos (“nada” = 0 ... “muito” = 100): Falando do governo de Miguel Angel Rodríguez, quanto este governo:		
	1. Lutou contra a pobreza?	48,23	25,81
	2. Promoveu o desenvolvimento econômico?	52,14	25,46
	3. Combateu a corrupção no governo?	42,51	27,40
	4. Lutou contra o crime?	46,13	27,90
	5. Promoveu os princípios democráticos?	55,18	24,77
<i>Média do grupo</i>	46,69	23,15	

## **Resultados**

Abordamos a análise dos dados em três fases para nos ajudar a classificar a lista de variáveis da Tabela 1. Primeiro, usamos análise fatorial exploratória (componentes principais, com uma rotação varimax), pois a limitada pesquisa anterior publicada havia utilizado, em larga medida, essa técnica. Os resultados nos deram uma primeira aproximação razoável, mas, como esperávamos, trouxeram uma série de problemas (ver Anexo A). Encontramos um grave problema de distribuição de cargas embora estivéssemos usando uma técnica projetada para maximizar a ortogonalidade dos itens. Em particular, observamos esse problema para as variáveis que medem comunidade política (fator 6 no Anexo A), com a segunda variável na série (“apesar de nossas diferenças, os costarrriquenhos têm muito em comum”), carregando mais pesadamente o fator 4, aquele que mede apoio aos princípios centrais do regime. Encontramos um segundo problema com os itens de instituições do regime. Na verdade, houve dois problemas diferentes aqui. Primeiro, um item que media representação (“bem representado por deputados”) produziu problemas extremamente graves de distribuição de cargas. Trata-se de um problema que encontramos antes com esse item, e baseados nessa experiência e nos resultados da análise fatorial, o deixamos de lado completamente. Porém, mesmo com esse item eliminado, três dos itens de instituições do regime (“respeito às instituições”, “orgulho do sistema” e “deveria apoiar sistema”) dividiram suas cargas entre os fatores 1 e 6. Assim, nossa rotação varimax não pode separar com facilidade a dimensão da comunidade política da dimensão das instituições do regime. Por fim, houve também um problema de distribuição de cargas entre o item das instituições que media confiança na prefeitura com a série de governo local, uma sobreposição que é certamente compreensível.

Em seguida, passamos para uma solução mais afinada com a expectativa teórica de que os itens que medem legitimidade estariam de fato relacionados entre si e assim passamos a aplicar a mais defensável rotação oblíqua aos resultados da análise fatorial (Anexo B). Essa solução, embora mais defensável, nos deixou com muitos dos problemas da rotação varimax.

Concluímos as duas primeiras fases da análise fatorial exploratória acreditando que havíamos obtido uma boa primeira aproximação dos resultados, ainda que a capacidade da análise fatorial de retratar adequadamente as ligações entre as dimensões subjacentes da legitimidade/apoio seja limitada e não pudéssemos resolver os problemas relatados acima nas soluções de análise fatorial. Isso nos forçou a voltar às variáveis originais e levar em conta a extrema assimetria na primeira dimensão, crença na “existência de uma comunidade política” (ver Tabela 1 para médias). As médias nesses dois itens não eram apenas mais altas do que aquelas de todas as outras variáveis do estudo, mas os desvios padrão eram

mais baixos, indicando pouca dispersão das respostas. À pergunta “em que medida você sente orgulho de ser costarriquenho?”, somente 3,6% da amostra responderam no campo negativo do *continuum* (escores 1, 2 ou 3 na escala original de 1-7). Apenas 4,2% da amostra responderam negativamente ao segundo item, “apesar de nossas diferenças, os costarriquenhos têm muito em comum”.

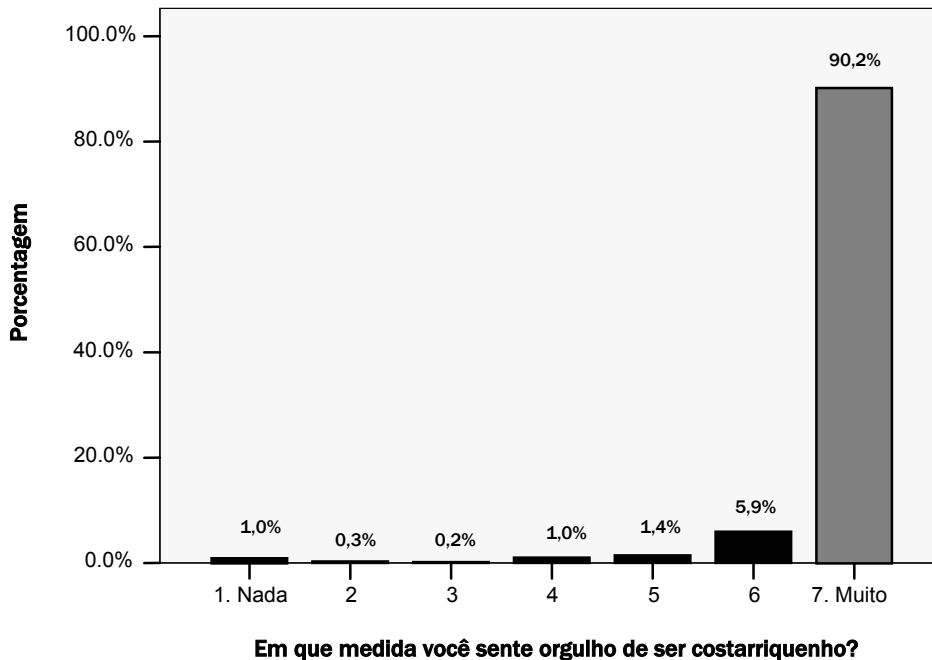
A distribuição do item “orgulho”, mostrada na Figura 1, revela claramente que se trata de um item de valência sobre o qual há uma concordância quase universal. Perguntamo-nos se esse resultado poderia ser específico da Costa Rica, mas encontramos um padrão similar em muitos outros países no conjunto de dados do *World Values* 1995-97. Nesta série, fez-se aos respondentes a mesma pergunta que fizemos na Costa Rica<sup>13</sup>. A Venezuela, na época da pesquisa (1996), vivia um longo período de profunda turbulência, com um sistema partidário desacreditado e anos de queda do PIB. Não obstante, 98,6% dos respondentes disseram que se sentiam orgulhosos de ser venezuelanos (93,7% “muito orgulhoso” e 4,9% “orgulhoso”). No Peru, que também sofria de graves turbulências políticas e econômicas, 94,2% dos respondentes disseram que se sentiam orgulhosos de ser peruanos. Os valores do orgulho nacional também foram muito altos para a República Dominicana (90,2%), Colômbia (96,7%) e Estados Unidos (96,9%). Esses resultados sugerem que os costarriquenhos não são excepcionais em sua reação a essa pergunta<sup>14</sup>. Contudo, nem todos os públicos de massa reagiram assim. Por exemplo, apenas 46,9% dos alemães afirmaram sentir orgulho na série do *World Values* de 1995-97. Assim, em alguns países, esse item poderia discriminar entre aqueles com um alto e um baixo sentimento de comunidade política, mas na Costa Rica (e em muitos outros casos), não ajuda a diferenciar os respondentes. Tendo em vista essas distribuições altamente assimétricas, decidimos que não faria sentido continuar a analisar os itens de comunidade política nesta pesquisa e os retiramos do estágio seguinte da análise.

---

<sup>13</sup> O item do *World Values*, embora formulado de forma idêntica na questão, oferecia uma escala de respostas com apenas quatro opções que iam de “muito orgulhoso” a “nada orgulhoso” (nosso item tinha sete respostas possíveis).

<sup>14</sup> A série do *World Values* não contém nosso segundo item, então não podemos compará-lo.

**Figura 1**  
**Distribuição das respostas do item “orgulho”**



Nossa análise fatorial sofreu também de um problema de dados faltantes (*missing data*). Decidimos, como é costume em análises desse tipo, eliminar as não-respostas de modo *pairwise*. Embora sua quantidade em qualquer item não passe, em geral, de 3%, em um item (“tratamento pelo governo municipal”) da série do governo local, perdemos 11% dos casos. Isso significa que perderíamos 26% dos casos em uma eliminação *listwise*, em consequência do efeito composto da longa lista de variáveis que incluímos na análise.

Para enfrentar todos os problemas apontados acima, tomamos duas medidas. Primeiro, aparamos nossa lista de variáveis (deixando de lado todos os itens de comunidade política). Em segundo lugar, decidimos passar para um modelo de medição desenhado especificamente para tratar de dimensões inter-relacionadas e que usa técnicas de máxima verossimilhança para atribuir valores ausentes em uma matriz. Depois submetemos a lista de variáveis encurtada a uma análise fatorial confirmatória (AFC). Esse modelo de análise ajudou-nos a identificar estruturas latentes (dimensões) entre as variáveis, ao mesmo tempo em que

supunha que as estruturas latentes estão representadas (com erro) pelas variáveis componentes medidas. Usamos AFC por várias razões, em parte porque ela usa toda a informação do conjunto de dados por meio do emprego de estimativas de máxima verossimilhança, em vez de eliminar as não-respostas de modo *pairwise*. Além disso, podemos comparar múltiplos modelos em uma única análise. E o que talvez tenha sido de mais utilidade, a AFC testa a força ou coerência das estruturas latentes e identifica o grau de associação entre elas. Nossa análise concentra-se em um único conceito, legitimidade do regime, que nossa teoria herdada nos diz que tem várias subdimensões inter-relacionadas. Nós queríamos muito “ver” graficamente essas relações, o que a AFC permite. Em suma, a AFC propicia um meio adequado de examinar a validade do constructo da legitimidade democrática.

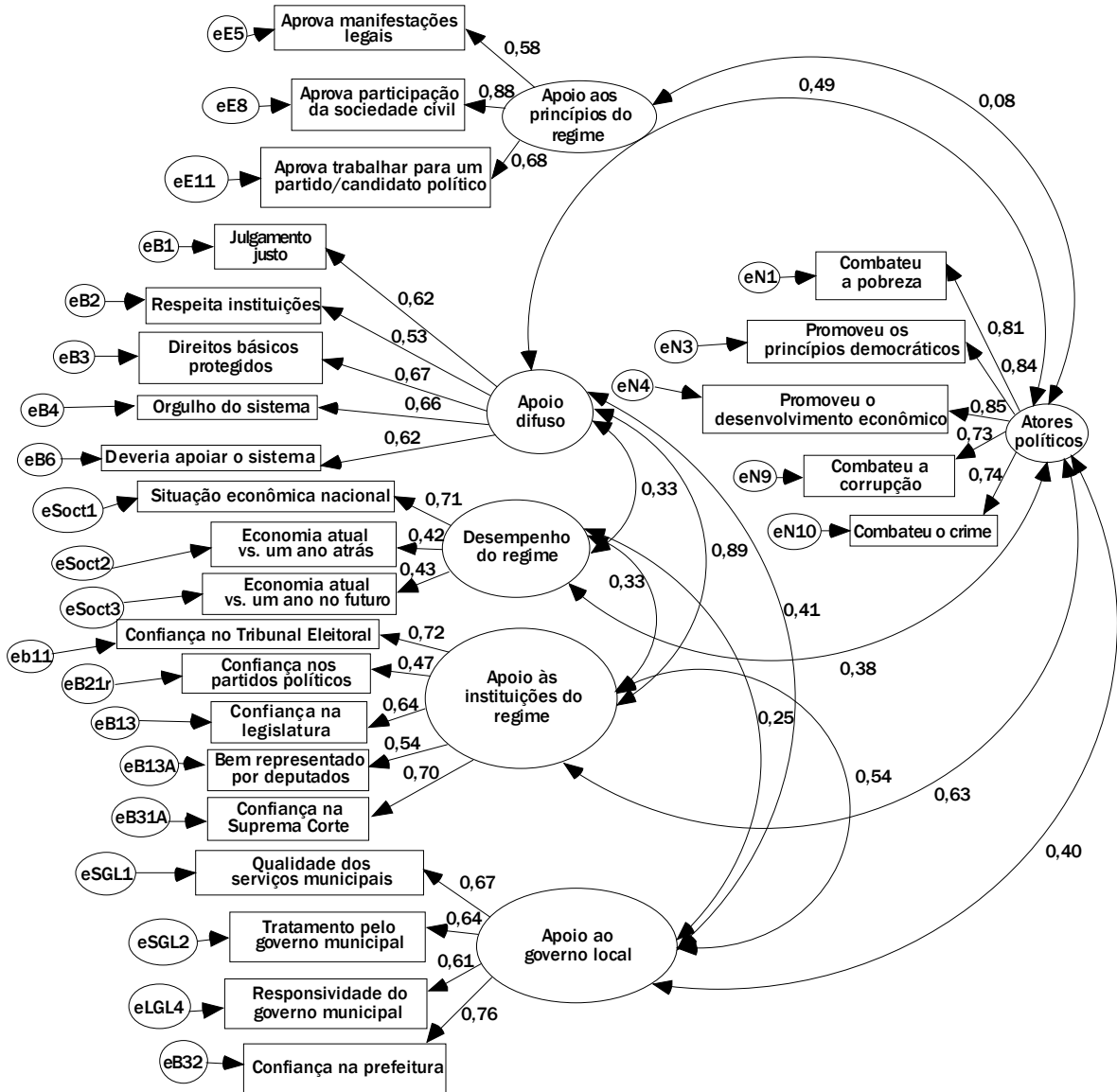
Os principais resultados essenciais de nossa análise fatorial confirmatória sobre as normas de legitimidade/apoio estão representados na Figura 2. No gráfico, os nomes das variáveis em caixas retangulares indicam variáveis individuais que contribuem para cada dimensão latente. As dimensões latentes são indicadas dentro de círculos e posicionadas à direita das caixas das variáveis. As setas das variáveis para as dimensões representam as trajetórias significantes de relação<sup>15</sup>. Os coeficientes ao lado da seta entre cada variável e sua dimensão latente indicam a correlação entre a estrutura latente e a própria variável. O ajuste total do modelo, tal como medido pelo CFI, foi de 0,878, com 25 variáveis observadas e 31 variáveis não-observadas.

---

<sup>15</sup> Trajetórias não significantes no nível 0,01 foram eliminadas. Trajetórias com coeficientes menores que 0,01 contribuíam pouco para a análise, mas acrescentavam várias linhas e setas que tornariam a leitura do diagrama difícil demais para justificar o aumento da complexidade.



**Figura 2**  
**Análise fatorial confirmatória dos Itens de legitimidade**



Os termos de erro para as variáveis estão indicados no lado esquerdo da figura, com setas que ligam os termos a suas respectivas variáveis.

Ajuste do modelo: CFI = 0,878, < 0,001. Todas as trajetórias significantes em < 0,001 exceto princípios do regime/atores políticos = 0,007. Todas as trajetórias não significantes (> 0,01) foram eliminadas.

A seqüência da análise desses resultados prosseguiu em três estágios. Primeiro, discutimos cada uma das dimensões e comentamos sobre os coeficientes, para termos uma compreensão clara da questão central de nossa análise, a saber, a dimensionalidade da legitimidade/apoio. Depois, examinamos em detalhe a relação *entre* os fatores latentes para compreender melhor como essas dimensões se relacionam mutuamente. Por fim, examinamos os graus relativos de apoio para cada uma das dimensões da legitimidade a fim de determinar se, tal como predito na literatura, referentes mais gerais e distantes têm maior apoio do que dimensões que se referem a referentes mais específicos e próximos.

*A estrutura das dimensões* – O primeiro e mais importante resultado confirma que a legitimidade tem múltiplas dimensões baseadas nas orientações dos cidadãos em relação a vários objetos políticos. A Figura 2 revela seis dimensões de legitimidade na Costa Rica agrupadas em torno de referentes/variáveis. Primeiro, quatro estruturas latentes correspondem diretamente a dimensões preditas por Norris e companhia – *apoio a princípios do regime, apoio ao desempenho do regime, apoio às instituições do regime e apoio aos atores políticos*.

A Figura 2 revela também uma variante na estrutura dimensional da legitimidade não esperada por Norris e companhia. A AFC confirmou a existência na Costa Rica de duas dimensões de apoio institucional nacional, em vez de uma única estrutura latente<sup>16</sup>. Uma dessas dimensões institucionais se refere a várias instituições em separado (por exemplo, a legislatura, os partidos), enquanto que a outra evoca avaliações do funcionamento mais generalizado de instituições (ver os itens listados na Tabela 1 para os enunciados). Para fazer a distinção entre essas dimensões, chamamos a primeira, tal como Norris, de *apoio às instituições do regime* e a segunda, chamamos de *apoio difuso*, de modo consistente com a terminologia empregada no trabalho de Muller e Seligson em que também os mesmos itens se agrupam (MULLER, JUKAM e SELIGSON, 1982; SELIGSON, 1983). Desse modo, o apoio às instituições do regime consiste nas avaliações pelos cidadãos de várias instituições costarriquenhas específicas – Supremo Tribunal Eleitoral, Suprema Corte e Assembléia Legislativa – e de partidos políticos e deputados do próprio respondente. O apoio difuso consiste em cinco referentes institucionais que avaliam a justiça dos julgamentos, as instituições e o sistema político em geral, a proteção dos direitos básicos e o apoio dos cidadãos ao sistema político. A AFC confirma assim que o conjunto de variáveis das instituições do regime em nível nacional se divide, na verdade, em dois subconjuntos, como indicamos aqui. Cada estrutura é razoavelmente coerente em seu interior (coeficientes variável-dimensão variando entre 0,47 e 0,72 para instituições do regime e entre 0,53 e 0,67 para apoio

---

<sup>16</sup> Encontramos os mesmos resultados em nossa análise fatorial exploratória inicial.

difuso). Porém, notamos também que as duas dimensões reveladas se associam intimamente uma à outra (0,89), sugerindo que a distinção entre elas não deve ser exagerada. Pode haver pouco ganho empírico com a separação das medidas mais abstratas das mais concretas de apoio institucional. Isso será algo que valerá a pena examinar quando se olhar para os correlatos das dimensões da legitimidade reveladas neste artigo.

Outra nova dimensão da legitimidade institucional revelada na Figura 2 está baseada no *apoio ao governo local* dos cidadãos na Costa Rica. Essa dimensão não foi prevista por Norris e companhia e define um novo, embora não surpreendente, objeto de apoio relacionado aos governos municipais costarriquenhos, chamados de cantões. Apesar da sabedoria do antigo clichê que diz que “toda política é local”, a pesquisa em ciência política ignora com frequência este nível. É o que costuma acontecer nas pesquisas sobre países muito centralizados, como os da América Latina, especialmente sobre os não-federativos, que constituem a maioria dos casos<sup>17</sup>. A dimensão de apoio às instituições do governo local aqui encontrada é claramente coerente (os coeficientes das variáveis com a estrutura latente variam de 0,61 a 0,76).

Desse modo, encontramos uma forte dimensão da legitimidade do governo local e acreditamos que sua ausência de quase todos os estudos que examinam o apoio ao sistema político não se justifica mais, exceto nos casos em que os governos locais não existem ou são completamente irrelevantes. Isso vale especialmente se levarmos em conta as evidências crescentes de que a legitimidade do governo local afeta significativamente outras atitudes e comportamentos. Seligson e Córdova (1995) relatam que o maior apoio às instituições do governo local em El Salvador levou, em uma análise por mínimos quadrados em dois estágios, a um apoio maior ao governo nacional. Booth e Seligson (no prelo) relatam que os cidadãos costarriquenhos com maior apoio ao governo local votaram mais e se engajaram mais na sociedade civil.

As cinco variáveis que medem a avaliação pelos costarriquenhos do desempenho dos atores políticos também indicam coerência substancial, associando-se com a estrutura latente entre 0,73 e 0,85. Esse conjunto de itens pede que os respondentes avaliem o desempenho do presidente no poder.

*Relação entre fatores latentes* – Empreendemos agora a segunda tarefa, uma exploração das relações entre os fatores latentes. Primeiramente observamos, tal como era esperado, que a AFC revela que a maioria das seis dimensões da legitimidade democrática encontradas na Costa Rica estão positivamente relacionadas umas com as outras e muitas dessas relações são estatisticamente significantes. Das quinze relações

---

<sup>17</sup> México, Argentina e Brasil são os únicos sistemas federativos da América Latina.

diádicas possíveis entre cada uma das seis dimensões e as outras cinco, onze têm coeficientes de associação significativos (indicados pelas setas de duas pontas na Figura 2).

A associação mais forte (0,89) entre estruturas latentes ocorre entre apoio às instituições do regime e apoio difuso. Isso não surpreende pois, de início, esperava-se que essas dimensões constituíssem uma única. As próximas associações mais fortes são aquelas entre apoio às instituições do regime e apoio aos atores políticos (0,63), apoio às instituições do regime e apoio ao governo local (0,54) e apoio difuso e apoio aos atores políticos (0,49). Aqui observamos um padrão de associações de forte a moderadas entre as orientações dos costarriquenhos para suas instituições políticas formais e os ocupantes delas. Parece-nos que esse padrão harmoniza-se com o que se poderia esperar de cidadãos em um sistema democrático que há cinco décadas é estável e bem institucionalizado.

As associações restantes entre pares de dimensões são, em ordem decrescente de força: apoio difuso e apoio ao governo local (0,41), apoio aos atores políticos e apoio ao governo local (0,40), apoio aos atores e desempenho do regime (0,38), apoio difuso e desempenho do regime (0,33), desempenho do regime e apoio às instituições do regime (0,33) e desempenho do regime e governo local (0,25). Vários desses conjuntos de pares de dimensões envolvem a avaliação de partes do sistema bastante especificadas e particulares – governo local, atores (o presidente), desempenho (econômico) do regime. Na época de nosso *survey*, vários desses objetos de avaliação estavam operando com graus variados de eficiência. Havia escândalos de corrupção, fraco desempenho econômico e governos municipais enfraquecidos. Não nos surpreende ver que essas dimensões específicas apresentam correlações menores entre elas e com dimensões mais abstratas, como apoio difuso.

As associações mais fracas entre as estruturas latentes são aquelas que não conseguiram obter significância estatística (no nível 0,01) e, por isso, não estão representadas na Figura 2 por setas de duas pontas entre dimensões. Essas quatro dimensões envolvem o apoio aos princípios do regime, que se relaciona significativamente somente com uma das outras cinco dimensões, e mesmo assim em apenas 0,08. Tendo em vista a importância atribuída ao apoio aos princípios do regime na literatura sobre legitimidade, nos impressionamos com esse baixo grau de associação com o resto das dimensões da legitimidade.

Essa fraca associação entre princípios do regime e as outras dimensões da legitimidade deriva provavelmente, pelo menos em parte, dos relativamente altos valores totais na escala em seus itens componentes (Tabela 1). A maioria dos costarriquenhos expressa forte apoio a esses três princípios democráticos que fundamentam os direitos de participação política. Não esperaríamos necessariamente esse resultado em outras democracias menos consolidadas (por exemplo, na

Guatemala), onde há, quase com certeza, maior divergência de opinião e menos apoio total a esses itens do que na Costa Rica. Esse resultado ilustra e sustenta nosso argumento de que é importante examinar a estrutura da legitimidade em um país de cada vez, em vez de realizar uma análise com muitas nações agrupadas. Ao mesmo tempo, se na Costa Rica os princípios do regime não estão conectados a nenhuma das outras dimensões da legitimidade, exceto em uma ligação muito tênue com o apoio aos atores políticos, é importante reavaliar a proeminência atribuída a essa dimensão. Em outras palavras, parece-nos que a legitimidade do regime está, em larga medida, desconectada da crença do cidadão nos princípios democráticos básicos. Esse resultado tem grande repercussão em nossas teorias da democracia e do papel dos valores democráticos.

Vale a pena recapitular que o apoio ao governo local, nossa dimensão de legitimidade recém-identificada, correlaciona-se com o apoio às instituições do regime, apoio difuso, atores políticos e desempenho do regime. Assim entrelaçado nos contornos da legitimidade política na Costa Rica, não está isolado nem é esotérico, mas uma dimensão integral, com potencial considerável para revelar novas informações. Como já observamos, descobrimos que o apoio ao governo local molda outras atitudes e a participação na Costa Rica e em outros lugares. Isso sugere que, dada a multidimensionalidade da participação política, a legitimidade do governo local pode estar atraindo a participação tanto dos cidadãos apoiadores como dos críticos.

*Graus relativos de apoio* – A fase final da análise explora os graus relativos de apoio entre as dimensões previstas pela teoria da legitimidade. Esperávamos que os costarriquenhos avaliassem de modo mais positivo os referentes mais abstratos de sua comunidade política nacional e seus princípios governantes. Além disso, esperávamos que eles provavelmente avaliassem de modo menos positivo as instituições do regime mais concretas e o desempenho dos atores de que tivessem mais conhecimento político e maior experiência. A diferença aqui é entre a visão dos costarriquenhos da pátria, de seu governo em geral e da democracia em oposição ao desempenho do presidente no poder, à prefeitura e ao desempenho atual e esperado da economia.

Os dados da Tabela 1, na forma dos escores de cada item e das médias para cada conjunto de variáveis que compõem as dimensões latentes, dão, em geral, suporte a essa hipótese de graus diferentes de apoio por dimensão. A muito abstrata comunidade política (que não incluímos na AFC porque é quase invariante) tem o grau mais alto de apoio, com um escore médio de 90,83. Como o operacionalizamos referenciando-o aos direitos de participação dos cidadãos, o apoio aos princípios centrais do regime tem o segundo mais alto grau de apoio entre os costarriquenhos (média = 79,35).

Embora muito positivo em média, o nível de apoio começa a declinar para o conjunto seguinte de dimensões. Em comparação com a dimensão dos princípios do regime (média em torno de 79 em 100), os costarriquenhos manifestam um razoavelmente alto apoio difuso às instituições (por exemplo, respeito às instituições, orgulho do sistema), em um escore médio de 69,23 em 100. Porém, à medida que aumenta a especificidade da referência às instituições e atores e situações concretas, as médias para cada conjunto de itens das dimensões caem para níveis muito mais baixos: o apoio específico a instituições do regime fica acima do ponto médio da escala, em 55,59. Mas bem abaixo desse ponto ficam o apoio ao governo local (46,44), o apoio aos atores políticos (46,69) e a avaliação do desempenho (econômico) do regime (41,27).

Desse modo, os costarriquenhos percebem a existência de uma comunidade nacional e apóiam fortemente os princípios da democracia. Eles também são razoavelmente positivos em suas percepções das instituições em geral (apoio difuso). À medida que as instituições são especificadas, o apoio diminui (embora ainda permaneça positivo). Em contraste, suas avaliações do desempenho do governo local, do desempenho (econômico) do regime e dos atores políticos nacionais, em média, tal como esperado, ficam abaixo da metade das escalas de avaliação e bem abaixo das médias para outras dimensões. Assim, à medida que os pontos de referência passam do abstrato (comunidade, democracia, instituições em geral) para o concreto (governo local, desempenho de atores nacionais), as avaliações se tornam mais críticas. Esses resultados são, em larga medida, consistentes com as discussões teóricas que balizam a pesquisa sobre legitimidade.

Como se compara o apoio político dos costarriquenhos com o dos cidadãos de outras democracias? A análise que Dalton (2004, p. 60-61) fez das médias nacionais para quatro dimensões da legitimidade em oito nações oferece alguns pontos de referência interessantes<sup>18</sup>. Tal como os cidadãos dos Estados Unidos, mas de forma oposta a alemães e japoneses, os costarriquenhos compartilham percepções muito altas da existência de uma comunidade política nacional. Eles se parecem com noruegueses, alemães, suecos e americanos no apoio às instituições nacionais e aos princípios centrais do regime. Enquanto os noruegueses manifestam graus extremamente altos de apoio aos atores políticos, o apoio dos costarriquenhos a esses atores (tal como o dos alemães, australianos e americanos) fica um pouco abaixo do ponto médio da escala.

---

<sup>18</sup> As dimensões de Dalton são denominadas de modo levemente diferente das nossas mas, para o propósito de comparação, os nomes de suas dimensões são listados a seguir, tendo ao lado, entre parênteses, a nossa formulação: apoio à comunidade (comunidade política), valores democráticos (apoio a princípios centrais do regime), apoio às instituições (apoio às instituições do regime e apoio difuso) e apoio à autoridade (apoio aos atores políticos).

## **Conclusões**

Utilizando um *survey* de amostra nacional entre os cidadãos costarriquenhos projetado para explorar a legitimidade, testamos em detalhe o constructo de legitimidade política predito por Easton e elaborado por Norris. Empregamos múltiplos itens, em vez de únicos, para cada objeto de apoio previsto, a fim de fortalecer nossa confiança na validade das dimensões preditas. Usamos análise fatorial exploratória e depois confirmatória para explorar a estrutura dimensional da legitimidade democrática e descobrimos que o modelo de legitimidade de Easton, tal como emendado por Norris, Dalton e outros existe mais ou menos como foi predito. As várias dimensões da legitimidade do sistema político estão organizadas em torno da avaliação de objetos do sistema político que vão do abstrato e geral (uma comunidade política nacional, princípios do regime democrático) ao mais concreto (desempenho do regime, instituições governamentais específicas e atores políticos no poder). Essas dimensões da legitimidade (exceto para a comunidade política) são razoavelmente coerentes em termos das médias e desvios padrão observados dos itens componentes e dos coeficientes de associação das variáveis com as dimensões latentes, isoladas por meio de análise fatorial confirmatória. Além disso, mais de dois terços das dimensões da legitimidade correlacionam-se positivamente umas com as outras, tal como esperado. A única dimensão menos relacionada às outras, talvez devido a seus níveis relativamente baixos de variância, é o apoio aos princípios centrais do regime. Esse resultado sugere que é preciso alguma reconsideração da estrutura da legitimidade, uma vez que uma de suas dimensões clássicas não está relacionada com as outras em nossos dados da Costa Rica. Isso talvez seja função de alguma excepcionalidade da Costa Rica, mas não pensamos assim. Ao contrário, consideramos que as tentativas anteriores de captar essas dimensões com perguntas que achamos que não a captam de modo adequado, foram provavelmente enganadoras e, portanto, é necessário aprofundar o trabalho conceitual e de medição.

Tal como previsto em uma democracia estável e bem estabelecida, e de modo consistente com as predições teóricas, encontramos uma estrutura de normas de legitimidade coerente e hierárquica. Os níveis médios de avaliação ou apoio dos costarriquenhos aos objetos políticos da legitimidade são mais altos para as abstrações da comunidade nacional e dos princípios democráticos. Os níveis médios de avaliação diminuem para um apoio médio alto aos referentes mais concretos, tais como apoio difuso e instituições específicas, e caem ainda mais no que tange ao desempenho de atores específicos, governo local e desempenho do regime.

Descobrimos também o que acreditamos que sejam nuances significativas nas estruturas da legitimidade no caso costarriquenho, devido à variedade sem

precedentes de medidas que conseguimos utilizar e devido à consideração de objetos adicionais de avaliação. Ao perguntar sobre numerosos objetos de avaliação (muitas instituições específicas), encontramos duas dimensões nacionais (instituições do regime, apoio difuso) e uma para o governo local. Portanto, presumimos que haverá provavelmente ricos efeitos locais a serem identificados em cenários nacionais específicos em pesquisas futuras.

Nossas conclusões sugerem quatro caminhos de aprofundamento das pesquisas. Um deles é explorar os contornos da legitimidade política em outros cenários nacionais. Os resultados da Costa Rica confirmam amplamente os de Dalton (2004) para outras democracias bem estabelecidas, embora a história e a economia desse país tenham poucos paralelos com as das democracias industriais avançadas. Seria valioso determinar se a legitimidade nas novas democracias que surgiram na “terceira onda” tem estruturas semelhantes, ou se elas compartilham dimensões da legitimidade distintas. Uma nova confirmação dos padrões de legitimidade encontrados nas democracias mais antigas e na Costa Rica poderia elevar a versão modificada da conceituação de Easton da legitimidade democrática a um *status* quase axiomático.

Outra direção para pesquisa será procurar e examinar as implicações de outras possíveis dimensões da legitimidade. Já é evidente que objetos antes desconsiderados, como o governo local, podem constituir uma parte significativa da estrutura da legitimidade. Isso sugere que outros traços importantes das sociedades políticas podem justificar mais pesquisas sobre este tema. Suspeitamos, por exemplo, que podem surgir resultados interessantes do exame de instituições estaduais em sistemas federativos ou instituições regionais em sistemas unitários. Acreditamos também que valeria a pena explorar instituições da sociedade civil não-estatais que integram a sociedade, tais como partidos, meios de comunicação de massa e grupos de interesse. Essas entidades teriam uma estrutura identificável de legitimidade política? Se assim for, como elas podem afetar as ligações dos partidos com a sociedade política?

Uma terceira via de pesquisa seria estudar a legitimidade em outros tipos de regimes. Como são as normas de legitimidade em democracias instáveis ou mesmo em cenários não-democráticos? Nossa experiência indica, no entanto, que realizar *surveys* com perguntas sobre o desempenho do regime pode ser muito arriscado ou impossível em regimes autoritários ou em cenários políticos altamente voláteis e instáveis. Sabemos também que nas primeiras fases dos regimes pós-autoritários, a não-resposta em *surveys* pode ser alta, como aconteceu na Espanha pós-Franco (MCDONOUGH et al., 1998). Estudar tais questões pode ser difícil em cenários autoritários, mas tendo em vista a possibilidade de transições importantes em andamento na Ásia e no Oriente Médio, talvez existam oportunidades para fazê-lo.



Um quarto caminho para as pesquisas, o qual seguiremos em outros trabalhos, é a questão do “e daí?”. Legitimidade realmente importa? Sabemos agora que dimensões da legitimidade política existem nas mentes dos cidadãos de algumas nações e que ela possui dimensões não suspeitadas anteriormente. Porém, importa de fato para o mundo político real que a legitimidade exista? Ela altera o panorama político de uma nação? Ela molda de alguma maneira o capital social e político? O declínio observado da legitimidade em muitas sociedades políticas importa de fato em termos de um efeito mensurável sobre os cidadãos ou a sociedade? A legitimidade afeta atitudes operativas críticas, tais como o fato de os cidadãos sustentarem ou não normas democráticas, em vez de autoritárias? Ela molda a participação ou não dos cidadãos na política por meio do voto, do contato com autoridades, do engajamento na sociedade civil, da militância partidária, do engajamento em campanhas eleitorais ou em protestos?

Em outro trabalho (BOOTH e SELIGSON, no prelo), iniciamos esse processo com a investigação do modo como as normas de legitimidade dos costarriquenhos afetam a maneira como eles se engajam na política e interagem com seu governo. Descobrimos que as diversas dimensões da legitimidade não causam efeitos uniformes nos diferentes modos de participação política. Algumas dimensões da legitimidade aumentam certos modos de participação, ao mesmo tempo que diminuem alguns e não têm efeito sobre outros. Por exemplo, com outros fatores mantidos constantes, maiores crença na comunidade política e apoio ao governo local aumentam o exercício do voto e a ativismo societal. O baixo apoio difuso aumenta a militância comunal, enquanto que a baixa confiança nas instituições do regime faz crescer o engajamento na sociedade civil. Uma descoberta nova dessa pesquisa é que duas relações legitimidade-participação são curvilíneas. Isso sugere que as teorias e pesquisas anteriores, baseadas em um tratamento unidimensional da legitimidade e em uma concepção binária da participação política, como convencional (dentro do sistema) ou não-convencional (protesto), podem ter distorcido os resultados anteriores. Assim, esperamos empreender mais pesquisas sobre os contornos da legitimidade em outras democracias menos estáveis e mais jovens do que a Costa Rica, e procurar determinar como eles afetam a participação política, o que acreditamos que pode ajudar a responder porque o declínio da legitimidade não levou ao colapso de democracias.

**Anexo A**  
**Análise fatorial de componentes principais com rotação varimax**

	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Orgulho de ser costarriquenho	-0,014	0,035	0,066	-0,157	0,054	0,630
Apesar de nossas diferenças, os costarriquenhos têm muito em comum	0,008	0,057	-0,024	0,459	0,169	0,420
Aprova a participação em manifestações legais	0,048	-0,054	-0,021	0,763	-0,012	-0,145
Aprova a participação na formação de grupos para resolver problemas da comunidade	-0,139	0,080	-0,010	0,855	-0,054	0,032
Aprova a participação em campanhas eleitorais	0,062	0,035	-0,007	0,813	-0,017	0,051
Avaliação da economia nacional	0,129	0,142	0,068	-0,020	0,559	-0,018
Situação econômica comparada a um ano atrás	0,001	0,084	0,020	-0,026	0,788	0,079
Situação econômica dentro de um ano	0,080	0,039	0,032	0,035	0,782	0,052
Julgamento justo	0,665	0,137	0,047	-0,059	0,025	0,019
Respeita as instituições	0,457	0,119	0,013	0,129	-0,045	0,378
Direitos básicos protegidos	0,686	0,028	0,084	-0,084	0,057	0,177
Orgulho do sistema	0,591	0,021	0,004	0,146	0,073	0,427
Deveria apoiar sistema	0,460	0,159	0,104	0,133	0,005	0,499
Confia no Tribunal Eleitoral	0,546	0,161	-0,018	0,203	-0,052	0,285
Confia na legislatura	0,711	0,240	0,116	-0,049	0,079	-0,030
Bem representado por deputados	0,661	0,214	0,239	-0,098	0,099	-0,148
Confia nos partidos políticos	0,602	0,186	0,224	-0,112	0,121	-0,124
Confia na Suprema Corte	0,685	0,281	0,017	0,092	0,088	-0,019
Confia na prefeitura	0,456	0,218	0,644	0,007	0,032	-0,024
Qualidade do serviço municipal	0,084	0,095	0,817	-0,003	0,051	0,047
Tratamento pelo governo municipal	0,064	0,032	0,779	-0,069	0,062	0,039
Receptividade oficial do governo municipal	0,082	0,101	0,749	0,025	0,009	0,048
Desempenho do regime: combate à pobreza	0,225	0,802	0,089	-0,019	0,073	0,024
Desempenho do regime: promoção do desenvolvimento econômico	0,166	0,830	0,145	0,088	0,110	0,070
Desempenho do regime: combate à corrupção no governo	0,226	0,823	0,112	-0,062	0,069	0,024
Desempenho do regime: combate ao crime	0,191	0,803	0,038	0,006	0,105	0,030
Desempenho do regime: promoção de princípios democráticos	0,200	0,806	0,073	0,105	0,047	0,118

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

Método de Rotação: Varimax com Normalização Kaiser.

Rotação convergiu em 7 iterações.

**Anexo B**

**Análise fatorial de componentes principais (matriz estrutural) com rotação oblíqua (OBLIMIN)**

	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Orgulho de ser costarriquenho	0,082	-0,102	-0,068	0,083	0,086	0,619
Apesar de nossas diferenças, os costarriquenhos têm muito em comum	0,087	0,495	-0,104	-0,023	0,184	0,448
Aprova a participação em manifestações legais	0,031	0,746	0,028	-0,055	-0,028	-0,101
Aprova a participação na formação de grupos para resolver problemas da comunidade	-0,104	0,854	-0,066	-0,062	-0,065	0,081
Aprova a participação em campanhas eleitorais	0,087	0,815	-0,074	-0,029	-0,014	0,097
Avaliação da economia nacional	0,170	-0,024	-0,220	0,132	0,583	-0,015
Situação econômica comparada a um ano atrás	0,052	-0,025	-0,153	0,072	0,792	0,087
Situação econômica dentro de um ano	0,121	0,033	-0,129	0,087	0,787	0,063
Julgamento justo	0,675	-0,046	-0,296	0,168	0,105	0,009
Respeita as instituições	0,518	0,173	-0,243	0,092	0,025	0,380
Direitos básicos protegidos	0,704	-0,061	-0,210	0,198	0,135	0,166
Orgulho do sistema	0,643	0,192	-0,194	0,098	0,144	0,431
Deveria apoiar sistema	0,553	0,185	-0,303	0,190	0,089	0,499
Confia no Tribunal Eleitoral	0,597	0,241	-0,299	0,076	0,025	0,291
Confia na legislatura	0,737	-0,040	-0,416	0,255	0,176	-0,040
Bem representado por deputados	0,677	-0,105	-0,385	0,367	0,192	-0,163
Confia nos partidos políticos	0,618	-0,118	-0,345	0,342	0,205	-0,139
Confia na Suprema Corte	0,715	0,106	-0,443	0,153	0,180	-0,020
Confia na prefeitura	0,526	-0,007	-0,386	0,726	0,136	-0,041
Qualidade do serviço municipal	0,168	-0,025	-0,203	0,827	0,121	0,029
Tratamento pelo governo municipal	0,134	-0,093	-0,132	0,782	0,120	0,019
Receptividade oficial do governo municipal	0,161	0,005	-0,198	0,757	0,075	0,032
Desempenho do regime: combate à pobreza	0,357	0,004	-0,839	0,218	0,190	0,014
Desempenho do regime: promoção do desenvolvimento econômico	0,318	0,112	-0,868	0,265	0,229	0,066
Desempenho do regime: combate à corrupção no governo	0,362	-0,039	-0,861	0,245	0,190	0,011
Desempenho do regime: combate ao crime	0,322	0,031	-0,831	0,164	0,215	0,024
Desempenho do regime: promoção de princípios democráticos	0,346	0,136	-0,842	0,193	0,164	0,116

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

Método de Rotação: Oblimin com Normalização Kaiser.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, C. J.; GUILLORY, C. A. Political institutions and satisfaction with democracy: a cross-national analysis of consensus and majoritarian systems. *American Political Science Review*, v. 91, p. 66-81, 1997.

BAKER, C. E.; FERNÁNDEZ P., R.; STONE, S. Z. *El Gobierno municipal en Costa Rica: sus características y funciones*. San José, Costa Rica: Associated Colleges of the Midwest Central American Field Program e La Escuela de Ciencias Políticas, Universidad de Costa Rica, 1972.

BERMEO, N. G. *Ordinary people in extraordinary times: the citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2003.

BOOTH, J. A. Political parties in Costa Rica. In: STANSFIELD, D. N. (ed.). *Political parties in developing democracies*. [2005?]. No prelo.

\_\_\_\_\_. *Costa Rica: quest for democracy*. Boulder: Westview Press, 1998.

BOOTH, J. A.; RICHARD, P. B. Repression, participation, and democratic norms in urban Central America. *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 4, p. 1205-1232, november 1996.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. Political legitimacy and participation in Costa Rica: evidence of arena shopping. *Political Research Quarterly*, v. 59. No prelo.

CANACHE, D. *Venezuela: public opinion and protest in a fragile democracy*. Miami: North-South Center Press-University of Miami, 2002.

CANACHE, D.; MONDAK, J.; SELIGSON, M. A. Measurement and meaning in cross-national research on satisfaction with democracy. *Public Opinion Quarterly*, v. 65, n. 4, winter 2001.

CAREY, J. M. *Term limits and legislative representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CAYETANO MORA, J. *La organización comunal y Dinadeco*. San José, Costa Rica: Cambridge University Press, 1996.

CITRIN, J. The political relevance of trust in government. *American Political Science Review*, v. 68, p. 973-88, 1974.

CITRIN, J.; MUSTE, C. Trust in Government. In: ROBINSON, J. P.; SHAVER, P. R.; WRIGHTSMAN, L. S. (ed.). *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press, 1999. p. 465-532.

CLARK, M. A. *Gradual economic reform in Latin America: the Costa Rican experience*. Albany, NY: State University of New York Press, 2001.

COHEN, C. *Democracy*. New York: The Free Press, 1973.

CROOK, R.; MANOR, J. C. *Democracy and decentralization in South Asia and West Africa: participation, accountability, and performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DIAMOND, L. *Developing democracy: toward consolidation*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1999.

DALTON, R. J. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 57-77.

\_\_\_\_\_. *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EASTON, D. *A systems analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.

\_\_\_\_\_. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, v. 5, p. 435-57, 1975.

FINKEL, S.; MULLER, E.; SELIGSON, M. A. Economic crisis, incumbent performance and regime support: a comparison of longitudinal data from West Germany and Costa Rica. *British Journal of Political Science*, v. 19, p. 329-51, 1989.

FUCHS, D. The democratic culture of unified Germany. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FUCHS, D.; GUIDOROSI, G.; SVENSSON, P. Support for the democratic system. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (ed.). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 323-53.

GIBSON, J. L.; CALDEIRA, G. A.; SPENCE, L. K. Measuring attitudes toward the United States Supreme Court. *American Journal of Political Science*, v. 47, n. 2, p. 354-67, 2003.

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 22-41.

HISKEY, J.; SELIGSON, M. A. Pitfalls of power to the people: decentralization, local government performance, and system support in Bolivia. *Studies in Comparative International Development*, v. 37, n. 4, p. 64-88, 2003.

HOLMBERG, S. Down and down we go: political trust in Sweden. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KLINGEMANN, H.-D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 31-57.

KORNBERG, A.; CLARKE, H. D. *Citizens and community: political support in a representative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

KROSNICK, J. A. Maximizing questionnaire quality. In: ROBINSON, J. P.; SHAVER, P. R.; WRIGHTSMAN, L. S. (ed.). *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press, 1999. p. 37-58.

LIPSET, S. M. *Political man*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1961.

LOWENBERG, G. The influence of parliamentary behavior on regime stability: some conceptual clarifications. *Comparative Politics*, v. 3, p. 177-200, 1971.

McDONOUGH, P.; BARNES, S. H.; PINA, A. L. *The cultural dynamics of democratization in Spain*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MILLER, A. H. Political issues and trust in government. *American Political Science Review*, v. 68, p. 951-72, 1974.

MISHLER, W.; ROSE, R. Five years after the fall: trajectories of support for democracy in post-communist Europe. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 78-99.

MULLER, E. N. *Aggressive political participation*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1979.

MULLER, E. N.; JUKAM, T. O.; SELIGSON, M. A. Diffuse political support and antisystem political behavior: a comparative analysis. *American Journal of Political Science*, v. 26, p. 240-64, 1982.

MULLER, E. N.; WILLIAMS, C. Dynamics of political support-alienation. *Comparative Political Studies*, v. 13, p. 33-59, 1980.

NICKSON, R. A. *Local government in Latin America*. Boulder: Lynn Rienner, 1995.

NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Introduction: the growth of critical citizens? In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 1-27.

NYE, Jr. J. The decline of confidence in government. In: NYE, Jr. J.; ZELIKOW, P. D.; KING, D. C. (ed.). *Why people don't trust government*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 1-18.

NYE, Jr. J.; ZELIKOW, P. D. Reflections, conjectures and puzzles. In: NYE, Jr. J.; ZELIKOW, P. D.; KING, D. C. (ed.). *Why people don't trust government*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. p. 253-81.

NYE, Jr. J.; ZELIKOW, P. D.; KING, D. C. (ed.). *Why people don't trust government*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

PATEMAN, C. *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D.; DALTON, R. J. A quarter-century of declining confidence. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 2, p. 5-25, 2000.

PRESTON, R. A.; BRIGGS, E. D.; KORNBERG, A.; CLARKE, H. D. *Political support in Canada: the crisis years: essays in honor of Richard A. Preston, a Duke University Center for International Studies publication*. Durham, N.C.: Duke University Press, 1983.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; ALVAREZ, M. E.; LIMONGI, F. *Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ROGOWSKI, R. *Rational legitimacy: a theory of political support*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

ROSE, R.; SHIN, D. C.; MUNRO, N. Tensions between the democratic ideal and reality: South Korea. In: NORRIS, P. (ed.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ROVIRA MAS, J. (ed.). *La democracia de Costa Rica ante el siglo XXI*. 1. ed. San José, Costa Rica: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2001.

SELIGSON, M. A. On the measurement of diffuse support: some evidence from Mexico. *Social Indicators Research*, v. 12, p. 1-24, 1983.

\_\_\_\_\_. *Central americans view their local governments, reported to USAID, regional office for urban development and housing*. Guatemala City: RHUDO, 1994.

\_\_\_\_\_. Costa Rican exceptionalism: why the 'Ticos' are different. In: CAMP, R. A. (ed.). *Citizen views of democracy in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001. p. 90-106.

\_\_\_\_\_. The impact of corruption on regime legitimacy: a comparative study of four Latin American countries. *Journal of Politics*, v. 64, p. 408-33, 2002a.

\_\_\_\_\_. The renaissance of political culture or the renaissance of ecological fallacy. *Comparative Politics*, v. 34, p. 273-92, 2002b.

\_\_\_\_\_. Trouble in paradise: the impact of the erosion of system support in Costa Rica, 1978-1999. *Latin America Research Review*, v. 37, n. 1, p. 160-85, 2002c.

SELIGSON, M. A.; CÓRDOVA, R. *El Salvador: entre guerra y la paz, una cultura política en transición*. El Salvador: IDELA e FundaUngo, 1995.

SELIGSON, M. A.; GRIJALVA, A.; CÓRDOVA, P. *Auditoria de la democracia: Ecuador*. Quito, Ecuador: Ediciones CEDATOS, Universidad Andina Simón Bolívar e Universidad de Guayaquil, 2002.



SELIGSON, M. A.; MULLER, E. N. Democratic stability and economic crisis: Costa Rica 1978-1983. *International Studies Quarterly*, v. 31, p. 301-26, 1987.

SUDMAN, S. Probability sampling with quotas. *Journal of the American Statistical Association*, v. 61, p. 749-71, 1966.

VELIZ, C. *The centralist tradition in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. *The modes of democratic participation: a cross-national comparison*. Beverly Hills: Sage Publications, 1971.

WARREN, M. E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILSON, B. M. *Costa Rica: politics, economics, and democracy*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

*Recebido para publicação em novembro de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

*Tradução de Pedro Maia Soares.*

# *Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos*

---

**Elizabeth Balbachevsky**  
**Denilde Oliveira Holzacker**  
Universidade de São Paulo

---

## **Resumo**

Este trabalho investiga possíveis efeitos do processo de privatização de empresas estatais, levado à cabo pelo governo FHC, sobre as atitudes e opiniões do eleitorado brasileiro acerca da presença do Estado na economia. O estudo utiliza um *survey* pós-eleitoral realizado no final do ano de 2002, que constitui a base de dados ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), patrocinada pela CAPES. A investigação está centrada na análise dos padrões de respostas dados pelos entrevistados, quando solicitados a opinar sobre qual setor – iniciativa privada ou governo – deveria ser responsável pelo provimento de diferentes serviços e produtos à população. A análise encontrou uma forte coerência nessas respostas, o que permitiu produzir uma escala de atitudes relativa à privatização. Ademais, foi possível estabelecer correlações significativas entre essas atitudes e a campanha eleitoral de 2002, particularmente o voto declarado pelo eleitor.

**Palavras-chave:** Brasil, privatização, opinião pública, estatismo, decisão eleitoral.

## **Abstract**

This paper analyzes the possible impacts of the privatization process implemented by the Brazilian former President, Fernando Henrique, over the attitudes and opinions held by Brazilian electorate regarding the presence of the state in the economy. The paper uses a post-electoral survey from 2002 – The ESEB (Brazilian Electoral Study) data-base – supported by CAPES Foundation. The inquiry carried out in the paper centers on different patterns found in the answers given by the respondents when asked which sector – either government or private one – should be in charge of providing different products and services. The study found out an impressive degree of coherence in the answers given by the respondents, which were used to propose a scale for different attitudes regarding the privatization process. Furthermore, it was possible to establish significant correlation between this attitude and the electoral campaign and the declared vote of the respondent.

**Key words:** Brazil, privatization, public opinion, statism, electoral decision

## Introdução

Não surpreende o interesse crescente da literatura internacional acerca do impacto das privatizações e das reformas econômicas nas visões e percepções dos latino-americanos. Este tema tem sido abordado principalmente na sua relação com o apoio à democracia e às instituições políticas<sup>1</sup>. O processo de privatização foi alvo de debates e redundou em clivagens relevantes no interior das elites econômicas e políticas, e também em alguns segmentos da sociedade brasileira. O contexto conturbado que cercou a privatização das empresas estatais no Brasil gerou um grande interesse na literatura acerca da compreensão dos seus efeitos (ARRETCHE, 2002).

No final da década de 1950, Juscelino Kubistchek inaugurou um modelo de desenvolvimento sustentado por uma política industrial agressiva, que reservava um grande espaço para a presença do Estado na economia, especialmente em setores considerados estratégicos. Este modelo estatizante foi aprofundado nos anos 1970, com a expansão do espaço de atuação das empresas estatais. Entre 1966-77 foram criadas 219 empresas estatais, nos mais diversos setores econômicos. Este período foi marcado por fortes investimentos internos e externos em grandes projetos voltados para alavancar o crescimento econômico, que contavam com forte presença de recursos públicos (NASCIMENTO, 2003).

Afetado pelas crises internacionais durante os anos 1970 e 1980, o período posterior é marcado pelo alto endividamento externo, por uma forte inflação e pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado. Esse cenário levou os governos a aplicarem diferentes planos econômicos – todos mal-sucedidos – buscando reverter a situação de estagnação econômica do país<sup>2</sup>. Nos anos 1990, o país passou por uma profunda reformulação da estrutura do Estado e de suas relações com o mercado e a sociedade. As idéias e políticas propostas pelo Consenso de Washington<sup>3</sup> ocupam grande parte do debate interno e externo. A

---

<sup>1</sup> Graham e Sukhtankar (2004) apresentam uma revisão da literatura que analisa os efeitos das reformas econômicas entre os cidadãos dos países latino-americanos. Esses autores argumentam que há uma grande variedade de trabalhos que buscam relacionar as reformas econômicas e os processos democráticos da América Latina. Os dois autores analisam as informações do *survey* Latinobarômetro, entre 2000-2001, associando as recentes crises econômicas na região à redução do apoio à democracia.

<sup>2</sup> Durante os anos 80 foram aplicados diferentes programas que se baseavam na hiperdesvalorização, como forma de aumentar as exportações e o crescimento econômico. Foi um período marcado pela estagnação econômica e desconfiança política. Entre 1986-87, durante o primeiro governo democrático após o período autoritário, foi implementado o Plano Cruzado, entre outros. Durante o governo Collor (1990) foi estabelecido o confisco que extinguiu qualquer possibilidade de volta da credibilidade dos agentes econômicos na retomada do crescimento econômico.

<sup>3</sup> O Consenso de Washington consiste numa série de princípios sugeridos pelo economista John Williamson, em 1989, que deveriam guiar os países em desenvolvimento para a retomada do crescimento. As políticas propostas consistiam em: disciplina fiscal; prioridade para gasto público em educação e saúde; reforma

privatização das empresas estatais foi então proposta como uma peça fundamental no processo de reestruturação da economia. Outro aspecto importante dessas mudanças era a abertura econômica, considerada essencial para o controle da inflação, a modernização da indústria nacional e sua inserção no mercado globalizado<sup>4</sup>.

Como em outros países da América Latina, a privatização brasileira foi motivada pela crise financeira no setor público. Os subsídios das empresas estatais tinham forte impacto no déficit do setor público e deterioravam as finanças públicas. Outro fator que favorecia a implementação dessa política diz respeito ao esgotamento e deficiência de alguns serviços públicos, principalmente nos setores de energia e telefonia. As empresas estatais desses setores não tinham capacidade de investimento suficiente para suprir a demanda em expansão e acompanhar as mudanças tecnológicas mantendo a qualidade dos serviços ofertados (KUCZYNSKY, 2004).

No governo Fernando Henrique (1994-1998) o processo de reestruturação estatal foi aprofundado. A privatização foi retomada se convertendo em um dos pilares do plano de estabilização econômica, o Plano Real. Esse plano constitui-se em três fases, com objetivos e medidas específicas, como se vê no Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1**  
**Governo FHC: Plano Real e suas fases**

<b>Fases</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Medidas</b>
1	Garantir o equilíbrio das contas públicas no curto prazo	Elaboração do orçamento de 1994 e criação do Fundo Social de Emergência 94/95
2/3	Reforma monetária	Criação da URV (Unidade Real de Valor) e do Real (conclusão da reforma monetária)
4	Consolidação da reestruturação do Estado brasileiro e equilíbrio das contas públicas no longo prazo	Reformas: patrimonial (privatizações); administrativa; previdência; tributária

Fonte: NASCIMENTO (2003, p. 197).

---

fiscal; taxas de juros positivas geradas no mercado; câmbio competitivo; política comercial liberal; abertura dos investimentos diretos estrangeiros; privatização; desregulamentação; defesa da propriedade privada – redução do Estado na economia (WILLIAMSON, 2004).

<sup>4</sup> O Programa Nacional de Desestatização (PND) tinha como objetivo: (1) a reordenação da posição estratégica do estado na economia; (2) saneamento do setor público; (3) fortalecimento do mercado de capitais (através da oferta de valores imobiliários); (4) modernização do parque industrial brasileiro.

De acordo com Almeida (1999), entre 1991 e 1998, 63 empresas controladas pelo governo federal foram privatizadas<sup>5</sup> e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), implementado durante o governo FHC, implicou na privatização de várias empresas estatais. Esse plano também previa a concessão, para a exploração da iniciativa privada, de bens e serviços considerados de utilidade pública<sup>6</sup>. De acordo com essa opção estratégica, o Estado deveria concentrar sua atuação no papel regulador e não mais como provedor econômico.

Almeida (1999) argumenta que o processo de reforma econômica deve ser analisado a partir da perspectiva dos dilemas da ação coletiva, conflitos distributivos e também considerando como os políticos avaliam os impactos da reforma nas suas opções e chances eleitorais<sup>7</sup>. A partir dessa última perspectiva é relevante analisar como essa política mobilizou as visões e percepções dos atores envolvidos.

Até o final dos anos setenta, as empresas públicas eram, na visão da população e da elite, símbolos do processo de industrialização do país (ALMEIDA, 1999). Essa percepção benigna e até positiva das empresas estatais permaneceu ao longo da década de oitenta. Ainda de acordo com Almeida (1999), esse consenso só alterou-se lenta e gradualmente, com a instauração do processo democrático, no final dos anos oitenta e início da década de noventa.

Nesse quadro, o diagnóstico neoliberal sobre a falência do Estado e a necessidade de implementação de políticas de privatização chocava-se com as posições desenvolvimentistas que prevaleceram nos países da América Latina até então. No início dos anos 1990, muitos setores ainda defendiam um projeto de econômico bastante intervencionista, baseado na ação do Estado, dirigindo, apoiando e supervisionando a industrialização de setores considerados estratégicos. O grau de dissenso entre a elites acentuava os conflitos em torno das prioridades econômicas e sociais. Diniz (2002) argumenta que prevalecia um grande desacordo quanto ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e o debate político ainda era permeado pela questão da soberania e do projeto nacional. Nesse enquadramento, as empresas estatais eram vistas como instrumentos necessários para a política econômica e industrial.

---

<sup>5</sup> Entre 1990 e 1992 (governo Collor) foram vendidas 18 empresas; entre 1993 e 1994 (governo Itamar) foram vendidas 15 empresas; entre 1995 e 1998 (governo Fernando Henrique) foram vendidas 30 empresas controladas pelo governo federal, dentro do Plano Nacional de Desestatização. Em 1998, foram vendidas as empresas do setor de telecomunicações. Entre 1990 e 1998 o ingresso total foi de US\$ 62.087 milhões (ALMEIDA, 1999, p. 432).

<sup>6</sup> Foram introduzidas mudanças institucionais importantes que permitiram a inclusão de empresas de telecomunicações, eletricidade, navegação de cabotagem, gás e petróleo, que eram monopólios estatais.

<sup>7</sup> A autora considera as reformas econômicas como bens públicos que sofrem os efeitos da ação coletiva, ou seja, de um lado, envolve a avaliação dos resultados em que os custos são imediatos e os benefícios tendem a ser difusos, dessa forma, aqueles que se opõem a mudança tendem a se organizar para bloqueá-las; por outro lado, a ação coletiva também envolve a posição dos políticos, que buscam maximizar seus ganhos eleitorais.

Na posição oposta, a proposta da privatização das empresas públicas passa por dois argumentos. O primeiro refere-se à diferença de eficiência e produtividade entre empresas públicas e privadas. As empresas públicas não teriam incentivos para se adequarem às necessidades de mercado, pois falta a pressão para a geração de lucro e para a busca de maior produtividade. A lógica privada baseada na busca pela eficiência e lucratividade produziria empresas mais eficientes e atentas às necessidades do mercado consumidor (LOURENÇO NETO, 2002).

O contra-argumento aponta o papel estratégico das empresas estatais na consolidação do desenvolvimento econômico. Desobrigadas de buscar o lucro, elas estariam melhor posicionadas para atender a sociedade como um todo (e não apenas o mercado). Portanto, elas atenderiam melhor as necessidades da massa carente que compõe a maior parte da sociedade brasileira. Além disso, a empresa estatal, por não sofrer a lógica da competição econômica, estaria em condições para planejar sua atuação por largos períodos de tempo, contribuindo para o desenvolvimento econômico de longo prazo do setor onde ela opera.

As repercussões desse debate nas elites brasileiras são bem analisadas por Lima e Boschi (1995), quando descrevem as diferentes visões da reforma econômica realizada no Brasil. O estudo propõe dois índices: o primeiro, denominado de *orientação em face do ajuste*, inclui as avaliações das elites no que diz respeito ao processo de reestruturação econômica, ou seja, sobre desregulamentação da economia, privatização das empresas estatais, abertura comercial e eliminação das restrições ao capital estrangeiro; e o segundo, chamado de *orientação em face da modernização do Estado*, compõe-se das avaliações sobre as privatizações dos serviços públicos, das estatais, redução do número de funcionários públicos e supressão da estabilidade do funcionalismo (LIMA e BOSCHI, 1995, p. 14). A análise dos autores mostra diferenças entre grupos empresariais e sindicais quanto à visão mais ou menos favorável do processo de modernização do Estado. Entre as reformas, a que obteve menor apoio entre as elites foi a privatização, exceção feita aos grupos empresariais, francamente favoráveis ao processo. Os autores também sugerem uma “anti-cultura de mercado” presente nas elites brasileiras. Com isso se referem ao forte apoio à intervenção do Estado na economia e preferência por critérios de igualitarismo em detrimento da eficiência. Os empresários mais uma vez, foram o ponto de maior discordância com relação essas questões, enquanto os demais setores (congressistas, administradores públicos e sindicalistas) posicionaram-se entre medianamente favorável à totalmente favorável (LIMA e BOSCHI, 1995, p. 19).

Entretanto, não há na literatura brasileira análises que busquem entender como o processo de privatização é percebido pela sociedade em geral. Baker (2002) argumenta que as análises sobre o eleitorado brasileiro pautam-se pela percepção clássica dos estudos norte-americanos, que consideravam os eleitores

“irracionais”. Para a literatura brasileira, temas que envolvem maior densidade política tem baixo impacto nas decisões dos eleitores. A explicação usual se apóia em referências à baixa escolaridade dos eleitores. Esse quadro se compõe com a força das relações clientelistas, que não dariam espaço para o debate sobre temas políticos (BAKER, 2002)<sup>8</sup>.

Todavia, é possível contra-argumentar que o processo de reforma econômica teve impactos diretos na qualidade, eficiência e custos de serviços e produtos antes sob a responsabilidade de empresas estatais. Esses efeitos afetaram o dia-a-dia da população e podem ter conseqüências para as atitudes da população com relação ao processo de privatização dos serviços públicos.

A literatura internacional sobre eleições indica que as decisões governamentais sobre taxas e serviços públicos tendem a mobilizar as preferências eleitorais (HARROP e MILLER, 1987; GLYNN et al., 1999). O desempenho do governo nessa área é reconhecidamente importante para a definição do voto. Se os resultados forem favoráveis, o governo tenderá a ganhar a eleição; ao contrário, se forem negativos, tenderá a perder (SINGER, 2000, p. 101). Fiorina (1981) sugere que os eleitores escolhem seu candidato de acordo com a avaliação que fazem do seu desempenho quando no governo. A qualidade dos serviços públicos é uma importante referência nessa avaliação. Fiorina considera que esses serviços são relevantes por estarem próximos dos indivíduos e terem forte impacto no bem-estar pessoal. Assim, a maneira como eles são avaliados tem relevante impacto na decisão eleitoral. As privatizações e a avaliação da qualidade dos serviços prestados seriam fatores importantes para a compreensão das atitudes dos eleitores.

De acordo com Rattsø e Sørensen (2002), as reformas econômicas tendem a indicar conflitos de interesses entre os grupos. Esses conflitos podem ser percebidos entre os eleitores mais ou menos sensíveis ao processo. Dessa forma, a avaliação da eficiência da reforma será uma questão importante para os eleitores no processo eleitoral. Além disso, como assinalam esses autores, o processo de desregulamentação e privatização, em geral tende a ser acompanhado por um forte componente ideológico.

Este artigo pretende contribuir para esse debate, analisando como o processo de privatização teve impacto sobre a percepção dos eleitores brasileiros a cerca dos benefícios e da própria legitimidade da ação estatal em diferentes áreas e serviços de interesse público. Para alcançar esse resultado ele busca analisar as atitudes dos eleitores com relação à “desiderabilidade” ou não da presença do Estado na economia, a partir dos dados de pesquisas de opinião pública.

---

<sup>8</sup> Baker (2002) análise o impacto das privatizações na decisão do eleitor brasileiro em 1998. O autor análise os dados do survey “*Mirror on the Americas*”, conduzido pelo *The Wall Street Journal Americas*, em 1998.

## **O que dizem os dados**

Os dados que analisamos neste trabalho foram colhidos num *survey* pós-eleitoral realizado em 2002, com uma amostra nacional de 2514 entrevistados. O questionário aplicado incluía uma questão que listava um conjunto de serviços essenciais e de infra-estrutura, indagando se a responsabilidade pelo fornecimento de cada um desses serviços deveria ser do Estado ou das empresas privadas. A lista apresentada é extensa. A matriz das correlações (Tabela 1) mostra que as respostas dadas pelos entrevistados para cada um desses itens estão significativamente correlacionadas.

Esses resultados não são totalmente inesperados, considerando-se o fato de que os itens foram apresentados em uma lista que, até certo ponto, induz a repetição da resposta anterior. Entretanto, uma análise mais atenta dos padrões de correlação observados indica que há uma variação importante na magnitude do valor da correlação entre diferentes itens. Essa variação permite identificar alguns conjuntos de itens em que as respostas dos entrevistados estão significativamente mais fortemente associadas do que em outros.

Assim, por exemplo, a correlação entre serviços de saúde e educação alcança o alto valor de 0,668. Da mesma forma, as correlações que se verificam entre fornecimento de água e serviço de esgoto é de 0,767, indicando que, aos olhos da população, esses serviços são “o mesmo” serviço, do ponto de vista da “desiderabilidade” ou não da presença do Estado. O fornecimento de água está também fortemente correlacionado com os serviços de recolhimento de lixo (0,557), o fornecimento de energia elétrica (0,575), o mesmo acontecendo com serviço de esgoto, onde as correlações são, respectivamente, 0,640 e 0,529.

Também as respostas dadas pelos entrevistados quando consideravam o fornecimento de telefonia fixa e celular estão fortemente correlacionadas, alcançando o valor de 0,614. Finalmente, no outro extremo, pode-se verificar uma forte correlação entre os serviços bancários e a fabricação de carros, onde a correlação também alcança o valor de 0,521. O padrão de respostas para telefonia celular está fortemente correlacionado com as respostas observadas entre telefonia fixa e a fabricação de carros: em cada um dos casos, a correlação observada foi de, respectivamente, 0,435 e 0,497. O leitor poderá observar que em todas as outras células, as correlações observadas são mais baixas. Esses resultados indicam que as respostas de cada eleitor para os diferentes itens da lista variaram bastante, porém seguindo padrões previsíveis. Assim, para o eleitorado brasileiro, alguns desses serviços são, claramente, de responsabilidade do Estado. Outros são vistos como atributos quase que exclusivos da iniciativa privada e outros ainda provocam uma polarização, com parte do eleitorado tendendo a associá-los à esfera do Estado e outra parte atribuindo-os à iniciativa privada.



**Tabela 1**

**Matriz de correlação dos itens de avaliação da responsabilidade dos serviços públicos e infra-estrutura**

	Saúde	Aposentadoria e previdência	Justiça	Transporte	Estradas e rodovias	Fornecimento de água	Serviço de esgoto	Recolhimento de lixo	Energia Elétrica	Telefone Fixo	Telefone Celular	Bancos	Fabricação de carros
Educação	0,668 (**)	0,398 (**)	0,303 (**)	0,306 (**)	0,307 (**)	0,252 (**)	0,261 (**)	0,247 (**)	0,242 (**)	0,189 (**)	0,186 (**)	0,243 (**)	0,175 (**)
Saúde		0,460 (**)	0,364 (**)	0,303 (**)	0,331 (**)	0,286 (**)	0,284 (**)	0,248 (**)	0,279 (**)	0,220 (**)	0,194 (**)	0,275 (**)	0,175 (**)
Aposentadoria e previdência			0,352 (**)	0,265 (**)	0,334 (**)	0,255 (**)	0,263 (**)	0,273 (**)	0,312 (**)	0,247 (**)	0,213 (**)	0,299 (**)	0,188 (**)
Justiça				0,222 (**)	0,210 (**)	0,231 (**)	0,231 (**)	0,190 (**)	0,248 (**)	0,194 (**)	0,188 (**)	0,165 (**)	0,120 (**)
Transporte					0,447 (**)	0,333 (**)	0,323 (**)	0,328 (**)	0,321 (**)	0,331 (**)	0,347 (**)	0,345 (**)	0,336 (**)
Estradas e rodovias						0,418 (**)	0,389 (**)	0,408 (**)	0,407 (**)	0,323 (**)	0,299 (**)	0,329 (**)	0,243 (**)
Fornecimento de água							0,767 (**)	0,557 (**)	0,575 (**)	0,404 (**)	0,298 (**)	0,233 (**)	0,212 (**)
Serviço de esgoto								0,640 (**)	0,529 (**)	0,378 (**)	0,283 (**)	0,222 (**)	0,193 (**)
Recolhimento de lixo									0,492 (**)	0,369 (**)	0,325 (**)	0,240 (**)	0,243 (**)
Energia Elétrica										0,527 (**)	0,353 (**)	0,317 (**)	0,259 (**)
Telefone Fixo											0,614 (**)	0,404 (**)	0,401 (**)
Telefone Celular												0,435 (**)	0,497 (**)
Bancos													0,521 (**)

(\*\*) Correlação é significativa no nível 0,01 (2-tailed).

Após a avaliação do grau de correlação entre as variáveis buscou-se utilizar uma técnica que permitisse examinar se existiam dimensões subjacentes àquelas medidas que pudessem sintetizar as informações nelas contidas. Para isso, optou-se pela análise fatorial<sup>9</sup>. O procedimento seguinte foi a análise da distribuição de frequências das variáveis, avaliando sua normalidade.

Examinando os *eigenvalues*<sup>10</sup> verificou-se que três fatores encontravam-se acima de 1 (critério de Kaiser). O primeiro fator corresponde a 39,8%, o segundo a 11,7% e o terceiro a 10,9% do total dos *eigenvalues* do modelo, ou seja, explicam juntos 62,6% das variações das medidas originais. Dessa forma, avaliou-se satisfatório a representativa do real.

Em seguida analisou-se a matriz fatorial (Tabela 2) para identificar, pelos *factor loadings*<sup>11</sup>, quais as variáveis que melhor se correlacionam com cada fator. A estratégia de rotação para a matriz fatorial utilizada foi o método Varimax com a Normalização de Kaiser e o método de extração foi o de Análise do Componente Principal. Na matriz rodada, as distinções entre os *factor loadings* são maiores e a composição dos fatores é mais fortemente revelada. O fator 1 reúne as informações relativas as variáveis *fornecimento de água, serviços de esgoto, recolhimento de lixo, energia elétrica*. O fator 2 é composto das variáveis *telefone fixo, telefone celular, bancos, fabricação de carros*. E o fator 3 reúne as variáveis *educação, saúde, aposentadoria e previdência e justiça*.

---

<sup>9</sup> É uma análise multivariada que se aplica à busca de identificação de fatores num conjunto de medidas realizadas. A identificação de novas dimensões na análise fatorial recorre à análise de componentes principais, que seria a identificação da função que melhor discrimina os objetos e, depois, deriva a função ortogonal. As medidas seriam os escores e sua unidade poderia ser a menor medida entre os pontos (PEREIRA, 2001).

<sup>10</sup> O *eigenvalue* é a medida de quanto a variância total das medidas realizadas pode ser explicada pelo fator. O *eigenvalue* avalia a contribuição do fator ao modelo construído pela análise fatorial, sendo que um valor pequeno sugere pequena contribuição do fator na explicação das variações das variáveis originais (PEREIRA, 2001).

<sup>11</sup> O *factor loading* é a medida de correlação entre a função derivada e as medidas originais (PEREIRA, 2001).

**Tabela 2**  
**Matriz fatorial**

	Matriz de componentes			Matriz de componentes rotacionada		
	1	2	3	1	2	3
Educação	0,549	0,608				0,800
Saúde	0,579	0,639				0,831
Aposentadoria e previdência	0,552					0,665
Justiça						0,575
Transporte	0,604					
Estradas e rodovias	0,647					
Fornecimento de água	0,706		- 0,508	0,852		
Serviço de esgoto	0,703		- 0,539	0,870		
Recolhimento de lixo	0,674			0,754		
Energia Elétrica	0,708			0,671		
Telefone Fixo	0,666				0,659	
Telefone Celular	0,612				0,768	
Bancos	0,578				0,728	
Fabricação de carros	0,521				0,792	

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a 3 components extracted.

Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a Rotation converged in 5 iterations.

Pode-se observar no quadro acima que a análise fatorial identificou três grandes dimensões que tendem a orientar a resposta dos entrevistados<sup>12</sup>: a primeira dimensão diz respeito aos serviços ditos públicos. A segunda dimensão inclui serviços que foram privatizados recentemente. O processo de privatização teve bastante cobertura da mídia e gerou debates na imprensa escrita e televisiva. Finalmente, no outro extremo, tem-se um conjunto de serviços que são percebidos pela população como sendo o domínio por excelência da iniciativa privada: a produção de automóveis, os serviços bancários etc. Um outro dado relevante do

---

<sup>12</sup> A análise fatorial considerando a amostra apenas de São Paulo (total de 714 entrevistados) mostrou um padrão semelhante, ou seja, também foram identificadas três dimensões de avaliação dos serviços públicos. Entretanto, no caso da amostra paulista os serviços de telefonia fixa tiveram a mesma avaliação que os serviços como o setor elétrico e saneamento básico, ficando na dimensão de serviços públicos tradicionais para os eleitores brasileiros. Já no caso da amostra nacional a telefonia fixa ficou agrupada entre os serviços considerados de maior peso do setor privado. Esse resultado sugere a hipótese de que a telefonia fixa teve percepções distintas no estado de São Paulo comparada ao restante do país.

padrão de respostas observado para esse conjunto de questões aparece quando cruzamos dois a dois os itens tirados de cada uma dessas dimensões.

Uma análise detida desses cruzamentos mostra que o padrão das respostas dadas pelos entrevistados está longe de ser aleatório. De fato, na Tabela 3, abaixo, vê-se que enquanto que a imensa maioria tende a concordar que serviços como educação são de responsabilidade intrínseca do Estado, esse acordo é menos tranqüilo quando se trata de serviços privatizados, como a energia elétrica. Entretanto, todos os que consideram a energia elétrica como uma área que deveria ser restrita à ação do Estado tendem a responder o mesmo para a educação, enquanto que um número significativo de eleitores aceita que a educação é um dever do Estado, mas não estende essa conclusão para a energia. O mesmo comportamento também se observa com relação à fabricação de carros. Aqui aumenta a percepção de que essa atividade é uma atribuição do setor privado: 68,5% dos entrevistados atribuem ao setor privado a responsabilidade pela fabricação de automóveis, enquanto apenas 23,4% dos entrevistados consideram que a educação é responsabilidade privada.

**Tabela 3**  
**Responsabilidade pela energia elétrica de acordo com a responsabilidade pela educação e fabricação de carros (%)**

Energia Elétrica	Educação		Total	Fabricação de carros		Total
	Governo	Privado		Governo	Privado	
Governo	80,3%	55,3%	74,5%	90,8%	66,4%	53,3%
Res. ajustado	11,9	- 11,9		12,7	- 12,7	
Privado	19,7%	44,7%	25,5%	9,2%	33,6%	25,9%
Res. ajustado	- 11,9	11,9		- 12,7	12,7	
Total	1855	562	2417	751	1635	2386

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square - Energia Elétrica by Educação	85,653	1	,000
Pearson Chi-Square - Energia Elétrica by Fabricação de Carros	106,057	1	,000

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 104,79.

A Tabela 4, abaixo, evidencia o mesmo padrão observado anteriormente: a maioria tende a concordar que serviços como educação são de responsabilidade do Estado, enquanto uma parcela menor considera o mesmo com relação à fabricação de carros. Mas entre aqueles que consideram a fabricação de carros como uma

área que deveria ser restrita à ação do Estado, poucos dão uma resposta diferente para a educação. Da mesma maneira, quem considera a educação uma atividade privada, dá a mesma resposta para a fabricação de carros.

**Tabela 4**  
**Responsabilidade pela fabricação de carros de acordo com a responsabilidade pela educação (%)**

Fabricação de carros	Educação		Total
	Governo	Privado	
Governo	35,9%	16,8%	31,4%
Res. ajustado	8,5	- 8,5	
Privado	64,1%	83,2%	68,6%
Res. ajustado	- 8,5	8,5	
Total	1815	555	2370

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18,888	1	,000

O resultado desta análise mostra que há um padrão perfeitamente coerente nas respostas que os entrevistados deram quando sustentam ou não a responsabilidade do Estado para o provimento de cada um dos setores que foram apresentados à sua consideração. É, portanto, possível se produzir uma escala reunindo as respostas dadas pelos entrevistados em cada um dos itens que analisamos acima<sup>13</sup>. Os resultados desse exercício podem ser vistos no Tabela 5.

---

<sup>13</sup> Observe-se que os itens escolhidos para compor essa escala foram escolhidos porque estão associados a cada uma das diferentes dimensões reveladas pela análise fatorial que analisamos acima. Em cada fator, escolhemos como representativa a variável que produzia maior polarização, o que permite criar uma escala com distribuição mais homogênea. Para as técnicas de produção da escala de Guttman, ver Buchanan (1974).

**Tabela 5**  
**Escala de atitudes sobre a presença do Estado na economia**

Posição na escala	Ação do Estado no provimento dos serviços/produtos			Total
	Educação	Energia elétrica	Fabricação de carros	
Privatismo	N	N	N	24,8%
Estado mínimo	S	N	N	14,3%
Desenvolvimentista	S	S	N	37,1%
Estatista	S	S	S	23,8%
Total (100%)				(2357)

O índice de reprodutibilidade dessa escala é bastante alto, 96%, o que está bem acima do mínimo usualmente aceito para escalas desse tipo, que é de 90%. Essa escala indica que 25% da população brasileira apresentou um padrão de respostas bastante próximo daquele que poderia se descrever como privatista. Para esses eleitores, o Estado não deveria ter nenhuma participação nas atividades econômicas, inclusive quando consideram o provimento de serviços básicos, como saúde e educação. Outros 14% dos entrevistados apresentaram um padrão de respostas que permitiria classificá-los como favoráveis àquilo que a literatura chama de Estado mínimo: a presença do Estado só é aceitável para o provimento de serviços básicos. Todos os outros setores da economia deveriam ficar nas mãos da iniciativa privada. A maior parte dos entrevistados defende uma posição mais próxima daquela que a literatura chama de desenvolvimentismo: a presença do Estado na economia é bem-vinda, não apenas no provimento de serviços essenciais, mas também em setores chamados estratégicos para o desenvolvimento: o fornecimento de energia elétrica, telefonia etc. Finalmente, para 24% dos eleitores, o Estado é sempre um ator preferencial na economia: sua intervenção é bem-vinda em todos os setores; posição que foi classificada como sendo “estatista”.

Tendo-se obtido a escala, uma questão importante que se coloca é estabelecer quais variáveis estão correlacionadas com cada uma das posições descritas acima. Para responder a essa questão, fizemos análises de regressão tomando como variável dependente cada uma das posições produzidas pela escala, isoladamente<sup>14</sup>. Cada uma das análises de regressão levou em consideração um

---

<sup>14</sup> Para tanto dicotomizamos a escala de 4 maneiras diferentes, cada uma delas isolando um padrão de resposta. Em seguida fizemos as regressões com a variável dicotomizada.

conjunto fixo de variáveis: a avaliação que o entrevistado fazia do governo federal (na época, o governo FHC); a decisão de voto do eleitor no primeiro e no segundo turno; auto-posicionamento na escala de ideologia; sexo; idade; escolaridade; avaliação do serviço público; nível de satisfação com o serviço público brasileiro; interesse por política; e nível de satisfação do eleitor com a democracia no Brasil.

Um resumo dos resultados dessa análise podem ser vistos no Quadro 2, abaixo.

### **Quadro 2**

#### **Variáveis que se revelaram preditoras de cada posição na escala de atitudes sobre a presença do estado na economia**

<b>Posição na escala</b>	<b>Variáveis preditoras</b>
<b>Privatismo</b>	Escolaridade Voto para presidente no primeiro turno Idade Avaliação dos serviços públicos
<b>Estado mínimo</b>	Escolaridade Avaliação do governo FHC
<b>Desenvolvimentista</b>	Avaliação geral do governo FHC Idade Avaliação da Democracia
<b>Estatista</b>	Escolaridade Voto para presidente no segundo turno Avaliação dos serviços públicos

Na Tabela 6, analisamos com maior atenção o comportamento das variáveis sócio-demográficas com relação a essa escala. Essa tabela nos indica que a posição do eleitor na escala acima pode ser explicada, em parte, em função de variáveis sócio-demográficas, às quais, em conjunto, também expressam a maior ou menor vulnerabilidade do entrevistado às pressões do mercado de trabalho. De fato, quando se observa a correlação entre as posições na escala e as variáveis escolaridade e idade, têm-se um padrão cruzado. Os mais escolarizados e mais jovens tendem a assumir a posição de Estado mínimo, e valorizam a ação da iniciativa privada no fornecimento em grande parte dos serviços. Já os entrevistados mais velhos e menos escolarizados tendem a assumir o extremo oposto da escala, e valorizam a ação estatal em todas as áreas e serviços, inclusive na produção de bens de consumo, como é o caso da fabricação de carros.

Dois fatores podem concorrer para esse padrão de associação. Em primeiro lugar há que se considerar o fator da experiência social comum vivida por cada coorte de eleitores. Os eleitores mais velhos viveram boa parte da sua vida sob a égide incontestável da ideologia do estado desenvolvimentista. Para esse grupo é quase inimaginável um serviço não estatal: o estado sempre foi (e, portanto, deve continuar sendo) o grande elemento dinamizador e orientador da atividade social e econômica do país. Por outro lado, a vulnerabilidade específica vivida pelo eleitor mais velho e menos escolarizado no mercado de trabalho, faz com que esse seja particularmente atraído pelo modelo autárquico e não competitivo que costuma vir associado ao estatismo.

**Tabela 6**  
**Matriz de Correlação de Pearson: variáveis sócio-demográficas e a escala de atitudes acerca da presença do Estado na economia**

	<b>Escolaridade</b>	<b>Idade</b>
<b>Privatismo</b>	0,020 0,327	0,087 (**) 0,000
<b>Estado Mínimo</b>	0,110 (**) 0,000	- 0,101 (**) 0,000
<b>Desenvolvimentismo</b>	0,081 (**) 0,000	- 0,071 (**) 0,000
<b>Estatismo</b>	- 0,202 (**) 0,000	0,075 (**) 0,000

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Por outro lado, consideremos agora as duas posições que denominamos privatismo e Estado desenvolvimentista. Aqui, os entrevistados tendem a concordar com um espaço mínimo de atuação do Estado, associado aos direitos essenciais da saúde e educação, mas discordam quanto à extensão da atuação do Estado para outros serviços – água, luz, telefonia etc. Para aqueles que chamamos de desenvolvimentistas, esses serviços precisam permanecer sob a tutela do governo e serem ofertados à partir da ação do Estado. Para aqueles que se encaixam no que chamamos de “privatismo”, esses serviços devem ser ofertados a partir de uma lógica de mercado e com a participação direta da iniciativa privada. Esses serviços foram objeto de um forte processo de privatização durante os anos FHC e polêmica de sua estatização permanece em aberto ainda durante o governo Lula. Não surpreendentemente, as variáveis de cunho político apresentam-se como



importantes preditoras do comportamento dos entrevistados: a avaliação que o eleitor faz do governo FHC e a orientação de seu voto no primeiro turno. De fato, como vemos no quadro abaixo (Tabela 7), há uma associação *negativa* e significativa entre a posição favorável ao maior intervencionismo estatal (estado desenvolvimentista) e a avaliação do governo FHC. Isto é quanto mais positiva é essa avaliação, menor é a probabilidade de que o entrevistado concorde com um Estado atuando no fornecimento de todos os serviços.

Ademais, os estatistas diferem dos demais quanto à avaliação dos serviços públicos no Brasil. Esses eleitores tendem a avaliar mais positivamente os serviços públicos no Brasil do que os demais grupos. Já os privatistas colocam-se na posição oposta: estes eleitores tendem a apresentar uma visão mais negativa dos serviços públicos, quando comparados aos desenvolvimentistas e aos favoráveis ao Estado mínimo.

**Tabela 9**

**Matriz de Correlação de Pearson: atitudes políticas e a escala de atitudes acerca da presença do Estado na economia**

	<b>Avaliação governo FHC</b>	<b>Intenção de voto 2º turno</b>	<b>Avaliação do serviço público</b>	<b>Avaliação da democracia</b>
<b>Privatismo</b>	0,030 0,140 2373	0,100 (**) 0,000 1996	- 0,073 (**) 0,000 2395	- 0,010 0,624 2258
<b>Estado mínimo</b>	0,056 (**) 0,006 2373	- 0,001 0,966 1996	- 0,002 0,935 2395	- 0,055 (**) 0,009 2258
<b>Desenvolvimentismo</b>	- 0,071 (**) 0,001 2373	-0,042 0,058 1996	- 0,023 0,268 2395	0,045 (*) 0,033 2258
<b>Estatismo</b>	0,003 0,892 2373	- 0,051 (*) 0,022 1996	0,101 (**) 0,000 2395	0,006 0,778 2258

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

\* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

### **Conclusões preliminares**

O trabalho apresentado constitui uma contribuição para o debate acerca das atitudes e valores da sociedade que foram mobilizados pelo processo de privatização das empresas estatais durante o governo FHC.

A literatura sobre essa questão mostra quão essas questões estão arraigadas no imaginário social brasileiro e como, ao longo dos anos 1980, parcelas significativas da elite brasileira mudaram sua percepção acerca do papel do Estado no desenvolvimento econômico. Apesar disso, estudos sobre as atitudes da população com relação a essa temática são praticamente inexistentes. Baker (2002) sugere que essa lacuna tem um viés teórico: a literatura brasileira sobre comportamento político tende a reforçar a percepção de que a baixa escolaridade do eleitorado brasileiro e a forte presença do clientelismo reforçam os componentes irracionais do comportamento desses eleitores. Assim, seria um exercício fútil buscar avaliar as posições desse eleitorado sobre questões mais complexas que polarizam o debate entre a elite. O eleitorado brasileiro seria incapaz de avaliar essas questões e tomar posições coerentes nesse debate.

Os resultados desse trabalho lançam dúvidas sobre esse diagnóstico sombrio. Os dados apresentados permitiram a identificação de padrões diferenciados (mas coerentes) de atitudes do eleitorado sobre o tema da privatização. Ademais foi possível estabelecer correlações significativas entre essas atitudes e outras questões que marcaram a agenda da campanha eleitoral de 2002. Esses resultados mostram que a análise das atitudes do eleitorado acerca de temas que marcam o debate nacional não é um exercício fútil. É necessário aprofundar esses estudos para averiguar o quanto questões dessa natureza estão consolidadas no comportamento do eleitorado.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. Negociando a reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 42, n. 3, p. 421-452, 1999.

ARRETCHE, M. Federalismo e relações inter-governamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002.

BAKER, A. Reformas liberalizantes e aprovação presidencial: a politização dos debates da política econômica no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 1, p. 77-98, 2002.

BUCHANAN, W. *Understanding political variables*. New York: Charles Scribner's Sons, 1974.

DINIZ, E. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 3, p. 349-378, 1991.

\_\_\_\_\_. *Empresariado, Estado e desenvolvimento: novas tendências no limiar do novo milênio*. Texto apresentado no 3.º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói: Associação Brasileira de Ciência Política, 2002.

FLORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

GLYNN, C.; HERBST, S.; O'KEEFE, G. J.; SHAPIRO, R. Y. *Public opinion*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

GRAHAM, C.; SUKHTANKAR, S. Does economic crisis reduce support for markets and democracy in Latin America? Some evidence from survey of public opinion and well being. *Journal of Latin America Studies*, v. 36, n. 2, p. 349-377, 2004.

HARROP, M.; MILLER, W. L. *Elections and Voters: a comparative introduction*. New York: New Amsterdam Books, 1987.

KUCZYNSKY, P.-P. Reformando o Estado. In: KUCZYNSKY, P.-P.; WILLIAMSON, J. (eds.). *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004, p. 28-41.

LIMA, M. R. S.; BOSCHI, R. R. Democracia e reforma econômica: a visão das elites brasileiras. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 1, p. 7-30, 1995.

LOURENÇO NETO, S. *Privatizações e suas conseqüências políticas e econômicas, um estudo preliminar*. 2002. Apresentado no 3.º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Niterói, Associação Brasileira de Ciência Política, 2002. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/poleco.htm>>. Acesso em: 30 de Novembro de 2004.

MILLER, W.; SHANKS, M. J. *The new American voter*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

NASCIMENTO, R. A mudança de papel do Estado brasileiro: uma análise dos anos 50 aos anos 90. In: BENECKE, D. W.; NASCIMENTO, R. (ed.). *Opções de política econômica para o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 187-206.

PEREIRA, J. C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: Edusp, 2001.

RATTSØ, J.; SØRENSEN, R. J. *Explaining public sector reform: electoral interests or political structure?* Presentation at the NOPSA-workshop "Kommunerne som politologisk laboratorium", Aalborg, Denmark, August 15-17 2002.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

WILLIAMSON, J. Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: KUCZYNSKY, P.-P.; WILLIAMSON, J. (org.). *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004, p. 283-291.

*Recebido para publicação em novembro de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

# *Sobre o verdadeiro valor dos valores: fatores de impacto sobre as atitudes de tolerância política*<sup>1</sup>

---

---

**Eva-Maria Trüdinger**

Universität Stuttgart, Alemanha

---

---

## **Resumo**

A pesquisa norte-americana sobre tolerância tradicionalmente discute a influência da educação sobre a tolerância política. Esses debates são transferidos para o contexto alemão e o artigo tenta complementar as pesquisas anteriores sobre tolerância com uma combinação de explicações baseadas em valores e descobertas sobre os sistemas de crença de massa e sobre as heurísticas na tomada de decisão. Supõe-se que os níveis de educação e sofisticação política de uma pessoa determinam sua atitude de tolerância política, pois causam um impacto sobre a relevância dos valores e das disposições ideológicas enquanto princípios abstratos para decisões individuais em situações de tolerância. Como resultado de nossa análise empírica, enfatizamos a influência separada da sofisticação política e a natureza contextual das atitudes tolerantes, em parte devido a diferenças individuais no manuseio dos princípios abstratos.

**Palavras-chave:** valores, tolerância política, sofisticação política, psicologia política.

## **Abstract:**

American tolerance research traditionally discusses the influence of education on political tolerance. These debates are transferred into a German context, and the article aims to complement previous research on tolerance by a combination of value-based explanations, of findings about mass belief systems and about heuristics in decision-making. It is assumed that the levels of education and political sophistication of a person determine his/her attitudes on political tolerance, because they have an impact on the relevance of values and ideological dispositions as abstract principles for individual decisions on tolerance situations. As a result of our empirical analyses, we can emphasize the separate influence of political sophistication and the contextual nature of tolerant attitudes, partly due to individual differences in the handling of abstract principles.

**Key words:** values, political tolerance, political sophistication, political psychology

---

<sup>1</sup> Este artigo se baseia em um trabalho mais completo, publicado na Alemanha: TRÜDINGER, E.-M. *Vom Wert der Werte: Erklärungsmodelle für Einstellungen politischer Toleranz*. Frankfurt am Main u.a.: Peter Lang, 2006.

## **Introdução**

Em sociedades pluralistas, a tolerância, mais do que uma expressão na moda, é uma forma de coexistência humana que está no centro de muitos debates filosóficos e políticos. As atitudes quanto à tolerância política estão relacionadas com o funcionamento do sistema não somente social, mas também político.

No centro da definição de tolerância política está a aprovação de direitos civis iguais para todos os membros de uma comunidade política, inclusive aqueles que expressam idéias não-convencionais ou cujo comportamento não se conforma às normas sociais. A aceitação da diversidade (por meio da liberdade de opinião, por exemplo) é uma garantia essencial para a formação da opinião democrática e para a existência de alternativas políticas e oposição (DAHL, 1971). Ao mesmo tempo, uma dificuldade particular na investigação desse tema é o assim chamado paradoxo da tolerância: há limites para o que deve ser tolerado, a intolerância em relação ao intolerante pode ser necessária. A tolerância política não pode ser considerada um objetivo absoluto a alcançar. As atitudes tolerantes, por sua vez, são multidimensionais e dependentes do grupo e das atividades que devem ser toleradas. Este artigo examinará a tolerância política na Alemanha e suas fontes ou determinantes, com base no conhecimento das pesquisas norte-americanas sobre tolerância, uma vez que há poucas pesquisas sobre o tema na Europa.

Uma extensa literatura identifica a influência da educação sobre a tolerância política, e os argumentos a favor e contra suas conseqüências positivas sobre a disposição para tolerar têm sido debatidos com freqüência. Este artigo dá continuidade a esse aspecto: supõe-se que os graus de instrução e de conhecimento de uma pessoa determinam suas atitudes de tolerância política porque causam um impacto sobre a relevância dos valores e das disposições ideológicas. Eles funcionam como princípios abstratos para decisões individuais em situações de tolerância. Os valores são concepções do desejável e podem servir de referência para o indivíduo, mas a importância e a hierarquia entre diferentes valores podem diferir segundo as circunstâncias. Esta é provavelmente uma das razões para a natureza contextual e a diversidade das atitudes tolerantes.

Para destacar os mecanismos existentes entre princípios abstratos, educação e formação de atitudes, e traçar diferentes hipóteses, este artigo se concentra em duas abordagens alternativas sobre o modo como os cidadãos compreendem o mundo político. De um lado estão as bem conhecidas propostas de Converse (1964) sobre sistemas de crenças de massa. Do outro, pesquisas recentes em psicologia política voltam a enfatizar as diferenças nas tomadas de decisões individuais. Sniderman, Brody e Tetlock (1994a e 1994b) destacam a importância da sofisticação política como uma variável determinante do impacto das heurísticas (tais como valores e disposições ideológicas) sobre as atitudes.

Este texto procura complementar pesquisas anteriores sobre tolerância com uma combinação de explicações centradas em valores e descobertas da psicologia cognitiva, e discute as seguintes questões: *como as orientações baseadas em valores e as disposições ideológicas se relacionam com as atitudes de tolerância política? E como a educação e a sofisticação política influenciam essa relação?*

Portanto, o artigo tem três objetivos principais. Em primeiro lugar, testar a influência direta das prioridades individuais de valores, medidas por uma escala de conformismo e conservadorismo (KLAGES, 1985), bem como das disposições ideológicas, medidas pela auto-classificação em uma escala esquerda-direita. Além das pesquisas existentes sobre tolerância, as explicações da tolerância política baseadas em valores são testadas. A análise controlará os efeitos de outros determinantes relevantes da tolerância mencionados na literatura, em especial a confiança social como uma heurística alternativa. Em segundo lugar, comparar a influência relativa da educação e da sofisticação política sobre as atitudes tolerantes e enfatizar a influência separada da sofisticação política, em particular como uma variável que representa a proximidade da vida política. Por fim, o artigo se concentra na interação dos princípios abstratos com a educação e a sofisticação política.

Para alcançar esses objetivos, será inicialmente apresentado o debate sobre o conceito de tolerância política e suas várias explicações, em especial o nexos entre educação e tolerância. Será então explicado como as orientações baseadas em valores e as disposições ideológicas individuais podem se relacionar com atitudes tolerantes e com a instrução e a sofisticação política de uma pessoa. As hipóteses serão seguidas pela ilustração dos dados e medidas. Finalmente, a análise empírica será apresentada e os resultados discutidos.

## **O conceito de tolerância política**

No trabalho pioneiro de Stouffer, *Comunismo, conformidade e liberdades civis* (1955), a tolerância é vista como o grau em que as pessoas aceitam que grupos não-conformistas exerçam direitos democráticos procedimentais. Essa perspectiva é mais ampla do que a de Sullivan et al. (1979, p. 784) que definem tolerância como “uma disposição para ‘suportar’ aquelas coisas que se rejeita”. A definição de Stouffer vai à raiz da questão ao afirmar que as diferenças individuais nos atributos e opiniões pessoais não devem ser um obstáculo ao exercício dos direitos políticos iguais e não devem provocar exclusão ou retirada da liberdade e da igualdade política (FORST, 2000; NUNN et al., 1978).

A análise das atitudes de tolerância política deve levar em conta que a tolerância *per se* nem sempre é desejável e que algum grau de intolerância em relação

a pessoas intolerantes pode ser necessário para preservar um sistema existente de normas e valores (democráticos) (MARCUSE, 1988; SNIDERMAN et al., 1996). Por exemplo, as pessoas podem recusar direitos civis a extremistas de direita e, desse ponto de vista, as atitudes intolerantes de uma pessoa não indicam necessariamente uma falta de virtudes democráticas. Ao contrário, esse “paradoxo da intolerância” (SULLIVAN et al., 1982, p. 9) ilustra que as decisões de tolerar resultam freqüentemente da referência a valores conflitantes em situações diferentes. Isso complica a explicação das atitudes em relação à tolerância política. Hoje, não se espera automaticamente uma consistência entre tolerância como princípio abstrato e atitudes tolerantes dependentes de situações (ao contrário do que acontecia em pesquisas anteriores, por exemplo, Prothro e Grigg, 1960, e McClosky, 1964). Em vez disso, a própria ligação entre princípios abstratos e orientações específicas é analisada na pesquisa sobre tolerância política (GIBSON e BINGHAM, 1982; JACKMAN, 1978; NEVITTE, 1996; SNIDERMAN et al., 1989).

A dimensionalidade da tolerância política está relacionada com esse tema. Os defensores da “tese da unidade” (SNIDERMAN, 1993, p. 229) estimam que a tolerância política não depende dos grupos ou atividades a serem toleradas (SNIDERMAN et al., 1989; BOBO e LICARI 1989). Supõe-se que as atitudes em relação às atividades e grupos em questão afetam as decisões de tolerar de uma pessoa (CORBETT, 1982; HERSON e HOFSTETTER, 1975; LAWRENCE, 1976; WAGNER, 1986). Por exemplo, espera-se que as atitudes tolerantes em relação a diferentes grupos variem dependendo da posição desses grupos no espectro ideológico (SULLIVAN et al., 1979 e 1982; MCCLOSKEY e BRILL, 1983; MCCUTCHEON, 1985). Tudo considerado, as explicações da tolerância política devem levar em conta os grupos e as atividades a serem toleradas.

### **Explicações da tolerância política**

#### *Explicações baseadas em valores*

A maioria das explicações da tolerância política está centrada em determinantes como idade, emprego, status, gênero e instrução, mas carecem com freqüência de um fundamento teórico explícito. Explicações alternativas da tolerância política baseadas em valores são escassas, embora permitam referências ao contexto cultural de um país e relacionar a pesquisa sobre atitudes tolerantes a explicações centradas em traços pessoais, como autoritarismo ou dogmatismo (ROKEACH, 1960; SULLIVAN et al., 1981 e 1982). Golebiowska (1995) vincula valores modernos e educação à tolerância política, e Sniderman e seus associados (1996) explicam a aprovação dos direitos democráticos por hierarquias de valores individuais.



Diferentemente das atitudes, os valores possuem um caráter abstrato e sua existência não depende de situações específicas. Um valor pode ser definido como “uma concepção, explícita ou implícita, distintiva de um indivíduo ou característica de um grupo, do desejável que influencia a seleção de modos, meios e fins de ação disponíveis” (KLUCKHOHN, 1962, p. 395). Como elementos centrais dos sistemas de crenças individuais, as orientações de valores afetam atitudes específicas, por exemplo, opiniões sobre imigrantes. Localizados no nível mais alto de generalização, esses “padrões avaliativos” (WILLIAMS, 1979, p. 16; ROKEACH, 1968, p. 550) ou “padrões de comparação” (ROKEACH, 1968, p. 551) ajudam os indivíduos a articular preferências, reduzir a complexidade individual e coletiva e tomar decisões (FEATHER, 1995; FELDMAN, 1988). Eles servem como “geradores de consistência” (SNIDERMAN, 1993, p. 225) e ajudam os indivíduos a deduzir diferentes opiniões a partir dos mesmos princípios subjacentes. Porém, atitudes específicas não podem ser derivadas diretamente de um certo valor, porque há valores em competição dentro de um sistema de crenças relevante para a tomada de decisão individual.

Tal como as orientações valorativas, as disposições ideológicas podem ser consideradas como princípios gerais que determinam atitudes específicas de tolerância política. Elas indicam o posicionamento do indivíduo no mundo político e as clivagens políticas tradicionalmente determinam os padrões ideológicos em uma sociedade. Esquerda e direita são consideradas posições dentro dessas clivagens e “instrumentos que os cidadãos podem usar para se orientar em um mundo político complexo” (FUCHS e KLINGEMANN, 1999, p. 203; FUCHS e KÜHNEL, 1990). Comparadas com os valores sociais, as disposições ideológicas estão mais relacionadas com as questões políticas e, portanto, seu uso presume provavelmente uma capacidade mais forte de abstração e uma maior consciência dos debates políticos.

#### *Educação como passaporte para a tolerância?*

O mito da educação como criadora de seres humanos melhores (e mais tolerantes) mascara mecanismos indiretos responsáveis pela ligação entre instrução e tolerância. Podemos conceber vários efeitos da educação sobre as atitudes de tolerância política.

*Efeitos diretos* – Durante muito tempo, considerou-se que a educação influenciava as atitudes tolerantes somente de maneira direta. As escolas, enquanto instituições centrais de socialização, facilitam o contato com grupos diversificados e ajudam os jovens a aceitar que as regras e liberdades são importantes para que grupos majoritários e minoritários vivam juntos (STOUFFER, 1955; DYNES, 1967; HAGENDOORN, 1999). Desse ponto de vista, a educação relaciona-se também com

uma visão mais ampla do mundo e com uma diminuição do preconceito (HOPF, 1999). Porém, os processos de educação e socialização são mais complicados. Por exemplo, eles podem depender de características institucionais. Jackman e Muha (1984) sustentam mesmo que os mais instruídos são mais tolerantes apenas superficialmente (para críticas a esse argumento ver, por exemplo, Vogt, 1997, p. 50).

*Efeitos indiretos* – Sullivan et al. (1981 e 1982) consideram que a educação influencia a tolerância política indiretamente, por intermédio de seu impacto sobre a ideologia política bem como sobre normas e princípios gerais. De acordo com essa perspectiva, pode-se supor que alguns valores que promovem a tolerância política, como o universalismo e a solidariedade, são cada vez mais partilhados ou ativados em níveis de instrução mais elevados (WEIL, 1985; STOKER, 2001; HEYDER, 2003).

Pode-se também supor que a educação altera o conhecimento e a consistência das atitudes, e pode mudar o modo como se formam as atitudes e como as pessoas tomam decisões: “O conhecimento influencia *como* se pensa sobre tolerância política, não apenas o que se pensa” (VOGT, 1997, p. 137). Como exemplo, a educação pode aumentar a capacidade de considerar princípios abstratos de tolerância se supormos sua propriedade de promover consistência cognitiva (SNIDERMAN e GOULD, 1999; GAASHOLT e TOGEBY, 1995; LAWRENCE, 1976). Os recursos empíricos também sustentam o argumento oposto que sugere que a educação aumenta a diferença entre valores de tolerância e atividades específicas em relação à tolerância política de minorias (JACKMAN, 1978; NEVITTE, 1996). Os mais instruídos têm provavelmente visões de mundo mais complexas e modos de raciocinar influenciados não somente por princípios abstratos, mas também por questões factuais concomitantes ou informações contextuais.

*Educação, não; sofisticação política, sim?*

Um motivo da posição central que a educação assume na explicação da tolerância política é o fato de que ela representa e mede mecanismos mais complicados. Esses padrões podem ser divididos em dois grupos. De um lado, temos a competência geral de uma pessoa, isto é, capacidades cognitivas, conhecimento e o modo como ela manipula a informação em geral; a educação representa a “exposição à informação e o treinamento no uso de conhecimento conceitual” (JACOBY, 1991, p. 182). De outro, existem capacidades relacionadas com aspectos políticos; podemos discernir a consciência política e o modo de tratar conceitos e informações políticas como um fator que influencia a tolerância política. Essa dimensão pode ser chamada de sofisticação política (BOBO e LICARI, 1989; ZALLER, 1992; SNIDERMAN et al., 1994b). É importante distinguir essa capacidade de receber, comunicar e usar a

informação política da educação. As duas dimensões estão relacionadas (ALMOND e VERBA, 1965; KLINGEMANN, 1979a), mas a sofisticação política está especialmente relacionada ao modo como vemos o mundo *político*. Somente a análise dos efeitos separados da sofisticação política sobre as atitudes de tolerância política pode discernir o “caráter político” das atitudes de tolerância política (SNIDERMAN et al., 1994b).

### **Prioridades individuais de valores e disposições ideológicas como determinantes das atitudes**

Para explicar atitudes tolerantes por disposições ideológicas e valores, estes últimos vinculam-se aos argumentos concernentes à educação e à sofisticação política e estão integrados em teorias e análises mais gerais sobre sistemas de crenças e processos de decisão dos indivíduos.

#### *A natureza dos sistemas de crença de massa (CONVERSE, 1964)*

Converse introduziu na ciência política o conceito de sistema de crença individual e o definiu como “uma configuração de idéias e atitudes em que os elementos estão amarrados por algum tipo de constrangimento ou interdependência funcional” (1964, p.207). Seus componentes estão entrelaçados em uma estrutura em que “algum valor abstrato ou (...) posturas mais elevadas (...) funcionam como uma espécie de cola para unir muitas outras atitudes e crenças específicas, e essas posturas têm centralidade primordial no sistema de crença como um todo” (CONVERSE, 1964, p. 211). Um sistema de crença individual estrutura-se quando alguém deriva permanentemente atitudes específicas de princípios gerais subjacentes. Em um sistema de crença estruturado, supõe-se que as atitudes de tolerância política estão relacionadas e derivam de valores abstratos e de disposições ideológicas, independentemente do grupo e das atividades a serem julgadas. Na concepção de Converse, quanto mais informado é o indivíduo, mais a estrutura de sistema de crenças depende de princípios gerais e abstratos (CONVERSE, 1964, p. 213). O grau de informação, por sua vez, resulta da educação da pessoa e de seu interesse em um tópico. Portanto, é necessário verificar se a educação, a sofisticação política e o uso ativo de conceitos ideológicos exercem influência semelhante sobre a estrutura dos sistemas de crença. Em referência ao tema deste artigo, isso significa que educação e sofisticação política provavelmente têm um impacto na relação entre princípios abstratos e atitudes de tolerância política. Seguindo Converse, deveria-se supor que somente uma minoria de pessoas (por exemplo, a elite política) se baseia em princípios abstratos para formar suas opiniões quanto a questões de tolerância política, enquanto que a maioria dos cidadãos usa referências mais simples para

tomar decisões (CONVERSE, 1964, p. 214). Portanto, temos de esclarecer se os valores e as disposições ideológicas medidos podem ser tratados do mesmo modo que os princípios abstratos de Converse.

*O papel da heurística no raciocínio político* (SNIDERMAN et al., 1994b)

Sniderman e seus associados tentam responder à questão – levantada implicitamente por Converse – de como é “possível que os cidadãos, tendo em vista como conhecem pouco sobre política, não obstante, conseguem frequentemente ter uma idéia daquilo de que são politicamente a favor ou contra” (SNIDERMAN et al., 1994b, p. 18). As pessoas podem tomar decisões razoáveis apesar da falta de informação e de capacidade de compreender fatos políticos complexos. Esse problema, chamado de “enigma de Simon”, é resolvido pelos autores pela suposição de que os cidadãos usam heurísticas na sua tomada de decisões: “Heurísticas constituem atalhos de julgamento, modos eficientes de organizar e simplificar as escolhas políticas, eficientes no duplo sentido de que exigem relativamente pouca informação para executar, mas produzem respostas confiáveis até mesmo para problemas complexos de escolha” (SNIDERMAN et al., 1994b, p. 19). Ao contrário do uso de princípios abstratos defendido por Converse, essas heurísticas podem ajudar as pessoas sem competência política (isso não significa que a falta de conhecimento seja compensada....). Essa abordagem enfatiza a importância de heurísticas menos baseadas em conhecimento, como emoções ou valores (SNIDERMAN et al., 1994b; SNIDERMAN, 2000; KUKLINSKI e QUIRK, 2000).

Igualmente importante para nossa explicação da tolerância política é o argumento central dos autores de que a escolha individual de heurísticas no processo de tomada de decisão está relacionada com seu nível de sofisticação política. Cidadãos menos instruídos e menos informados tendem a usar principalmente heurísticas emocionais; os mais instruídos compõem sua opinião com a ajuda de heurísticas mais baseadas em conhecimento (SNIDERMAN et al., 1994b). Em relação ao nosso tema, é necessário descobrir se as concepções do desejável e as disposições ideológicas podem ser consideradas atalhos baseados em conhecimento ou “heurísticas fáceis” (HURWITZ e PEFFLEY, 1992, p. 397) quando há pouca informação disponível.

Seguindo os autores, pode-se supor que valores e disposições ideológicas são menos importantes para as decisões sobre tolerância política quando o grau de educação aumenta: quanto mais informada a pessoa, mais fatores concomitantes ela leva em conta na tomada de decisão e menos importantes são os princípios gerais (por exemplo, o valor de auto-desenvolvimento). Essa distância entre a aprovação de um princípio geral e atitudes específicas é chamada de “enigma da política de princípios” (SNIDERMAN et al., 1994a; KUKLINSKI et al., 1991).

### **Tolerância política e valores particulares, disposições ideológicas e confiança social: uma conexão significativa?**

*Prioridades valorativas* – Para descrever e medir dimensões importantes dos sistemas de valores individuais, a análise se baseia na obra de Helmut Klages (1983, 1985 e 1993). Seguindo a divisão entre valores tradicionais e novos, ele diferencia dois grupos de valores, os de “dever e aceitação”, de um lado, e valores de “auto-desenvolvimento”, do outro. Os valores da primeira dimensão, os assim chamados “valores KON”, são disciplina, conformidade, cumprimento de obrigação, ordem etc., conduzem a atitudes conservadoras, conformistas e convencionais. A dimensão do auto-desenvolvimento (os assim chamados “valores não-KON”) inclui valores como participação, democracia, autonomia, proveito e auto-atualização (KLAGES 1983; 1993). Ainda que as duas dimensões tendam a ter uma correlação negativa, o sistema de valores de um indivíduo consiste freqüentemente de uma síntese de valores KON e não-KON (KLAGES, 1985). Pode-se esperar que sistemas de valores extremamente mistos têm um papel menor na formação da opinião, em relação a questões de tolerância política do que sistemas de valores mais uniformes.

Supõe-se que as orientações de valores KON favorecem atitudes razoavelmente intolerantes, ao passo que valores não-KON tendem a causar a aprovação da tolerância: uma pessoa que atribui importância à conformidade e à segurança provavelmente rejeitaria minorias não-conformistas, temendo contestações à ordem estabelecida (SNIDERMAN et al., 1996). Valores não-KON representam a disposição de tolerar a participação, a igualdade e a autonomia de todos os grupos sociais; as diferenças podem ser percebidas como enriquecimento. Porém, se a auto-atualização e a participação de grupos agressivos entra em conflito com a disposição de aceitar o auto-desenvolvimento de outros grupos não-conformistas, os defensores do auto-desenvolvimento e da participação pode exibir atitudes intolerantes. Em situações como essa, os valores são considerados guias de orientação menos apropriados.

*Disposições ideológicas* – Os diversos elementos de significação referentes às disposições ideológicas podem ser agrupados em uma dimensão esquerda-direita que indica o posicionamento que um indivíduo faz de si mesmo no mundo político (CONOVER e FELDMAN, 1981; CHUBB et al., 1994; SCARBROUGH, 1995). A história política e os processos de construção de clivagens formaram a compreensão de “esquerda” e “direita” do seguinte modo:

“Com esquerda, queremos significar a defesa da mudança social no sentido de uma maior igualdade – política, econômica, social; com direita, queremos significar o apoio a uma ordem social tradicional mais ou menos hierárquica e a oposição à mudança no sentido de uma maior igualdade” (LIPSET et al., 1954, p. 1135).

Porém, é necessário não esquecer que o significado do esquema esquerda-direita pode mudar no decorrer do tempo quando surgem novas clivagens – por exemplo, relacionadas com valores de auto-desenvolvimento. Ademais, não podemos fazer suposições definitivas sobre o significado das disposições ideológicas devido às diferenças individuais ao relacionar elementos de significado à dimensão esquerda-direita (CONOVER e FELDMAN, 1981). Não obstante, como essa dimensão pode estar associada às atitudes relacionadas com a tolerância política? Os defensores da esquerda tendem a exigir direitos iguais, tais como liberdade de opinião para todos e equalização das posições sociais. Pode-se afirmar que os cidadãos que se posicionam na direita querem conservar o *status quo* e são, portanto, contrários à mudança social. Supõe-se que sejam mais intolerantes em relação a grupos estrangeiros ou diferentes (HALMAN e HEINEN, 1996).

*Confiança social como um atalho de julgamento alternativo?* – Tal como a tolerância política, a confiança social lança luz sobre a relação de uma pessoa com seus “concidadãos” (OFFE, 1999, p. 42). Assim, os dois fatores podem ser relacionados e os trabalhos sobre tolerância política integram, às vezes, a confiança social em seus modelos explicativos (SULLIVAN et al., 1982; NEVITTE, 1996). Atuando como uma idéia positiva da humanidade, a confiança social pode promover atitudes positivas de tolerância política. As pessoas que confiam tendem provavelmente a esperar que os grupos tolerados não as desapontarão:

“Confiar é acreditar que os resultados da ação de outrem serão apropriados do nosso ponto de vista. (...) Pode-se dizer que a confiança baseia-se na crença de que a pessoa, que tem um grau de liberdade para desapontar nossas expectativas, cumprirá uma obrigação em todas as circunstâncias sobre as quais ela tem controle” (MISZTAL, 1996, p. 24).

Desse modo, a confiança social pode servir de guia de orientação alternativo para valores em conflito etc., no domínio da tolerância política. Porém, temos de esclarecer se a influência da confiança social relaciona-se igualmente com o nível de informação da pessoa: enquanto os proponentes do conceito “racional” de confiança social enfatizam sua dimensão cognitiva, outros supõem que ela pode

orientar pessoas quando elas carecem de mais informações sobre uma situação (HARDIN, 1999; LAHNO, 2002). Quando alguém está confiando, suas atitudes de tolerância política são provavelmente menos determinadas por outras heurísticas, como orientações de valores ou disposições ideológicas.

## **Hipóteses**

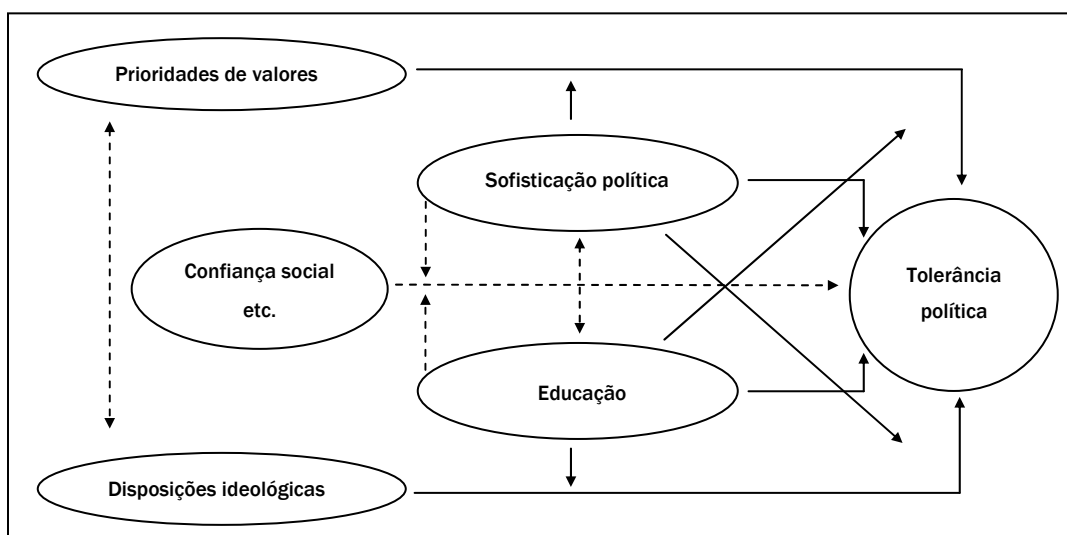
Diferentes hipóteses podem ser deduzidas dos argumentos relacionados com a pesquisa sobre valores, sistemas de crenças e sofisticação política que foram ilustrados:

- H1 As orientações baseadas em valores e as disposições ideológicas têm um impacto sobre atitudes de tolerância política.
- H2 Quanto mais uma pessoa é orientada para valores KON (valores não-KON), menos (mais) ela é politicamente tolerante.
- H3 Quanto mais a pessoa é ideologicamente voltada para a esquerda (direita), mais (menos) ela é politicamente tolerante.
- H4 Quanto mais alto o nível de educação e sofisticação da pessoa, maior é a probabilidade de que ela terá uma atitude positiva de tolerância política.
- H5 Um nível mais elevado de instrução e sofisticação política implica um maior (menor) impacto das orientações baseadas em valores e disposições ideológicas sobre as atitudes de tolerância política da pessoa.
- H6 Educação e sofisticação política não influenciam atitudes de tolerância política da mesma maneira; a sofisticação política tem uma influência mais forte sobre a tolerância política do que a educação.

É, portanto, incerto que H1 seja confirmada: Converse supõe que somente uma minoria de cidadãos tem sistemas de crenças estruturados por “posturas mais elevadas” (CONVERSE, 1964, p. 211), tais como valores, e que as atitudes de tolerância política em particular podem depender de sentimentos em relação aos grupos alvos que deverão ser tolerados ou de outros atalhos de julgamento, como a confiança social. Do mesmo modo, supõe-se que o dilema da “intolerância em relação ao intolerante” restringe a influência dos valores e disposições ideológicas como guias de orientação em questões de tolerância política. Os resultados de H4 e H5 confirmarão ou não os pressupostos tirados de Converse e de Sniderman et al. sobre a influência direta e indireta da educação e da sofisticação política sobre atitudes tolerantes. Ao mesmo tempo, eles ajudam a classificar os valores e conceitos ideológicos usados neste estudo como heurísticas mais ou menos dependentes de conhecimento. Nem Converse, nem Sniderman e seus associados

diferenciam entre graus de educação e níveis de informação e consciência política. H6 afirma que a educação serve com freqüência de substituta para a sofisticação política, mas não pode ser equiparada a ela; a integração da sofisticação política ao modelo de explicação provavelmente capta de modo mais preciso os mecanismos que conduzem a atitudes mais tolerantes. A Figura 1 resume as relações discutidas.

**Figura 1**  
**Tolerância política: uma visão geral das relações discutidas**



Fonte: Compilação da autora

## Dados e medidas

As análises empíricas serão baseadas em dados de um projeto chamado “Cidadania, Envolvimento, Democracia” (CED), *survey* realizado em doze países europeus em 2000/2001. A análise se concentra nos 3.004 respondentes que moram na Alemanha; para assegurar a representatividade dos resultados, os dados estão estatisticamente ponderados.

*Tolerância política* – Ela pode ser medida por uma pergunta sobre a disposição dos respondentes a aceitar o exercício de uma liberdade civil essencial – liberdade de



reunião – por vários grupos não-conformistas<sup>2</sup>. A escala de tolerância indicará então o grau em que os diferentes grupos são tolerados quando exercem essa atividade. A questão tem por modelo a medida de Stouffer do “grau de disposição a tolerar não-conformistas” (STOUFFER, 1955, p. 21). Stouffer perguntou se ateus, comunistas e socialistas deveriam ter permissão para falar em público, lecionar etc. Essa operacionalização foi criticada por Sullivan e seus associados, que propuseram perguntar pela disposição a aceitar os direitos de um grupo “menos querido”. Porém, essa assim chamada “medida de conteúdo controlado” deve ser rejeitada (Sullivan et al. 1979, 1981 e 1982) porque não consegue mapear um fenômeno geral da tolerância (WAGNER, 1986). Ao mesmo tempo, essa concepção de intolerância é estreita demais porque pressupõe sentimentos negativos em relação a um grupo (GIBSON, 1992, p. 562).

Os diversos debates científicos sobre como medir atitudes de tolerância política dão razão à expectativa de dificuldades na comparação dos resultados nesse campo de pesquisa. Porém, Gibson observa que a tolerância política “parece ser uma atitude tão estável e fundamental dos cidadãos que é relativamente fácil de medir, mesmo com técnicas que são, à primeira vista, bastante diferentes” (1992, p. 572). A pergunta do *survey* CED representa uma versão aperfeiçoada da escala de Stouffer porque os grupos alvos listados cobrem um grande espectro ideológico e social. As posições ideológicas dos respondentes e dos grupos alvos podem, portanto, ser levados em conta. Além disso, a escala está localizada em um nível relativamente baixo de abstração e controla o contexto das atitudes de tolerância política (NEVITTE, 1996; SNIDERMAN et al., 1996). Não obstante, não devemos esquecer que as respostas dos pesquisados sobre questões de tolerância foram influenciadas pelos fatores contextuais da época em que a pesquisa foi realizada e por um “viés de aceitabilidade social”. Este viés tem provavelmente impacto sobre a relação entre educação e tolerância política se os mais instruídos escolhessem a resposta “correta”, aquela socialmente aceita (JACKMAN, 1978; CORBETT, 1982).

Os cidadãos alemães são menos tolerantes em relação a extremistas de direita (33%), seguidos pelos racistas (41%), extremistas de esquerda (62%) e fundamentalistas islâmicos (69%). Todos esses grupos podem fazer uso da liberdade de reunião a fim de propagar opiniões políticas extremistas. As taxas de tolerância mais altas são encontradas em relação aos seguintes grupos alvos: pessoas de outra raça (96%), imigrantes (94%) e portadores de AIDS (94%).

A fim de examinar a dimensionalidade de atitudes de tolerância política e classificá-las, foram realizadas várias análises fatoriais (Tabela 1), que confirmam a diferenciação que os respondentes fazem entre grupos “socialmente diferentes” e

---

<sup>2</sup> A formulação exata da pergunta é a seguinte: “Você acha que algum desses grupos não deveria ter permissão para realizar reuniões públicas?” (lista dos grupos).

minorias de um caráter mais político (NEVITTE, 1996, p. 63). As atitudes em relação a “pessoas com ficha criminal” não se encaixam nas duas dimensões observadas e são assim excluídas das análises (ver Fatorial 2 da Tabela 1). É interessante observar que os resultados não sugerem uma separação entre grupos esquerdistas e direitistas (MCCUTCHEON, 1985), nem a existência de uma dimensão específica de “tolerância inter-étnica” (GAASHOLT e TOGEBY, 1995, p. 265), tampouco a unidimensionalidade da tolerância política (BOBO e LICARI, 1989). Portanto, as análises seguirão com um índice de “tolerância política em relação a grupos políticos” e um índice de “tolerância política em relação a grupos sociais”. É possível demonstrar que as pessoas são mais tolerantes com grupos sociais do que com grupos políticos (medida em uma escala de 0 a 1: médias de 0,57 e 0,91).

**Tabela 1**  
**Dimensões das atitudes de tolerância política (análise fatorial)**

	Fatorial 1			Fatorial 2		
	F 1	F 2	C.	F 1	F 2	C.
Extremistas de esquerda		0,75	0,57		0,75	0,58
Extremistas de direita	- 0,19	0,75	0,51	- 0,18	0,75	0,52
Racistas		0,73	0,50		0,73	0,50
Fundamentalistas cristãos	0,22	0,59	0,47	0,23	0,60	0,49
Fundamentalistas islâmicos	0,18	0,66	0,54	0,20	0,66	0,55
Imigrantes	0,81		0,64	0,81		0,65
Pessoas de outra raça	0,83		0,67	0,83		0,68
Homossexuais	0,78		0,60	0,78		0,61
Pessoas com AIDS	0,83		0,67	0,83		0,67
Viciados em drogas	0,60	0,13	0,42	0,59	0,13	0,41
Pessoas com ficha criminal	0,38	0,37	0,37			
Eigenvalues	4,1	1,9		3,8	1,9	
F1 * F2		0,30			0,27	
Proporção de variância explicada		54%			57%	

Nota: Análise fatorial (PCA, Oblimin). C.= comunalidades. F1, F2 = fatores 1, 2.

Fonte: Computado a partir do CED 2000-2001, Alemanha.

*Valores, disposições ideológicas e confiança social* – As orientações individuais baseada em valores são medidas indiretamente por meio de questões sobre como seria a sociedade desejada pelo respondente. De acordo com os argumentos teóricos de Klages e os itens disponíveis, são usadas questões sobre os princípios

que as pessoas querem ver enfatizados numa sociedade<sup>3</sup>. Esses princípios podem ser classificados ao longo das dimensões de conformidade e não-conformidade. Baseado na dupla oposição “ordem *versus* participação” e “diligência *versus* auto-desenvolvimento”, é possível construir um índice de orientações baseada em valores KON e não-KON<sup>4</sup> (GABRIEL e BRETTSCHEIDER, 1997). As disposições ideológicas são medidas pelo auto-posicionamento dos respondentes em uma escala de onze pontos que vai da extrema esquerda à extrema direita<sup>5</sup>. Três perguntas estão disponíveis para medir a confiança social e estão na base do índice<sup>6</sup>.

*Educação e sofisticação política* – A educação é medida pelos anos de instrução do respondente. A sofisticação política, fator crucial nos argumentos de Converse e Sniderman et al., é chamada alternativamente de *expertise* política, complexidade cognitiva, sofisticação ideológica ou envolvimento (ZALLER, 1992; NEUMAN, 1986). Em geral, ela é usada como um conceito-feixe e pode ser definida como “uma tendência a dar atenção detalhada à política, ter à mão bancos de informações sobre política, compreender múltiplos argumentos (...), e reconhecer as inter-relações entre esses argumentos” (SNIDERMAN et al., 1994b, p. 21). Sniderman e seus associados medem esse conceito por meio da variável educação, mas essa abordagem não está adotada aqui devido às diferenças afirmadas entre educação e o fator “mais político” da “sofisticação política”.

Converse não define explicitamente esse conceito, e não está claro como ele o relaciona com “constrangimento” ou a questão de ser informado. Contudo, subordinando-se a Converse (1964), uma medida popular de sofisticação é indicar, por exemplo, a consistência das atitudes de um indivíduo em relação a uma determinada questão ou medida política por simples correlações entre itens. Admite-

---

<sup>3</sup> Foram feitas as seguintes perguntas: “Agora vou ler algumas afirmações sobre como a sociedade poderia ser. Você pode me dizer para cada uma dessas afirmações se você gostaria de viver em ... uma sociedade que enfatiza que as pessoas sejam industriosas e diligentes (diligência)? ... uma sociedade que enfatiza que as pessoas se prendam às regras (ordem)? ... uma sociedade que enfatiza que as pessoas sejam politicamente ativas (participação)? ... uma sociedade que enfatiza que as pessoas possam se realizar (auto-desenvolvimento)?”

<sup>4</sup> Os valores são medidos de acordo com o método de *rating*. Alguns pesquisadores criticam essa medida porque ela não reflete o caráter de preferência das prioridades de valor. Levando isso em conta e a fim de aumentar a variância, o índice é gerado calculando as diferenças de valores dos itens dois a dois.

<sup>5</sup> “Em questões políticas, as pessoas falam em ‘esquerda’ e ‘direita’. Como você colocaria suas opiniões nesta escala, em termos gerais?” Respostas em uma escala de 0 (esquerda) a 10 (direita).

<sup>6</sup> Foram feitas as seguintes perguntas aos respondentes: “Em termos gerais, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que todo o cuidado é pouco ao tratar com as pessoas?”; “Você diria que, na maior parte do tempo, as pessoas tentam ser prestativas ou que elas cuidam principalmente delas mesmas?”; “Você acha que a maioria das pessoas tentaria levar vantagem sobre você se tivesse a chance, ou tentaria ser justa?”.

se que quanto maiores forem as correlações, maior é o grau de sofisticação do respondente (CONVERSE, 1964; NIE e ANDERSEN, 1974; JUDD e MILBURN, 1980). Um dos problemas desse método de mensuração (WYCKOFF, 1987; KNIGHT, 1985) pode ser ilustrado com a seguinte objeção: atitudes consistentes não estão inevitavelmente relacionadas a um nível mais alto de consciência ou compreensão políticas, mas podem ser o resultado do uso de enquadramentos comuns ou atalhos de julgamento; “a consistência é espúria, emergindo da dependência das atitudes em relação às experiências comuns a partir de pontos de referência” (LUSKIN, 1987, p. 869).

Tendo em vista essas dificuldades na mensuração, usamos a relação proposta entre sofisticação política e a questão de ser informado em política, e nos baseamos na definição de sofisticação política como “o grau em que um indivíduo dá atenção aos eventos políticos correntes e compreende o que encontrou” (ZALLER, 1990, p. 126). Isso reflete a dimensão cognitiva da cultura política no conceito de Almond e Verba (1965), a saber, o envolvimento político. Esse fator agrupa vários componentes relacionados com a reunião e a exposição à informação política – por exemplo, o conhecimento de uma pessoa sobre política, seu interesse sobre política e sua competência política subjetiva. A sofisticação política pode assim ser medida com a ajuda dessa abordagem e ainda estar de acordo com as considerações teóricas de Sniderman et al. e Converse (NEUMAN, 1986). Nesse caso, é possível usar questões sobre conhecimento político<sup>7</sup>, interesse político<sup>8</sup>, uso político da mídia<sup>9</sup> e competência política subjetiva<sup>10</sup> para medir a sofisticação política. As análises fatoriais confirmam que esses fatores residem em uma única dimensão e podem, em

---

<sup>7</sup> A seguinte questão foi usada para medir o conhecimento político: “Quantos países-membros tem a União Européia (UE)?” Porém, é necessário ter consciência dos limites desse método porque a questão mede um conhecimento especial sobre a UE.

<sup>8</sup> Foi construído um índice de interesse político, combinando duas perguntas relevantes para as dimensões de interesse político objetivo e subjetivo (VAN DETH, 1990). Interesse político subjetivo: “Em geral, o quanto você se interessa por política? Você diria que está muito interessado, razoavelmente interessado, não muito interessado ou nada interessado?”. Respostas: Muito interessado, razoavelmente interessado, não muito interessado ou nada interessado. Interesse político objetivo: “Com que frequência você diria que discute questões políticas com outras pessoas?”. Respostas: Frequentemente, às vezes, raramente, nunca.

<sup>9</sup> O uso político da mídia é medido por uma escala de três itens baseada nas seguintes perguntas: “Com que frequência você ... lê o conteúdo político de um jornal? ... escuta ou vê noticiários no rádio ou televisão? ... escuta ou vê outros programas sobre política e questões sociais no rádio ou televisão?”. Respostas: Todos os dias, 3-4 dias por semana, 1-2 dias por semana, com menos frequência, nunca.

<sup>10</sup> Para medir “o grau em que os indivíduos pensam que podem influenciar o governo” (ALMOND e VERBA, 1965, p. 139), foram usadas as seguintes questões e construiu-se um índice de competência política subjetiva: “As pessoas como você têm maior ou menor possibilidade do que outras de apresentar suas opiniões aos políticos? As pessoas como você têm maior ou menor possibilidade do que outras de fazer com que os políticos levem em consideração suas opiniões?” Respostas em uma escala de 0 (muito menor) a 10 (muito maior).

consequência, ser agrupados em um índice de sofisticação política. As análises fatoriais também demonstraram que a educação tem de ser tratada separadamente.

*Variáveis de controle* – Pesquisas anteriores indicaram que gênero, idade e grau de urbanização do local de residência devem ser levados em conta. Ao fazê-lo, a importância relativa dos principais determinantes para o desenho da pesquisa pode ser avaliada<sup>11</sup>.

## **Análises e resultados**

### *A influência direta das orientações baseadas em valores e das disposições ideológicas*

Para obter uma primeira impressão da relevância empírica das relações postuladas teoricamente, foram realizadas análises de regressão, separadas conforme as duas dimensões da tolerância analisadas acima. Um resultado inicial foi a diferença observada entre as duas dimensões da tolerância política, que se destaca na comparação de todos os modelos e se repete em análises posteriores. Isso coloca em questão a obra de alguns autores que pressupõem que a tolerância tem um caráter unidimensional e que é independente dos grupos e atividades que devem ser tolerados.

Em termos globais, observa-se uma influência relativamente fraca dos valores e das disposições ideológicas sobre as atitudes de tolerância política (Tabela 2).

---

<sup>11</sup> A urbanidade é medida por uma escala de seis itens que vai de áreas de residência extremamente rurais a áreas extremamente metropolitanas.

**Tabela 2**  
**Modelo das fontes de atitudes de tolerância política**  
**(coeficientes de regressão)**

	Tolerância política em relação a grupos políticos		Tolerância política em relação a grupos sociais	
	b	Beta	b	Beta
Valores KON/não-KON	- 0,03	- 0,02 <sup>ns</sup>	- 0,08	- 0,10***
Disposições ideológicas	0,05	0,03 <sup>ns</sup>	- 0,08	- 0,08***
Educação	- 0,06	- 0,06**	- 0,03	- 0,05*
Sofisticação política	0,04	0,04 <sup>ns</sup>	0,06	0,11***
Confiança social	0,17	0,13***	0,14	0,18***
Gênero	- 0,03	- 0,04 <sup>ns</sup>	- 0,02	- 0,06**
Idade	- 0,09	- 0,08***	- 0,06	- 0,09***
Grau de urbanização	0,05	0,05 <sup>ns</sup>	0,05	0,08***
Constante	0,51***		0,93***	
R <sup>2</sup> ajustado	0,03***		0,09***	
N	2087		2087	

Nota: \* =  $p \leq 0,05$ ; \*\* =  $p \leq 0,01$ ; \*\*\* =  $p \leq 0,001$ ; ns = estatisticamente não significativa.

Fonte: Calculado a partir de CED 2000-2001, Alemanha.

Esses resultados parecem contradizer a primeira hipótese e terão de ser examinados mais de perto. O fraco poder explicativo do modelo não impõe diretamente outras explicações relacionadas com os fatores demográficos controlados (gênero, grau de urbanidade etc.), mas antes sugere que julgamentos de tolerância se baseiam em opiniões sobre grupos alvos, sentimentos pessoais ou confiança social. Esta última afeta bastante as atitudes tolerantes e parece validar as proposições sobre o papel da confiança social como uma heurística alternativa para julgamento. Porém, não se deve tirar conclusões apressadas quanto à relevância das “posturas mais elevadas” em geral, pois outros valores como “liberdade” ou “igualdade” poderiam estar mais relacionados com o tópico da tolerância política. Além disso, pode-se supor que há efeitos importantes que resultam da interação entre valores, disposições ideológicas e outras variáveis, limitando o poder de explicação do modelo como um todo. Esta suposição tem o apoio dos resultados de análises de variância alternativas que indicam efeitos interativos, em particular entre orientações baseadas em valores, de um lado, e idade, gênero, educação e confiança social, de outro (esses modelos mostram entre 20% a 30% da variância explicada, incluindo os principais efeitos de interação).

As orientações baseadas em valores e as disposições ideológicas não influenciam a tolerância em relação a grupos políticos, mas influenciam a tolerância

em relação a grupos sociais. Nesse território, as hipóteses 2 e 3 parecem ser confirmadas e, mais uma vez, encontram-se diferenças entre as duas dimensões das atitudes de tolerância política. Quanto mais uma pessoa se orienta por valores de conformidade e se inclina ideologicamente para a direita, menos ela demonstra tolerância política em relação a grupos sociais, mas não em relação a grupos políticos. Os proponentes da não-conformidade e da esquerda são mais tolerantes com grupos sociais.

Desse modo, como devemos interpretar os resultados fracos na explicação da tolerância política em relação a grupos políticos? Eles estão relacionados apenas parcialmente com o fato de que o índice combina grupos situados em posições diferentes do espectro ideológico e social: as mesmas análises foram feitas separadamente para vários grupos, tais como extremistas de direita e de esquerda, e os resultados realmente não melhoraram. Assim, devemos supor que essa limitação se deve a três outros aspectos. Em primeiro lugar, à dificuldade da tarefa incumbida ao respondente de decidir-se se deveria ou não tolerar os intolerantes, tais como extremistas políticos ou racistas (SNIDERMAN et al., 1996). Em segundo lugar, à íntima relação entre atitudes em relação a grupos sociais e concepções gerais de como a sociedade deveria ser. Por fim, a relação entre valores e disposições ideológicas, de um lado, e tolerância, do outro, é provavelmente curvilínea. É possível que pessoas da extrema-esquerda ou direita e com idéias extremamente conformistas ou não-conformistas sobre a sociedade tenham opiniões mais radicais sobre como tratar minorias do que cidadãos moderados. Isso poderia ser outra explicação para os baixos coeficientes que foram encontrados.

#### *Os vieses da educação e da sofisticação política*

A fraca influência encontrada das prioridades valorativas e das disposições ideológicas sobre a tolerância política, quando se considera a população como um todo, não contradiz as abordagens teóricas de Sniderman et al. e Converse. Ao contrário, dá suporte a considerações sobre diferenças no processo individual de tomada de decisões, dependendo do grau de informação ou educação da pessoa. Por esse motivo, deve-se analisar em modelos de regressão separados como as “posturas mais elevadas” medidas interagem com níveis de educação (Tabela 3) e de sofisticação política (Tabela 4)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Os respondentes foram divididos em três grupos representando os níveis baixo, médio e alto de educação e sofisticação política, respondendo por um número de casos nos grupos distribuídos, grosso modo, de maneira igual.

**Tabela 3**  
**Modelos das fontes de atitudes de tolerância política**  
**(coeficientes de regressão), por níveis separados de educação**

	Tolerância política em relação a grupos políticos					
	Baixa educação		Média educação		Alta educação	
	b	Beta	b	Beta	b	Beta
Valores KON/não-KON	-0,28	-0,18***	0,05	0,04 <sup>ns</sup>	0,02	0,01 <sup>ns</sup>
Disposições ideológicas	0,02	0,01 <sup>ns</sup>	0,04	0,03 <sup>ns</sup>	0,08	0,06 <sup>ns</sup>
Confiança social	0,12	0,10*	0,12	0,10**	0,32	0,22***
Gênero	-0,04	-0,07 <sup>ns</sup>	-0,04	-0,05 <sup>ns</sup>	0,01	0,02 <sup>ns</sup>
Idade	-0,12	-0,11*	-0,07	-0,06 <sup>ns</sup>	-0,07	-0,05 <sup>ns</sup>
Grau de urbanização	0,12	0,11**	0,02	0,02 <sup>ns</sup>	0,02	0,02 <sup>ns</sup>
Constante	0,71***		0,50***		0,34***	
R <sup>2</sup> ajustado	0,07***		0,01*		0,04***	
N	526		983		649	
	Tolerância política em relação a grupos sociais					
	Baixa educação		Média educação		Alta educação	
	b	Beta	b	Beta	b	Beta
Valores KON/não-KON	-0,06	-0,06 <sup>ns</sup>	-0,13	-0,15***	-0,04	-0,05 <sup>ns</sup>
Disposições ideológicas	-0,09	-0,09*	-0,07	-0,07*	-0,13	-0,14***
Confiança social	0,18	0,23***	0,11	0,14***	0,19	0,22***
Gênero	-0,03	-0,07***	-0,01	-0,04 <sup>ns</sup>	-0,03	-0,07 <sup>ns</sup>
Idade	-0,12	-0,18***	-0,04	-0,06 <sup>ns</sup>	0,01	0,01 <sup>ns</sup>
Grau de urbanização	0,11	0,16***	0,05	0,08*	0,02	0,03 <sup>ns</sup>
Constante	0,93***		0,98***		0,90***	
R <sup>2</sup> ajustado	0,13***		0,06***		0,08***	
N	526		983		649	

Nota: \* =  $p \leq 0,05$ ; \*\* =  $p \leq 0,01$ ; \*\*\* =  $p \leq 0,001$ ; <sup>ns</sup> = estatisticamente não significativa.

Fonte: Calculado a partir de CED 2000-2001, Alemanha.

De forma global, os modelos podem ser distinguidos quanto ao seu poder explicativo, que é muito maior quando se olha para o grupo que contém cidadãos menos informados e instruídos. A consciência política e a maior instrução levam a processos de decisão mais complexos que ainda não podem ser modelados? Ao olhar mais de perto a influência dos valores sobre a tolerância política a fim de examinar a hipótese 5, a questão parece se tornar ainda mais legítima. A influência de orientações baseadas em valores conformistas e não-conformistas sobre as atitudes tolerantes em relação a grupos políticos é mais decisiva para pessoas com níveis baixos de instrução e para pessoas com graus baixos de sofisticação política quando discutem atitudes em relação a grupos sociais (influência na direção proposta). Esse resultado parece contradizer aqueles que ligam o uso de princípios gerais com altos níveis de competência política.



Desse modo, pode-se concluir também que os valores analisados não são semelhantes aos princípios abstratos, de acordo com Converse, mas servem antes como simples enquadramentos nas decisões cotidianas de uma pessoa (CHONG, 1996). Porém, as análises estão igualmente em concordância com a idéia do “enigma da política de princípios” (SNIDERMAN et al., 1994a): os valores desempenham um papel menor nas decisões de pessoas bem informadas porque têm de competir com uma multiplicidade de reflexões e considerações.

**Tabela 4**  
**Modelos de fontes de atitudes de tolerância política**  
**(coeficientes de regressão) por níveis separados de sofisticação política**

	Tolerância política em relação a grupos políticos					
	Baixa sofisticação		Média sofisticação		Alta sofisticação	
	b	Beta	b	Beta	b	Beta
Valores KON/não-KON	-0,08	-0,06 <sup>ns</sup>	-0,02	-0,02 <sup>ns</sup>	-0,01	-0,01 <sup>ns</sup>
Disposições ideológicas	0,07	0,04 <sup>ns</sup>	0,05	0,03 <sup>ns</sup>	0,02	0,01 <sup>ns</sup>
Confiança social	0,16	0,13***	0,22	0,16***	0,06	0,05 <sup>ns</sup>
Gênero	0,00	0,01 <sup>ns</sup>	-0,05	-0,08*	-0,00	-0,00 <sup>ns</sup>
Idade	-0,13	-0,14***	-0,04	-0,04 <sup>ns</sup>	-0,00	-0,00 <sup>ns</sup>
Grau de urbanização	0,09	0,08*	0,03	0,03 <sup>ns</sup>	0,06	0,05 <sup>ns</sup>
Constante	0,51***		0,48***		0,51***	
R <sup>2</sup> ajustado	0,05***		0,03***		-0,00 <sup>ns</sup>	
N	673		919		733	
	Tolerância política em relação a grupos sociais					
	Baixa sofisticação		Média sofisticação		Alta sofisticação	
	b	Beta	b	Beta	b	Beta
Valores KON/não-KON	-0,17	-0,16***	-0,06	-0,08*	-0,02	-0,03 <sup>ns</sup>
Disposições ideológicas	-0,10	-0,08*	-0,07	-0,08*	-0,09	-0,12***
Confiança social	0,17	0,20***	0,13	0,20***	0,07	0,11**
Gênero	-0,02	-0,05 <sup>ns</sup>	-0,02	-0,07*	-0,04	-0,12***
Idade	-0,09	-0,13***	-0,02	-0,05 <sup>ns</sup>	0,01	0,01 <sup>ns</sup>
Grau de urbanização	0,05	0,06 <sup>ns</sup>	0,04	0,06 <sup>ns</sup>	0,04	0,07 <sup>ns</sup>
Constante	0,97***		0,94***		0,95***	
R <sup>2</sup> ajustado	0,12***		0,06***		0,05***	
N	673		919		733	

Nota: \* =  $p \leq 0,05$ ; \*\* =  $p \leq 0,01$ ; \*\*\* =  $p \leq 0,001$ ; <sup>ns</sup> = estatisticamente não significativo.

Fonte: Calculado a partir de CED 2000-2001, Alemanha.

As disposições ideológicas não podem ser consideradas do mesmo modo como os valores foram medidos. Elas não determinam como as pessoas pensam e sentem em relação a grupos políticos. Ao mesmo tempo, os resultados empíricos

indicam que elas influenciam particularmente as decisões sobre tolerância política em relação a grupos sociais tomadas pelos cidadãos mais instruídos e mais sofisticados (Tabelas 3 e 4). Em consequência, parecem ser poucos princípios gerais que exigem um certo nível de conhecimento e consciência política quando usadas como heurísticas em questões de tolerância política.

Supondo-se que as diferenças na influência indireta dos valores e das disposições ideológicas não se devem exclusivamente aos diferentes métodos de mensuração dos dois conceitos, podemos dizer que as pessoas estão aparelhadas para diferentes tipos de heurísticas, resultado que está de acordo com conclusões recentes da psicologia política cognitiva (por exemplo, Chong, 1996; e Lupia et al., 2000, com outras referências).

Sniderman e seus associados já haviam descoberto que as pessoas usam heurísticas de julgamento variadas, dependendo da natureza da questão relevante e do nível de informação da pessoa. A confiança social é o fator que tem o maior impacto nas considerações sobre tolerância política e pode ser tomada como outro exemplo de heurística competindo com os valores medidos. Além disso, a influência positiva da confiança social sobre a tolerância política não se limita a opiniões sobre grupos sociais; afeta também de modo considerável os julgamentos sobre os direitos dos grupos políticos (Tabelas 2, 3 e 4). Ao contrário dos valores e das disposições ideológicas, este tipo de heurística parece ser mais geral e menos independente de grupos alvos ou valores conflitantes. Ao mesmo tempo, a relevância da confiança social não aumenta consistentemente com o aumento dos níveis de educação e sofisticação política. Assim, a confiança social pode ser considerada um quadro de referência mais geral e mais amplo.

#### *Efeitos diretos da educação e da sofisticação política sobre a tolerância política*

Ao focar os efeitos diretos (em vez dos indiretos) da educação e da sofisticação política sobre a tolerância política, as diferenças entre os dois fatores se tornam mais pronunciadas e parecem validar a hipótese 6. Ao contrário do proposto na hipótese 3, a educação tem pouca influência na tolerância política e confirma os argumentos a favor de outros determinantes dessas atitudes. Isso ocorre também porque a debilidade do efeito educacional não se deve a uma relação direta e próxima entre valores e educação<sup>13</sup>, como pensaram alguns pesquisadores. A Tabela 2 mostra que os mais instruídos são ainda mais intolerantes em relação a grupos sociais e políticos. Porém, em termos de tolerância política em relação a grupos políticos, isso pode ser entendido da seguinte maneira: é mais provável que as pessoas com alto

---

<sup>13</sup> Evidências disso podem ser encontradas em simples correlações bivariadas entre valores e educação ( $r = -0,11^{***}$ ) e entre disposições ideológicas e educação ( $r = -0,09^{***}$ ).

grau de instrução sejam mais capazes de ver um problema em tolerar minorias aparentemente intolerantes. Em termos gerais, a influência relativamente fraca da educação é inesperada e não reflete o lugar proeminente dessa variável nas pesquisas anteriores sobre tolerância.

É possível encontrar outras razões para deduzir os efeitos autônomos da educação e da sofisticação política. Não há mudanças importantes no poder explicativo dos dois fatores, estejam eles integrados separada ou simultaneamente em diferentes modelos estatísticos. Embora tenha sido encontrada uma relação positiva entre educação e sofisticação política ( $r = 0,23^{***}$ ), os modelos de regressão validam os resultados das análises fatoriais e a hipótese 6: educação e sofisticação política parecem ser fatores independentes, ao contrário do proposto por Sniderman e seus associados.

Como evidência adicional, a sofisticação política está relacionada positivamente e de modo forte com a tolerância política em relação a grupos sociais do que a educação (Tabela 2): quanto mais alto o nível de sofisticação da pessoa, mais tolerante ela é com grupos sociais, ou seja, a hipótese 4 foi parcialmente confirmada. Além disso, esse padrão oferece uma prova do grau em que as atitudes medidas de tolerância política fazem referências à política ou a uma “dimensão política”.

## **Discussão e conclusões**

Em conclusão, é certamente possível observar uma influência dos valores e disposições ideológicas medidos sobre atitudes de tolerância política de acordo com as hipóteses deduzidas, mas é uma influência fraca que tem a ver principalmente com atitudes em relação a grupos sociais. Desse modo, os resultados não rejeitam completamente o modelo, na medida em que a relevância dos princípios orientadores testados depende claramente dos níveis de instrução e sofisticação política, como supõem abordagens teóricas apresentadas. Além disso, os resultados se baseiam na quantidade restrita de indicadores disponíveis na pesquisa CED. Por exemplo, a medida de tolerância política é apenas uma opção possível entre outras.

No conjunto, encontrou-se alguns indícios de que a tolerância política é um complexo multidimensional de atitudes (GIBSON e BINGHAM, 1982) e pesquisas futuras terão de examinar mais de perto a questão de como os cidadãos diferenciam entre “intolerância” em geral e uma “recusa a tolerar” (WAGNER, 1986, p. 45), usando eventualmente novas técnicas de experimentação (LUPIA et al., 2000). Ao mesmo tempo, as comparações em diversos países europeus poderiam analisar o impacto de culturas políticas nacionais específicas sobre atitudes tolerantes.

A fraca relação entre a educação e as atitudes medidas de tolerância política dá suporte para a perspectiva alternativa, a qual focaliza o impacto dos valores. No entanto, também fornece incentivos a um foco sobre a natureza do viés educacional em outros domínios das atitudes políticas e sua relação com a questão da sofisticação política. Em qualquer caso, a perspectiva da psicologia cognitiva, ao colocar ênfase sobre a heterogeneidade de uma população e sobre as diferenças individuais nos processos de tomada de decisões, pode fundamentar a pesquisa convencional sobre atitudes políticas.

É necessário acrescentar outros detalhes referentes aos efeitos da sofisticação política sobre a tolerância política. Análises adicionais examinaram como componentes separados do índice de sofisticação política afetam a tolerância e descobriu-se que a competência política subjetiva desempenha um papel decisivo na determinação de atitudes de tolerância política. Esses resultados e as descobertas quanto à confiança social confirmam a relevância dos traços pessoais em questões relativas à tolerância política. Portanto, uma combinação de diferentes abordagens psicológicas, junto com a pesquisa sobre valores em ciência política, continuará a ser útil no futuro.

### Referências Bibliográficas

ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.

BOBO, L.; LICARI, F. C. Education and political tolerance: testing the effects of cognitive sophistication and target group affect. *Public Opinion Quarterly*, v. 53, p. 285-308, 1989.

CHONG, D. Creating common frames of reference on political issues. In: MUTZ, D. C.; SNIDERMAN, P. M.; TETLOCK, R. A. *Political persuasion and attitudes change*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996, p. 195-224.

CHUBB, J. E.; HAGEN, M. G.; SNIDERMAN, P. M. Ideological reasoning. In: SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P. E. (ed.). *Reasoning and choice: explorations in political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 140-163.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (ed.). *Ideology and discontent*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1964, p. 206-261.

CONOVER, P. J.; FELDMAN, S. The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. *American Journal of Political Science*, v. 25, p. 617-645, 1981.

CORBETT, M. *Political tolerance in America: freedom and equality in public attitudes*. Nova York: Longman, 1982.

DAHL, R. A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DYNES, W. Education and tolerance: an analysis of intervening factors. *Social Forces*, v. 46, p. 22-34, 1967.

FEATHER, N. T. Values, valences, and choices: the influence of values on the perceived attractiveness and choice of alternatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 68, p. 1135-1151, 1995.

FELDMAN, S. Structure and consistency in public opinion: the role of core beliefs and values. *American Journal of Political Science*, v. 32, p. 416-440, 1988.

FORST, R. Toleranz, gerechtigkeit, vernunft. In: FORST, R. (ed.). *Toleranz: philosophische grundlagen und gesellschaftliche praxis einer umstrittenen tugend*. Frankfurt: Campus, 2000.

FUCHS, D.; KLINGEMANN, H.-D. The left-right schema. In: JENNINGS, M. K.; VAN DETH, J. (ed.). *Continuities in political action. A longitudinal study of political orientations in three western democracies*. Berlin: De Gruyter, 1990, p. 203-234.

FUCHS, D.; KÜHNEL, S. M. Die evaluative bedeutung ideologischer selbstidentifikation. In: KAASE, M.; KLINGEMANN, H.-D. (ed.). *Wahlen und Wähler. Analysen aus Anlaß der Bundestagswahl 1987*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990, p. 217-252.

GAASHOLT, O.; TOGEBY, L. Interethnic tolerance, education and political orientation: evidence from Denmark. *Political Behavior*, v. 17, p. 265-285, 1995.

GABRIEL, O. W.; BRETTSCHEIDER, F. Werte, ideologien und politikpräferenzen. In: GABRIEL, O. W.; BRETTSCHEIDER, F.; VETTER, A. (ed.). *Politische kultur und wahlverhalten in einer großstadt*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1997, p. 43-68.

GIBSON, J. L.; BINGHAM, R. D. On the conceptualization and measurement of political tolerance. *American Political Science Review*, v. 76, p. 603-620, 1982.

GIBSON, J. L. Alternative measures of political tolerance: must tolerance be 'least-liked'? *American Journal of Political Science*, v. 36, p. 560-577, 1992.

GOLEBIOWSKA, E. Individual value priorities, education and political tolerance. *Political Behavior*, v. 17, p. 23-48, 1995.

HAGENDOORN, L. Introduction: a model of the effects of education on prejudice and racism. In: HAGENDOORN, L.; NEKUEE, S. (ed.). *Education and racism: a cross national inventory of positive effects of education on ethnic tolerance*. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 1-19.

HALMAN, L.; HEINEN, T. Left and right in modern society. In: HALMAN, L.; NEVITTE, N. (ed.). *Political value change in western democracies*. Tilburg: Tilburg University Press, 1996.

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 22-41.

HERSON, L.; HOFSTETTER, C. R. Tolerance, consensus, and the democratic creed: a contextual exploration. *Journal of Politics*, v. 37, p. 1007-1032, 1975.

HEYDER, A. Bessere bildung, bessere menschen? Genauerer hinsehen hilft weiter. In: HEITMEYER, W. (ed.). *Deutsche zustände*. Folge 2. Frankfurt: Edition Suhrkamp, 2003.

HOPF, W. Ungleichheit der bildung und ethnozentrismus. *Zeitschrift für Pädagogik*, p. 847-865, 1999.

HURWITZ, J.; PEFFLEY, M. Traditional versus social values as antecedents of racial stereotypes and policy conservatism. *Political Behavior*, v. 14, p. 395-421, 1992.

JACOBY, W. G. Ideological identification and issue attitudes. *American Journal of Political Science*, v. 35, p. 178-205, 1991.

JACKMAN, M. R. General and applied tolerance: does education increase commitment to racial integration? *American Journal of Political Science*, v. 22, p. 302-324, 1978.

JACKMAN, M.; MUHA, M. J. Education and intergroup attitudes: moral enlightenment, superficial democratic commitment, or ideological refinement? *American Sociological Review*, v. 49, p. 751-769, 1984.

JUDD, C. M.; MILBURN, M. A. The structure of attitude systems in the general public: comparisons of a structural equation model. *American Sociological Review*, v. 45, p. 627-643, 1980.

KLAGES, H. *Wertorientierung und staatsbezug: untersuchungen zur politischen kultur in der Bundesrepublik Deutschland*. Frankfurt: Campus Verlag, 1983.

\_\_\_\_\_. *Wertorientierungen im wandel: rückblick, gegenwartsanalyse, prognosen*. Frankfurt: Campus Verlag, 1985.

\_\_\_\_\_. *Traditionsbruch als herausforderung: perspektiven der wertewandels-gesellschaft*. Frankfurt: Campus Verlag, 1993.

KLINGEMANN, H. D. The background of ideological conceptualization. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. et al. *Political action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979a, p. 255-277.

KLUCKHOHN, C. Values and value orientations in the theory of action. In: PARSONS, T.; SHILS, E. A. (ed.). *Toward a general theory of action*. New York: Horpers Publishers, 1962.

KNIGHT, K. Ideology in the 1980 election: ideological sophistication does matter. *Journal of Politics*, v. 47, p. 828-853, 1985.

KUKLINSKI, J. H.; RIGGLE, E.; OTTATI, V.; SCHWARZ, N.; WYER, R. S. Jr. The cognitive and affective bases of political tolerance judgements. *American Journal of Political Science*, v. 35, p. 1-27, 1991.

KUKLINSKI, J. H.; QUIRK, P. J. Reconsidering the rational public: cognition, heuristics, and mass opinion. In: LUPIA, A.; McCUBBINS, M. D.; POPKIN, S. L. (ed.). *Elements of reason: cognition, choice, and the bounds of rationality*. New York: Cambridge University Press, 2000.

LAHNO, B. *Der Begriff des Vertrauens*. Paderborn: Mentis Verlag, 2002.

LAWRENCE, D. G. Procedural norms and tolerance: a reassessment. *American Political Science Review*, v. 70, p. 80-100, 1976.

LIPSET, S. M.; LAZARFELD, P. F.; BARTON, A. H.; LINZ, J. The psychology of voting: an analysis of voting behavior. In: GARDNER, L. (ed.). *Handbook of social psychology 2*. Reading: Addison-Wesley. S., 1954, p. 1124-1554.

LUPIA, A.; McCUBBINS, M. D.; POPKIN, S. L. (ed.). *Elements of reason: cognition, choice, and the bounds of rationality*. Nova York: Cambridge University Press, 2000.

LUSKIN, R. C. Measuring political sophistication. *American Journal of Political Science*, v. 31, p. 856-899, 1987.

MARCUSE, H. Repressive toleranz. In: WOLFF, R. P.; MOORE, B.; MARCUSE, H. *Kritik der reinen toleranz*. Frankfurt: Suhrkamp, 1988.

MCCLOSKEY, H. Consensus and ideology in american politics. *American Political Science Review*, v. 58, p. 361-382, 1964.

MCCLOSKEY, H.; BRILL, A. *Dimensions of tolerance*. Nova York: Basic, 1983.

MCCUTCHEON, A. L. A latent class analysis of tolerance for nonconformity in the american public. *Public Opinion Quarterly*, v. 49, p. 474-488, 1985.

MISZTAL, B. A. *Trust in modern society: the search for the basis of social order*. Cambridge: Polity Press, 1996.

NEUMAN, W. R. *The paradox of mass politics: knowledge and opinion in the american electorate*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.



NEVITTE, N. Tolerance and intolerance in advanced industrial states: the cross-time evidence. In: HALMAN, L.; NEVITTE, N. (ed.). *Political value change in western democracies*. Tilburg: Tilburg University Press, 1996, p. 59-79.

NIE, N. H.; ANDERSEN, K. Mass belief systems revisited: political change and attitude structure. *Journal of Politics*, v. 36, p. 540-591, 1974.

NUNN, C. Z.; CROCKETT, H. J.; WILLIAMS, J. A. *Tolerance for nonconformity*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1978.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 42-87.

PROTHRO, J. W.; GRIGG, C. W. Fundamental principles of democracy: bases of agreement and disagreement. *Journal of Politics*, v. 22, p. 276-294, 1960.

ROKEACH, M. *The open and the closed mind: investigations into the nature of belief system and personality systems*. Nova York: Basic Books, 1960.

\_\_\_\_\_. The role of values in public opinion research. *Public Opinion Quarterly*, v. 32, p. 547-559, 1968.

SCARBROUGH, E. Materialist-postmaterialist value orientations. In: VAN DETH, J. W.; SCARBROUGH, E. (ed.). *The impact of values. Beliefs in government*. v. 4. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 123-159.

SNIDERMAN, P. M. The new look in public opinion research. In: FINIFTER, A. (ed.). *Political science II. The state of the discipline*. Washington, D.C.: American Political Science Association, 1993, p. 219-245.

\_\_\_\_\_. Taking sides: a fixed choice theory of political reasoning. In: LUPIA, A.; MCCUBBINS, M. D.; POPKIN, S. L. (ed.). *Elements of reason: cognition, choice, and the bounds of rationality*. New York: Cambridge University Press, 2000, p. 67-84.

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A.; TETLOCK, P. E. (ed.). *Reasoning and choice. Explorations in political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994a.

\_\_\_\_\_. The role of heuristics in political reasoning: a theory sketch. In: \_\_\_\_\_. (ed.). *Reasoning and choice: explorations in political psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994b, p. 14-30.

SNIDERMAN, P. M.; FLETCHER, J. F.; RUSSELL, P. H.; TETLOCK, P. E. *The clash of rights: liberty, equality, and legitimacy in pluralist democracies*. New Haven: Yale University Press, 1996.

SNIDERMAN, P. M.; GOULD, E. R. Dynamics of political values: education and issues of tolerance. In: HAGENDOORN, L.; NEKUEE, S. (ed.). *Education and racism: a cross national inventory of positive effects of education on ethnic tolerance*. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 137-161.

SNIDERMAN, P. M.; TETLOCK, P. E.; GLASER, J. M.; GREEN, D. P.; HOUT, M. Principled tolerance and the american mass public. *British Journal of Political Science*, v. 19, p. 25-45, 1989.

STOKER, L. Political value judgements. In: KUKLINSKI, J. H. (ed.). *Citizens and politics: perspectives from political psychology*. Nova York: Cambridge University Press, 2001, p. 433-468.

STOUFFER, S. A. *Communism, conformity, and civil liberties: a cross-section of the nation speaks its mind*. Garden City, N.Y.: The Country Life Press, 1955.

SULLIVAN, J. L.; PIERESON, J. E.; MARCUS, G. E. An alternative conceptualization of political tolerance: illusory increases 1950s-1970s. *American Political Science Review*, v. 73, p. 781-794, 1979.

\_\_\_\_\_. *Political tolerance and american democracy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

SULLIVAN, J. L.; MARCUS, G. E.; FELDMAN, S.; PIERESON, J. E. The sources of political tolerance: a multivariate analysis. *American Political Science Review*, v. 75, p. 92-106, 1981.

VAN DETH, J. W. Interest in politics. In: JENNINGS, M. K.; VAN DETH, J. (ed.). *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*. Berlin: De Gruyter, 1990, p. 275-312.

VOGT, P. W. *Tolerance and education: learning to live with diversity and difference*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1997.

WAGNER, J. Political tolerance and stages of moral development: a conceptual and empirical alternative. *Political Behavior*, v. 8, p. 45-80, 1986.

WEIL, F. D. The variable effects of education on liberal attitudes: a comparative-historical analysis of anti-semitism using public opinion survey data. *American Sociological Review*, v. 50, p. 458-474, 1985.

WILLIAMS, R. Change and stability in values and value systems: a sociological perspective. In: ROKEACH, M. (ed.). *Understanding human values. Individual and societal*. New York: Mac Millan, 1979, p. 15-46.

WYCKOFF, M. L. Issues of measuring ideological sophistication: level of conceptualization, attitudinal consistency, and attitudinal stability. *Political Behavior*, v. 9, p. 193-224, 1987.

ZALLER, J. R. Political awareness, elite opinion leadership, and the mass survey response. *Social Cognition*, v. 8, p. 125-153, 1990.

\_\_\_\_\_. *The nature and origins of mass opinion*. Nova York: Cambridge University Press, 1992.

*Recebido para publicação em novembro de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

*Tradução de Pedro Maia Soares.*

# *Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político*

---

**Fernando Antônio Azevedo**

Universidade Federal de São Carlos

---

## **Resumo**

Utilizando os modelos de análise propostos por Hallim e Mancini para comparar sistemas de mídia e sistemas políticos, o artigo descreve, classifica e discute o sistema de mídia brasileiro e sua relação com o sistema político no atual período democrático tendo como foco o comportamento do jornalismo político. São enfatizadas na análise as coberturas eleitorais da chamada grande imprensa durante as eleições presidenciais (1989, 1994, 1998 e 2002) e as mudanças operadas do ponto de vista da diversidade externa e interna do sistema de mídia, bem como da sua capacidade de promover o debate pluralista.

**Palavras-chave:** mídia de massa, imprensa, monopólio, democracia.

## **Abstract**

Using Hallim and Mancini's models of analysis to compare media and political systems, the article describes, classifies and discusses the Brazilian case in the recent democratic period, having as focus the political journalism behaviour. The electoral press coverage during the presidential elections (1989, 1994, 1998 and 2002) and the changes in regard to external and internal diversity of the media system are emphasized, as well as its capacity to promote a pluralist debate.

**Key words:** mass media, press, monopoly, democracy.

O sistema de mídia brasileiro *vis-à-vis* o sistema político apresenta um conjunto de características que permitem classificá-lo, de acordo com os modelos propostos por Hallim e Mancini, como um sistema mediterrâneo ou pluralista polarizado.

Historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. Deve-se lembrar ainda o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais em nosso país e a centralidade e hegemonia da televisão em nosso sistema de mídia. Some-se a tudo isto, no campo político, os ciclos autoritários, o retorno relativamente recente da democracia e da liberdade de imprensa e a atual presença de um pluralismo polarizado (moderado) e teremos um quadro que em características mais gerais se encaixam perfeitamente, tanto no que diz respeito ao sistema de mídia quanto ao sistema político, no modelo mediterrâneo.

A análise que desenvolvo neste texto sobre os meios de comunicação de massa, em específico o jornalismo político e seu papel de mediação particularmente nos períodos eleitorais, baseia-se nos modelos propostos por Hallim e Mancini (2004) que analisam a relação entre sistemas de mídia e sistemas políticos. Estes modelos, batizado pelos autores como pluralista polarizado (ou mediterrâneo), corporativista-democrático (ou norte-centro europeu) e liberal (ou Atlântico Norte) foram construídos a partir da análise de algumas dimensões consideradas críticas para definir as características desses sistemas. Para caracterizar um sistema de mídia os autores definiram quatro dimensões analíticas: *mercado de mídia, paralelismo político, desenvolvimento do jornalismo profissional e o grau e a natureza da intervenção estatal no campo da comunicação*. A primeira dimensão está relacionada ao desenvolvimento forte ou fraco da mídia de massa no mercado de informação; a segunda, à natureza da relação entre a imprensa, governos, ideologias e partidos; a terceira, ao grau de profissionalismo do jornalismo e, finalmente, a última à capacidade de intervenção e regulamentação do Estado no setor das comunicações.

Em relação ao sistema político, os autores elegeram como dimensões fundamentais a *história política (padrões de conflito e consenso)*, o *modelo democrático adotado (majoritário ou proporcional)*, os *valores políticos (pluralismo versus individualismo)*, as *funções do Estado* e a *presença de regras do tipo legal-racional nos processos de regulação e governança*. Basicamente, cada caso empírico é definido pelo cruzamento das características do sistema de mídia e do sistema político.

Contudo, os autores advertem o leitor, com a devida e necessária ênfase, que são modelos ideais do tipo weberiano. Ou seja, no mundo real e empírico, tanto o sistema de mídia quanto o sistema político não apresentam o mesmo grau de pureza dos modelos propostos e devem ser classificados pela sua proximidade com um dos modelos ideais, podendo, inclusive, mesclar atributos de mais de um modelo ou estar em processo de transição de um modelo para outro. Aliás, lembram também os autores que os próprios sistemas de mídia não são estáticos e que estão em permanente processo de mudança. Endossando fortemente todas estas advertências, resumo, a seguir, as características básicas de cada modelo.

O **modelo pluralista polarizado**, exemplificado pelos casos da França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha (daí o nome '*mediterrâneo*') apresenta como principais elementos do seu sistema de mídia jornais com baixa circulação e orientados predominantemente para a elite política e a centralidade da mídia eletrônica (rádio e TV) no mercado de informação. A liberdade de imprensa e o desenvolvimento da mídia comercial são relativamente tardios e recentes, e os jornais freqüentemente são frágeis do ponto de vista econômico, dependentes de subsídios e ajuda governamental (via publicidade oficial) para sobreviver. Há alguma diversidade externa, mas o paralelismo político é alto, com a predominância de um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos ou, em casos mais extremos, simplesmente a serviço de governos, partidos ou grupos econômicos. O sistema público de televisão, quando existente, tende a apoiar as políticas de governo e o profissionalismo no campo jornalístico é de desenvolvimento relativamente recente. Não há, também, um claro predomínio das regras legal-rationais na regulação do setor da comunicação. No que diz respeito ao sistema político, esse modelo trata como características básicas períodos de autoritarismo e democratização recente e/ou pluralismo polarizado, a forte presença dos partidos políticos na vida pública, o predomínio da representação coletiva sobre a individual, o forte envolvimento do Estado e dos partidos na economia (dirigismo) e, em alguns lugares (França e Itália), a presença de um *welfare state*.

O **modelo corporativista-democrático**, que tipifica os sistemas de mídia de países como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça, possui como elementos constitutivos um desenvolvimento precoce da indústria jornalística e da liberdade de imprensa, uma alta circulação dos jornais e uma imprensa fortemente ligada a grupos sociais organizados, embora essa ligação venha sofrendo declínio desde a década de 1970. Por conta dessa última característica, historicamente o jornalismo apresenta um alto grau de paralelismo político, um moderado grau de diversidade externa e, embora se mantenha o legado de um jornalismo de opinião, é crescente a ênfase no jornalismo de informação. O profissionalismo no campo jornalístico é elevado e a mídia é vista pelos cidadãos

como uma instituição social importante que o Estado deve proteger garantindo a liberdade de imprensa. Ao mesmo tempo, há uma forte regulação do setor pelo governo através de regras do tipo racional-legal. Na área da mídia eletrônica coexiste um sistema público de televisão, no qual partidos e organizações sociais possuem grande influência, e a televisão comercial com vigorosa presença no mercado de informação. Em resumo, o sistema de mídia desse modelo combina empresas jornalísticas comerciais fortes com uma imprensa historicamente ligada a grupos sociais e políticos, possibilitando, assim, que o alto grau de paralelismo político coexista com um alto grau de profissionalismo político e que a tradição liberal de liberdade de imprensa conviva com a alta capacidade de regulação do Estado no setor da informação. Do ponto de vista do sistema político, as características básicas incluem um Estado do tipo *welfare*, grupos sociais enraizados e organizados, instituições liberais de longa tradição e solidez e uma história política pluralista moderada (com grande diversidade ideológica, mas com alto grau de consenso sobre a natureza do regime político) e democrática (com a exceção da Áustria e Alemanha, cujas instituições liberais só foram construídas após a II Grande Guerra).

O **modelo liberal**, típico dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, caracteriza-se pelo desenvolvimento precoce de uma imprensa comercial e de massa num ambiente marcado desde cedo pela liberdade de imprensa e pelo individualismo. Nesse contexto, o paralelismo político é baixo e a diversidade interna bastante alta (com exceção da Inglaterra onde a imprensa assume um viés partidário), aliados a um elevado grau de profissionalização do campo jornalístico. Os constrangimentos externos em geral são oriundos das pressões comerciais e não de natureza política ou partidária (com exceção, mais uma vez, do caso inglês). Nos Estados Unidos predomina largamente o jornalismo orientado para a informação, mas na Inglaterra essa orientação é mesclada com a tradição inglesa do jornalismo opinativo. A capacidade de regulação do Estado (baseada, como no modelo corporativista europeu, em regras do tipo legal-racional) é mínima nos Estados Unidos, porém evidente na Inglaterra e no Canadá pelo menos no que concerne ao sistema público de televisão que é insulado da esfera política. Em todo caso, o modelo liberal pode ser definido basicamente pela ampla predominância das leis do mercado e pela limitação da capacidade de intervenção e regulação por parte do Estado. Nos três países o sistema político gira em torno de um pluralismo moderado, com alta taxa de consenso em torno dos valores comuns (democracia representativa, economia de mercado etc.) e uma dinâmica bipartidária que produz governos majoritários e parlamentares no caso do Canadá e Inglaterra.

Tomando-se as características gerais dos três modelos resumidos nos parágrafos anteriores sugiro, por aproximação e a partir do confronto entre semelhanças e diferenças, enquadrar o caso brasileiro no modelo pluralista

polarizado (mediterrâneo). Do ponto de vista do sistema político, que por economia de espaço não poderá ser examinado aqui, as similitudes são várias: um passado autoritário (que obviamente implicou na ausência, por longos períodos, da liberdade de imprensa), democratização relativamente recente, uma dinâmica de embates partidários polarizados nos pleitos presidenciais entre as forças de esquerda (1989, 1994 e 1998) ou centro-esquerda (2002) e centro-direita (de 1989 a 2002) configurando um nítido pluralismo polarizado, ainda que nos últimos anos de forma moderada<sup>1</sup>. A estas características políticas soma-se a existência de um Estado com um inequívoco passado autárquico, estatizante e intervencionista (inclusive na área de comunicação) e a introdução tardia de um padrão burocrático-racional na ação governamental e nos processos de governança.

A seguir, recorrendo a duas das quatro dimensões analíticas do modelo de Hallim e Mancini – mercado de mídia e paralelismo político – e adicionando a dimensão da diversidade externa, que considero importante para analisar o caso brasileiro, descrevo em linhas gerais as características do nosso sistema de mídia e discuto sua relação com o sistema político, focalizando, em especial, o comportamento do jornalismo político nos períodos políticos críticos que são os momentos eleitorais. Antes, advirto o leitor que uso indistintamente no texto as expressões “grande imprensa”, “mídia de massa” e “sistema de mídia” para designar basicamente os meios de comunicação de massa com efetiva presença e influência nacional, como os jornais diários do eixo Rio-São Paulo, às vezes também denominados de “grandes jornais” (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil*), as revistas de informação semanal (*Veja, Época, IstoÉ, Carta Capital*) e as redes nacionais de televisão aberta (*Globo, SBT, Record e Bandeirantes*). Portanto, a mídia de alcance regional ou local, bem como as emissoras de rádios, não são objetos de consideração no presente texto.

## **O mercado de mídia**

Exploro, agora, quatro características específicas, porém fundamentais, para descrever e analisar o mercado de mídia brasileiro de acordo com as indicações do modelo aqui adotado: surgimento tardio da imprensa, baixa circulação dos jornais, orientação para as elites e centralidade da televisão no sistema de mídia.

Uma breve revisão histórica desde períodos mais remotos deixa claro o surgimento tardio da indústria jornalística no país. A política colonial de Portugal procurava nos isolar do mundo através de políticas restritivas como o fechamento

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de pluralismo polarizado e moderado ver Sartori (1982, p. 156).



dos nossos portos para o comércio internacional e a proibição de fábricas, escolas superiores e universidades e a impressão de livros e jornais em solo brasileiro. Por conta disso, o primeiro jornal, o *Correio Braziliense*, surgiu apenas em 1808, ano da transferência da Corte para o Brasil e da liberação das restrições impostas pela política colonial (LUSTOSA, 2003). Contudo, o *Correio Braziliense* era editado e distribuído a partir de Londres, e assim podemos considerar que o primeiro jornal efetivamente impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, também lançado em 1808, cuja pauta se limitava à publicação dos decretos da Corte e à cobertura das atividades da família real exilada no Brasil. A partir de 1821 surgem novos jornais, boa parte deles ligada aos liberais e à maçonaria, e após a Independência e ao longo do Império, a imprensa brasileira não só se ampliou como se diversificou com a publicação de dezenas de pequenas folhas, panfletos e pasquins, em geral de vida intermitente e breve. Somente na passagem do século XIX para o XX é que a imprensa brasileira começaria a ganhar uma estrutura empresarial que redefiniria a relação dos jornais com a política, os anunciantes e o leitor, e daria origem à chamada “grande imprensa” no eixo Rio-São Paulo (SODRÉ, 1999). Os grandes jornais de circulação nacional de hoje, como *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, foram criados nos anos finais do século XIX, sendo seguidos pelo extinto *Correio de Manhã* (1901) e pelos *O Globo* e a *Folha de São Paulo* (que nasceu com o nome de *Folha da Manhã*), ambos criados em 1925. Em suma, a imprensa escrita brasileira nasceu tardiamente e só ganhou uma estrutura comercial há apenas um século. Porém, a efetiva modernização industrial, comercial e gráfica dos jornais só iria ocorrer de fato a partir das décadas de 1960 e 1970 (ABREU, 2002), e só com o surgimento do rádio no início da década de 1920 e a sua rápida popularização na década seguinte que teríamos o início da era da comunicação de massa. Contudo, o processo de formação de um mercado de massa foi demorado e só se completaria com a chegada posterior da televisão, na década de 1950, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão na década de 1970. Assim, somente a partir dos anos 1980 é que o nosso sistema de mídia ganharia uma feição inequívoca de uma indústria de massa, com a televisão ocupando um lugar central no mercado nacional de entretenimento e informação.

Em relação à baixa circulação dos jornais brasileiros, os dados são definitivos. Enquanto países como a Noruega vendiam, em 2000, 719,7 jornais por mil habitantes<sup>2</sup>, o Brasil, em 1994, vendia apenas 38,2 jornais (HALLIM e MANCINI, 2004, p. 23; MATTOS, 2005, p. 142), refletindo a modestíssima circulação dos jornais brasileiros, que sequer alcança uma tiragem média anual de meio milhão de exemplares por veículos, conforme se pode ver na tabela a seguir:

---

<sup>2</sup> Inglaterra – 408,5; Estados Unidos – 263,6; França – 190; Espanha – 129,4; e Portugal – 82,7.

**Tabela 1**  
**Jornais com maior circulação – Brasil (2005)**

Jornais	Média anual (milhares)
Folha de S. Paulo (SP)	307,9
O Globo (RJ)	274,9
Extra (RJ)	271,8
O Estado de S. Paulo (SP)	230,9
Zero Hora (RS)	178,2
Correio do Povo (RS)	167,7
Diário Gaúcho (RS)	152,5
O Dia (RJ)	152,3
Lance (RJ)	116,4
Agora (SP)	80,6

Fonte: Balanço anual do IVC (Instituto Verificador de Circulação).

Obs.: O Jornal do Brasil teve circulação média de 68,2 (decréscimo de 10% em relação a 2004).

Para simples efeito de comparação, a soma da circulação média anual dos cinco jornais relacionados na Tabela 1 não alcança a circulação média de um jornal como o *New York Times*, que roda todos os dias 1,6 milhões de exemplares. De fato, a grande barreira para a expansão da circulação dos jornais no Brasil é o baixo nível de escolarização. Segundo dados do IBGE, havia no país, em 2003, 11,6 % de analfabetos e os indivíduos com mais de 10 anos de estudo não ultrapassavam 25% da população. Esta situação reflete-se diretamente nos dados da tabela seguinte sobre os hábitos de leitura de jornais na região da Grande São Paulo, a mais rica e escolarizada do país.

**Tabela 2**  
**Evolução trimestral de hábitos de leitura – Grande São Paulo (2005)**

Período	Indivíduos que lêem habitualmente (%)
janeiro/2005 a março/2005	36,1
fevereiro/2005 a abril/2005	35,5
março/2005 a maio/2005	33,7
abril/2005 a junho/2005	32,0
maio/2005 a julho/2005	32,5
junho/2005 a agosto/2005	34,2
julho/2005 a setembro/2005	35,1
agosto/2005 a outubro/2005	35,0
setembro/2005 a novembro/2005	35,9

Fonte: IBOPE – Monitor Plus

Além da baixa circulação e penetração dos jornais – e entro agora no terceiro ponto e na questão da orientação dos jornais para a elite – a grande imprensa nacional possui como *target* os estratos sócio-econômicos A e B (ver Tabela 3), enquanto que os estratos C, D e E são cobertos pelos chamados jornais populares, todos eles de circulação estritamente local.

**Tabela 3**  
**Índice de leitura de jornais por classe sócio-econômica - Brasil (2000)**

Classe sócio-econômica	Índice de leitura diária
AB	180
C	89
DE	38

Fonte: TGI Brasil (Target Group Index)

Obs: 100 = População em geral. Um índice maior que 100 significa que as pessoas de uma classe são mais propensas a ler jornais diários do que a população em geral e menor do que 100 que são menos.

Com uma circulação dirigida para os leitores das classes AB (os chamados “formadores de opinião”), os grandes jornais, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um jornalismo opinativo que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, estes jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta.

Finalmente, o quarto ponto analisado é a centralidade da televisão no mercado de mídia e de informação. Esta centralidade pode ser medida por dois indicadores, além da clássica e óbvia medição da audiência: a participação do setor televisivo no volume dos investimentos publicitários e a presença de aparelhos de televisão nos domicílios. Os dados sobre a distribuição da verba publicitária total investida em 2005 no Brasil não deixam dúvidas sobre o peso e a importância que a televisão, tanto aberta quanto por assinatura, em especial as emissoras ligadas à *Rede Globo*, possuem no mercado de mídia e no mercado publicitário.

**Tabela 4**  
**Investimento publicitário por setor – Brasil (2005)**

<b>Setor</b>	<b>Participação (%)</b>
TV aberta	<b>59,6 (*)</b>
Jornal	16,3
Revista	8,8
TV a cabo	<b>2,3</b>
Rádio	4,2
Mídia exterior	4,3
Internet	1,7
Outros	12,8
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Inter-meios/PricewaterhouseCoopers  
(\*) Dos quais aproximadamente 76% alocados na TV Globo

Porém, certamente o indicador mais direto e acurado sobre a centralidade da televisão no mercado de informação e entretenimento é o número de aparelhos de televisão em domicílios familiares aferido pelo IBGE (Tabela 5). Este indicador, para efeito da análise aqui desenvolvida, deve ser confrontado com os números já apresentados sobre a circulação e os hábitos de leitura dos jornais. Como mostram as Tabelas 2 e 5, enquanto praticamente 2/3 da população não lêem jornais habitualmente, 90% dos domicílios permanentes no Brasil possuem aparelho de televisão e 88% possuem aparelho de rádio.

**Tabela 5**  
**Aparelhos de mídia eletrônica e domicílios por grandes regiões – Brasil (2004)**

<b>Aparelhos</b>	<b>Domicílios particulares permanentes (N/%)</b>					
	<b>Brasil</b>	<b>Grandes Regiões</b>				
		<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>Total</b>	<b>51 752 528</b>	<b>3 561 524</b>	<b>13 090 124</b>	<b>23 157 114</b>	<b>8 198 266</b>	<b>3 745 500</b>
<b>Rádio</b>	45 430 369 (88%)	2 599 403 (73%)	10 558 203 (81%)	21 417 655 (92%)	7 671 114 (94%)	3 183 994 (85%)
<b>Televisão</b>	<b>46 733 120</b> (90%)	<b>2 825 587</b> (79%)	<b>10 692 259</b> (82%)	<b>22 154 629</b> (96%)	<b>7 693 795</b> (94%)	<b>3 366 850</b> (90%)
<b>Computador</b>	8 458 311 (16%)	244 234 (7%)	891 918 (7%)	5 098 113 (22%)	1 665 204 (20%)	558 842 (15%)
<b>Acesso à Internet</b>	6 324 420 (12%)	149 020 (4%)	642 811 (5%)	3 885 377 (17%)	1 229 623 (15%)	417 589 (11%)

Fonte: IBGE – PNAD

Os dados cruzados das Tabelas 2 e 5 traduzem em números atualizados o que todos nós já sabemos há muito, ou seja, que o principal acesso dos brasileiros ao sistema de mídia se dá através da mídia eletrônica, o rádio e a televisão, indicando que pelo menos 2/3 da população obtêm suas informações básicas sobre o país e o mundo através destes dois veículos. Porém, os assuntos políticos não constituem um dos interesses prioritários dos espectadores, conforme se pode constatar na Tabela 6. Apesar disso, diversas pesquisas mostram que nos períodos eleitorais as principais fontes de informação do eleitor são justamente os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) e que os debates eleitorais travados nos pleitos majoritários mais competitivos (como as disputas presidenciais) atraem a atenção de milhões de espectadores e eleitores.

**Tabela 6****Tipos de programas de TV mais assistidos – Pesquisa amostral – Brasil (2003)**

<b>Programas</b>	<b>entre os respondentes (%)</b>
1. Notícias nacionais	70
2. Notícias locais	69
3. Notícias internacionais	55
4. Ação/Aventura	54
5. Comédia	52
6. Novelas	49
35. Política	15

Fonte: TGI Brasil (Target Group Index).  
N: 5.312 informantes.

**A diversidade externa**

A diversidade externa, definida aqui como a existência efetiva de diversidade de informação e de opinião nos meios de comunicação de massa de forma a garantir que garanta aos cidadãos acesso às principais perspectivas políticas em competição, é uma dimensão extremamente crítica na articulação entre o sistema de mídia e o sistema político das democracias contemporâneas. Como lembra muito bem Maia (2002, p. 5), tanto os autores vinculados à perspectiva pluralista, como Dahl (1971), quanto os filiados à corrente deliberacionista, como Habermas (1984) e Fraser (1992), consideram que a diversidade de fontes de informação e a pluralidade de opiniões são cruciais para a efetividade do debate das questões públicas e das decisões políticas nas poliarquias ou para a deliberação crítica e

racional no âmbito da esfera pública. Seja como for, para assegurar as condições democráticas referidas é imprescindível que os meios de comunicação de massa estejam organizados numa estrutura plural e competitiva e seja capaz de refletir, se não toda, pelo menos as correntes mais importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade. Esta configuração ideal do campo jornalístico é mais fácil de ser encontrada num sistema de mídia no qual predomine ou coexista com a imprensa comercial uma imprensa partidária (ou comprometida com causas sociais não-hegemônicas), como ocorre nos países escandinavos e no caso inglês, em que os jornais ainda são muitos ligados aos partidos políticos. Num contexto onde a imprensa comercial é dominante, seja pela inexistência ou pela pequena expressão da imprensa partidária, o princípio democrático da diversidade e pluralidade estaria inevitavelmente dependente do ideal normativo da objetividade tão cara à perspectiva teórica do jornalismo liberal, ou seja, dependente da presença de uma diversidade interna em cada órgão de imprensa que permita o confronto de opiniões divergentes e coberturas balanceadas em que todos os lados e atores em disputa sejam contemplados.

Além disso, é necessário também lembrar o papel estratégico da mídia de massa na visibilidade das questões públicas nas democracias contemporâneas. Estas democracias funcionam em sociedades complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais por clivagens de classe, gênero, etnia, geração etc. Nesse contexto, como é o caso brasileiro, diversos temas e questões competem entre si para obter atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa. Há, assim, na arena midiática, uma disputa incessante entre as várias agendas postas em circulação por diversos atores sociais e políticos, inclusive a própria imprensa que, em momentos excepcionais (como no *impeachment* dos presidentes Nixon e Collor), pode vir a assumir a posição de ator principal do processo político. Portanto, a visibilidade/invisibilidade dos atores, temas e demandas dependem em larga medida, no regime democrático, do grau de pluralidade externa existente no sistema de mídia ou da pluralidade interna praticada em cada jornal, revista ou emissora de TV e rádio.

Além da diversidade externa, que é basicamente a pluralidade na oferta de informações e opiniões, a questão da visibilidade/invisibilidade pode ser pensada também pelo ângulo do acesso dos grupos sociais à mídia e da capacidade destes grupos influenciá-la. Fraser (1992), analisando a desigualdade comunicativa no caso das relações de gênero, criou as categorias de “públicos fortes” e “públicos fracos” para diferenciar analiticamente os sujeitos ativos e passivos no processo de formação da opinião pública. Resumidamente, o público forte é constituído pelos grupos que possuem recursos políticos, simbólicos ou econômicos suficientemente

fortes para produzir agendas e tomada de decisão e influenciar a opinião pública. O público fraco, embora participe da formação da opinião pública, obviamente não possui recursos suficientes para configurá-la de acordo com seus interesses políticos e sociais, nem detém poder de decisão nas esferas políticas e econômicas. O conceito de Fraser é operacionalmente interessante porque permite identificar os atores com acesso aos meios de comunicação e avaliar a capacidade deles proporem agendas para a mídia e, através dela, para o público. Embora os estudos empíricos sobre a agenda da mídia ainda engatinhem no Brasil (AZEVEDO, 2004a), é razoável sustentar a hipótese de que em nosso sistema de mídia a baixa diversidade externa está constitutivamente associada à relação histórica da mídia com as elites, especialmente dos grandes jornais, o que potencializa a capacidade dos vários segmentos do público forte de agendar temas e questões na imprensa e, através dela, na opinião pública. Feita essas considerações gerais e preliminares, passo agora para o exame do caso brasileiro.

Segundo Lima (2001, p. 104), as constituições brasileiras desde 1946 proibiam o controle das empresas jornalísticas e de radiodifusão por parte de pessoas jurídicas, sociedades anônimas por ações e estrangeiros. A intenção dos legisladores, conforme esclarece o autor, era permitir a identificação plena dos proprietários e impedir o controle da mídia pelo capital estrangeiro. Contudo, o efeito indireto de tais restrições legais produziu a formação de monopólios familiares no setor das comunicações de massas. Ainda conforme Lima, apenas oito grupos familiares controlam o setor de rádio e televisão no Brasil, conforme se pode ver na tabela que se segue:

**Tabela 7**  
**Grupos familiares e números de emissoras na radiodifusão brasileira**

<b>Nacionais</b>	<b>Televisão</b>	<b>Rádio</b>
Marinho (Globo)	32	20
Saad (Bandeirantes)	12	21
Abrevanel (SBT)	10	-
<b>Regionais</b>	<b>Televisão</b>	<b>Rádio</b>
Sirotsky (RBS-Sul)	20	20
Câmara (Centro-Oeste)	08	13
Daou (Norte)	05	04
Zahran (Mato-Grosso)	04	02
Jereissati (Nordeste)	01	05

Fonte: LIMA (2001, p. 106).

Obs.: Embora a legislação em vigor limite a cinco o número de emissoras de TV por grupo, as redes nacionais burlam a regra se associando às estações de outros proprietários que funcionam como meras repetidoras locais ou regionais da programação nacional.

Além dessas oito famílias, que atuam também na mídia impressa e eletrônica (internet), outros três outros grupos familiares controlam várias ramificações importantes do sistema de mídia brasileiro que englobam parques gráficos, jornais, revistas, portais e sites e TV por assinatura: os Civitas (grupo *Abril*), os Mesquitas (grupo *O Estado de S. Paulo*) e os Frias (grupo *Folha de S. Paulo*). Desta forma, 90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares (LIMA, 2001, p. 106).

Além do monopólio familiar, outra característica marcante do sistema de mídia brasileiro é o controle de parte importante das emissoras de rádio e televisão por políticos. Até 1988, ano da promulgação da atual Constituição, a concessão de serviços de radiodifusão era prerrogativa exclusiva do Presidente da República que naturalmente usava este privilégio como moeda de troca política. Como resultado desta legislação permissiva criou-se no Brasil uma espécie de “coronelismo eletrônico”, com políticos controlando e usando a mídia local ou regional para seus interesses políticos e eleitorais. Como lembra Lima (2001, p. 108), um levantamento de 1990 mostrava que 50% das emissoras de rádio da Bahia eram controlados por políticos, 44% em Pernambuco, 33% em Minas Gerais e 20% em São Paulo. A tabela a seguir resume a situação no panorama nacional.

**Tabela 8**  
**Emissoras de rádio e televisão controladas por políticos – Brasil (1994)**

<b>Emissoras</b>	<b>Total Brasil</b>	<b>Políticos e ex-políticos</b>	<b>%</b>
Televisão	302	94	31,12
Rádio	2.908	1.169	40,19

Fonte: LIMA (2001, p. 107).

De acordo com o autor, mesmo com as novas regras definidas pela Constituição de 1988 a prática de distribuir as concessões dos serviços de radiodifusão continuaram: das 1.848 estações repetidoras de TVs autorizadas depois de 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso 268 foram dadas a empresas ou entidades controladas por políticos (LIMA, 2001, p. 109).

As novas regras adotadas nos últimos anos, sob pressão do processo de globalização e da onda neoliberal de desregulamentação, quebraram o monopólio estatal das telecomunicações e permitiram a participação estrangeira, embora minoritária, nos meios de comunicação de massa do país. Contudo, os efeitos de tais alterações legais ainda não resultaram em mudanças relativas ao controle dos



principais meios de comunicação de massa brasileiros. Ao contrário, o monopólio familiar não só sobreviveu como se fortalece através da política de aquisições e fusões que configura um aprofundamento da propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa. O grupo *Abril*, controlado pela família Civita, continua a liderar o mercado de revistas ao mesmo tempo em que opera uma das principais redes de TV a cabo do país (*TVA*) e uma emissora de sinal aberto (*MTV*); a família Marinho, através das *Organizações Globo* produz jornais (inclusive *O Globo*, um dos líderes de circulação nacional), revistas, livros, discos, filmes e lidera amplamente o mercado de TV aberta e de assinatura (*NET*); e as famílias Frias e Mesquita, que editam dois dos principais jornais de circulação nacional (respectivamente a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*), expandiram em anos recentes seus negócios para os novos meios eletrônicos, como a internet.

Em resumo, o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais, e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional faz com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, uma reduzida e precária diversidade externa. Este quadro adverso na oferta de fontes diversificadas de informação e opinião converte automaticamente a questão da diversidade interna num dos pontos cruciais no exame da articulação entre o nosso sistema de mídia e o sistema político, o qual abordo no próximo item.

### **O paralelismo político**

Para Hallim e Mancini (2004, p. 21) o paralelismo político é definido de modo mais estrito pela natureza e grau da relação mantida entre os meios de comunicação de massa e os partidos e organizações políticas. Ou, de um modo mais geral, pela forma e extensão pela qual o sistema de mídia reflete as divisões políticas existentes no interior da sociedade. Os autores, numa breve revisão histórica, lembram que, na Europa, o jornalismo nasceu e se desenvolveu desempenhando um papel importante na defesa de causas políticas e religiosas. Em muitos casos e em vários países, os jornais eram fundados sob a iniciativa de partidos políticos ou outros atores políticos ou simplesmente apoiavam idéias políticas e promoviam partidos e candidatos. Em sua origem, portanto, o jornalismo apresentava um forte paralelismo político. No final do século XIX, quando a imprensa comercial começou a se estruturar de modo mais sistemático, o jornalista passou a ser normativamente construído como um “árbitro neutro”, distanciado de causas coletivas e interesses pessoais e sem coloração política ou partidária. Deste

modo, o ideal liberal e normativo da objetividade e da neutralidade jornalística está fortemente articulado com a passagem do jornalismo partidário para o jornalismo comercial e com o surgimento do jornalista profissional e das normas deontológicas da profissão.

Contudo, é um erro contrapor de forma dicotômica uma imprensa comercial supostamente objetiva e neutra a uma imprensa política com viés político e partidário (HALLIM e MANCINI, 2004, p. 26). Primeiro, porque nenhum analista sério seria capaz de defender a idéia de que objetividade e neutralidade existem de fato em algum jornal do mundo, pois um grande número de pesquisas mostra que os jornalistas compartilham crenças ideológicas como qualquer outro indivíduo e que os padrões de recrutamento profissional e as rotinas produtivas nas redações incorporam consciente ou inconscientemente valores culturais e políticos. Segundo, porque jornais comerciais freqüentemente assumem posições políticas e até mesmo partidárias (especialmente nos momentos eleitorais), enquanto que jornais partidários podem adotar, e muitos adotam, normas de equilíbrio e balanceamento em suas reportagens. Além do mais, deve-se levar também em conta que no jornalismo comercial moderno a diferenciação política dos jornais se dá muito mais pelas crenças políticas e valores morais do que pela associação com uma organização partidária ou política em particular. Nestes termos, o *Financial Times*, por exemplo, deve ser visto como uma revista de forte orientação conservadora, mas não necessariamente como um *house organ* do Partido Conservador; da mesma forma, o *New York Times* no contexto americano é um jornal liberal, mas não deve ser confundido como porta-voz do Partido Democrata.

Por fim, é importante lembrar que a noção de paralelismo político está fortemente articulada aos conceitos de diversidade externa e interna, pois ele se refere basicamente à propensão de cada sistema de mídia em refletir de forma equilibrada ou desbalanceada a diversidade das orientações políticas existentes na sociedade. Entre os vários indicadores apontados por Hallim e Mancini para caracterizar o grau de paralelismo político estão: as conexões entre a imprensa e as organizações políticas (partidos, sindicatos, associações, igrejas etc.); a intervenção da mídia na vida política, especialmente nos períodos eleitorais; a visibilidade de militantes e políticos nos programas de audiência no rádio e TV e nos jornais; o predomínio de comentários e análises visando influenciar a opinião pública em detrimento de informações balanceadas etc. Porém, segundo os autores, o indicador mais básico talvez seja o conteúdo veiculado pela mídia, o volume que os meios de comunicação de massa concedem aos temas e questões políticas e as formas de enquadramento adotadas para abordá-los. Como veremos mais adiante esse indicador tem sido freqüentemente usado entre nós para monitorar e analisar o comportamento da mídia nos períodos eleitorais. Porém, com as exceções de praxe, estas aferições não incorporam uma análise referenciada teoricamente ou

são empiricamente restritas a episódios eleitorais isolados. Faço, a seguir, uma súmula histórica da atuação da mídia em três períodos políticos distintos, especialmente nos processos eleitorais, e discuto a natureza e o grau de paralelismo político do nosso sistema de mídia.

A mídia brasileira até a década de 1960, restrita à imprensa escrita e ao rádio (a TV só se tornaria relevante nos anos 1970) no qual se destacavam os veículos ligados ao grupo *Diários Associados*, era extremamente frágil do ponto de vista comercial e dependente dos favores públicos. Com o país vivendo ainda um incipiente processo de industrialização e o mercado publicitário engatinhando, o faturamento dos veículos dependia basicamente dos classificados populares e dos anúncios de varejo do comércio, e dependia ainda dos financiamentos dos bancos públicos, subsídios para a compra de papel, isenções fiscais e da propaganda oficial (ABREU, 2002, p. 9).

Paradoxalmente, apesar desta fragilidade econômica e financeira, como lembra Abreu (2002, p. 12), a grande imprensa brasileira nas décadas de 1950 e 1960 tinha um alto nível de envolvimento e participação nas lutas políticas da época, marcada pela disputa entre varguistas e anti-varguistas e, do ponto de vista partidário e a partir de 1946, entre o PSD e a UDN. Em São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, cerrava fileiras contra Vargas desde os anos 1930. No Rio de Janeiro, a *Tribuna da Imprensa*, ligada a Carlos Lacerda, e *O Globo*, da família Marinho, também faziam oposição a Vargas e apoiavam a UDN, enquanto que o hoje extinto *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, endossava Vargas e seu governo. Com o suicídio do presidente Vargas em 1954, o *Última Hora* apoiaria políticas nacionalistas e reformistas e, no final do período democrático de 1946-64, o governo Goulart. Todos os jornais citados, aos quais se deve ainda somar o *Jornal do Brasil* e o hoje extinto, mas então importante *Correio da Manhã*, e com a exceção evidentemente do *Última Hora*, podem ser definidos como órgãos conservadores, ideologicamente liberais tanto do ponto de vista do ideário econômico quanto das crenças políticas. Contudo, como se sabe, os auto-proclamados princípios do liberalismo político não impediram que estes jornais participassem ativamente do movimento pela deposição do governo Goulart e apoiassem a instalação do governo militar em 1964. O balanço do período populista (1946-1964) mostra, portanto, que a nossa grande imprensa apresentou um alto nível de paralelismo político, seja na defesa de valores ideológicos (liberalismo *versus* nacionalismo e estatismo ou socialismo), seja no engajamento partidário (UDN *versus* PSD-PTB) e político (antivarguismo, antipopulismo, deposição de Goulart).

O período seguinte (1964-1985), marcado pelo regime militar e pela rígida censura à imprensa, obviamente mostra uma baixa atividade política dos meios de comunicação de massa. O paralelismo político, quando ocorre, se dá em oposição ao regime militar, e não em torno de interesses partidários ou conflitos ideológicos.

De um ponto de vista mais geral, este período foi caracterizado por uma forte expansão do sistema de mídia, pela ascensão da televisão como principal veículo de massa, pela modernização e concentração dos jornais diários e pela grande expansão e segmentação do setor de revistas. A criação da Embratel em 1965 e a implantação da rede de telecomunicações e de estações repetidoras pelo país afora nos anos seguintes expandiram nacionalmente as redes de televisão, até então de alcance meramente local ou regional, e transformou rapidamente a *Rede Globo* na principal rede nacional. Ao mesmo tempo, no campo do jornalismo diário, houve um acelerado processo de modernização industrial e das rotinas produtivas e uma forte concentração da propriedade com a extinção de vários títulos tradicionais como o *Correio da Manhã* e o *Última Hora*. No setor das revistas ocorreu processo semelhante com a liquidação de títulos tradicionais das décadas de 1950 e 1960 como *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, e o surgimento de novas revistas com novos formatos, como as revistas de informação e reportagem, *Veja* e *Realidade*, esta última também extinta anos depois. Paralelo a todo esse movimento, realizou-se também um rápido processo de profissionalização do jornalista, com a disseminação de cursos superiores de jornalismo e a regulamentação da profissão. Contudo, do ponto de vista político, a grande novidade foi o surgimento de uma imprensa alternativa anárquica e de esquerda, editado em formato de tablóide e em oposição aberta ao regime e à censura, que sobreviveria financiada apenas com assinaturas e vendas em banca até o início da década de 1990, como os jornais *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, entre outros.

Neste contexto autoritário e diante de um ambiente político rarefeito e marcado por um bipartidarismo compulsório e pela ausência de competição e alternância política real, apesar da censura prévia imposta pelos militares, a grande imprensa escrita evoluiu de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada, porém crescente, ao regime militar. O primeiro jornal a trilhar nesse caminho foi o extinto *Correio da Manhã*, seguido pelos *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Mas, esta posição mais crítica ficou confinada à imprensa escrita, pois o governo manteve durante todo o período mais duro do regime militar uma rígida censura, que se somava a autocensura e ao apoio espontâneo ao governo (caso da *Rede Globo*), aos meios de comunicação eletrônicos. Com a posse de Geisel em 1974 e o início da abertura política que conduziria à revogação dos atos institucionais e a Lei de Anistia, em 1979, bem como ao retorno do multipartidarismo e as eleições diretas para os governos estaduais, em 1982, a grande imprensa ampliou paulatinamente seus limites de liberdade e sua capacidade de propor agenda de debates e refletir a opinião pública. Sem dúvida, o ponto alto deste processo foi a campanha das Diretas Já, em 1983 e 1984, que teve na *Folha de S. Paulo* um dos seus principais arautos, enquanto a *Rede Globo* escondia do público as grandes manifestações

populares e ignorava o debate nacional pelas eleições diretas para Presidência da República.

O retorno à democracia em 1985 recolocou o sistema de mídia novamente vis-à-vis o sistema político e os embates partidários. Embora o nosso sistema de mídia tenha mantido suas características gerais ao longo do tempo – monopólio familiar, propriedades cruzadas nos meios de comunicação de massa e reduzida diversidade externa – algumas mudanças importantes devem ser anotadas para se entender o comportamento da mídia diante dos processos políticos e eleitorais neste atual período democrático.

Em relação à mídia eletrônica, além da forte expansão das redes nacionais de televisão aberta pelo país adentro e da chegada da televisão por assinatura, e mais recentemente da internet, a principal novidade em relação ao período anterior e do ponto de vista do seu impacto político foi o aperfeiçoamento da legislação eleitoral que regulamenta o uso do rádio e da televisão antes e durante os períodos eleitorais. Com efeito, a lei 9.504 de 30/09/1997 criou, em seus artigos 45 e 46, regras e normas rígidas que regulamentam fortemente a programação e o noticiário das rádios e televisões três meses antes dos eventos eleitorais, impedindo assim qualquer tentativa destes veículos apoiarem ou beneficiarem direta ou indiretamente partidos e candidatos. Esta legislação, associada ao Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), transformou pela via do constrangimento institucional os meios eletrônicos nos veículos mais democráticos do nosso sistema de mídia durante os períodos eleitorais. Pode parecer pouco, mas isto representa um avanço extremamente significativo do ponto de vista da igualdade comunicativa e política, especialmente quando consideramos o potencial que a televisão tem de influenciar a opinião pública, ainda mais no nosso contexto em que a *Rede Globo* praticamente detém o monopólio da audiência nacional.

Sobre a mídia impressa, deve-se lembrar inicialmente que os jornais diários passaram nas décadas de 1970 e 1980 por um grande processo de modernização industrial, gráfico e editorial, incorporando em suas rotinas produtivas técnicas jornalísticas padronizadas (em geral resumidas por manuais de redação) e adotando uma política de recrutamento profissional. Estas mudanças foram acompanhadas por políticas comerciais e de marketing agressivas que transformaram conceitualmente os jornais em prestadores de serviços e os antigos leitores em consumidores. Todas estas transformações foram realizadas sob a pressão de uma acirrada competição comercial entre os principais jornais de circulação nacional a qual engendrou uma nova visão de negócios em que a informação e a credibilidade se transformaram, pelo menos teoricamente, nas principais mercadorias dos jornais, implicando, por sua vez, na valorização do jornalismo informativo em detrimento do jornalismo opinativo, muito embora este sobreviva entre nós tanto nos jornais, através dos editoriais, colunas assinadas e

artigos, quanto nas revistas de informação semanal. Esta nova configuração editorial mais orientada para o jornalismo informativo vem fortalecendo a diversidade interna nos grandes jornais, o que significa uma maior abertura às perspectivas conflitantes sobre temas e questões em disputa pelos principais atores políticos e sociais e uma cobertura eleitoral mais equilibrada, como mostram diversos rastreamentos do comportamento da mídia realizados nos últimos anos por grupos acadêmicos (DOXA/IUPERJ, ECA/USP), crítica da mídia (*Observatório da Imprensa*) e pelos partidos políticos.

O primeiro evento político crítico para o sistema de mídia em nosso atual período democrático foi sem dúvida a eleição presidencial de 1989 (AZEVEDO e RUBIM, 1998). Apesar de disputada logo depois da queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, o embate foi travado desde o início através de uma forte polarização ideológica entre a esquerda (através das candidaturas de Brizola e Lula) e a direita (Collor). De acordo com a literatura que pesquisou o comportamento da mídia no período (ver, entre outros, LIMA, 1990; ALBUQUERQUE, 1994; SOARES, 1997; GUIMARÃES e VIEIRA, 1989; RUBIM, 1995; AGUIAR, 1995), a cobertura da grande imprensa foi abertamente favorável, tanto na mídia impressa quanto na mídia eletrônica, a Collor, que era desde o início da competição o candidato que reunia melhores chances eleitorais de derrotar a esquerda. Ainda segundo alguns dos autores aqui citados, os principais jornais e revistas de circulação nacional defendiam em suas páginas opinativas as teses neoliberais, então hegemônicas na Inglaterra e nos Estados Unidos e atacavam às concepções estatais e nacionalistas, bem como os projetos socialistas. Segundo os pesquisadores aqui referidos, estas posições, anunciadas de modo aberto e direto nos editoriais e na maioria das colunas e artigos assinados, contaminou a cobertura eleitoral e comprometeu o equilíbrio em relação aos dois principais candidatos. Nos telejornais, embora o noticiário fosse mais equilibrado em termos de volume de tempo e atenção às candidaturas mais competitivas eleitoralmente, os enquadramentos foram freqüentemente favoráveis a Collor, como bem exemplificou a célebre edição da *Rede Globo* do debate final entre Collor e Lula na véspera do 2º turno. Em resumo, o paralelismo político nesse período se expressou não só pela defesa aberta de valores políticos e idéias econômicas como também pelo engajamento eleitoral de praticamente toda a grande mídia nacional. É claro que boa parte desse comportamento partidarizado pode e deve ser atribuída ao clima de forte polarização ideológica e histeria política diante da possibilidade uma vitória da esquerda, um pesadelo real para uma imprensa historicamente conservadora. Seja como for, o apoio ao candidato conservador expresso pelos editoriais e artigos e a cobertura eleitoral desbalanceada indicavam de modo expressivo que nosso sistema de mídia entrava na democracia recém restaurada com um importante déficit democrático no que se refere à igualdade comunicativa.

Entre as eleições de 1989 e a de 1994, que inaugura um novo tipo de polarização eleitoral, agora entre o PT e o PSDB, ambos com origem à esquerda, a imprensa assumiu um papel protagonista no episódio do *impeachment* do Collor. Sem dúvida, a crise do governo Collor foi um divisor de águas para a mídia (em especial para o jornalismo político), do ponto de vista da sua relação com o sistema político no novo período democrático, pois a grande imprensa durante todo o episódio não só agendou o debate político, como se transformou num dos principais atores da crise, denunciando o governo, mobilizando a opinião pública e colocando em pauta o *impeachment*. Nessa dinâmica marcada basicamente pelo jornalismo investigativo, a mídia brasileira mimetizou a função clássica do cão-de-guarda (*watchdog*) da teoria liberal do jornalismo assumindo o papel de vigia e fiscalizador do sistema político.

Com o lançamento do Plano Real durante o governo Itamar Franco (1992-94), a grande imprensa apoiou entusiasticamente as medidas econômicas de estabilização monetária. Este apoio, que se manteria pelo final do governo Itamar e se prolongaria pelo mandato de Fernando Henrique Cardoso, estava em consonância com o forte apoio popular ao Plano Real. O apoio da imprensa logo se converteria numa adesão eleitoral aberta ou sutil, em 1994, à candidatura de FHC. Contudo, esta adesão não se deu mais em um quadro de aguda polarização ideológica e de histeria política como ocorreu em 1989. Agora, com dois candidatos oriundos do campo da esquerda, mas em coligações diferenciadas, o confronto se deu basicamente em torno do debate sobre o plano de estabilização monetária (a necessidade de preservá-lo *versus* a idéia de que era um engodo eleitoral como tinha sido o Plano Cruzado) e o conteúdo dos projetos de governo, que novamente contrapunham concepções estatizantes e nacionalistas às reformas liberais. Estes mesmos temas, mais a crise financeira internacional que eclodiu em vários países emergentes, estariam também presentes nas eleições de 1998, a primeira em que fora permitida a reeleição do presidente. E, da mesma forma, mas agora com o inevitável aumento da visibilidade do presidente-candidato/candidato-presidente na mídia por conta do manejo da crise financeira daquele momento (ver AZEVEDO, 2000, p. 54), a grande imprensa renovou o apoio eleitoral a FHC através dos editoriais e artigos. Apesar disto, um balanço confrontando a cobertura eleitoral de 1989 com 1994 e 1998 (CHAIA, 2004; MIGUEL, 1999; JORGE, 1997) mostra mudanças significativas no que se refere aos grandes jornais. Apesar das preferências políticas, a cobertura eleitoral a partir de 1994 passou a apresentar um maior equilíbrio entre as notícias dedicadas aos principais candidatos nas páginas informativas. Isto indica que, embora a diversidade externa continue a ser um problema crítico em nosso sistema de mídia, a diversidade interna passou a ser uma política editorial deliberada nos principais jornais do país, embora o mesmo não se possa afirmar em relação às revistas de informação semanal. Mas, de fato,

revistas são um gênero de publicação essencialmente opinativo. Quanto à televisão, ao contrário dos jornais, mostrou grandes diferenças de comportamento no jornalismo televisivo entre a campanha de 1994 e 1998. Na campanha de 1994, a televisão investiu pesadamente na realização de debates entre os candidatos e em uma cobertura jornalística intensa que proporcionou alta visibilidade aos dois candidatos principais e, por imposição legal, uma presença equilibrada nas edições dos telejornais. Porém, em 1998, com a televisão regulada pela lei 9.504 de 30/09/1997, a eleição presidencial se tornou praticamente invisível na televisão, pois a *Rede Globo* simplesmente ignorou a campanha eleitoral em seu jornalismo e não foi realizado um debate sequer entre os candidatos em nenhuma das redes nacionais. Obviamente, é ocioso comentar que esta invisibilidade das eleições favoreceu o candidato à reeleição e o favorito das pesquisas.

As tendências observadas nos pleitos anteriores foram aprofundadas em 2002, quando praticamente todos os grandes jornais deram um tratamento bastante equilibrado aos candidatos finalistas, Lula e Serra (ALDÉ, 2003). A exceção, mais uma vez, foram as revistas semanais que se dividiram em seu apoio político, com a *Veja*, engajada na campanha do candidato peessedebista, a *Carta Capital* na campanha do candidato petista, e a *Época* e a *Isto é* mantidas neutras (AZEVEDO, 2004b). Na área dos grandes jornais, *O Estado de S. Paulo* apoiou explicitamente o candidato oficial, mas os dois outros diários de expressão nacional (*Folha de S. Paulo* e *O Globo*) se mantiveram formalmente neutros na disputa. Mesmo no caso do *Estado de S. Paulo*, a tendência observada nos pleitos anteriores de uma cobertura mais equilibrada foi mantida em todos os jornais, sinalizando a propensão dos grandes diários em consolidar uma política de diversidade interna compatível com a exigência do jornalismo comercial de oferecer informações mais objetivas ao leitor. A grande novidade do pleito foi, de longe, a cobertura extensa e intensiva realizada pelas redes de televisão, especialmente a *Rede Globo*, que agendou diversos debates, realizou várias reportagens temáticas sobre o pleito e colocou a competição eleitoral no centro do seu telejornalismo obedecendo estritamente às normas de equilíbrio na cobertura das candidaturas (MIGUEL, 2003, 2004 e 2005; PORTO, BASTOS e VASCONCELOS, 2004). É claro que o equilíbrio não pode ser visto como uma decisão editorial, pois é compulsoriamente ditado pela rigorosa legislação em vigência. Mas, o grande volume de notícias, as reportagens temáticas e a realização dos debates, enfim, a decisão de conceder grande visibilidade ao pleito, foram claramente decisões jornalísticas internas que alteraram o perfil tradicional da cobertura da *Rede Globo*, uma emissora sempre acusada de favorecer pela visibilidade ou invisibilidade os candidatos apoiados pela família Marinho.



**Tabela 9**  
**Presença da disputa eleitoral no Jornal Nacional em 1998/2002**

	<b>1998</b>	<b>2002</b>
Semanas sob análise	12	14
Edições do Jornal Nacional no período	72	84
Edições com reportagens sobre as eleições	26 (36,1%)	82 (97,6%)
Tempo total do Jornal Nacional no período	27:53:59	43:57:14
Tempo sobre eleições presidenciais	1:16:34 (4,6%)	12:55:50 (29,4%)
Tempo sobre eleições estaduais e outros temas de política brasileira	0:23:49 (1,4%)	2:34:59 (5,9%)
Tempo de “debate eleitoral”	0:10:24 (0,6%)	8:16:51 (18,8%)
Tempo total dos <i>sound bites</i> dos candidatos à presidência	0:07:37 (0,5%)	2:26:50 (5,6%)

Fonte: MIGUEL (2003, p. 9).

Obs.: (a) Período entre o final da Copa do Mundo e a votação do primeiro turno.

(b) Excluídas as manchetes e as chamadas ao final de cada bloco.

(c) Reportagens sobre articulações políticas dos partidos e candidatos, eventos de campanha, entrevistas dos candidatos, propostas de governo etc.

## Conclusão

O nosso sistema de mídia não é estático e apresenta mudanças e transformações que devem ser notadas pelo impacto potencial na relação com o sistema político e na dinâmica democrática, especialmente num contexto de um sistema de mídia com baixa diversidade externa e sem um jornalismo político e/ou partidário expressivo no plano nacional que ofereça ao leitor perspectivas políticas competitivas.

Entre as mudanças apontadas ao longo deste texto está a consolidação do jornalismo comercial e o correspondente fortalecimento de uma política orientada para a diversidade interna. Esses dois aspectos estão obviamente correlacionados e é possível especular que, a longo prazo, se consolide do mesmo modo um jornalismo de informação em detrimento do jornalismo de opinião e, num quadro de um pluralismo partidário moderado que parece estar também em processo de cristalização, um jornalismo político mais aberto à pluralidade política e mais balanceado em relação aos atores políticos. Além disso, tem sido bastante relevante para a ampliação da diversidade interna a profissionalização do jornalista, um processo já inteiramente consolidado, e a presença de meios de crítica da mídia bastante ativa, como o *Observatório da Imprensa*, e a introdução da figura do *ombudsman* adotada por alguns jornais, como a *Folha de S. Paulo*. Quanto à televisão,

um meio fortemente regulado pela legislação eleitoral, comparando a cobertura eleitoral de 1989 e a dos anos recentes, não há dúvidas de que esse meio se democratizou, pelo menos nos períodos eleitorais. A opção da *Rede Globo* de investir fortemente na cobertura eleitoral, como fez em 2002, poderá ser uma tendência irreversível induzida pela competição comercial e jornalística entre os veículos eletrônicos e pela consolidação da nossa cultura democrática.

Em síntese, as mudanças em curso, em boa parte já registradas pela literatura mais recente sobre o comportamento da mídia nos processos eleitorais, ainda que não tenham alterado as características centrais do nosso sistema de mídia representam avanços, e poderão contribuir para nos deixar mais próximos da idéia de um pluralismo regulado (THOMPSON, 1999, p. 209) em que as funções mais básicas da imprensa em uma democracia, como vigiar e fiscalizar o poder, promover o debate pluralista e mobilizar civicamente o cidadão sejam, de fato, efetivas entre nós.

## Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AGUIAR, C. B. A imprensa e as eleições de 1989: imagens e atores da política. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 179-194, abril/julho 1995.

ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 23-40, agosto/novembro 1994.

ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. *Alceu – Revista de Comunicação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 23-45, 2003.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, A. A. C. (ed.). *Mídia e eleições 98*. Salvador: Edições Facom, 2000, p. 31-56.

\_\_\_\_\_. Agendamento da política. In: RUBIM, A. A. C. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Editora Unesp, 2004a, p. 41-71.

\_\_\_\_\_. *As revistas semanais e a cobertura das eleições presidenciais de 2002*. Apresentado no VII BRASA – Brazilian Studies Association, Rio de Janeiro, 2004b. 25 p.

AZEVEDO, F. A.; RUBIM, A. A. C. Mídia e política no Brasil. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 43, p. 189-216, 1998.

CHAIA, V. Eleições no Brasil: o medo como estratégia política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 29-52.

DAHL, R. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

FIGUEIREDO, R. R. Mídia e eleições: cobertura jornalística da campanha presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 44-53, 1998.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992, p. 109-142.

GUIMARÃES, C.; VIEIRA, R. A. A. Meios de comunicação de massa e eleições: um experimento brasileiro. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 147-158, 1989.

GUNTHER, R.; MUGHAN, A. *Democracy and the media: a comparative perspective*. New York: Cambridge University Press, 2000.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLIM, D. C.; MANCINI, P. *Comparing media systems: three models of media and politics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

JORGE, V. L. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 126-133, janeiro/abril 1997.

LIMA, V. A. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. *Comunicação & Política*, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 29-54, abril/junho 1990.

\_\_\_\_\_. *Mídia, teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUSTOSA, I. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAIA, R. C. M. *Mídia e deliberação pública: mediações possíveis*. 2002. Apresentado no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, 2002. 16 p.

\_\_\_\_\_. *Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública*. 2003. Apresentado no XII Encontro Anual da Compós, Recife, 2003. 23 p.

MATTOS, S. *Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

MIGUEL, L. F. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, v. 42, n. 2, p. 253-276, 1999.

\_\_\_\_\_. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano, 2002.

\_\_\_\_\_. *Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral*. 2003. Apresentado no XII Encontro Anual da Compós, Recife, 2003.

\_\_\_\_\_. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 91-105.

\_\_\_\_\_. Televisão e construção da agenda eleitoral no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, v. 10, p. 142-156, 2005.

PORTO, M.; BASTOS, B.; VASCONCELOS, R. A televisão e o 1º turno das eleições presidenciais de 2002: análise do JN e do horário eleitoral. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hacker, 2004, p. 68-90.

RUBIM, A. A. C. Medios, política y elecciones brasileñas de 1989 y 1994. *Dialogos de la Comunicación*, Lima, v. 1, n. 42, p. 18-24, 1995.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. 2004. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 169-189.

SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOARES, M. *Construindo o significado do voto: retórica da propaganda política pela televisão*. Tese de Doutorado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

*Recebido para publicação em março de 2006.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

# *A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002)<sup>1</sup>*

---

**Renato M. Perissinotto**  
**Mariana B. Braunert**

Universidade Federal do Paraná

---

## **Resumo**

Embora a maior parte dos estudos sobre cultura política tenha por foco a análise dos valores políticos dispersos na população como um todo, as atitudes partilhadas por aqueles que operam diretamente o sistema político - as elites - já tem sua importância reconhecida, principalmente no que concerne ao impacto que exerce sobre a qualidade e estabilidade do regime democrático. Levando em conta que a relação entre os valores políticos das elites e a democracia deve passar pela análise das atitudes das elites também regionais e não só nacionais, este artigo analisa, com base em dados de *survey*, as opiniões políticas dos parlamentares paranaenses do período de 1995 a 2002. Pretende-se apontar a importância que a variável “posição ideológica” possui para entender as diferenças de adesão ao sistema democrático encontradas entre os parlamentares de esquerda e de direita.

**Palavras-chave:** elite parlamentar, valores políticos, posição ideológica, Brasil

## **Abstract**

Although most of the studies on political culture stress on attitudes of the population as a whole, some researchers have dedicated their attention to the political values of the national political elite. We believe that the same attention must be paid to the political attitudes of regional political elites, since they operate central parts of the political system (the sub-national units of the political system). This article analyses the political opinions of the members of the Paraná state parliament, based on data collected by a survey. We intend to indicate the importance of the “ideological position” variable to understand the differences in the intensity of the adherence to the democratic system between the right and left wing members of the Paraná state parliament.

**Key words:** parliamentary elite, political attitudes, ideological position, Brazil

---

<sup>1</sup> Os autores gostariam de agradecer aos pareceristas anônimos de *Opinião Pública* pelas sugestões feitas ao texto e a Ednaldo Aparecido Ribeiro, pela consultoria estatística.

## **Apresentação**

Uma extensa literatura considera a existência de orientações subjetivas favoráveis à democracia numa dada população um fator decisivo para o êxito ou o fracasso desse regime em um determinado país. Embora Almond e Verba (1989) sejam os precursores mais conhecidos dessa corrente, a importância da dimensão cultural dos fenômenos políticos e, mais especificamente, o seu impacto sobre o advento e a estabilidade dos regimes democráticos são reconhecidos como fundamentais por diversos autores que se dedicam às análises empíricas da democracia, ainda que, para alguns deles, a variável cultural esteja sempre conjugada a fatores de ordem econômica e política (INGLEHART, 1988)<sup>2</sup>.

A grande maioria desses estudos dedica-se a analisar os valores políticos dispersos na população como um todo. Uma série de outros trabalhos, porém, insiste na importância de estudar a cultura política das elites, visto ser esse um grupo portador de crenças políticas mais articuladas, que se coloca à frente dos processos decisórios e cuja conduta afeta necessariamente o funcionamento do sistema político (CONVERSE, 1964; DAHL, 1997, cap. 8; LIJPHART, 1980, p. 50; VERBA, 1980, p. 404). De fato, como dizem Power e Jamison, se “a visão convencional na pesquisa sobre cultura política é a de que qualquer sistema político deve desenvolver um sistema cultural de apoio ou corre o risco de um eventual rompimento” (POWER e JAMISON, 2005, p. 75), então não há porque limitar os estudos de cultura política à população como um todo, deixando de lado justamente aqueles responsáveis por operar diretamente as instituições democráticas<sup>3</sup>.

De nossa parte, pensamos ainda que se alguma relação há entre, de um lado, a estabilidade e a qualidade da democracia e, de outro, os valores políticos das elites, essa relação passa também, forçosamente, pelas elites regionais e não apenas por aquelas que atuam no âmbito nacional, objeto de estudo de grande parte dos trabalhos sobre o tema (REIS e CHEIBUB, 1995; LIMA e CHEIBUB, 1996). Na medida em que as elites políticas regionais são operadores estratégicos de

---

<sup>2</sup> Essa concepção encontra resistências entre aqueles que enfatizam o desenho institucional e acreditam que, para o sucesso da democracia, é suficiente a existência de instituições formais democráticas. Ver, por exemplo, Santos (2004) e Limongi (2002).

<sup>3</sup> Talvez um dos maiores problemas dos estudos de cultura política de populações nacionais é, segundo Wedeen, trabalhar com um conceito de cultura que pressupõe uma coerência interna e uma estabilidade difíceis de sustentar empiricamente. Nesse sentido, o estudo de elites políticas reconhece, de saída, a existência de uma divisão básica no interior da cultura política de uma nação. Na verdade, como veremos adiante, mesmo no interior de grupos minoritários, como as elites políticas, é improvável encontrarmos uma cultura totalmente homogênea (WEDEEN, 2002, p. 720). Lembre-se, ainda, que o estudo dos valores políticos das elites justifica-se também em função da influência que tais valores podem exercer sobre as opiniões da população em geral, notadamente quando esta não encontra à sua disposição fontes alternativas de informação. Quanto a este ponto, ver Druckman e Nelson (2003).

partes importantes do sistema político (isto é, as unidades políticas sub-nacionais), parece-nos fundamental levar em consideração suas atitudes, não apenas no que concerne à estabilidade do sistema democrático, mas também à qualidade da democracia que se pretende consolidar no Brasil. Deve-se observar ainda que a viabilidade de determinadas políticas públicas promotoras de uma maior igualdade passa não apenas pela organização da “sociedade civil”, como se tem dito comumente, mas também pela disposição das minorias politicamente ativas em adotá-las como objetivos políticos.

Nesse sentido, acreditamos que os estudiosos da cultura política devem voltar os seus olhares para os diversos sistemas políticos regionais, assim como vêm fazendo alguns analistas do poder legislativo (SANTOS, 2001). Na ausência de pesquisas sobre elites de outros estados, o presente trabalho *não* pode ser visto como um “estudo de caso”, no sentido dado a essa expressão por John Gerring (2004). Segundo este autor, um estudo de caso é uma análise intensiva de “uma única unidade com vistas a produzir generalizações para outro conjunto de unidades” (GERRING, 2004, p. 352). Nesse sentido, tais estudos comportam duas dimensões: “são, ao mesmo tempo, estudos *tout court* e estudos de caso de algo mais geral” (p. 345). Como um estudo *tout court*, a população analisada restringe-se à unidade sob investigação; como um estudo de caso, a população inclui forçosamente “unidades adjacentes”. Dessa forma, na falta de informações sobre as “unidades adjacentes” (isto é, sobre as demais elites políticas regionais), é impossível para nós identificar quais proposições acerca da elite paranaense expressariam características da elite brasileira como um todo e que, portanto, fariam do nosso objeto um “caso exemplar” a ser estudado de maneira mais intensa. Por essa razão, este texto representa um estudo *tout court*, cujas proposições visam a descrever as características da unidade em análise: a elite parlamentar do estado do Paraná, no período especificado. Obviamente, esta é uma situação que precisa ser superada no que diz respeito ao conhecimento sobre as elites políticas no Brasil.

Com vistas a dar uma contribuição nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar os valores políticos da elite parlamentar paranaense durante as 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> legislaturas (1995-2002)<sup>4</sup> em relação ao sistema político democrático<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Este artigo apresenta o resultado parcial da pesquisa “Quem governa? Mapeando as elites políticas paranaenses (1995-2002)”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. A pesquisa tinha como objetivo aplicar um *survey* sobre origem social, carreira e valores políticos a três setores da elite política regional: os parlamentares, os dirigentes do Estado e os líderes partidários. O nosso universo inicial era composto de 167 pessoas (68 dirigentes do Estado, 78 parlamentares e 21 líderes partidários), das quais 108 foram entrevistadas, obtendo-se, assim, uma taxa de retorno geral de 65%. No que diz respeito exclusivamente aos parlamentares, conseguimos aplicar o questionário a 44 indivíduos, obtendo uma taxa de retorno de 56,5%. Desses 44 parlamentares, três foram descartados para a presente análise por circularem por



Para tanto, o texto que segue está organizado da seguinte maneira: na primeira parte, analisamos o grupo dos parlamentares como um todo, apresentando algumas frequências simples sobre sua adesão ao regime democrático, sobre as condições em que admitem ou não o fim deste regime e sobre sua visão de democracia; na segunda parte, abandonamos a abordagem dos parlamentares como um grupo e passamos a estudá-los a partir de suas divisões internas, notadamente a origem ocupacional de seus membros, o seu nível de escolaridade e, por fim, a sua posição no espectro ideológico (esquerda-direita). Sugerimos que esta última variável é mais importante para entender algumas das diferenças encontradas entre os parlamentares quanto às suas opiniões sobre a democracia, em especial a variação da intensidade da adesão a esse sistema político encontrada entre deputados de direita e de esquerda.

## **Os parlamentares e a democracia no Paraná**

### *A adesão à democracia*

Quando observamos as respostas dadas pelos parlamentares paranaenses acerca de sua preferência pela democracia, é fácil a constatação de sua ampla adesão a essa forma de governo.

A adesão à democracia como a melhor forma de governo pela quase totalidade da elite parlamentar paranaense (92,7%, Tabela 1) situa-se em níveis muito mais altos que os encontrados entre as populações brasileira e latino-americana como um todo. Segundo José Álvaro Moisés, de setembro de 1989 a março de 1993, a porcentagem dos brasileiros que preferiam a democracia a qualquer outro regime político variou de um mínimo de 43% a um máximo de 59% dos entrevistados (MOISÉS, 1995, p. 127). Os dados do *Latinobarómetro* sobre a adesão da população brasileira à democracia são ainda mais baixos. Segundo este instituto de pesquisa, entre 1996 e 2004, a porcentagem de brasileiros que preferiam a democracia a qualquer outra forma de governo nunca ultrapassou a barreira dos 50%, atingindo o mínimo de 30% em 2001 e situando-se, em 2004, no

---

diversos setores da elite regional. Portanto, todas as considerações feitas no presente artigo referem-se aos 41 parlamentares restantes (11 da 13<sup>a</sup>, 7 da 14<sup>a</sup> legislatura e 23 de ambas). A pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação Araucária e do CNPq. Por fim, vale lembrar que o mesmo *survey* está sendo aplicado para as elites políticas paranaenses do período 2003-2006 (governo Roberto Requião).

<sup>5</sup> Preferimos falar em “valores políticos” ou “atitudes políticas” já que o nosso trabalho não poderia, de fato, ser caracterizado como um estudo de “cultura política”, e isso por duas razões. Primeiramente, porque, para tanto, seria necessário lidar com questões referentes ao processo de socialização (familiar e político) pelo qual passaram os indivíduos aqui analisados; em segundo lugar, e como decorrência do que foi dito anteriormente, a cultura, por definição, refere-se a atitudes profundamente sedimentadas nos agentes, o que só poderia ser captado por meio de um estudo longitudinal.

patamar de 41%. A média latino-americana foi bem mais alta, variando de um mínimo de 41%, em 2001, a um máximo de 62%, em 1997/1998, e, por fim, atingindo 53% em 2004.

Quando se trata, porém, de analisar a adesão ao regime democrático por parte das elites políticas parlamentares na América Latina, os dados são muito próximos daqueles encontrados por nós para os parlamentares paranaenses. No caso do Chile, em 1997, 84,1% dos seus parlamentares avaliavam que a democracia era a melhor forma de governo, número que subiu para 90,7% em 2001; para o Equador, esses números são 92,9%, em 1998, e 87,8%, em 2002; para a Venezuela, 95,6%, em 1993, e 90,1%, em 2000<sup>6</sup>.

**Tabela 1**  
**Adesão à democracia dos parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002**

<b>Opções</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>A democracia é sempre a melhor forma de governo</b>	<b>38</b>	<b>92,7</b>
<b>A democracia às vezes é a melhor forma de governo</b>	<b>3</b>	<b>7,3</b>
<b>A democracia nunca é a melhor forma de governo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>É indiferente ter ou não uma democracia</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

No entanto, a adesão à democracia anunciada na tabela acima não nos diz nada a respeito de quão intensamente os entrevistados aderem ao regime. A partir dos dados apresentados até o momento, poderíamos supor que, sendo a democracia, para a maioria esmagadora dos parlamentares, sempre a melhor forma de governo, eles não aceitariam a suspensão desse sistema político em hipótese alguma. Entretanto, não é o que ocorre.

Para testar a intensidade desta adesão, apresentamos aos parlamentares algumas afirmações segundo as quais certas condições justificariam o fim da democracia. Eles deveriam concordar ou discordar de cada afirmação, avaliando se o fim do regime democrático seria ou não aceitável nas situações dadas. As respostas estão na Tabela 2 a seguir.

---

<sup>6</sup> Para os dados sobre a população em geral, ver *Informe – Resumen Latinobarómetro 2004: una década de mediciones*, p. 4-5 ([www.latinobarometro.org](http://www.latinobarometro.org)). Ver também Muszynski e Mendes (1990, p. 70), para uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile; os dados sobre as elites parlamentares do Chile, Equador e Venezuela foram produzidos pelo Instituto Interuniversitario de Iberoamérica – Universidad de Salamanca.

**Tabela 2**  
**Condições em que concorda ou discorda com o fim da democracia**  
**(parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

Questões	Concorda	Discorda	NR	Total
Ameaça generalizada à propriedade privada	41,5% (17)	58,5% (24)	0% (0)	100% (41)
Ameaça generalizada aos valores morais e religiosos	39% (16)	61% (25)	0% (0)	100% (41)
Ameaça à ordem pública em função de crise econômica	29,3% (12)	68,3% (28)	2,4% (1)	100% (41)
Descontrole da corrupção	41,4% (17)	58,5% (24)	0% (0)	100% (41)
Quebra da hierarquia das instituições militares	22% (9)	75,6% (31)	2,4% (1)	100% (41)
O fim da democracia não é aceitável em hipótese alguma	65,9% (27)	34,1% (14)	0% (0)	100% (41)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

Em certa medida, a forte adesão anunciada anteriormente se confirma nos dados apresentados na Tabela 2, já que em nenhuma das condições apresentadas aos parlamentares a opção “concorda” foi majoritária (exceto na última assertiva, cujo resultado se inverte, como esperado, em coerência com as respostas anteriores). Ainda assim, é significativo que um número razoável dos entrevistados diz concordar com o fim da democracia em algumas circunstâncias. Nesses casos, a ameaça generalizada à propriedade privada foi a condição que mais motivou os parlamentares a aceitar o fim da democracia, seguida pelo descontrole da corrupção e pela ameaça aos valores morais e religiosos de nossa sociedade. Chama a atenção que, tantos anos após o golpe de 1964, uma eventual crise na hierarquia militar não é vista pelos entrevistados como motivo para suspender o regime democrático<sup>7</sup>. A síntese dessas orientações encontra-se nas respostas à última questão: 34,1% dos deputados discordam da afirmação segundo a qual a democracia não pode ser suspensa em hipótese alguma, isto é, aceitam o seu fim nas circunstâncias especificadas ou em alguma outra situação não definida pelo nosso questionário<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> O que iria ao encontro da tendência encontrada por Lima e Cheibub, no seu estudo sobre elites estratégicas (LIMA e CHEIBUB, 1994), e das considerações feitas por Moisés (2005, p. 37).

<sup>8</sup> É importante apontar que para as alternativas “ameaça generalizada à propriedade privada”, “ameaça generalizada aos valores” e “descontrole da corrupção” a porcentagem dos que escolheram a opção “concorda” é maior do que a dos que escolheram a opção “discorda” na última alternativa (“o fim da democracia não é aceitável em hipótese alguma”). Isso evidencia, nesse caso, uma incongruência nas

Essas questões podem ser analisadas à luz de uma discussão teórica recorrente sobre a relação entre regime democrático e cultura política. De um lado, uma ampla literatura defende a idéia de que a democracia só se sustenta se a população a ela submetida e, principalmente, a elite política que a operacionaliza, estiverem imbuídas de um “espírito democrático” (ALMOND e VERBA, 1989; DAHL, 1997; INGLEHART, 1988)<sup>9</sup>; de outro, alguns estudiosos afirmam que nenhum dado autoriza esse tipo de relação causal e que o surgimento e a permanência do regime democrático dependem muito mais do cálculo estratégico dos atores políticos relevantes do que de sua cultura política (PRZEWORSKI, CHEIBUB e LIMONGI, 2003; SANTOS, 2004).

A Tabela 2, a acreditar na resposta dos entrevistados, conjuga as duas situações. Há alguns parlamentares que vêem a democracia como um valor a ser respeitado acima de tudo. Nesses casos, o regime deveria ser mantido, mesmo em caso de ameaças generalizadas à ordem pública, à propriedade e à tradição. No entanto, há aqueles que aceitam a democracia e, até mesmo, julgam-na como a melhor forma de governo, mas que, no entanto, defendem a sua supressão caso valores que lhe são fundamentais sejam atingidos pela continuidade do sistema. Nesses casos, a sobrevivência da democracia está intimamente ligada à relação custo/benefício que ela pode trazer para os atores políticos estratégicos.

Nossos dados não permitem nenhuma conclusão definitiva a respeito desse assunto. No entanto, as respostas dadas às questões acima enunciadas revelam que a oposição simplista entre “democracia como valor” e “democracia como cálculo” muito provavelmente não representa a melhor saída analítica. É provável que, na maioria das vezes, no interior da elite política de um sistema democrático, encontrem-se indivíduos com uma visão *predominantemente* valorativa de democracia e outros para os quais esta forma de governo traga, antes de tudo, mais benefícios do que prejuízos. Como se sabe, as análises de Robert Dahl em *Poliarquia* apontam exatamente para essa direção. Segundo este autor, a probabilidade de sucesso de um regime poliárquico é tanto maior se encontrarmos entre os membros da elite política as seguintes características: de um lado, indivíduos que

---

respostas: alguns indivíduos responderam, por exemplo, que aceitariam o fim do regime no caso de ameaça à propriedade privada, mas depois concordaram que o fim da democracia não é aceitável em hipótese alguma. Os casos restantes, em que a porcentagem de “concorda” é menor do que a de “discorda” na última alternativa, sugerem que, para alguns respondentes, existem outras situações, não apresentadas na questão, que justificariam o fim da democracia. Ou seja, eles discordam quanto à suspensão do regime democrático nas situações apresentadas, mas também discordam da última afirmação, pois aceitariam o fim da democracia em outras situações não contempladas pela nossa questão.

<sup>9</sup> Nessa perspectiva, não apenas o capitalismo exigiria um “espírito” para se desenvolver, como lembra Max Weber, mas também a democracia demandaria dos cidadãos uma disposição subjetiva específica para que pudesse funcionar “adequadamente”.

avaliem que tolerar a existência da oposição seja mais vantajoso (isto é, menos custoso) do que o ato de suprimi-la e, de outro, que esses mesmos indivíduos estejam, em alguma medida, imbuídos de valores democráticos. Dito de outra forma, para Dahl, a existência de uma cultura política democrática é uma das condições que incentiva os atores políticos relevantes a optarem pela tolerância, daí a sua importância para entender os processos de surgimento e estabilização das democracias<sup>10</sup>.

### *Qual democracia?*

Embora o apoio dos parlamentares à democracia como idéia geral e abstrata seja em si mesmo relevante, pois expressa a adesão do grupo ao regime, os dados acima nada nos dizem sobre o conteúdo do termo “democracia”. Sabemos que os parlamentares defendem esse regime político, mas não podemos definir, a partir dos dados vistos até o presente momento, a que tipo de democracia se referem. Nesse sentido, o resultado visto até agora é muito vago e, até certo ponto, esperado. Constatado o apoio dos parlamentares ao regime, é fundamental caracterizar a qual democracia aderem.

Para tanto, submetemos os entrevistados a algumas questões que enfatizavam o problema da igualdade socioeconômica e da participação política. O nosso objetivo era verificar em que medida os deputados atribuíam alguma importância a esses dois fatores para a caracterização mais precisa do regime democrático. Em outras palavras, pretendíamos saber se o grupo apoiaria uma visão igualitária e/ou participativa de democracia ou se predominaria entre seus membros uma concepção puramente eleitoral, isto é, uma visão que reduz esse regime político ao mecanismo de escolha dos governantes por meio de eleições competitivas.

Para testar a adesão dos parlamentares a uma visão de democracia que enfatiza a igualdade socioeconômica (e não apenas política), pedimos que eles se posicionassem como favoráveis ou contrários em relação a determinadas políticas

---

<sup>10</sup> Ao revisar criticamente a literatura sobre confiança política, José Álvaro Moisés observa que alguns autores “postularam que os instrumentos de mensuração empírica do fenômeno [da confiança nas instituições] deveriam ter em conta que os cidadãos combinam, embora não necessariamente de forma semelhante ou equilibrada, critérios normativos e racionais relativos à probidade, sentido de justiça e eficácia da ação dos atores correspondentes para avaliar e julgar governos, governantes e instituições políticas” (MOISÉS, 2005, p. 45 e 55). Nesse sentido, parece que a literatura encaminha-se para a superação da oposição pura e simples entre cultura e racionalidade, tanto no que diz respeito ao estudo das atitudes das elites políticas como daquelas dispersas pela população como um todo. Quanto a necessidade de combinar uma análise culturalista e racional dos valores políticos, ver também Lane (1992). Um comportamento exclusivamente racional das elites frente às instituições democráticas poderia gerar um uso instrumental das mesmas o que, por sua vez, poderia aumentar o nível de desconfiança da população em relação à democracia e aos políticos. Ver também Power e Jamison, (2005, p. 80-82).

sociais que, uma vez implementadas, poderiam promover a construção de uma ordem social mais igualitária. Essa questão é importante porque 82,9% dos deputados avaliam que o Brasil é uma democracia, mas, ao mesmo tempo, 87,8% deles acham que a desigualdade de renda é um obstáculo à consolidação do regime e 78% atribuem à ganância das elites o mesmo papel. Trata-se de saber, então, em que medida eles aceitariam políticas que pudessem superar tais obstáculos. Os resultados encontram-se na Tabela 3 abaixo.

**Tabela 3**  
**Posição sobre políticas sociais igualitárias**  
**(parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

<b>Questões</b>	<b>Totalmente favorável</b>	<b>Parcialmente favorável</b>	<b>Parcialmente contrário</b>	<b>Totalmente contrário</b>	<b>Total</b>
Sistema universitário gratuito	58,5% (24)	31,7% (13)	7,3% (3)	2,4% (1)	100% (41)
Saúde pública universal	80,5% (33)	19,5% (8)	0% (0)	0% (0)	100% (41)
Renda mínima para todos	53,7% (22)	36,6% (15)	7,3% (3)	2,4% (1)	100% (41)
Cotas para negros nas universidades públicas	22% (9)	43,9% (18)	12,2% (5)	22% (9)	100% (41)
Reforma agrária em terras produtivas ou não	9,8% (4)	43,9% (18)	24,4% (10)	22% (9)	100% (41)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

Como se vê, cotas para negros nas universidades públicas e reforma agrária são as questões a respeito das quais um maior número de parlamentares posiciona-se total ou parcialmente contrário: além de apenas 22% serem totalmente favoráveis à primeira e 9,8% à segunda, 22% são totalmente contrários a ambas, número bastante alto se comparado ao de parlamentares que se posicionaram contrariamente às demais políticas públicas. Mesmo se agregarmos as respostas do que são, em alguma medida, favoráveis a essas duas políticas públicas, os percentuais (62,9% e 53,7%) ficam ainda bem abaixo daqueles encontrados para as outras políticas. A manutenção do atual sistema universitário, a universalização da saúde pública e a garantia de renda mínima para todos os cidadãos são, por sua vez, aquelas que recebem um maior apoio por parte do grupo: o percentual de parlamentares totalmente favoráveis a elas é, respectivamente, 58,5%, 80,5% e 53,7%. Se, como fizemos para as políticas de cota e de reforma agrária, agregarmos as respostas favoráveis, os percentuais saltam para 90,2%, 100% e

90,3%, respectivamente. Percebe-se, assim, claramente, um menor entusiasmo dos parlamentares paranaenses em relação à política de cotas para negros e à reforma agrária em terras produtivas e improdutivas.

Se a igualdade é um valor fundamental para uma concepção substantiva de democracia, a extensão das esferas de participação política disponíveis ao cidadão é o fator propriamente político que permite uma melhor caracterização do tipo de democracia a que se referem os parlamentares entrevistados<sup>11</sup>.

A fim de avaliar quão participativa é a visão de democracia a que aderem os parlamentares, apresentamos a eles questões sobre a necessidade de existirem esferas alternativas de participação política para que um regime pudesse ser efetivamente caracterizado como democrático. O nosso objetivo era ver em que medida os parlamentares definiriam como essencial à democracia, além do voto, formas de participação tais como os conselhos gestores, o plebiscito, o orçamento participativo e a participação direta de todos no processo decisório. Os resultados podem ser vistos na Tabela 4.

**Tabela 4**  
**Posição sobre ampliação da participação política**  
**(parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

Questões	Concorda fortemente	Concorda	Nem concorda nem discorda	Discorda	Discorda fortemente	NR	Total
Voto	75,6% (31)	19,5% (8)	2,4% (1)	0% (0)	2,4% (1)	0% (0)	100% (41)
Plebiscito	19,5% (8)	31,7% (13)	19,5% (8)	24,4% (10)	4,9% (2)	0% (0)	100% (41)
Conselhos gestores	29,3% (12)	41,5% (17)	9,8% (4)	17,1% (7)	0% (0)	2,4% (1)	100% (41)
Orçamento participativo	24,4% (10)	34,1% (14)	17,1% (7)	19,5% (8)	2,4% (1)	2,4% (1)	100% (41)
Participação direta	22% (9)	39% (16)	4,9% (2)	26,8% (11)	4,9% (2)	2,4% (1)	100% (41)

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

<sup>11</sup> Para uma síntese sobre a relevância da participação política como elemento-chave para definir o conceito de democracia, ver Pateman (1992, p. 9-63). A mesma Carole Pateman, dentre outros, critica Almond e Verba por operacionalizarem, no *survey* que aplicaram, um único modelo de democracia em relação ao qual os respondentes deveriam se posicionar, isto é, o modelo da democracia anglo-saxã. Questões sobre obstáculos socioeconômicos à democracia e sobre formas alternativas de participação política que não o voto podem atenuar esse problema, na medida em que permitem ao entrevistado optar por outras visões de democracia. Evidentemente, a disposição para adotar uma ou outra estratégia de pesquisa tem tudo a ver com a perspectiva normativa do analista.

O que se percebe na Tabela 4 é que, entre os parlamentares paranaenses entrevistados, a democracia permanece ainda fortemente associada ao procedimento eleitoral: 75,6% “concordam fortemente” que só há democracia se houver a participação do cidadão pelo voto. O número é bastante alto se comparado a outras formas possíveis de participação: somente 29,3% (a taxa mais alta depois da adesão ao voto), por exemplo, “concordam fortemente” com a idéia de que a participação do cidadão por meio de conselhos gestores de políticas públicas é essencial para o bom funcionamento do sistema democrático. A participação direta dos cidadãos no processo decisório, característica central de uma visão radical (rousseauiana) de democracia, e o plebiscito receberam o menor apoio dos parlamentares. Respectivamente, apenas 22% e 19,5% deles disseram concordar fortemente com a afirmação de que tais procedimentos são essenciais à forma de governo democrática. Mesmo somando os percentuais das respostas favoráveis (“concorda fortemente” e “concorda”), os deputados paranaenses revelam uma propensão bem menor a considerar as formas alternativas de participação tão essenciais à democracia quanto o voto. Enquanto este último obtém 95,1% de respostas favoráveis, o plebiscito, os conselhos gestores, o orçamento participativo e a participação direta obtêm 51,2%, 70,8%, 58,8% e 61%, respectivamente.

Assim, pode-se concluir por hora que, não obstante haja adesão dos parlamentares à democracia como melhor forma de governo possível, predomina uma visão eleitoral desse regime, na qual o instrumento do voto constitui-se na sua característica essencial. Essa visão tem como contrapartida um apoio restrito e fragmentado às formas ampliadas de participação política. Condizente com essa observação é o fato de 48,8% dos deputados das legislaturas analisadas concordarem com a idéia de que a política é uma atividade demasiadamente complexa e, por isso, deve ser monopólio das lideranças políticas<sup>12</sup>. Por sua vez, o apoio dos parlamentares a uma democracia igualitária do ponto de vista social dirige-se preferencialmente, como vimos, ao acesso de todos os cidadãos aos serviços básicos e à idéia de redistribuição de renda, predominando claramente a defesa de um sistema público de saúde. No entanto, manifestam um apoio bem menos entusiasmado às modificações estruturais mais inclusivas, como, por exemplo, a reforma agrária e as ações afirmativas que beneficiem minorias étnicas.

---

<sup>12</sup> O mesmo percentual optou pela posição contrária. Vale observar, porém, que essa questão é muito mais “antipática” do que as perguntas feitas sobre as formas ampliadas de participação. Ainda assim, grande parte dos entrevistados não hesitou em concordar com uma afirmação que apontava claramente para uma visão elitista da política. O resultado por nós encontrado, vale lembrar, está em consonância com outros estudos que apontam para o predomínio de uma visão hierárquica e elitista da política entre as elites no Brasil. Ver, por exemplo, Lima e Cheibub (1996).



## **A esquerda, a direita e a democracia**

Os dados apresentados refletem a adesão dos parlamentares paranaenses a uma concepção de democracia que, por um lado, tem no voto a sua mais importante característica institucional e, por outro, identifica a igualdade social com políticas públicas que limitem a ação do Estado aos chamados “serviços básicos”, notadamente a saúde pública<sup>13</sup>. No entanto, os parlamentares estudados não formam um grupo homogêneo. Ao contrário, podemos encontrar diferenças significativas entre eles do ponto de vista da sua escolaridade, da sua origem social e, o que mais nos interessa, no que diz respeito ao seu auto-posicionamento no espectro ideológico (esquerda-direita). Neste item analisamos em que medida essas variáveis explicam a adesão à democracia e o tipo de democracia a que os entrevistados aderem. Para colocar a questão diretamente: ter uma dada origem social, possuir um certo grau de escolaridade e ser de esquerda ou de direita afetam ou não a visão de democracia dos nossos entrevistados e a intensidade com que aderem a este regime? O cruzamento dessas variáveis com os resultados obtidos nos permite explorar as clivagens existentes no interior do grupo em questão.

No que diz respeito à ocupação que o entrevistado exerceu por mais tempo antes do período em que entrou no grupo das elites parlamentares do Paraná, a nossa suposição era de que o tipo de ocupação profissional poderia afetar a intensidade da adesão do indivíduo à democracia, assim como o tipo de democracia que ele defende. A suposição é teoricamente plausível, pois alguns estudos demonstram que a socialização profissional pode afetar a “cultura política” dos indivíduos (ALMOND e VERBA, 1989; PATEMAN, 1992 e 1980), e, além disso, algumas ocupações constituem-se, pela sua própria natureza, em fontes privilegiadas para o recrutamento político (LOVE, 1982; CARVALHO, 2003; RODRIGUES, 2002). No caso dos indivíduos que compõem o nosso universo de pesquisa, entretanto, não detectamos nenhuma atividade profissional que pudesse assumir essa posição, tampouco qualquer relação significativa entre a ocupação exercida ao longo da vida e a posição do indivíduo frente ao sistema democrático. O resultado se repete quando utilizamos o nível de escolaridade do entrevistado. Os dados, portanto, apontaram um baixo poder explicativo dessas variáveis<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Esse resultado se aproxima dos achados apresentados por Lamounier (1999, p. 41), em que as elites entrevistadas pelo autor concordam acentuadamente com a afirmação de que a atuação do Estado deve se restringir às “áreas clássicas”, definidas naquela pesquisa como educação, justiça e segurança. No nosso caso, como visto na Tabela 3 acima, os parlamentares são amplamente favoráveis ao sistema universitário público e à universalização da saúde. Apenas a renda mínima destoa daquilo que poderíamos chamar de funções clássicas do Estado.

<sup>14</sup> Na verdade, algumas poucas associações significativas foram detectadas em relação à escolaridade e à profissão. No primeiro caso, os coeficientes eram muito baixos, no segundo, mais altos. No entanto, em ambos os casos tais associações são muito esparsas. Por exemplo, quando cruzamos o nível de

Em seguida, procuramos testar a hipótese de que eventuais diferenças no interior do grupo pesquisado pudessem aparecer se utilizássemos variáveis propriamente políticas, em vez de sociais, sugerindo, assim, que a socialização política seria mais importante para explicar as diferenças de atitude entre os parlamentares entrevistados do que sua socialização profissional (SEARING, 1987; PUTNAM, 2002). Para tanto, cruzamos os dados apresentados no início deste texto sobre a intensidade da adesão ao regime e o tipo de democracia defendido com a posição declarada pelo entrevistado no espectro ideológico. O nosso objetivo era saber se as opiniões sobre a democracia variavam de acordo com a posição ideológica dos parlamentares. Novamente, para sermos sintéticos, tratava-se de responder a seguinte questão: ser de direita ou de esquerda ainda conta?

Vale observar, inicialmente, que o entrevistado foi solicitado a se posicionar numa escala de 1 a 7, na qual 1 representava a posição mais à esquerda e 7 a posição mais à direita. Certamente, esse auto-posicionamento sofre de alguns limites metodológicos, sendo o principal deles o fato de o entrevistado poder não reconhecer o conteúdo dos termos utilizados (algo improvável quando se trata de pesquisa com elites políticas) ou simplesmente mentir sobre o seu posicionamento ideológico. É importante lembrar ainda que a escala permite ao entrevistado encaixar-se na posição menos comprometedora frente à opinião média predominante no mundo político. Não por outra razão, “centro-esquerda” – uma posição que não se compromete com a insensibilidade social da direita nem com as posições “extremadas” e “ultrapassadas” da esquerda<sup>15</sup> – tornou-se a opção escolhida pela maioria dos parlamentares, como apresenta a Tabela 5.

---

escolaridade do entrevistado com as seis questões relativas ao problema da participação política, encontramos associação apenas em uma delas. Isso se repete em todos os outros blocos de questões (políticas públicas e adesão à democracia). Para os cruzamentos com escolaridade, usamos o teste D de Somer, uma medida de associação entre duas variáveis ordinais; para os cruzamentos com profissão, usamos o coeficiente de contingência, uma medida de associação entre variáveis nominais.

<sup>15</sup> Isso nos permitiria explicar, por exemplo, a auto-definição de um deputado do PFL como sendo de centro-esquerda.

**Tabela 5**  
**Posição Ideológica dos parlamentares**  
**(parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

<b>Posição</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>Acumulado</b>
Extrema-esquerda	1	2,4	2,4
Esquerda	6	14,6	17,0
Centro-esquerda	16	39,0	56,0
Centro	10	24,4	80,4
Centro-direita	5	12,2	92,6
Extrema-direita	1	2,4	95,0
Não respondeu	2	4,9	100
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

Ainda assim, resolvemos utilizar esse procedimento por três razões: primeiramente, porque ele se encontra bastante presente na literatura sobre o tema (MCDONOUGH, 1981; PUTNAM, 1976); em segundo lugar, porque evita o problema de transformar o posicionamento ideológico do parlamentar numa atribuição arbitrária do analista; e, por fim, porque quando cruzamos a posição ideológica auto-declarada com o grau de antipatia/simpatia dos entrevistados em relação aos partidos políticos pudemos perceber que os que se posicionam à esquerda do espectro ideológico tendem a ter mais simpatia por partidos de esquerda e serem mais antipáticos em relação a partidos de direita, o inverso ocorrendo com entrevistados que se situaram à direita do espectro ideológico. Isso sugere, portanto, uma certa coerência da posição ideológica auto-declarada<sup>16</sup>.

Conforme detalharemos a seguir, há uma maior associação entre a variável “posição ideológica do entrevistado” e a adesão ao sistema democrático do que entre aquela e o tipo de democracia a que aderem os parlamentares, seja do ponto de vista da igualdade, seja no que diz respeito à participação política. Ao cruzarmos a posição do parlamentar no espectro ideológico com a sua visão de democracia (igualitária ou procedimental; participativa ou representativa) não encontramos associações significativas<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Vale notar que as associações entre a posição no espectro ideológico e o grau de simpatia/antipatia do entrevistado foram significativas apenas em relação aos partidos mais importantes do cenário político paranaense no período analisado: PDT, PFL, PSDB, PT e PMDB. O teste de associação utilizado foi o coeficiente de contingência.

<sup>17</sup> A única exceção refere-se à posição assumida pelos entrevistados no que diz respeito ao orçamento participativo como essencial à democracia. No entanto, mesmo aqui, a associação se deu num nível muito próximo do limite crítico de 0,05 (0,042). O teste utilizado foi o coeficiente de contingência.

Como explicar essa situação em que ser de direita e ser de esquerda parece não fazer grande diferença quando se trata de adotar uma dada visão de democracia? Podemos apenas sugerir algumas explicações possíveis.

Primeiramente, parte desse problema pode decorrer, como já dissemos, do método utilizado por nós. O auto-posicionamento pode levar um entrevistado a se situar na posição ideológica menos comprometedora (no caso, “centro-esquerda”), mas, depois, fazer opções contrárias a essa posição ideológica, isto é, mais à direita, diminuindo a possibilidade de associação entre ambas. No entanto, vimos que a auto-declaração ideológica não é tão fantasiosa assim, visto que os parlamentares que se definem como de direita tendem a ter simpatia por partidos de direita e os deputados que se definem como de esquerda tendem a ser simpáticos em relação a partidos de esquerda.

Em segundo lugar, podemos supor que os parlamentares de esquerda sofreram, depois da queda do muro de Berlim, um cerco ideológico tão grande que acabaram por se aproximar de ideais políticos e sociais que antes não defendiam, tais como a democracia representativa (em vez de uma visão mais radical e mais participativa) e o sistema de mercado como a única organização econômica possível ou, pelo menos, como a mais bem sucedida. Fosse isso verdade, estaríamos presenciando, no âmbito da ala esquerda da elite parlamentar do Paraná, não apenas a derrocada do modelo socialista, mas, mais do que isso, a sua adesão aos valores ideológicos do mundo capitalista.

Por fim, a ausência de associações significativas quanto a este tema talvez possa ser explicada como um cálculo estratégico. O nosso universo de entrevistados é formado por políticos interessados em garantir sua reeleição, como é natural em um regime democrático. É plausível supor que esses indivíduos, de direita ou de esquerda, sejam muito sensíveis a questões sobre políticas públicas específicas, cuja implementação implicaria, necessariamente, uma redistribuição dos custos e benefícios sociais para partes significativas do eleitorado. Desse modo, haveria uma tendência a ocupar uma posição moderada sobre o tema, que não chocasse a visão de mundo do eleitor médio. O cálculo eleitoral levaria, então, políticos de direita e de esquerda a convergirem para um ponto central, eliminando assim associações entre o posicionamento ideológico auto-declarado e as opiniões sobre políticas públicas. Tais observações, entretanto, têm caráter totalmente especulativo, já que nossos dados não autorizam conclusões dessa natureza.

Contudo, os resultados são, como adiantamos, bem diferentes quando saímos do campo concreto das políticas públicas, por assim dizer, e passamos para a esfera bem mais abstrata da adesão à democracia e para as situações hipotéticas que poderiam justificar o fim desse regime. Ou seja, para usar uma terminologia mais técnica, a situação se altera quando abandonamos o problema das orientações

subjetivas frente aos *outputs* do sistema político e olhamos para as atitudes da elite frente ao sistema político como um todo.

No início deste artigo, mostramos que 92,7% dos parlamentares afirmaram considerar a democracia a melhor forma de governo. Esse dado, no entanto, não nos revelava até que ponto os entrevistados estavam dispostos a sustentar o regime democrático. Como dissemos, para mensurar a “intensidade da adesão”, questionamos os parlamentares sobre as condições em que aceitariam o fim da democracia. A nossa suposição era que a recusa em aceitar o fim da democracia correspondia a uma forte adesão a essa forma de governo.

Embora os deputados considerem a democracia sempre a melhor forma de governo, independente de serem de esquerda ou de direita, encontramos associações significativas (bem mais altas do que as encontradas quando usamos ocupação e escolaridade) entre a posição do deputado na escala ideológica e o fato de ele aceitar ou não o fim do regime democrático em determinadas condições (ver tabela em anexo). No nosso caso, quem é de direita tende a aceitar com mais facilidade o fim do regime democrático do que quem é de esquerda. As associações podem ser vistas no Quadro 1 a seguir:

**Quadro 1**

**Associações entre posição ideológica e as condições em que o entrevistado aceita o fim da democracia (parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

Questões	Coefficiente de contingência	Sig.
Ameaça generalizada à propriedade privada	0,52	0,02
Ameaça generalizada aos valores morais e religiosos de nossa sociedade	0,54	0,01
Descontrole da corrupção	0,50	0,03
Ameaça ao estado pelo crime organizado	0,49	0,03
O fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma	0,39	0,25

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.

As associações apresentadas, ao lado da tabela em anexo, informam que quanto mais à esquerda se localiza o deputado no espectro ideológico, mais ele *tende* a aderir ao regime, na medida em que menos aceita o seu fim. É possível perceber, então, que os parlamentares paranaenses de esquerda e de direita que atuaram durante as 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> legislaturas não se diferenciam quanto ao tipo de democracia que defendem (mais ou menos igualitária, mais ou menos participativa), mas sim quanto à disposição de defender a manutenção do regime democrático nas circunstâncias acima enunciadas.

Voltando, assim, à discussão feita no item anterior, podemos dizer que os deputados de direita tendem a ter uma relação mais estratégica com o regime democrático, isto é, tendem a aceitá-lo desde que valores que lhes são essenciais (como a propriedade privada, a religião e a probidade pública) não sejam ameaçados. Isso significaria que para os deputados de esquerda a democracia seria um valor inatacável ou, por outra, que essa forma de governo deveria ser mantida quaisquer que fossem as circunstâncias sociais e políticas? Os dados do Quadro 1 não autorizam tais conclusões. Quanto a esse ponto, é preciso observar que as situações de risco apresentadas aos entrevistados referem-se mais a valores tradicionalmente caros à direita do que à esquerda. Seria lícito supor, portanto, que, confrontados com situações em que a democracia ameaçasse valores caros à esquerda, os deputados filiados a essa corrente aceitariam o fim do regime democrático. Nesse sentido, o último coeficiente do Quadro 1, o mais baixo de todos e o único não significativo, revela que mover-se no interior do espectro ideológico esquerda-direita está relacionado de forma frágil com a posição assumida frente à alternativa “o fim da democracia não é aceitável em hipótese alguma”<sup>18</sup>. Ou seja, de acordo com esses dados, a democracia não seria um valor universal nem para a ala direita nem para a ala esquerda dos parlamentares paranaenses no período analisado.

## **Conclusão**

Este artigo procurou analisar o grau de adesão da elite política parlamentar paranaense ao regime democrático e especificar qual é o modelo de democracia defendido pelo grupo. Buscamos, além disso, verificar em que medida a profissão, a ocupação e a posição dos deputados no espectro ideológico se associavam aos seus valores políticos. Vimos que a elite política parlamentar por nós estudada pode ser compreendida, a princípio, como um grupo que adere ao regime democrático, pois o considera superior a outras formas de governo possíveis. No entanto, a propensão de parte dos parlamentares a aceitar o fim do regime nos levou a relativizar tal adesão. Vimos ainda que a visão de democracia dos parlamentares é fortemente marcada por uma concepção que identifica esse regime à participação pelo voto e à implementação de alguns serviços básicos pelo Estado. Os dados nos mostraram também que se, por um lado, a adesão a esse modelo minimalista de democracia é quase consensual entre o grupo como um todo, o grau de adesão ao regime, por outro lado, varia de acordo com a posição dos parlamentares no espectro ideológico esquerda-direita, isto é, quanto mais à esquerda ele se auto-

---

<sup>18</sup> A ausência de associação quanto à última alternativa talvez possa ser explicada, em parte, pelas incongruências das respostas a esta questão identificadas na nota 11 acima.

posiciona, mais fortemente tende a aderir ao sistema democrático. Tal associação, entretanto, diz respeito exclusivamente às condições apresentadas ao entrevistado, não sendo, portanto, passível de generalização para outras condições não testadas pelo nosso questionário.

Evidentemente, os dados apresentados ao longo deste artigo não nos permitem trabalhar de forma aprofundada as grandes questões teóricas sugeridas pela literatura de cultura política, notadamente o problema da relação causal entre valores políticos e estabilidade democrática, tema que, de resto, só pode ser adequadamente abordado por meio de uma análise que seja, ao mesmo tempo, diacrônica e comparativa. De qualquer forma, reiteramos que se alguma relação há entre orientações subjetivas e estabilidade democrática (além, é claro, com o tipo de democracia que se busca construir), essa relação deve passar forçosamente por aqueles que operam as unidades sub-nacionais do sistema político brasileiro. A nossa análise da elite parlamentar paranaense entre os anos de 1995 a 2002 e a aplicação do mesmo *survey* às elites do período corrente (2003-2006) pretendem ser uma contribuição nesse sentido.

**Anexo**

**Posicionamento do entrevistado no espectro Ideológico e opinião sobre o fim da democracia  
(parlamentares do estado do Paraná, 1995-2002)**

Posição ideológica	Ameaça generalizada à propriedade privada		Ameaça generalizada aos valores morais e religiosos de nossa sociedade		Descontrole da corrupção		Ameaça ao Estado pelo crime organizado		O fim do regime democrático não é aceitável em hipótese alguma	
	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo	Discordo
Extrema- direita	1 100%	0	1 100%	0	1 100%	0	1 100%	0	0	1 100%
Centro-direita	3 60%	2 40%	3 60%	2 40%	3 60%	2 40%	2 40%	3 60%	2 40%	3 60%
Centro	8 80%	2 20%	7 70%	3 30%	7 70%	3 30%	6 60%	4 40%	5 50%	5 50%
Centro- esquerda	4 25%	12 75%	3 18,8%	13 81,3%	3 18,8%	13 81,3%	2 12,5%	14 87,5%	13 81,3%	3 18,8%
Esquerda	0	6 100%	0	6 100%	1 16,7%	5 83,3%	1 16,7%	5 83,3%	5 83,3%	1 16,7%
Extrema- esquerda	0	1 100%	0	1 100%	0	1 100%	0	1 100%	1 100%	0
NR	1 100%	1 50%	2 100%	0	2 100%	0	2 100%	0	1 50%	1 50%
Total	17 41,5%	24 58,5%	16 39%	25 61%	17 41,5%	24 58,5%	14 34,1%	27 65,9%	27 65,9%	14 34,1%

Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/UFPR.



### **Referências Bibliográficas**

- ALMOND, G; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. California: Sage Publications, 1989.
- CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in massa publics. In: APTER, D. E. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press, 1964, p. 206-261.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem e teatro de sombras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DRUCKMAN, J. N.; NELSON, K. R. Framing and deliberation: how citizens' conversations limit elite influence. *American Journal of Political Science*, v. 47, n. 4, p. 729-745, 2003.
- DAHL, R. A. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- GERRING, J. What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.
- INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1229, 1988.
- LAMOUNIER, B. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAUJO, M. C. (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora da FGV, 1999, p. 35-53.
- LANE, R. Political culture: residual category or general theory?. *Comparative Political Studies*, v. 25, n. 3, p. 362-387, 1992.
- LATINOBARÓMETRO. *Informe – Resumen Latinobarómetro 2004: una década de mediciones*. 2004, p. 4-5. Disponível em: <<http://www.latinobarómetro.org>>
- LIJPHART, A. The structure of inference. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (ed.). *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 37-56.
- LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z. B. *Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LIMONGI, F. Debate institucional e democracia no Brasil: o problema do sistema partidário. In: PERISSINOTTO, R. M.; FUKS, M. (org.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 55-72.

LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MCDONOUGH, P. *Power and ideology in Brazil*. New Jersey: Princeton University Press, 1981.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MUSZYNSKI, J.; MENDES, A. M. T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1990, p. 61-80.

PATEMAN, C. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (ed.). *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 57-102.

\_\_\_\_\_. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POWER, T.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93, 2005.

PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. *The comparative study of political elites*. New Jersey: Printice-Hall, 1976.

REIS, P. E.; CHEIBUB, B. Z. Valores políticos das elites e consolidação democrática. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 31-56, 1995.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, F. (org.). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, A. M. Democracia e valores cívicos: uma relação necessária?. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 69, p. 145-160, 2004.

SEARING, D. Political involvement and socialization in Great Britain. In: CLARKE, H. D.; CZUDNOWSKI, M. M. (ed.). *Political elites in anglo-american democracies: chances in stables regimes*. Illinois: Northern Illinois University Press, 1987, p. 109-146.

VERBA, S. On revisiting the civic culture: a personal proscript. In: ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 394-410.

WEDEEN, L. Conceptualizing culture: possibilities for political science. *American Political Science Review*, v. 96, n. 4, 2002.

*Recebido para publicação em julho de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

# *Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina<sup>1</sup>*

---

---

**Yan de Souza Carreirão**

Universidade Federal de Santa Catarina

---

---

## **Resumo**

O trabalho analisa os padrões ideológicos das coligações realizadas nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito, no período 1986/2004, em Santa Catarina. O objetivo principal é o de verificar em que medida a ideologia constitui um obstáculo à realização de coligações “inconsistentes” e se há mudança nos padrões de coligação ao longo do período. A análise revela que no início da vigência do atual sistema partidário a proporção de coligações ideologicamente inconsistentes era pequena em relação ao conjunto das candidaturas lançadas. Ao longo do tempo o número deste tipo de coligação cresce, particularmente nas duas últimas eleições.

**Palavras-chave:** coligações eleitorais, partidos políticos, ideologia, política estadual

## **Abstract**

This article analyses the ideological patterns of coalitions performed at the elections for governor, federal representative, state representative and mayor, between 1986 and 2004, in Santa Catarina. The main goal is to verify to what extent ideology constitutes an obstacle to the making of “inconsistent” coalitions and if there are changes in the coalitions patterns, along the period at study. The analysis reveals that at the beginning of the operation of the current party system the proportion of ideologically inconsistent coalitions was small, in relation to the candidatures as a whole. As time passed by, however, the proportion of ideologically inconsistent coalitions increased substantially.

**Key words:** electoral coalitions, political parties, ideology, state politics

---

<sup>1</sup> Este trabalho é fruto de pesquisa que obteve financiamentos, em 2004, do Funpesquisa (UFSC) e, em 2005, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade governamental brasileira promotora do desenvolvimento científico e tecnológico.

A literatura brasileira recente tem discutido, em âmbito nacional, em que medida as diferenças ideológicas supostas entre os partidos se manifestam efetivamente em opiniões e ações (coligações eleitorais, coalizões de governo, políticas públicas etc.) dos membros dos diversos partidos. A produção sobre o tema em âmbito estadual, porém, é escassa. O presente trabalho pretende contribuir para minimizar esta deficiência, a partir da análise dos padrões ideológicos das coligações realizadas nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual e prefeito, no período 1986/2004, em Santa Catarina. Embora do ponto de vista teórico-metodológico o ideal fosse realizar um trabalho comparativo, envolvendo diferentes unidades da federação, isto não foi possível nos limites desta pesquisa. De toda forma, espera-se que a análise represente uma reflexão significativa sobre o tema e que, à medida que outros estudos semelhantes forem realizados em outros estados, análises comparativas mais amplas possam ser realizadas.

O objetivo principal é o de verificar em que medida a ideologia constitui (ou não) um obstáculo à realização de coligações “inconsistentes” e se há mudança nos padrões de coligação, ao longo do período estudado. Inicialmente a utilização do *continuum* direita-esquerda como referencial para análise é justificada; em seguida são apresentadas as principais teses sobre coligações na literatura brasileira; na terceira seção são analisados os padrões das coligações mencionadas acima; a quarta seção apresenta uma análise do rendimento das diferentes estratégias eleitorais e, por fim, as considerações finais apontam hipóteses explicativas para os padrões encontrados.

### **O *continuum* direita-esquerda como referencial para análise<sup>2</sup>**

O tema das ideologias partidárias é tratado de forma variada na literatura, e nesse âmbito o *continuum* direita-esquerda está privilegiado como referencial de análise neste trabalho. Na verdade, o uso deste material para análise da ação dos partidos políticos é muitas vezes visto como inadequado ou inútil, especialmente pelos meios de comunicação, que consideram os partidos políticos brasileiros

---

<sup>2</sup> Parte da argumentação apresentada em algumas seções deste artigo é fruto de trabalho sobre o tema, realizado em conjunto com Marta Zorzal e Silva e Denise Paiva, a quem agradeço pela permissão para utilizar certos trechos aqui. Agradeço também às estudantes Lígia Granado Rodrigues e Sibeli Dassoler, que colaboraram na coleta e análise dos dados. Por fim, meus agradecimentos aos pareceristas anônimos, cujas sugestões foram consideradas, na medida de minhas possibilidades.

indiferenciados ideologicamente<sup>3</sup>. Este diagnóstico aponta como alguns dos seus indícios a ocorrência de coligações eleitorais ou coalizões governamentais “esdrúxulas”, que envolvem simultaneamente partidos, formalmente situados, à direita e à esquerda do espectro ideológico, e a alta taxa de migração de políticos entre partidos.

As posições adotadas pelo governo Lula e os fatos relacionados à crise política que se deflagrou a partir de maio de 2005 em torno das denúncias que desembocaram nas Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do “Mensalão”, além da dos Bingos, reforçaram ainda mais a tese da indiferenciação entre os partidos brasileiros nos meios de comunicação.

Sem pretender discutir de forma aprofundada o tema da diferenciação ideológica, do ponto de vista teórico<sup>4</sup>, o que nos interessa aqui é que muitos estudos feitos pela ciência política brasileira, de cerca de dez anos para cá, utilizaram a classificação dos partidos num eixo direita-esquerda, tendo mostrado um bom rendimento deste referencial para a análise da atuação dos partidos. Assim, por exemplo, Kinzo (1993) no início dos anos noventa, afirma que, ao nível nacional:

"pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral" (KINZO, 1993, p. 96).

Figueiredo e Limongi (1999), analisando dados relativos ao período 1989/94, apresentam dados que colocaram em questão a tese dominante até meados da década de 1990, de que a indisciplina seria o padrão na votação dos deputados no plenário da Câmara, marcado pela votação segundo seus interesses pessoais, desconsiderando os apelos das lideranças. Se este fosse realmente o padrão, postular diferenças de comportamento nas votações entre partidos de esquerda e direita não teria o menor sentido. Os dados de Figueiredo e Limongi

---

<sup>3</sup> Apenas para dar um exemplo recente: “o núcleo ideológico-social de PSDB, PT e PFL é pequeno. Inflam ou desinflam de acordo com a oportunidade de poder que oferecem. Quem não se adapta fica no PMDB e nos satélites do mercado de varejo político. (...) Os partidos são regionais, caciquistas e clientes do Estado. (...) Se o sistema partidário é uma *geléia*, a causa não é formal, legal. Entre outros tantos motivos, o sistema não tem *espinha* por faltar um partido popular de verdade” (FREIRE, 2005).

<sup>4</sup> Para uma discussão mais abrangente a respeito do uso destes termos, ver Castañeda (1994), Bobbio (1995) e Fernandes (1995), entre outros.

mostram que há taxas bastante razoáveis de disciplina partidária<sup>5</sup>. Além disso, o que é mais importante para os propósitos deste trabalho, mostraram que nas votações na Câmara dos Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

“Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo. (...) O quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p. 75).

No âmbito da composição social das elites partidárias, Rodrigues (2002) mostra diferenças também significativas no que respeita às profissões, às ocupações e ao patrimônio dos deputados federais dos diferentes partidos.

No que respeita à visualização dos partidos numa escala esquerda-direita por parte dos eleitores, Singer (2000) pleiteia que, mesmo não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização<sup>6</sup>.

A exposição das referências acima visa apenas apontar que há um conjunto de estudos que pleiteia a pertinência do uso do *continuum* esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, estabelecendo semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos. Esse tipo de diferenciação permite compreender tanto certos elementos da tomada de decisão do eleitorado quanto diferenças de opinião e de comportamento efetivo entre políticos de diferentes partidos. A seção seguinte apresenta estudos que abordam a questão da coligação.

---

<sup>5</sup> Nicolau (2000), analisando dados relativos ao período 1995/98, embora matize um pouco as conclusões tiradas por aqueles autores, no que respeita à disciplina partidária, também não vai endossar a tese da indisciplina partidária generalizada na Câmara dos Deputados. Para uma visão crítica quanto as teses de Figueiredo e Limongi, ver Ames (2003) e Mainwaring (2001). Melo (2004), a partir da análise das migrações partidárias, propõe diferenciar disciplina e coesão partidárias. Vale a pena mencionar que as denúncias de compra de votos, no chamado “escândalo do mensalão”, adicionam um ingrediente a mais na possível explicação das taxas de disciplina relativamente altas na Câmara Federal, além dos fatores apontados por aqueles autores (entre os quais destacam-se as prerrogativas legais e os recursos patrimonialistas do presidente no processo legislativo, além da influência dos líderes partidários).

<sup>6</sup> Visões críticas às teses de Singer são apresentadas em Reis (2002) e Carreirão (2002).

### **As teses sobre coligações na literatura brasileira**

Diferentes preocupações têm marcado o debate na literatura brasileira sobre coligações, seja no período entre 1946 e 1964, seja no período relativo ao atual sistema partidário.

Algumas das discussões abordam os possíveis impactos das coligações sobre a fragmentação do sistema partidário e a representatividade do sistema político, especialmente no que se refere a possíveis distorções de representação na Câmara Federal (SOUZA, 1976; SANTOS, 1987; NICOLAU, 1996; TAVARES, 1998, dentre outros). Não é esta a preocupação do presente trabalho.

Outra questão fundamental é a das motivações dos partidos ao realizar as coligações. Quanto a isso, há consenso na literatura de que o objetivo mais geral das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos, e de que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (SOUZA, 1976; LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994)<sup>7</sup>.

Embora aceitando esta tese, a questão central do presente trabalho é: o posicionamento ideológico dos partidos entra no cálculo dos custos e benefícios eleitorais como um custo relevante, que poderia inibir a participação em coligações ideologicamente inconsistentes? A hipótese inicial é a de que o posicionamento ideológico do partido – seja pelo seu programa, pelas declarações de seus líderes, seja pelo comportamento dos seus detentores de mandatos públicos – repercute na opinião pública e forma uma imagem junto ao eleitorado que pode atuar como uma limitação ao padrão ideológico de coligação “permitido” ao partido. Realizar coligações fora de um padrão minimamente esperado do partido pode ter custos político-eleitorais futuros. Além disso, pode haver graus diferenciados de “nitidez ideológica” das imagens partidárias formadas pelos eleitores, o que faria com que os custos de uma eventual coligação com um partido de outro campo ideológico

---

<sup>7</sup> Se a orientação geral é esta, as motivações específicas são variadas: assim, nos pleitos proporcionais, os pequenos partidos visam escapar do quociente eleitoral, coligando-se com partidos maiores. Estes últimos podem ter interesse em se coligar com os pequenos nas eleições majoritárias – vinculando-se, assim, muitas vezes as coligações nos dois tipos de pleitos –, seja para evitar que estes últimos se coliguem com outros partidos, seja para ampliar seu tempo no horário eleitoral gratuito, seja ainda para ampliar o número de candidatos (acomodando, assim, disputas internas ao partido). Uma hipótese interessante, formulada a partir da análise do período 1945/64, é a de Lima Jr., de que as coligações seguem uma “estratégia de racionalidade política contextual: as decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia e não de acordo com uma estratégia partidária nacional” (LIMA Jr., 1983, p. 76-77).



sejam variáveis para diferentes partidos<sup>8</sup>. São estas questões e hipóteses que norteiam a presente investigação.

Para o período entre 1945 e 1964, um dos estudos importantes que enfrenta tais questões é o de Soares (1964) que, analisando coligações para a Câmara Federal conclui que, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do país, “os partidos com bases classistas não podem coligar-se impunemente com partidos representantes de classes sociais antagônicas”, já que:

“tanto para atrair, quanto para manter a atração com relação a determinada classe social, um partido tem que funcionar como representante dessa classe. Os desvios dessa função são punidos com a perda de grande parte do eleitorado” (SOARES, 1964, p. 107).

A quase totalidade da literatura sobre aquele período<sup>9</sup>, no entanto, minimiza o posicionamento ideológico dos partidos como variável relevante na explicação das coligações. Santos (1987), particularmente, dividindo os partidos do período em dois grupos (progressistas e conservadores) e analisando as coligações para a Câmara Federal entre 1950 e 1962, conclui que:

“a porcentagem de alianças inconsistentes aumenta ao longo do período, à exceção de 1962, quando retornou aos valores de 1950, mas ainda assim superior a 50% do número total de coligações (...) A dinâmica das coligações obedeceria, assim, ao objetivo de maximizar votos, nas circunstâncias dadas, idiosincrasias estaduais também levadas em consideração” (SANTOS, 1987, p. 108).

Com variações, essa é a tônica dos trabalhos sobre aquele período. No que se refere ao período atual, Figueiredo (1994), analisando coligações feitas em âmbito estadual, nas eleições de 1994, conclui que os partidos decidem sua estratégia de coligações a partir de um cálculo de custos e benefícios eleitorais, em que, mantidos os benefícios constantes, procuram aliados à sua direita ou à sua esquerda em função de sua base eleitoral (outras alegações não indo além da pura

---

<sup>8</sup> Note-se, porém, que não é necessário, para admitir constrangimentos ideológicos à realização de coligações, aceitar a hipótese de que a maioria do eleitorado reconheça inconsistências e puna os partidos. É possível admitir aqueles constrangimentos a partir, por exemplo, da formulação bem mais geral de Panebianco (1988), de que partidos precisam distribuir não só incentivos seletivos, mas também coletivos (relacionados à “identidade” e à “ideologia” do partido), para que seus “membros” – simpatizantes, filiados, militantes, dirigentes – participem politicamente. Ou seja, pode haver um custo político à realização de coligações inconsistentes, pela perda de membros de um partido (e não só pela perda de eleitores).

<sup>9</sup> Schwartzman (1971), Souza (1976), Lima Jr. (1983), Santos (1987), dentre outros.

retórica eleitoral). Ao longo do texto, o autor, porém, atenua esta afirmação, fazendo a ressalva de que uma grande distância ideológica entre dois partidos pode agir como um obstáculo a coligações entre eles.

Nicolau, analisando as mesmas eleições, conclui que: “os partidos de esquerda se coligam preferencialmente e em casos excepcionais com os da direita” (NICOLAU, 1994, p. 16). E ainda:

“o PT foi o único entre os grandes partidos a estabelecer uma política nacional de coligações, com sua direção vetando e estimulando diversas alianças regionais. O PT disputará os governos estaduais em todos os estados. Em 17 deles está encabeçando coligações à esquerda, em dois com candidatos únicos e em oito apoiando candidatos alheios (um do PSDB, três do PSB e quatro do PDT)” (NICOLAU, 1994, p. 18).

Novaes (1994) afirma que:

“no período eleitoral, as cúpulas partidárias promovem as coligações no intuito de incrementar suas próprias chances de sucesso. (...) Esse cálculo preside a formação das coligações, que se orientam regionalmente pelas afinidades ideológicas clássicas, que por sua vez, resultam de alinhamentos feitos segundo interesses” (NOVAES, 1994, p. 113).

Assim, o autor afirma que o caráter estratégico das coligações não significa que elas ocorram desconsiderando certos limites ideológicos.

Schmitt (1999), mostra que, das coligações eleitorais realizadas entre 1986 e 1994 na Câmara dos Deputados, 16% seriam coligações ideologicamente inconsistentes (ou seja, envolvendo simultaneamente partidos de direita e de esquerda), contra 66% de coligações consistentes (envolvendo apenas partidos do mesmo campo ideológico) e 18% de coligações envolvendo partidos de centro com partidos de direita ou de esquerda. O padrão, portanto, não revela um quadro de completa “mistura” de partidos, apontado pelo diagnóstico impressionista predominante nos meios de comunicação.

Em conclusão, embora vários estudos apontem um certo peso do posicionamento ideológico dos partidos em relação às decisões sobre coligações eleitorais, não há na literatura um consenso sobre isso. São necessários mais estudos empíricos sobre os diversos cargos e níveis (municipal, estadual e federal) para que se possa ter uma compreensão maior do fenômeno. A intenção aqui é a de trazer evidências que possam contribuir para o debate sobre o tema.

### **Padrões de coligações nas eleições em Santa Catarina (1986/2004)<sup>10</sup>**

Com base na literatura mencionada acima e especialmente nas classificações formuladas nos estudos de Kinzo (1990), Novaes (1994), Figueiredo e Limongi (1999), Fernandes (1995) e Rodrigues (2002), tomo como definição operacional inicial a seguinte classificação dos partidos no Brasil, no eixo direita-esquerda:

- Direita: PP (PPB; PPR; PDS)<sup>11</sup>; PFL; PRN; PDC; PL; PTB; PSC; PSP; PRP; PSL; PSD e PRONA.
- Centro: PMDB e PSDB.
- Esquerda: PT; PDT; PPS; PCdoB; PSB; PV; PSTU; PCO e PMN<sup>12</sup>.

Foram considerados como "indefinidos" ideologicamente por insuficiência de informações, os demais partidos (PST, PHS, PTC, PTdoB, PRTB, PSDC e PAN). De qualquer forma, o peso político-eleitoral desses partidos, especialmente em Santa Catarina, é quase nulo. Vale a pena indicar que, grosso modo, as posições dos partidos em Santa Catarina num *continuum* direita-esquerda é semelhante à dos partidos em âmbito nacional, o que justifica a utilização da classificação predominante na literatura nacional<sup>13</sup>. Uma exceção, talvez, seja o PSDB, que até 1994 tinha em Santa Catarina um perfil mais à esquerda do que o perfil médio nacional do partido.

Os padrões de coligações entre os partidos catarinenses nos pleitos para governador e prefeito estão analisados segundo uma ótica que privilegia o seu "grau

---

<sup>10</sup> Não foram consideradas as eleições de 1982, por estas terem sido eleições em que as coligações foram proibidas.

<sup>11</sup> Partido Progressista é o atual nome de uma organização partidária que vem mudando de sigla (eventualmente com a incorporação ou fusão de outras legendas) e cuja origem é o Partido Democrático Social (PDS), surgido em 1980 como sucessor da antiga ARENA. Em 1993, o PDS incorporou o Partido Democrata Cristão, mudando seu nome para Partido Progressista Reformador (PPR), que participou do pleito de 1994. Com a incorporação do Partido Progressista (PP), em 1995, surge o PPB (Partido Progressista Brasileiro). Em 2003, o PPB, avaliando o desgaste da sigla, em âmbito nacional, resolve mudar novamente de nome, adotando o atual (Partido Progressista – PP). Embora em cada eleição a sigla tenha sido diferente, a referência aqui será sempre à sigla PP.

<sup>12</sup> Alguns autores (como Figueiredo e Limongi, 1999) optam por classificações com mais duas posições: centro-esquerda e centro-direita. A maioria dos autores, entretanto, tem trabalhado com uma classificação mais simplificada, com três posições, que nos parece suficiente para os propósitos deste trabalho (embora uma classificação com 5 posições pudesse levar a conclusões um tanto diferentes das aqui encontradas).

<sup>13</sup> Um indício empírico desta semelhança é que deputados estaduais catarinenses, quando instados a posicionar os diferentes partidos numa escala esquerda-direita, o fazem de forma muito parecida com avaliação semelhante feita por deputados estaduais de todo o país (conforme dados de duas pesquisas, coordenadas em 1989 e 2001 por Maria D'Alva Kinzo em âmbito nacional e pelo autor em Santa Catarina).

de coerência ideológica". A partir da classificação partidária estabelecida acima, foram definidos "graus de coerência ideológica" das coligações, de forma a operacionalizar a análise, quais sejam:

- a) Forte: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados em um mesmo "campo" do espectro político – esquerda (E), centro (C) ou direita (D). As possibilidades de coligação nesse caso são: D-D; C-C; E-E.
- b) Médio: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita. As possibilidades são: C-D; C-E.
- c) Fraco: quando a coligação envolver partidos de pólos extremos (direita e esquerda). As possibilidades são: D-E; D-C-E<sup>14</sup>.

### ***Padrões de coligação nas eleições para governador***

A Tabela 1 faz a classificação das candidaturas apresentadas nas eleições para governador entre 1986 e 2004, diferenciando as candidaturas isoladas das coligações e classificando estas últimas segundo o seu "grau de coerência ideológica"<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Duas observações a respeito dessa classificação são importantes:

a) Não importa, para os propósitos deste trabalho, o número de partidos de cada "campo" envolvidos na coligação. Assim, por exemplo, tanto a coligação PT/PDT/PCdoB/PSB/PL, quanto a coligação PDT/PP são classificadas como sendo inconsistentes.

b) Os partidos considerados como "indefinidos" são desconsiderados na classificação das coligações (que serão classificadas de acordo com os demais partidos que compõem a coligação). Esta decisão implica numa subestimação das coligações com graus fraco e médio de coerência ideológica e uma superestimação das coligações com grau forte de coerência ideológica. Apesar disso, esta escolha foi feita porque: i) a proporção de casos que envolvem partidos "indefinidos" não é muito significativa; ii) boa parte das coligações que envolvem estes partidos reúnem vários partidos (tendo o "indefinido" pouco peso no conjunto da coligação); iii) os partidos considerados "indefinidos" são eleitoralmente pouco significativos (apenas em 2004 PTC e PST elegeram alguns vereadores; em todas as outras eleições, para todos os outros cargos, nenhum partido "indefinido" elegeu qualquer representante, em Santa Catarina); iv) do ponto de vista que aqui interessa, estas distorções são pouco relevantes. Isso porque a probabilidade de que um partido deixe de fazer uma coligação inconsistente por receio de ser punido pelo eleitor parece ser relevante apenas no caso dos partidos terem uma "identificação ideológica" clara. Se não há nem na literatura clareza quanto à classificação destes pequenos partidos, deve-se esperar que menos ainda o eleitor mediano identifique a ideologia destes partidos e, portanto, a coerência (ou não) da coligação em que estes partidos participem.

<sup>15</sup> Os percentuais são calculados sobre o número total de *candidaturas*, incluindo as isoladas, porque estas últimas correspondem a uma estratégia que supõe-se ter repercussões positivas, em termos da percepção que o eleitorado tem do grau de "consistência ideológica" dos partidos e do sistema partidário. Se, por exemplo, de 100 candidaturas lançadas, 90 são candidaturas isoladas e 10 são em coligações, das quais 7 são inconsistentes, estas últimas representarão 70% das coligações, mas apenas 7% do conjunto das candidaturas lançadas. A impressão que o eleitorado formaria do sistema partidário, a partir do conjunto das candidaturas, não deveria ser a de uma "geléia geral" – contrastando com uma impressão que poderíamos ter, se nos restringíssemos a calcular a proporção de coligações sobre o

**Tabela 1**  
**Número de coligações nas eleições para governador,**  
**segundo grau de coerência ideológica (Santa Catarina 1986-2002)**

Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Coligações	Total Candidaturas Isoladas	Total Geral Candidaturas
	FORTE	MÉDIO	FRACO			
1986	1	0	0	1	4	5
1990	2	0	0	2	4	6
1994	0	1	1	2	2	4
1998	1	1	0	2	4	6
2002	2	0	2	4	1	5
<b>Total (N)</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>26</b>
<b>Total (%)</b>	<b>23,1</b>	<b>7,7</b>	<b>11,5</b>	<b>42,3</b>	<b>57,7</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TRE/SC

No período analisado apenas 11 das 26 candidaturas lançadas nas cinco eleições para governador em Santa Catarina foram em coligações, e destas, 6 foram entre partidos do mesmo “campo ideológico”<sup>16</sup>. Se somarmos as candidaturas isoladas e as coligações mais consistentes ideologicamente, teremos cerca de 81% das candidaturas a governador lançadas em todo o período, contra 11,5% de candidaturas mais inconsistentes e 7,5% de grau médio de consistência ideológica.

A análise revela que, em 1994, uma das candidaturas de “grau médio de coerência ideológica” envolveu cinco partidos de esquerda além do PSDB que, em Santa Catarina, havia definido um perfil mais à esquerda que a média nacional do partido, tendo sido inclusive uma das principais resistências à coligação com o PFL na eleição presidencial daquele ano. A outra ocorreu em 1998, envolvendo também o PSDB e um grande número de partidos, sendo a grande maioria composta de partidos situados claramente à direita (PDS, PFL, PTB, PRN) e outros pequenos partidos não classificados na literatura nacional, ou classificados à direita. Das três candidaturas mais “inconsistentes” (ou de “grau fraco de coerência ideológica”), a primeira definiu-se em 1994 entre o PMDB e pequenos partidos de direita além do PV (considerado aqui como de esquerda). Na realidade tratou-se de uma

---

número de coligações (neste caso, 70%). Para uma visualização qualitativa das coligações realizadas nas eleições para o governo do Estado, ver Anexo 1.

<sup>16</sup> Deve-se considerar aqui a ressalva já feita quanto ao fato de que alguns dos pequenos partidos não classificados no espectro ideológico pela literatura nacional não foram considerados para classificar as coligações.

candidatura percebida de forma generalizada como peemedebista, mas que, no entanto, segundo nossos critérios se enquadra como “inconsistente”. As outras duas candidaturas ocorreram em 2002: uma ocorreu entre o PSB e o PSD, dois partidos minúsculos em Santa Catarina, sendo um classificado à esquerda e o outro à direita e a outra ocorreu entre o PT e mais dois partidos de esquerda, além do PL.

Na realidade, das candidaturas relevantes, boa parte foi constituída por um bloco à direita formado pelo PP (PDS/PPR/PPB) e o PFL (houve vezes em que os dois partidos saíram separados) e outros pequenos partidos; um bloco ao centro, capitaneado pelo PMDB, com pequenos partidos coligados, e um terceiro bloco à esquerda, reunindo o PT, o PDT, o PPS, o PCdoB e outros partidos menores. Assim, considerando apenas as coligações no 1º turno, há um padrão de relativamente alta consistência ideológica nas eleições para governador.

### ***Padrões de coligações nas eleições para prefeito***

A Tabela 2, abaixo, nos mostra o conjunto de candidaturas para prefeito em todos os municípios de Santa Catarina entre 1988 e 2004.

**Tabela 2**  
**Grau de coerência ideológica das coligações nas eleições para prefeito**  
**(Santa Catarina 1988-2004) (%)**

Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Coligações (%)	Total Candidaturas Isoladas (%)	Total Geral Candidaturas (N)
	FORTE (%)	MÉDIO (%)	FRACO (%)			
<b>1988</b>	19,0	8,0	5,0	32,0	68,0	568
<b>1992</b>	26,0	25,0	10,0	61,0	39,0	637
<b>1996</b>	18,9	30,0	17,0	66,0	34,0	692
<b>2000</b>	21,0	29,6	16,3	66,6	33,4	742
<b>2004</b>	13,0	31,0	29,0	73,0	27,0	751
<b>TOTAL [N]</b>	662	866	541	2069	1321	3390
<b>TOTAL [%]</b>	<b>20,0</b>	<b>25,0</b>	<b>16,0</b>	<b>61,0</b>	<b>39,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TRE/SC.

Obs.: Percentuais somam 100% nas linhas.

Considerando o conjunto das cinco eleições para prefeito ocorridas no período, tivemos no estado 3.390 candidaturas. Destas, 39% foram candidaturas isoladas e 61% candidaturas coligadas. Se somarmos as coligações ideologicamente mais “consistentes” com as candidaturas isoladas, teremos cerca de 60% do total de candidaturas do período. Apenas 16% das candidaturas são de coligações ideologicamente mais “inconsistentes”, ou seja, envolvendo partidos de esquerda e de direita, simultaneamente. Finalmente, 25% são coligações que envolvem partidos de centro, ora com partidos de esquerda (11%), ora com partidos de direita (14%).

Algumas tendências se desenvolveram ao longo do período. Em primeiro lugar, houve um aumento da proporção de coligações em relação ao total das candidaturas: das candidaturas lançadas em 1988, apenas 32% foram em coligações; este percentual subiu para 73% em 2000. Em segundo lugar, cresceu o grau de inconsistência ideológica das coligações. Em 1988 havia um forte grau de coerência ideológica nas eleições para prefeito: apenas 5% eram coligações mais inconsistentes e 8% tinham um “grau médio de coerência ideológica”. Portanto, somando estes dois tipos de coligações, tivemos 13% das candidaturas em 1988, contra 60% em 2004. Inversamente, 87% das candidaturas em 1988 foram isoladas ou em coligações ideologicamente consistentes; este percentual caiu para 40% em 2004.

Concluindo, o quadro mais geral que se visualiza mostra: por um lado, que, de fato, não há uma coerência ideológica total nas coligações realizadas. De outro lado, as coligações realizadas não permitem pleitear a existência de um grande caos partidário tal qual visualizado por grande parte da mídia. Se considerarmos que coligações que não envolvam simultaneamente partidos de esquerda e partidos de direita não provocam tanta rejeição, ficamos com um percentual médio, no período, de 16% coligações inconsistentes nas eleições para prefeito. Mas, um dado bastante relevante é o de que o grau de inconsistência é crescente. Isso será retomado mais adiante.

### ***As coligações nas eleições proporcionais***

A Tabela 3 apresenta os dados sobre candidaturas nas eleições para deputado federal e deputado estadual em Santa Catarina, entre 1986 e 2004<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Candidatura isolada, na tabela, significa que um partido lançou uma lista de candidatos, sem coligação com outros partidos. Embora em eleições proporcionais o número de candidatos seja, evidentemente, muito maior, será tratado aqui, para os propósitos de nosso estudo, como número de “candidaturas”, o número de partidos ou coligações que lançaram listas de candidatos a estas eleições.

**Tabela 3**  
**Tipos de candidaturas nas eleições proporcionais**  
**(Deputados federais e estaduais - Santa Catarina 1986-2002) (N)**

Cargo	Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Coligações	Total Candidaturas Isoladas	Total Geral Candidaturas
		FORTE	MÉDIO	FRACO			
Deputado Federal	1986	1	-	-	1	6	7
	1990	3	-	-	3	3	6
	1994	1	1	1	3	3	6
	1998	4	-	-	4	7	11
	2002	4	-	3	7	3	10
	Tot. (N)	13*	1	4	18	22	40
	Tot. (%)	32,5	2,5	10,0	45,0	55,0	100,0
Deputado Estadual	1986	1	-	-	1	7	8
	1990	3	-	-	3	3	6
	1994	1	1	1	3	1	4
	1998	3	-	-	3	6	9
	2002	3	-	3	6	6	12
	Tot. (N)	11*	1	4	16	23	39
	Tot. (%)	28,0	3,0	10,0	41,0	59,0	100,0

Fonte: TRE/SC.

\* Na realidade, entre as coligações consideradas acima como tendo grau forte de coerência ideológica, duas (uma para deputado federal e uma para deputado estadual) envolviam apenas pequenos partidos não classificados ideologicamente, por falta de informações. Para os objetivos desta pesquisa, o mais importante é o fato de não representarem um tipo de coligação claramente inconsistente (que poderia ser punida pelo eleitor), já que envolve partidos com baixíssima representatividade e sem perfil ideológico nítido.

Como é possível ver, nas eleições proporcionais para deputado estadual e federal apenas cerca de 10% das candidaturas foram de coligações inconsistentes, cerca de 87% das candidaturas foram de partidos isolados ou coligações envolvendo apenas partidos do mesmo “campo” e cerca de 3% envolveram coligações “semi-consistentes” (ver nota ao pé da Tabela 3).

Mas, deve-se notar que na última eleição (2002), as coligações inconsistentes representaram 25% das candidaturas na eleição para deputado estadual (3 das 12 candidaturas) e 30% na eleição para deputado federal (3 das 10 candidaturas), o que indica um forte crescimento deste tipo de coligação em relação a todo período anterior, já que apenas duas entre as 57 candidaturas (3,5% do total) lançadas no período 1986-98 para as eleições a deputado estadual e deputado federal eram inconsistentes.



Como se trata de uma única eleição, não é possível concluir, a partir destes dados, que se trata de uma tendência. Porém, dado que para os demais cargos ocorreu o mesmo fenômeno, e levando-se em consideração, especialmente, a mudança na política de alianças do PT, é possível supor que se trata mesmo de uma tendência geral de ampliação do leque ideológico de coligações.

***Análise dos padrões de coligação por partidos selecionados***

Uma análise mais detalhada do comportamento dos principais partidos nos fornece outras informações relevantes sobre o tema das coligações nas eleições para prefeito. Algumas das principais conclusões sobre esse aspecto são apresentadas, a seguir, a partir dos dados da Tabela 4 e dos Anexos 1 e 2.

**Tabela 4**  
**Grau de coerência Ideológica das coligações, para os seis maiores partidos**  
**(Prefeito – Santa Catarina 1988-2004)**

Partido	Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Coligações (%)	Total Cand. Isoladas (%)	Total Geral Cand. (N)	Nº Municípios
		FORTE (%)	MÉDIO (%)	FRACO (%)				
PP (PPB/ PPR/PDS)	1988	53,0	4,0	11,0	68,0	32,0	182	199
	1992	54,0	14,0	16,0	84,0	16,0	238	260
	1996	29,0	23,0	29,0	82,0	18,0	272	293
	2000	32,0	33,0	24,0	89,0	11,0	281	293
	2004	20,0	31,0	43,0	94,0	6,0	284	293
	MÉDIA	36,0	23,0	26,0	85,0	15,0	1257	
PFL	1988	58,0	11,0	11,0	80,0	20,0	170	199
	1992	54,0	16,0	19,0	89,0	11,0	226	260
	1996	33,0	30,0	28,0	91,0	9,0	252	293
	2000	35,0	34,0	24,0	93,0	7,0	278	293
	2004	20,0	34,0	41,0	94,0	6,0	270	293
	MÉDIA	38,0	26,0	26,0	90,0	10,0	1196	

Tabela 4 (continuação)

Partido	Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Colligações (%)	Total Cand. Isoladas (%)	Total Geral Cand. (N)	Nº Municípios
		FORTE (%)	MÉDIO (%)	FRACO (%)				
PMDB	1988	1,0	24,0	1,0	25,0	75,0	195	199
	1992	4,0	55,0	10,0	69,0	31,0	238	260
	1996	9,0	51,0	12,0	72,0	28,0	288	293
	2000	7,0	51,0	15,0	74,0	26,0	283	293
	2004	6,0	50,0	26,0	82,0	18,0	292	293
	MÉDIA	6,0	47,0	14,0	67,0	33,0	1296	
PSDB	1988	-	55,0	-	55,0	45,0	11	199
	1992	8,0	72,0	13,0	93,0	7,0	100	260
	1996	16,0	59,0	19,0	93,0	7,0	162	293
	2000	11,0	61,0	11,0	93,0	7,0	192	293
	2004	7,0	51,0	36,0	94,0	6,0	254	293
	MÉDIA	10,0	58,0	24,0	93,0	7,0	719	
PDT	1988	1,0	17,0	33,0	51,0	48,0	70	199
	1992	10,0	38,0	37,0	84,0	16,0	164	260
	1996	5,0	28,0	61,0	94,0	6,0	183	293
	2000	10,0	25,0	58,0	92,0	8,0	158	293
	2004	4,0	12,0	82,0	98,0	2,0	117	293
	MÉDIA	6,0	26,0	55,0	87,0	13,0	692	
PT	1988	2,0	1,0	-	4,0	96,0	84	199
	1992	15,0	49,0	4,0	67,0	33,0	115	260
	1996	11,0	41,0	5,0	57,0	43,0	120	293
	2000	17,0	25,0	8,0	50,0	50,0	161	293
	2004	9,0	28,0	31,0	68,0	32,0	242	293
	MÉDIA	11,0	30,0	13,0	54,0	46,0	722	

Fonte: TRE- SC.

Obs.: As porcentagens foram "arredondadas".

*Sobre o Partido Progressista (PP/PPB/PDS/PPR)*

Em relação às eleições para o governo estadual, entre 1986 e 2002, por duas vezes o PP lançou candidatos isoladamente; em duas eleições só fez coligações à direita, e em 1998 fez uma grande coligação que envolvia, além de outros partidos de direita, o PSDB (de centro). Em todas as eleições proporcionais, o PP lançou candidaturas isoladamente ou em coligação apenas com partidos à direita. No que se refere às eleições para prefeito, na média do período a maior proporção de candidaturas é de coligações consistentes (36%). Se somarmos a estes os casos de candidaturas isoladas, teremos cerca de 51% do conjunto das candidaturas, contra 26% de coligações mais inconsistentes (além de outros 23% de coligações envolvendo partidos de centro). Isto indica um grau razoável de consistência ideológica. De qualquer forma, a tendência mais geral ao longo do período foi de crescimento contínuo das coligações inconsistentes e declínio das consistentes. Em 2004, somando-se as coligações com grau "médio" e "fraco" de coerência ideológica, temos 74% das candidaturas, contra 15% em 1988.

*Sobre o Partido da Frente Liberal (PFL)*

As tendências gerais são muito semelhantes às do PP. Assim, das cinco eleições que disputou para governador, o partido fez coligações à direita por duas vezes e saiu isolado em outras duas, tendo participado em 1998 daquela mesma coligação que envolvia PPB e PSDB. Nas eleições proporcionais, o PFL teve o mesmo comportamento do PP: ou lançou candidaturas isoladamente, ou em coligação apenas com partidos à direita. Para prefeito, o perfil médio e a trajetória ao longo do tempo são também muito semelhantes às do PP.

*Sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)*

Em 3 das 5 eleições para governador, o partido lançou candidato isoladamente; em uma outra, coligou-se apenas com o PSDB, também de centro. Apenas na eleição de 1994 lançou candidato apoiado por pequenos partidos de esquerda e direita, simultaneamente. Nas eleições proporcionais, lançou candidaturas próprias em 4 das 5 eleições; em 1994, porém, participou de uma coligação ideologicamente inconsistente, igual à realizada para o governo de estado. Quanto às eleições para prefeito, com a exceção do PT, o PMDB foi, entre os grandes partidos, o que lançou a maior proporção de candidaturas isoladas (33% do total de candidaturas no período). Quanto ao tipo de coligações que realizou, há oscilações: em 1988, 1996 e 2000, coligou-se um pouco mais com a direita, em 1992 e 2004, um pouco mais com a esquerda.

*Sobre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)*

No que se refere ao governo do estado, este foi o partido que mais oscilou: lançou candidatura isolada em 1990; coligou-se com uma frente de partidos de esquerda em 1994; com um conjunto de partidos de direita em 1998 (em apoio a Espiridião Amin, do PP) e com o PMDB (centro) em 2002. Das 4 eleições proporcionais de que participou, em 3 lançou candidaturas isoladamente; em 1994 participou da Frente Popular, uma coligação que envolvia seis partidos de esquerda. Nas eleições para prefeito, a tendência mais geral foi um deslocamento para a direita após 1994: entre 1988 e 1992 as coligações eram preferencialmente com partidos situados à esquerda; entre 1996 e 2004, a preferência foi coligar com partidos à direita<sup>18</sup>.

*Sobre o Partido Democrático Trabalhista (PDT)*

Nas eleições para governador, o partido tem se mantido "coerente": lançou candidatura isolada em 1986; participou de coligações à esquerda em 1990, 1994 e 1998 (Frentes Populares); em 2002 não participou formalmente de nenhuma candidatura, mas apoiou informalmente o candidato do PPS no 1º turno e o do PMDB no 2º turno, contra o candidato do PPB. Nas eleições proporcionais, lançou candidaturas isoladas em 1986; em 1990, 1994 e 1998, participou da Frente Popular (frente de esquerda que em 1994 incluiu o PSDB) e em 2002 coligou-se com o PTB.

Com relação às eleições para prefeito, o PDT é o mais eclético dentre os maiores partidos na realização de coligações. Coliga-se com partidos de todos os pontos do espectro partidário, sendo que suas proporções de coligações inconsistentes são maiores do que as dos demais partidos, em cada uma das cinco eleições; 55% das candidaturas de que participou em todo o período tiveram este

---

<sup>18</sup> Em Santa Catarina esta mudança é acentuada: em 1994, a seção estadual do PSDB foi uma das únicas a se posicionar contra a coligação PSDB-PFL em apoio a Fernando Henrique Cardoso, tendo formado, nas eleições para governador, uma coligação com os partidos de esquerda. Com a eleição do presidente Fernando H. Cardoso, o grupo mais à esquerda do partido ficou marginalizado e algumas de suas lideranças mais expressivas (como Jaison Barreto e Dirceu Carneiro) saíram do partido (e da política). Estas saídas, aliadas às vantagens associadas à ocupação da presidência da República, favorecem o predomínio dos grupos mais pragmáticos no interior do partido. Considerando apenas as coligações com grau médio de consistência ideológica, em 1992, para cada coligação com um partido à direita, o PSDB fazia três com partidos à esquerda. Já em 1996 a situação se inverteu: as coligações com partidos à direita superaram em cerca de 75% as com partidos à esquerda. Nas eleições de 2000, o número de coligações (com "grau de consistência média") com partidos à direita foi 5 vezes maior do que à esquerda; em 2004, esta relação cai um pouco (para quase 4 vezes). Essa mudança é emblemática nas eleições para prefeito de Florianópolis em 1996 e 2000 e para governador em 1998, em que o partido irá se coligar com o PPB e, após a vitória nestas eleições, irá participar dos governos de Ângela e Espiridião Amin.

padrão. Além disso, estas coligações inconsistentes cresceram muito, passando de 33% das candidaturas de que o partido participou em 1988, para 82% em 2004.

#### *Sobre o Partido dos Trabalhadores (PT)*

Nas eleições para o governo estadual, o PT lançou candidatura isolada em 1986; em 1990, 1994 e 1998, participou de coligações exclusivamente com partidos de esquerda. Em 2002, acompanhando a estratégia nacional do partido, além de se coligar com outros partidos de esquerda, envolveu também o PL na coligação. Nas eleições proporcionais, teve trajetória semelhante à do PDT, com exceção de 2002, quando se coligou com o PCdoB e com o PL.

Quanto às eleições para prefeito, o PT foi o partido que mais lançou candidatos isoladamente: 46% das 722 candidaturas de que participou em todo o período. Na primeira eleição analisada – 1988 – a estratégia do partido foi lançar candidaturas isoladas (96% do total das candidaturas). A partir de 1992, porém, houve uma inversão, de cada 3 candidaturas, 2 foram em coligações. Embora tenha havido uma redução do percentual de coligações em 1996 e 2000, em 2004 este percentual voltou a crescer e alcançou seu ponto máximo do período: 68%. No que diz respeito ao padrão das candidaturas, o PT é o partido com maior consistência ideológica: as coligações inconsistentes representam 13% do total de candidaturas; em contraste com este número, temos 57% das candidaturas lançadas de forma isolada ou em coligação apenas com partidos de esquerda. Nas coligações, a tendência predominante ocorre com partidos de centro, com 30% das candidaturas. Estas cresceram enormemente entre 1988 e 1992 (de 1% para 49% do total das candidaturas lançadas), diminuindo em seguida (em 2000 representaram 25% das candidaturas de que o PT participou e em 2004, 28%). As coligações envolvendo partidos de esquerda cresceram até 2000, declinando em 2004. As eleições de 2002 parecem ter representado realmente um ponto de inflexão na história do partido, na medida em que as coligações mais inconsistentes ideologicamente deram um salto entre as eleições municipais imediatamente anteriores e posteriores àquela eleição: de 8% do total das candidaturas em 2000, passaram a 31% em 2004.

#### **A “resposta” dos eleitores aos diferentes tipos de candidaturas**

Esta seção analisa os resultados das diferentes estratégias eleitorais partidárias, visando testar preliminarmente a hipótese de que os eleitores puniriam coligações ideologicamente inconsistentes. Esta hipótese deriva da hipótese inicial deste estudo, de que o posicionamento ideológico do partido – seja pelo seu programa, pelas declarações de seus líderes, ou pelo comportamento dos detentores de

mandatos públicos – repercutiria na opinião pública e formaria uma imagem partidária junto ao eleitorado. Essa imagem partidária, por sua vez, poderia atuar como uma limitação ao padrão ideológico de coligação “permitido” ao partido, na medida em que realizar coligações fora de um padrão minimamente esperado poderia ter custos político-eleitorais futuros. Se a hipótese estiver correta, isso resultaria em taxas de eleição menores para os candidatos apoiados por coligações ideologicamente inconsistentes, devido à punição por parte dos eleitores frente àqueles lançados em candidaturas isoladas ou por coligações ideologicamente consistentes.

Este teste preliminar analisa apenas as eleições para os cargos majoritários (governador e prefeito), e não utiliza variáveis de controle.

Nas eleições para governador, o número é muito pequeno para estabelecer padrões estatísticos minimamente robustos. De toda forma, os dados são os seguintes: das 15 candidaturas isoladas lançadas nas cinco eleições, entre 1986 e 2002, apenas uma foi vitoriosa (o que significa 7% sobre o total deste tipo de candidatura). De outro lado, das 11 candidaturas que envolviam coligações, 36% delas (ou seja, 4) foram vencedoras, o que atesta o maior rendimento da estratégia coligacionista. Dentre as coligações, temos os seguintes percentuais de vitoriosas: 33% (2 das 6) das coligações mais consistentes ideologicamente; 50% (1 das 2) das coligações semi-consistentes e 33% (1 das 3) das coligações inconsistentes.

Quanto às eleições para prefeito, a Tabela 5 mostra as proporções de candidaturas vencedoras sobre o total de candidaturas de cada tipo.

**Tabela 5**  
**Proporção de candidaturas vencedoras, segundo o tipo de candidaturas,**  
**nas eleições para prefeito (Santa Catarina 1988-2004)**

Ano	Grau de Coerência Ideológica			Total Coligações (%)	Total Candidaturas Isoladas (%)	Total Candidaturas (%)
	FORTE (%)	MÉDIO (%)	FRACO (%)			
<b>1988</b>	44,0	37,0	46,0	43,0	31,0	35,0
<b>1992</b>	39,0	51,0	50,0	46,0	33,0	41,0
<b>1996</b>	42,0	50,0	64,0	51,0	24,0	42,0
<b>2000</b>	38,0	51,0	42,0	45,0	29,0	39,0
<b>2004</b>	39,0	48,0	47,0	46,0	20,0	39,0
<b>Tot. Vit. (%)</b>	<b>40,0</b>	<b>50,0</b>	<b>51,0</b>	<b>47,0</b>	<b>28,0</b>	<b>39,0</b>
<b>Tot. Vit. (N)</b>	<b>263</b>	<b>431</b>	<b>275</b>	<b>969</b>	<b>369</b>	<b>1338</b>
<b>Tot. Cand.</b>	662	866	541	2069	1321	3390

Fonte: TRE/SC.

Obs.: Percentuais não somam 100% nem nas linhas, nem nas colunas. Eles representam a divisão do número de candidaturas vencedoras, pelo número total de candidaturas (para cada tipo).

No conjunto do período, vemos que das 2.069 candidaturas lançadas por coligações, 47% delas foram vencedoras, enquanto das 1.321 candidaturas isoladas, apenas 28% foram vitoriosas. Isso sugere, como no caso das eleições para governador, um rendimento bem superior da estratégia de se coligar, frente à estratégia de concorrer isoladamente. Entre as coligações, as que tiveram maior rendimento foram aquelas com grau fraco de coerência ideológica (51% delas foram vitoriosas) e médio (50%), enquanto as coligações com forte coerência ideológica tiveram um rendimento menor (40% delas alcançaram a vitória). Com pequenas variações, estas tendências são válidas para cada uma das eleições individualmente<sup>19</sup>.

Assim como para as eleições para governador, a hipótese mencionada anteriormente não foi também corroborada pelos dados referentes às eleições para prefeito; não houve punição dos eleitores às coligações ideologicamente inconsistentes. Pelo contrário, a estratégia com maior rendimento nas eleições para prefeito, em Santa Catarina, entre 1988 e 2004, foi lançar candidaturas em coligações que envolvessem partidos de pelo menos dois campos ideológicos diferentes, incluindo aí as que envolviam partidos situados em campos opostos (direita e esquerda).

As conclusões acima devem ser vistas com ressalvas, na medida em que não foram introduzidas variáveis de controle na análise. Dessa forma, não é possível afirmar categoricamente que o tipo de coligação teve um efeito independente sobre a probabilidade de sucesso da candidatura, ou se alguma outra variável poderia ter influência sobre os resultados encontrados. Além disso, foram analisadas aqui apenas as eleições majoritárias. De toda forma, cremos que a análise acima possa servir como um indício – a ser verificado de forma mais robusta por análises mais sofisticadas – de que coligações inconsistentes não são punidas pelos eleitores.

---

<sup>19</sup> A única diferença digna de nota é nas eleições de 1988, em que a proporção de candidaturas vitoriosas por coligações de grau de coerência ideológica forte era quase igual à proporção de candidaturas vitoriosas por coligações de grau de coerência ideológica fraco.

### **Considerações finais**

A análise aqui realizada não contempla as eleições para o cargo de vereador. Além disso, é necessário analisar o impacto de outros fatores relativos à estrutura de oportunidades em que se processam as eleições, por exemplo, o tamanho e o número de partidos, para que se possa ter uma compreensão mais abrangente do fenômeno das coligações em Santa Catarina. De qualquer forma, é justamente frente à insuficiência de análises empíricas que o trabalho pode contribuir para o conhecimento de certos aspectos relativos às estratégias partidárias de coligação. Destacamos as seguintes conclusões:

1ª) É possível dizer que havia um razoável grau de consistência ideológica das coligações, nas eleições para governador, deputado federal, deputado estadual (e em menor grau para prefeito), em Santa Catarina, no início do período. Mesmo no conjunto do período, os percentuais de coligações ideologicamente inconsistentes foram: 11,5% das candidaturas a governador (ou seja, uma em cada nove); 10% das candidaturas para deputado federal e estadual (uma em cada dez, portanto) e 16% das candidaturas para prefeito (uma em cada seis). Note-se que se considerarmos que o peso das questões ideológicas na política local é menor, ampliando-se a possibilidade de realização de coligações inconsistentes, esta relativa consistência no nível municipal torna-se ainda mais significativa. Esta conclusão contrasta com as análises recorrentes, especialmente nos meios de comunicação, que apontavam o sistema partidário brasileiro como totalmente caótico desde o final da década de 1980; na realidade os dados relativos até o final da década de 1990 estão em consonância com análises como as de Kinzo (1990) e Figueiredo e Limongi (1999), que pleiteiam certo grau de diferenciação ideológica entre os partidos;

2ª) Os dados analisados não revelam um comportamento homogêneo de todos os partidos em relação ao grau de consistência ideológica das coligações de que participam. Assim, só para dar um exemplo, o PT, no conjunto do período, coligou-se, nas eleições para governador e nas eleições proporcionais, apenas uma vez com um partido de direita (o PL, em 2002) e apresentou apenas 13% de coligações "inconsistentes", num total de 722 candidaturas a prefeito de que participou. O PDT, por outro lado, embora não tenha se coligado com nenhum partido de centro ou de direita nas eleições para governador, e apenas uma vez (em 2002) com o PTB nas eleições proporcionais, das candidaturas de que participou para prefeito, entre 1988 e 2004, 55% envolviam partidos de direita e outras 26% envolviam partidos de centro;



3ª) As coligações realizadas nas eleições de âmbito estadual (governador, deputado federal e estadual) mostraram maior consistência ideológica do que as coligações realizadas nas eleições para prefeito. Paralelamente, nas eleições proporcionais (e, de certa forma, nas eleições para governador), as coligações inconsistentes foram as que tiveram menor rendimento eleitoral (embora tenham tido maior rendimento do que a estratégia de lançar candidatos isoladamente). Estes dados podem ser um indício de que em âmbito estadual – comparativamente ao âmbito municipal – os eleitores prestam mais atenção na consistência ideológica das coligações e os partidos levam um pouco mais em consideração os limites ideológicos, ao definirem suas estratégias coligacionistas;

4ª) Uma tendência se mostra persistente no período: a de aumento de coligações, especialmente as de grau de coerência ideológica médio e fraco. Diversos processos podem ter contribuído para esta tendência:

1. No início do período, lançar candidaturas isoladamente foi a estratégia preferencial de vários partidos, visando consolidar suas bases organizacionais e testar sua força eleitoral. O patamar inicial de coligações, portanto, é baixo;
2. O aumento da fragmentação do sistema partidário – em âmbito estadual e municipal – incentivou o aumento do número de coligações (incluindo as menos consistentes ideologicamente), como estratégia para atenuar o impacto dessa fragmentação sobre a competição eleitoral;
3. A diluição gradual da clivagem entre os partidos (e políticos) que apoiaram e os que se opuseram ao regime autoritário pós-64 facilitou coligações entre partidos de campos ideológicos diferente;
4. O fim da Guerra Fria atenuou os obstáculos ideológicos para a efetivação de coligações inconsistentes;
5. A mudança de posicionamento ideológico do PT em direção ao centro (que se torna mais clara a partir de 2002), alarga ainda mais o campo de possibilidades de realização de coligações<sup>20</sup>;
6. As coligações – de qualquer tipo – têm um rendimento superior às candidaturas isoladas; para o caso das eleições a prefeito (embora não para as eleições

---

<sup>20</sup> A inflexão do PT em direção a posições mais moderadas segue uma trajetória nada incomum em partidos socialistas e social-democratas em âmbito internacional. Após as derrotas de 1989 e 1994 (e, depois, 1998), o PT – ou, pelo menos suas correntes dominantes – e Lula avaliaram que para vencer a eleição presidencial seria necessário um abrandamento das posições mais radicais, de forma a abranger um maior número de aliados entre os setores organizados da sociedade e atrair parcelas maiores do eleitorado. Aceitando a tese de Panebianco (1988) – de que partidos precisam distribuir incentivos coletivos, relacionados à “identidade” e à “ideologia” do partido, para que seus “membros” (simpatizantes, filiados, militantes, dirigentes) participem politicamente –, a reorientação do PT representou uma decisão, por parte das facções majoritárias do partido, de correr o risco de perder “membros”, para ganhar mais eleitores.

proporcionais), a estratégia de lançar coligações com graus fraco ou médio de coerência ideológica, não apenas não é punida pelos eleitores, como tem um rendimento superior ao das coligações ideologicamente mais consistentes. A percepção desta tendência por parte dos partidos pode ter contribuído nas decisões que levaram a uma estratégia crescente de aumento das coligações, incluindo as mais inconsistentes ideologicamente.

Vários destes processos descritos acima devem ter pesado no aumento das coligações de grau médio de coerência ideológica. Quanto ao aumento das coligações mais inconsistentes, a inflexão política do PT parece ter sido um peso determinante, como mostra a Tabela 6.

**Tabela 6**  
**Coligações ideologicamente inconsistentes (direita-esquerda) (%)**

<b>Período</b>	<b>Nº Eleições</b>	<b>Governador</b>	<b>Deputado Federal</b>	<b>Deputado Estadual</b>	<b>Prefeito</b>
<b>1986/2000</b>	(4)*	5,0	3,0	4,0	12,0
<b>2002/2004</b>	(1)**	40,0	30,0	25,0	29,0

Fonte: TRE/SC.

\* Governador, deputado federal e estadual = 1986, 1990, 1994 e 1998; prefeito = 1988, 1992, 1996 e 2000.

\*\* Governador, deputado federal e estadual = 2002; prefeito = 2004.

Esta Tabela resume as proporções de coligações ideologicamente mais inconsistentes (apresentadas nas Tabelas 1 a 3), contrastando, para cada cargo, as quatro primeiras eleições (período 1986-2000) com a última (período 2002-2004).

Seus dados mostram que nas quatro primeiras eleições para governador, a média de coligações que envolviam simultaneamente partidos de esquerda e de direita foi de apenas 5%; na eleição de 2002, este percentual sobe para 40%. O mesmo crescimento brutal ocorre nas eleições proporcionais e nas eleições para prefeito. Como todos os demais processos apontados acima operaram gradualmente ao longo do período estudado, a explicação que parece mais plausível para este enorme salto de coligações ideologicamente inconsistentes é a da inflexão política do PT, que fica muito clara a partir de 2002. Concordando com a avaliação de Singer (2000), de que o PT constituía, pelo menos até recentemente, a “espinha dorsal”, em termos ideológicos do sistema partidário, aquela inflexão

parece ter sido, dos processos mencionados mais acima, o que teve maior influência na perda de nitidez ideológica no conjunto do sistema partidário, resultando no vertiginoso aumento das coligações inconsistentes.

Evidentemente os dados aqui apresentados permitem fazer afirmações sobre o sistema partidário brasileiro como um todo. Mas, os dados parecem refletir uma perda de nitidez ideológica que ocorre em âmbito nacional e, assim, pode-se tentar alguma reflexão sobre as tendências futuras: embora seja difícil, neste momento, prever os desdobramentos da crise por que passa o PT, parece difícil que o partido volte a se configurar como “a espinha dorsal” do sistema partidário, em termos ideológicos. Talvez o próprio *continuum* esquerda-direita como referencial para a análise possa perder parte de seu poder preditivo do comportamento dos partidos e seus membros; é possível também que este *continuum* ainda mantenha sua utilidade, mas a classificação dos partidos que tem predominado até agora talvez tenha que ser repensada, especialmente com o eventual crescimento de partidos como o P-SOL e o PSTU.

**Anexo 1**  
**Candidaturas às eleições para governador (Santa Catarina 1986-2002)**

Ano	Candidatos	Cand. Isoladas	Colligações	Total Cand.
1986	AMILCAR GAZANIGA	PDS		
	PEDRO IVO	PMDB		
	RAUL GÜINTHER	PT		
	MANOEL DIAS	PDT		
	VILSON KLEINUBING		PFL/PTB/PDC	
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>
1990	PAULO AFONSO	PMDB		
	DIRCEU CARNEIRO	PSDB		
	AMÉRICO FARIA	PRN		
	NILTON MATHEUS	PMN		
	VILSON KLEINUBING		PDS/PFL/PTB/PDC/PL/PSC	
	NELSON WEDEKIN		PDT/PT/PCB/PCdoB	
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	
1994	ÂNGELA AMIN	PPR		
	JORGE BORNHAUSEN	PFL		
	PAULO AFONSO		PMDB/PSD/PTRB/PRP/PMN/PV	
	NELSON WEDEKIN		PDT/PT/PPS/PCdoB/PSDB/PSB	
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	
1998	ESPERIDIAO AMIN		PPB/PFL/PTB/ PSDB/ PSL/PST/PL/PRTB/PGT/ PRN/PTdoB/PSDC	
	PAULO AFONSO	PMDB		
	MILTON MENDES		PT/PDT/PCdoB/PPS/PSB/ PCB/PMN/PSN	
	JOANINHA DE OLIVEIRA	PSTU		
	ROGERIO PORTANOVA	PV		
	CARLOS A. MACHADO	PSC		
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	
2002	ANTONIO BELLO JUNIOR		PSB/PSD	
	ESPERIDIAO AMIN		PPB/PFL/PSL/PRTB/PST/PTdoB	
	GILMAR SALGADO	PSTU		
	JOSÉ FRITSCH		PT/PL/PCdoB/PMN	
	LUIZ HENRIQUE SILVEIRA		PMDB/PSDB	
	SÉRGIO GRANDO		PPS/PV/PSDC	
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	

Fonte: TRE - SC.

**Anexo 2**  
**Coligações partidárias nas eleições proporcionais**  
**(Deputados federais e estaduais – Santa Catarina 1986-2002)**

<b>Ano</b>	<b>Cargo</b>	<b>Coligações</b>	<b>Cand. Isoladas</b>
<b>1986</b>	<b>Dep. Federal e Dep. Estadual</b>	PTB-PDC-PFL	PMDB
			PT
			PDT
			PDS
			PCdoB
	<b>Dep. Estadual</b>		PCB
		PH	
<b>1990</b>	<b>Dep. Federal e Dep. Estadual</b>	PDS-PFL-PTB-PDC-PL-PSC	PMDB
		PT-PDT-PCB-PCdoB	PSDB
		PRN-PTR	PMN
<b>1994</b>	<b>Dep. Federal e Dep. Estadual</b>	PT-PDT-PPS-PSB-PCdoB-PCB-PSDB	PSTU
		PPR-PFL-PTB-PL-PSC	
		PMDB-PV-PMN-PSD-PRP-PTRB	
	<b>Dep. Federal</b>		PRONA
			PRN
<b>1998</b>	<b>Dep. Federal e Dep. Estadual</b>	PT-PDT-PPS-PCdoB-PCB-PSB-PMN-PSN	PMDB
		PL-PTB-PRN-PAN-PST-PRTB	PSDB
			PV
			PSTU
			PSC
	<b>Dep. Federal</b>	PPB-PFL	PRONA
		PGT-PSDC-PTdoB	PSL
		PFL-PSL	PPB
<b>2002</b>	<b>Dep. Federal e Dep. Estadual</b>	PT-PCdoB-PL-PMN	PMDB
		PDT-PTB	PSDB
		PPS-PV-PSDC	PSTU
		PSB-PSD	
		PAN-PGT-PHS-PSC-PTC-PTN	
		PRTB-PST-PTdoB	
	<b>Dep. Federal</b>	PPB-PFL-PSL	
			PPB
			PFL
		PSL	

Fonte: TRE/SC.

### **Referências Bibliográficas**

AMES, B. *Os entraves à democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

BOBBIO, N. *Direita e esquerda*. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

CARREIRÃO, Y. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, p. 54-79, maio 2002.

CASTAÑEDA, J. *Utopia desarmada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

FERNANDES, L. Muito barulho por nada? *Dados*, v. 38, n. 1, p. 107-143, 1995.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, M. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, jul. 1994.

FREIRE, V. T. Urubus políticos e partidos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2005. Opinião, p. 2.

KINZO, M. D. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, B. (org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP / Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LIMA Jr., O. B. *Partidos políticos brasileiros – 45 a 64*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001.

MELO, C. R. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

NICOLAU, J. M. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho 1994.

\_\_\_\_\_. *Multipartidarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NOVAES, C. A. M. Dinâmica institucional da representação – individualismo e partidos na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 99-147, março 1994.

PANEBIANCO, A. *Political parties: organization and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

REIS, F. W. Direita e esquerda e o eleitor brasileiro. In: REIS, F. W. *Tempo presente: do MDB a FHC*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, W. G. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice, 1987.

SCHMITT, R. Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos Cebap*, n. 54, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Vinte años de democracia representativa en Brasil. *Revista Latino Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, 1971.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, julho 1964.

SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TAVARES, J. A. G. *Reforma política e retrocesso democrático*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

*Recebido para publicação em outubro de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

# *Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil*

---

**Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**  
Universidade Federal da Bahia

---

## **Resumo**

Este artigo examina teoricamente algumas das dimensões da interface entre democracia e novas tecnologias digitais de comunicação e informação. Começando por um reconhecimento do estado da arte acerca da categoria “esfera pública”, a proposta é avaliar as possibilidades de estabelecimento de uma versão virtual deste espaço discursivo. Para isso, procura-se apresentar os discursos a favor e os discursos contrários a plausibilidade do conceito de esfera pública virtual. Tais argumentos servem para fundamentar a proposta aqui defendida de esfera pública virtual enquanto conversação civil, ou seja, os debates desenvolvidos em listas de discussão e fóruns on-line abertos a qualquer usuário atuam de modo mais eficaz como espaço destinado à formação complementar de opiniões do que como um espaço decisório por excelência. A forma democrática de governo tem, assim, nas redes telemáticas, um canal alternativo para fomentar a participação dos cidadãos.

**Palavras-chave:** democracia, esfera pública, opinião pública, internet, comunicação política

## **Abstract**

This article examines specific questions about democracy and digital technologies of communication. The paper begins presenting the notion of public sphere as a guide to evaluate the possibilities of a virtual version of this discursive space. Then, it discusses certain arguments offered by authors for and against the notion of virtual public sphere. Such arguments give the necessary background to develop the proposal of virtual public sphere neither as a genuine discursive space nor as a space that refuses the requisites of a normative public sphere. In other words, this paper defends that most of the discursive spaces found in the internet act in a more efficient way as places dedicated to what is called civic conversation. Most of the debates in lists and online forums serve as a way to improve the given and take of opinions. The conclusion considers that democracy has through the internet an alternative way to foster citizen's participation.

**Key words:** democracy, public sphere, public opinion, internet, political communication



## Introdução

Não são poucas as assertivas que atestam uma revitalização da democracia e de suas instituições com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação, mais destacadamente a internet. Dentre as teses mais populares, estão algumas razoavelmente plausíveis, mas não suficientemente investigadas, como a de que o Estado tornar-se-ia próximo do cidadão por oferecer serviços de modo conveniente e ágil, e por ganhar transparência (FERGUSON, 2002, p. 104; CEBRIÁN, 1999, p. 17)<sup>1</sup>. Há ainda proposições mais polêmicas que sustentam que, com a internet, decisivamente o caráter de oligopólio que marca a comunicação massiva contemporânea seria enfraquecido, no qual se protegeriam os grandes conglomerados de informação e entretenimento (MORAES, 2001; GUIDI, 2002, p. 183).

Para asseverar a euforia com a qual o tema muitas vezes é tratado, basta associar "internet" à "esfera pública"<sup>2</sup> (um dos principais fundamentos da democracia contemporânea) nos formulários dos diversos buscadores disponíveis na rede e constatar que centenas de referências deslizam pela tela em poucos segundos.

Em verdade, seria pouco inteligente descartar toda a gama de possibilidades democráticas abertas por este sistema de comunicação digital, mais plural, dinâmico e que realça o oferecimento dos vários pontos de vista. Como defende Daniel Bounoux, todavia, "(...) nossas relações técnicas estão necessariamente engastadas em relações pragmáticas que as precedem e as dirigem. Está-se de acordo, hoje, ao dizer que se a ferramenta autoriza, ela raramente determina" (BOUGNOUX, 1999, p. 107). Em outros termos, se os benefícios são inegáveis, torna-se forçoso verificar, por outro lado, as características relativas à apreensão sócio-cultural de tais aparatos tecnológicos que permeiam o hodierno, para, posteriormente, examinar sua eficácia e maneiras de inserção, por exemplo, no jogo político<sup>3</sup>. O certo é que nem todas as observações e investigações sobre o tema democracia devem ser reconsideradas a partir do *espaço de fluxos* – expressão empregada por Castells (1999).

---

<sup>1</sup> Também sobre a questão da transparência, identificada com o princípio de *accountability* (ou responsabilização), trabalhado por Gutmann e Thompson (1996, 1999) e Maia (2002b), a Controladoria Geral da União tornou disponível, desde novembro de 2004, o "Portal da Transparência" (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>), que permite verificar os repasses feitos pelo Governo Federal aos estados e municípios.

<sup>2</sup> Ressalte-se que o termo "esfera pública", conforme aqui empregado, se refere, fundamentalmente, ao tratamento de temas políticos.

<sup>3</sup> Conforme reflexão de Hubertus Buchstein: "*In addition, the use of the internet has to be carefully situated within the context of already existing democratic institutions. And finally, a chance of perspective is necessary. This perspective reaffirms democracy and not technology as the starting point of any reform agenda*" (BUCHSTEIN, 1997, p. 260).

Neste contexto, toma-se a tarefa de refletir sobre algumas das implicações geradas pelas novas tecnologias de comunicação no campo da política. Obviamente, um artigo, por suas limitações espaciais, não pode apresentar como pretensão o tratamento geral e aprofundado de todas as dimensões políticas que a internet abrange. Deve-se atentar para o fato de que, apesar das redes digitais consistirem de uma plataforma de comunicação usada com maior vigor apenas recentemente, já são diversas as suas reverberações nos diferentes domínios da política (inúmeras modalidades de ativismo, comunicação político-partidária, voto on-line, comunicação governo-cidadão, dentre outras questões que vêm, inclusive, tornando-se agenda de pesquisa). Este escrito, assim, tem como meta se dedicar à discussão mais específica de uma destas classes de fenômenos, a saber, a noção de *esfera pública virtual*, expondo os aspectos mais candentes relativos aos debates públicos desenvolvidos nas redes telemáticas<sup>4</sup>. O seguinte itinerário para alcançar tal fim é o seguinte: (1) uma breve explanação dos fatores que convergem para a necessidade de discussão do conceito de esfera pública virtual; (2) uma fundamentação do que é comumente compreendido por esfera pública virtual, a partir da exposição dos discursos contra e dos discursos a favor quanto à procedência deste conceito; e, por fim, (3) a defesa da compreensão da noção de esfera pública virtual enquanto espaço preferencialmente propício à realização do que se chama de *conversação civil*. Conclui-se com a proposição de que os espaços discursivos digitais funcionam de modo mais adequado como ferramentas de apoio para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (sem abrir mão delas), possibilitando, por exemplo, a criação de uma gama de artifícios com o objetivo de fomentar a participação dos cidadãos.

### **A aproximação entre as categorias "esfera pública" e "esfera pública virtual"**

A internet<sup>5</sup>, em princípio, funciona como uma rede que permite aos seus usuários o contato e a difusão de informações sem necessariamente pedirem

---

<sup>4</sup> Ressalte-se que a intenção primordial não é esclarecer a compreensão do conceito de esfera pública na íntegra, seu histórico, autores principais e compreensões diversas. Na verdade, tal tarefa seria, no mínimo, repetitiva, visto que o tema foi consistentemente trabalhado em diversas outras referências. Pode-se consultar Gomes (1998, 1999 e 2001a) e Maia (2001 e 2002a).

<sup>5</sup> Wilson Gomes, em texto datado de 2001, no intento de evitar distorções em relação ao entendimento do fenômeno da comunicação digital, atenta para a necessidade de se fazer uma reflexão sobre o que se vem chamando de internet. O artifício utilizado permite cessar certas discordâncias teóricas, pois toma a internet a partir de três dimensões: (1) como uma rede de computadores estabelecida mundialmente, isto é, uma *infra-estrutura (hardware)* que possibilita uma volumosa circulação de informações; (2) como uma biblioteca gigantesca de conteúdos, com informações disponíveis a qualquer terminal sobre diversos temas, e que a cada dia cresce em quantidade, permitindo uma reprodução rápida, além do registro em máquinas privadas; (3) a terceira dimensão identificada estaria nas formas de *interação*

permissão aos grupos mediáticos já consolidados. Ela se apresenta como um espaço apto a atender demandas individuais, onde cada um busca a informação que deseja, podendo modificá-la ou adicionar suas considerações para uma posterior publicação, sem grandes dificuldades ou custos.

Graças a estes aspectos, a internet é tomada, por diferentes autores, como uma espécie de “revigorante” da esfera pública política argumentativa, pois (1) concede oportunidade de expressão a vozes marginais, sem as barreiras impostas pela censura governamental ou pelos interesses das indústrias do entretenimento e da informação (MITRA, 2001, p. 45), e porque (2) oferece a chance da reciprocidade discursiva advinda da esfera civil (ALLAN, 2003).

A superação de barreiras como o espaço (a comunicação digital não leva em conta as fronteiras dos países) abre caminho para a participação de usuários em diversos contextos geográficos. O direito de uso da palavra, a *isegoria*, conforme chamavam os atenienses, o poder falar em “assembléia”, daria à internet, de acordo com as referências acima indicadas, a propriedade fundamental para o estabelecimento de um espaço argumentativo digital, o que tornaria o computador um meio de comunicação diferenciado em termos políticos.

A partir do momento em que favorecem a troca de experiências e conteúdos, as redes telemáticas também atuam, *pelo menos em potência*, como ambiente propício ao diálogo e ao entendimento. Falando-se em termos ideais, isso traria aos cidadãos interessados a possibilidade de, novamente, possuir certa influência nos rumos da esfera pública política, encontrando, comodamente, outros cidadãos para discutir questões de interesse público<sup>6</sup>. A metáfora da rede como artifício ou arma a

---

possibilitadas a partir da conexão e do acesso ao mundo de informações; a troca de mensagens particulares, ou a participação em listas de discussão, as salas e programas de bate-papo, onde seriam problematizadas emissão e recepção a partir de “vínculos interpessoais” (GOMES, 2001b). Para fins de análise acerca da reverberação no campo político, deve-se assinalar que apenas as duas últimas dimensões podem ser realmente consideradas nos estudos das arenas discursivas digitais.

<sup>6</sup> A pouca porosidade da esfera pública à influência do cidadão comum é um dos pilares da mudança estrutural defendida por Habermas (1984). Para Habermas, ao possibilitar a associação de homens privados em agremiações específicas, o surgimento dos partidos faz com que os cidadãos particulares não mais se coloquem para debater suas próprias idéias da forma vivaz que acontecia antes, mas, geralmente, estejam prontos a aderir às idéias de seus correligionários, prontos a negar as iniciativas dos oponentes, por melhores que elas sejam, por mais que esta atitude vá de encontro às suas sinceras reflexões pessoais. A discussão sobre as formas de comando político de um Estado passaria, desde então, no dizer de Habermas, a ser elitizada em partidos antagônicos que se organizam para além da instância local das comunidades, estabelecendo uma estrutura burocrática de funcionamento que visa manter seus signatários sob sintonia ideológica. Isto quer dizer que, cada vez mais, as vontades deixam de ser formadas no confronto entre as opiniões dos indivíduos, de um público esclarecido, para permanecerem sob jugo de poucos dirigentes que, com a conivência dos demais arregimentados, estabelecem as diretrizes e projetos a serem implantados a partir do momento em que seus partidos tencionam chegar ao poder. A opinião pública, igualmente, deixa de ser resultado de um debate racional entre desprovidos de investidura para ganhar feições institucionais.

ser utilizada pelos cidadãos na busca por um “novo pacto democrático” (LÉVY, 1998; ANTOUN, 2002) se liga à noção de resgate de uma cidadania perdida pelo afastamento entre esfera política (com o poder decisório, composta pelos representantes eleitos) e esfera civil (mandante, mas não mandatária), e pela especialização excessiva relativa à gerência da coisa pública, o que inviabiliza uma maior participação popular<sup>7</sup>.

Independente de admitir, por ora, se tais modificações ocorrem ou não, e em que gradiente ocorrem, o fato é que as novas tecnologias de comunicação e informação vêm tornar mais instável a discussão conceitual sobre a categoria *esfera pública*, essencial para a compreensão da relação entre Estado e esfera civil nas sociedades democráticas contemporâneas.

Deve-se dizer, em um primeiro momento, que muito da confusão sobre se a internet pode ou não ser tomada como espaço argumentativo com vistas a influenciar a deliberação (ou mesmo servir como espaço deliberativo) tem relação com o entendimento pouco eficaz da própria categoria esfera pública.

De forma sucinta, pode-se compreender a noção *esfera pública* a partir de três ângulos (GOMES, 1999): (a) *o debate deliberativo*, essencial à democracia, que pode ser exemplificado através das argumentações apresentadas nas casas parlamentares, ou mesmo ligado a assuntos de um grupo particular, como uma associação de moradores ou acionistas de uma empresa, com o objetivo de definir políticas; (b) *o debate não-deliberativo*, na maioria dos casos com fins informativos, com a intenção de fornecer aos interessados uma maior capacidade de reflexão dos prós e contras de determinada matéria (ou apenas mantê-los a par do assunto). Este debate também pode ser classificado como *conversação civil*, ocorrendo em situações cotidianas, sem a marca da formalidade. Por último, a esfera pública pode consistir de uma (c) *esfera de exposição* ou *visibilidade pública*, quer dizer, quando não há necessariamente uma realização dialógica entre quem emite e quem recebe determinado conteúdo, ocorrendo a exposição, sobretudo através dos *mass media*, de materiais acerca do que deverá habitar os setores deliberativos.

Esta tipologia acerca dos debates parece manter proximidade com as compreensões mais recentes de Habermas, sobretudo aquela evidenciada em seu livro *Direito e democracia* (2003). De acordo com determinado trecho do livro:

---

<sup>7</sup> A esperança depositada no alcance de uma democracia mais participativa (BARBER, 1984) influencia, sem dúvida, as impressões e análises acerca das relações entre internet e esfera pública, conforme o argumento a seguir: "A impressão que tenho (...) é que insistência sobre a conexão entre internet e esfera pública apóia-se numa tese sobre a natureza da democracia e sobre a participação popular na esfera da decisão política. Assegurando-se a internet como esfera pública, em suma, assegura-se a idéia de que ainda há formas e meios para a participação popular na vida pública, assegura-se que a internet produz e promove novas e promissoras formas de deliberação política por parte da esfera civil" (GOMES, 2004).

“Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras (...)” (HABERMAS, 2003, p. 107).

É assim que Habermas começa a admitir a formação de outras modalidades de esfera pública, deixando, de certa forma, o rígido tratamento dado ao conceito em seu livro de 1962, e já sob o impacto das diversas críticas advindas, sobretudo, da leitura norte-americana da obra *Mudança estrutural na esfera pública* (CALHOUN, 1992). Tal mudança de postura pode ser percebida quando detalha diferentes formas de esfera pública que agora reconhece:

“(...) esfera pública *episódica* (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública da *presença organizada* (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública *abstrata*, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas” (HABERMAS, 2003, p. 107).

Apesar do autor ser acusado de esgarçar o conceito, a ponto de admitir que determinados debates frívolos sejam considerados uma legítima esfera pública, o que forçou a incorporação do adjetivo “política” à noção em questão, haveria, assim, de acordo com esta concepção, uma esfera pública de âmbito *civil*, isto é, um espaço discursivo não intimamente ligado ao plano institucional-parlamentar. Mesmo possuindo um caráter pouco organizado, informal e sem ordem temática pré-estabelecida, pode-se propor a existência, nestes termos, de espaços de debates não-deliberativos que conformam *conversações civis*<sup>8</sup>.

O reconhecimento da legitimidade deste espaço discursivo informal e espontâneo entra em sintonia com as tentativas empreendidas pela “periferia” social (termo que Habermas emprega para designar os que estão afastados do

---

<sup>8</sup> Terminologia discutida no âmbito da disciplina *Mídia e Política*, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA).

poder institucional conferido aos representantes políticos e parlamentares) de “forçar” a discussão de determinados temas e oferecer novas interpretações a questões de interesse coletivo. Para o autor, “(...) a periferia consegue preencher essas expectativas fortes, na medida em que as redes de comunicação pública não institucionalizada possibilitam processos de formação de opinião mais ou menos espontâneos” (HABERMAS, 2003, p. 90).

Deve-se, assim, procurar reconhecer o valor dos espaços discursivos oferecidos aos cidadãos, por exemplo, através dos meios de comunicação de massa. Pelo que se já falou, a internet possui a capacidade de abrigar diversas destas arenas de discussão, pois se trata de uma rede de comunicação pública não necessariamente institucionalizada e, em muitas ocasiões, local que abriga a formação espontânea de opiniões.

A partir desta idéia, é importante, então, investigar até que ponto a abertura destas arenas no ambiente digital gera um efetivo poder político para os que se encontram na “periferia”, pois uma maior efetividade (ou *capacidade de poder* algo) da soberania popular não se pode limitar aos debates; e permite que determinados parâmetros defendidos, por exemplo, por noções da democracia deliberativa (como a reciprocidade ou a busca pelo debate controvertido, e não apenas com aqueles com os quais já se tem afinidade ideológica) sejam atingidos (GUTMANN e THOMPSON, 2004; BOHMAN, 1996).

A tentativa dos próximos tópicos é procurar fundamentar a versão de esfera pública política enquanto *conversação civil* como aquela mais adequada à compreensão da maioria dos debates que ocorrem atualmente na internet, seja em listas de discussão, salas de bate-papo ou em fóruns públicos abrigados nos mais diferentes sítios.

A bem da verdade, em dada medida, a internet e os espaços discursivos abertos por este ambiente de interconexão poderiam dar asilo a todas as três compreensões de esfera pública acima enunciadas. Mas a hipótese deste trabalho é de que uma esfera pública virtual entendida como espaço deliberativo (no sentido decisório conferido às casas legislativas) de grandes questões nacionais ou como espaço de massiva visibilidade pública seria mais difícil de ser realizada em sua plenitude.

Se pensarmos na possibilidade de vislumbrar representantes políticos debatendo e decidindo através do uso de tecnologias digitais (o que já seria possível), não haveria grandes diferenças entre uma esfera pública parlamentar tradicional e uma esfera pública parlamentar virtual. Perderia sentido, assim, a euforia em torno da inauguração de uma esfera pública virtual, pois haveria apenas uma transposição de canal comunicativo que pouco representaria em termos de

inclusão de atores à parte das decisões<sup>9</sup>. Já um debate mais ampliado entre os representantes políticos e todos os cidadãos interessados em interferir e sugerir também parece, de certa forma, inviável, graças a fatores como, por exemplo, a *lei do tempo e dos números*, citada por Dahl (2001)<sup>10</sup>.

Em outras palavras, não se deixa de reconhecer que as teorias elitistas da democracia, ao defenderem a delegação de poderes a indivíduos pretensamente mais capacitados e dedicados aos negócios públicos, possuem, sim, certa parcela de razão por evitar a adoção de modelos que defendem, por exemplo, uma participação direta de todos os interessados, através de plebiscitos. Mas, obviamente, deve-se pôr um limite a essa delegação de poderes.

Adicionalmente, não obstante as redes telemáticas difundirem-se rapidamente, ainda não podem ser consideradas a fonte primordial provedora de informação para a esfera civil. Nas palavras de Wolton (2001), a lógica da internet seria diferente da lógica dos meios "generalistas".

Graças a estas razões, parece mais plausível o funcionamento eficaz dos espaços digitais de discussão na perspectiva de uma conversação civil, de um espaço potencialmente vívido onde se gera discussão na tentativa de se conferir poder de influência aos atores da "periferia". Ou seja, os cidadãos com acesso ao computador em rede podem se reunir livremente para discutir qualquer tema e fazer quaisquer proposições sem constrangimentos, ainda que a efetividade deste tipo de ação seja, na maioria das ocasiões, de pequeno alcance.

### **Sobre a viabilidade de uma esfera pública virtual**

As disputas teóricas em torno do tema "internet e esfera pública" tendem a se concentrar em dois pólos. Um primeiro conjunto de autores admite o funcionamento dos espaços discursivos digitais como esfera pública por excelência, pois as redes telemáticas atuariam como canal de expressão legítimo de vozes

---

<sup>9</sup> Não se vai cogitar aqui a proposta de democracia direta através das redes telemáticas, dificilmente alcançável mesmo para os maiores defensores da proposta de democracia participativa.

<sup>10</sup> Um dos cientistas políticos norte-americanos de maior relevância ao longo da segunda metade do século XX, Robert Dahl, reverbera de certa forma as idéias da teoria elitista quando, por exemplo, rechaça uma participação popular mais efetiva ao levar em consideração o fator "eficácia do sistema" [democrático] como categoria fundamental para se compreender as limitações em se instaurar uma participação civil efetiva. De acordo com sua argumentação: "A lei do tempo e dos números: quanto mais cidadãos uma unidade democrática contém, menos esses cidadãos podem participar diretamente das decisões do governo e mais eles têm de delegar a outros essa autoridade. (...) Contudo, se nossa meta é estabelecer um sistema democrático de governo que proporcione o maior terreno possível para tratar eficazmente dos problemas de maior importância para os cidadãos, então, em geral, a vantagem estará numa unidade de tal tamanho que será preciso um governo representativo. Este é o dilema da participação do cidadão *versus* a eficácia do sistema" (DAHL, 2001, p. 125).

antes marginalizadas e como espaço de questionamento das visões produzidas num ambiente “refeudalizado”. A confluência de informações ininterruptas e de usuários distantes no plano espacial-geográfico seriam, inclusive, vantagens adicionais trazidas pelo advento deste novo meio de comunicação, que é o computador conectado em rede.

Há, por outro lado, uma vertente mais cética quanto à eficácia das tecnologias digitais de comunicação para o aperfeiçoamento da democracia. Wolton (2001), por exemplo, considera a internet e suas arenas discursivas como algo pouco sério, um espaço onde predomina o caos e a experimentação adolescente. Além disso (e, aqui, uma objeção feita pelos autores que se filiam à corrente deliberativa da teoria democrática, como Buchstein e Witchstge), nada garante que, uma vez mostradas as armas e iniciada a contenda retórica, os cidadãos distantes fisicamente queiram se manifestar de acordo com regras mínimas de civilidade para produzir um debate frutífero<sup>11</sup>.

Entre estes dois pólos, há uma interpretação que vem ganhando maior espaço nas últimas publicações acadêmicas, talvez porque se constate que as novas tecnologias de comunicação modificam apenas alguns aspectos, e não a íntegra, de campos sociais tradicionalmente estabelecidos (como o comércio ou a política). Em outras palavras, esta terceira posição compreende a esfera pública virtual enquanto um complemento para uma melhor formação cívica, como um lugar de debates de naturezas distintas (uns mais sérios, outros nem tanto), mas sem maior viabilidade de se aliar à deliberação plena, à decisão efetiva quanto à implantação das políticas públicas. Novamente, aqui, procede-se o delineamento da concepção de esfera pública virtual, preferencialmente, como conversação civil. Os pressupostos de cada uma das vertentes acima delineadas são apresentados a seguir.

---

<sup>11</sup> Não que os debates face a face sejam todos bem comportados, mas a tendência em se transgredir as regras de reciprocidade, por exemplo, é mais remota numa interação pessoal. Se o anonimato permite a expressão política de indivíduos tímidos ou que não podem se manifestar por pressões outras (de seus familiares ou dos chefes no trabalho), por outro lado, condiciona os entes do discurso a se tornarem, tendencialmente, menos confiáveis uns aos outros, ou menos confiáveis do que seriam se conversassem face a face: as linhas de um diálogo em bate-papo não permitem que se apreenda a entonação da voz, a reação de quem interage quando dado posicionamento é exposto. Além disso, a natureza escrita, e não falada (na maioria das vezes), destes debates pode limitar a capacidade argumentativa, pois não se escreve tão rápido quanto se fala; ou nem todos têm disposição integral em escrever um argumento por completo quando conversa na internet. São duas questões técnicas, é verdade, e que tendem a ser dissipadas dentro de alguns anos, mas ainda geram ressalvas para a qualidade do debate.



## Os discursos que aceitam a noção de esfera pública virtual

Há especialistas que aceitam, sem maiores restrições, a noção de esfera pública virtual, isto é, propõem que a internet funciona como um espaço efetivo e propício para a argumentação acerca da *respublica* (LÉVY, 2002; CASTELLS, 2001; SILVEIRA, 2000). A pluralidade de vozes e a possibilidade de combinação de "esferas públicas" (institucionais, temáticas, espontâneas, mediáticas) fariam com que a internet se tornasse apta a ser um ambiente discursivo por excelência. Conforme considera Castells:

*“Cyberspace has become a global electronic agora where the diversity of human disaffection explodes in a cacophony of accents. (...) the internet is not simply a technology: it is a communication medium (as the pubs were), and it is the material infrastructure of a given organizational form: the network (as the factory was). On both counts, the internet became the indispensable component of the kind of social movements emerging in the network society”* (CASTELLS, 2001, p. 138-139).

Nestes termos, a discussão dos temas coletivos não estaria mais subsumida a uma lógica centrada no interesse dos partidos ou de organizações, mas este novo meio de comunicação poderia ser utilizado para devolver à esfera civil o poder de formulação da agenda pública.

Pierre Lévy destaca o espaço público virtual desterritorializado no sentido de permitir a participação dos interessados mesmo à distância, com autonomia para formar comunidades sobre os temas de seu agrado. Este espaço público ainda se alargaria pela não necessidade de mediadores de opinião, o que iria redefinir as condições de governança e estimular novas formas de fazer política e de formação cívica (LÉVY, 2002)<sup>12</sup>.

Do mesmo modo, para este autor, não se poderia ainda apontar como problema para o estabelecimento de uma esfera pública virtual a questão do acesso

---

<sup>12</sup> Esta potencialidade de remissão da esfera pública é destacada por Pierre Lévy em pelo menos três oportunidades: "A nova esfera pública tem três características essenciais (...) a inclusão, a transparência e a universalidade. O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente. (...) O ciberespaço (...) autoriza um grau de acesso à informação superior a tudo aquilo que se podia experimentar antes. Os internautas poderão se revelar cidadãos mais bem informados, politicamente mais ativos e socialmente mais conscientes do que os cidadãos off-line. (...) Os cibercidadãos expõem as idéias em seus *websites* e a prática do diálogo nas comunidades virtuais habituou-os à discussão, à deliberação pública. Sendo capazes de exprimir-se, eles esperam agora ser ouvidos. As novas formas de governança deverão encontrar lugar para essa 'nova raça de cidadãos', educados, informados, habituados a se exprimir (...)" (LÉVY, 2003, p. 375-376).

restrito a essas tecnologias pela maioria da população, tendo em vista que, no século XVIII, a "idade de ouro" da esfera pública analisada por Habermas em seu *Mudança estrutural da esfera pública*, o acesso também era restrito aos "cidadãos", ou seja, apenas àqueles letrados, possuidores de bens materiais e aptos, de acordo com os ditames da época, a pensar a coisa pública<sup>13</sup>.

Keane (1996) vai empregar uma tipologia própria da noção de esfera pública para chegar a seu posicionamento sobre a relação entre o espaço da argumentação e as novas tecnologias de comunicação. Este autor considera que o termo esfera pública deve ser apreendido no plural, graças aos diferentes temas debatidos e às diferentes amplitudes que dada discussão pode alcançar. Deste modo, Keane realiza uma tipologia marcada por (1) *micro esferas públicas*, locais de encontros comunitários para o debate sobre temas coletivos (em um salão literário, por exemplo); (2) *médio esferas públicas*, que já alcançariam o nível do Estado-nação e seus milhões de interessados, através dos veículos de comunicação; e (3) *macro esferas públicas* (as disputas, na concepção de Keane, alcançariam bilhões de pessoas, em nível supranacional por causa da expansão das empresas de comunicação, que não mais se circunscrevem ao espaço nacional, e do avanço tecnológico, produzindo o que ele chama de "audiência mundial fictícia"). Às macro esferas públicas, para Keane, seriam adicionadas as redes telemáticas, onde os usuários não apenas buscam materiais de seu interesse, mas também procuram agir como cidadãos que se controvertem.

Na perspectiva de Marcondes Filho (2001), a internet funciona, sim, como esfera pública, mas tem sua referência inicial modificada na medida em que não implica o debate racional conforme a compreensão habermasiana. O destaque provido por Marcondes Filho se situa no fato de que a internet acrescenta às instituições (de governo, da imprensa), bem como ao próprio público, o caráter de *öffentlichkeit*, isto é, a abertura às vistas públicas das organizações e suas disposições.

Outros especialistas que dedicaram trabalhos para investigar a questão da esfera pública através das redes digitais foram Downey e Fenton (2003). Porém, estes trazem uma contribuição que se diferencia um pouco das anteriores, pois preferem empregar, em referência às redes digitais, o termo "contra-esfera-pública", e não "esfera pública autônoma". Esta contra-esfera provoca uma disputa com a esfera pública dominante (em vez de simples independência ou ruptura, característica atribuída ao espaço discursivo que carrega o adjetivo "autônomo"), ligada aos meios de comunicação de massa convencionais; isto é, a contra-esfera pública configura-se em oposição às argumentações colocadas nos espaços hegemônicos.

---

<sup>13</sup> Pode-se perguntar: não seria uma contradição Lévy criticar a "idade de ouro" da esfera pública avaliada por Habermas ao mesmo tempo em que parece dar este mesmo tom de ouro à esfera pública virtual?

Os meios digitais podem pôr em xeque esta esfera pública hegemônica ao permitirem outros tópicos de discussão.

Ao mesmo tempo em que tem o potencial de servir como ferramenta de mobilização, dizem Downey e Fenton, a internet pode, entretanto, alimentar formas de fragmentação social. Isto porque, não obstante a promessa de que a nova tecnologia de comunicação torna os cidadãos mais próximos geograficamente, ela comporta a capacidade de, do mesmo modo, levar seus usuários a diferentes direções, a buscar diferentes assuntos, favorecendo uma perspectiva individualista<sup>14</sup>.

Para Salter (2003), a esfera pública analisada por Habermas buscava a formação de uma vontade comum através do consenso, enquanto que a internet parece favorecer a fragmentação discursiva na medida em que dá vazão a uma grande quantidade de vozes. Em outros termos, diferenças inconciliáveis emergiriam do pluralismo possível, inviabilizando os processos de tomada de decisão em alguns momentos. Downey e Fenton avaliam, a partir desta suposição, que nem sempre estas situações de pluralidade são benéficas<sup>15</sup>:

*“Such networks obviously then become extremely problematic from the standpoint of discourse ethics. Greater pluralism may be regarded as a risk for deliberative democracy rather than its saviour. Such a concern is echoed by Sunstein (2001), who argues that the internet has spawned large numbers of radical websites and discussion groups allowing the public to bypass more moderate and balanced expressions of opinion in the mass media (which are also, he argues, subject to fragmentation for essentially technological reasons). Moreover, these sites tend to link only to sites that have similar views” (DOWNEY e FENTON, 2003, p. 189).*

Um argumento final, de certa forma comum a boa parte dos autores acima citados, dá conta de que apenas a internet poderia realizar uma verdadeira esfera "pública", pois os outros meios de comunicação não permitem que todos os ângulos

---

<sup>14</sup> Como observa Papacharissi, em relação à formação de grupos de discussão na internet: *"The number of people that our virtual opinions can reach may become more diverse, but may also become smaller as the internet becomes more fragmented. Special interest groups attract users who want to focus the discussion on certain topics, providing opportunities for specialized discussion with people who have a few things in common. As the virtual mass becomes subdivided into smaller and smaller discussion groups, the ideal of a public sphere that connects many people online eludes us. On the other hand, the creation of special interest groups fosters the development of several online publics, which, as Fraser noted, reflect the collective ideologies of their members"* (PAPACHARISSI, 2002, p. 16-17).

<sup>15</sup> Kakabadse, Kakabadse e Kouzmin (2003) adicionam mais uma consideração importante ao argumentar que, sem os modos institucionalizados de participação, seria difícil de agregar as preferências mais relevantes, podendo esta pluralidade excessiva resultar, inclusive, em uma paralisia do processo deliberativo institucionalizado no parlamento, em meio a tantas opiniões e vozes concorrentes.

de um problema sejam colocados da maneira que cada ator bem desejar. Ou seja, o acesso a meios como a televisão, o jornal ou o rádio impresso, por serem de alto custo e exigirem uma estrutura pesada de funcionamento (maquinaria e pessoal capacitado), além de uma licença governamental, jamais poderiam ser tomados essencialmente como espaços "públicos".

### **Os discursos que negam o conceito de esfera pública virtual**

Dean (2003), em sistematização semelhante à feita neste trabalho, identifica duas tendências de teóricos cuja preocupação é o funcionamento da internet como esfera pública: (a) os que não admitem a internet como esfera pública geralmente tomam o conceito normativo da categoria em questão e têm como principais queixas a exclusão digital (que impossibilita a participação de todos os interessados), a carência de racionalidade (um ambiente sem ordem discursiva, debate sobre temas de maneira pouco precisa) e de civilidade (a internet garante o anonimato que serviria para os usuários agredirem uns aos outros, por exemplo).

A outra corrente de especialistas (b) já considera que a internet é sim uma esfera pública, aliás, em excesso, como faz Esther Dyson:

*“Dyson's horror at the thought of 'all kinds of people' entering it tells us, first, that the possibility of an inclusive public sphere conjures up anxieties around truth and trust; and, second, that what she defends as the public sphere relies on a conception of rational debate that excludes all but the reasonable few. (...) Moreover, she suggests, in light of the underlying epistemology of the public sphere, that there is one truth and that there are experts out there who know this truth and who should be empowered to enlighten the rest of us. (...) So, for Dyson, the problem with the net is the very excesses that make it a public sphere – everyone is included: the ignorant, the ill-informed, the unauthorized. There is too much equality, too much inclusivity. Dyson's point boils down to the complaint that there are too many different opinions and ideas out there on the net” (DEAN, 2003, p. 99-100).*

Depois de identificar estas posições extremas, a saída apontada por Dean é a de que a noção de internet como esfera pública é, antes de tudo, ideológica: as redes telemáticas serviriam para dar aos cidadãos a capacidade de discutir e trocar idéias, mas, na verdade, atuam como uma camuflagem do que está por trás das transformações econômicas contemporâneas, como o capitalismo global, as trocas comerciais e a construção do que ela chama de tecnocultura. Tal conclusão,

segundo Dean, faz com que a internet não possa ser tomada como neutra ou como apenas uma ferramenta a ser empregada dependendo da vontade de determinado agente:

*“New media present themselves for and as a democratic public. They present themselves for a democratic public in their eager offering of information, access, and opportunity. They present themselves as a democratic public when the very fact of networked communications comes to mean democratization, when expansions in the infrastructure of the information society are assumed to be enactments of a demos. But, as is becoming increasingly clear, the expansion and intensification of communication and entertainment networks yields not democracy but something else entirely-communicative capitalism. (...) Precisely those technologies that materialize a promise of full political access and inclusion drive an economic formation whose brutalities render democracy worthless for the majority of people” (DEAN, 2003, p. 102-103).*

Dean alega aceitar o caráter normativo da esfera pública e, justamente esta aceitação, faz com que ela não considere a internet como legítimo espaço de discussão de qualidade: o ambiente digital é desorganizado; podem ser formados espaços, sim, mas que apenas indiretamente têm efetividade. Além disso, a autora acrescenta que a esfera pública deve possuir uma unidade que busque, sempre que possível, o consenso em torno dos temas coletivos. Isto também não ocorre na maioria das interações e debates travados em rede, pois a divergência, devido ao choque cultural e de visões de mundo, seria persistente (DEAN, 2003)<sup>16</sup>.

Deve-se questionar a autora sobre se tais dificuldades também não ocorrem nos espaços discursivos testemunhados já há algum tempo. Na verdade, a dissonância e a falta de unidade ocorrem nos mais diversos âmbitos coletivos, independentemente se digitais ou não. Se o mapeamento feito por Dean parece consistente, o mesmo não se pode dizer, todavia, de seu diagnóstico quanto à manipulação por um capitalismo global e de uma infiltração da tecnocultura.

Buchstein (1997) oferece pelo menos três razões para que a internet não seja tomada necessariamente como meio relacionado ao aperfeiçoamento da democracia: (1) a falta de competência dos cidadãos comuns para discutirem

---

<sup>16</sup> Ainda de acordo com Dean, agora em um texto chamado *Virtually citizens*, de 1997, admitir a internet como "a" esfera pública, conforme sugestão de autores citados no tópico anterior, é pôr em segundo plano outros tipos de identidades, engajamentos e culturas populares que não empregam as redes de comunicação digitais. Hill e Hugues (1998) levam em consideração que não necessariamente a possibilidade de interconexão entre usuários de diversas partes do planeta trará compreensão mútua, devido sobretudo aos diferentes quadros culturais de origem de cada um.

temas que demandam conhecimento específico e capacidade de julgamento, não apenas político, mas para lidar com a própria tecnologia de comunicação; a consequência disso é o (2) acesso elitizado às potencialidades das redes telemáticas; por último, (3) a esfera pública teria sua natureza modificada a partir do momento em que não mais se dá face a face<sup>17</sup>.

Buchstein, de certa forma, concorda com a idéia de Wolton (2001) de que é necessário um compartilhamento de valores para, aí sim, se poder pensar em um aperfeiçoamento da democracia<sup>18</sup>. Isto é, a possibilidade do usuário poder consumir individualmente a informação que deseja graças à liberdade a que agora é submetido quando conectado, não adiciona grandes qualidades ao funcionamento da forma democrática de governo. Neste sentido, a internet também guarda o potencial de minar a cidadania na medida em que a comodidade oferece aos usuários julgamentos ligados apenas à sua existência privada (BUCHSTEIN, 1997). Adicionalmente, os autores mais céticos desacreditam a noção de que a formação da opinião pública se dê no mesmo nível nas agregações virtuais quando comparada às modalidades tradicionais<sup>19</sup>.

Uma das perspectivas mais caras a esta discussão vem de Papacharissi (2002), que conduz sua reflexão a partir da distinção entre "espaço virtual" e "esfera virtual". Papacharissi propõe a apreensão da internet preferencialmente como um

---

<sup>17</sup> Keane (1996) parece desacreditar a tese de que uma esfera pública teria sempre de agregar a característica de face a face para ser considerada genuína. Para ele, a internet e demais acontecimentos que geram discussões a nível planetário são provas de que o espaço simbólico de trocas e compartilhamento de pontos de vista não necessariamente está ligado a um território qualquer: "A vida pública, alguém poderia dizer, está, no presente, sujeita a um processo de 'desterritorialização', o qual assegura que o sentimento de proximidade, compartilhado por cidadãos de diferentes *milieux*, leva cada vez menos a relacionamentos com os lugares em que eles nasceram de fato, onde eles cresceram, se apaixonaram, trabalharam, viveram, e onde eles irão eventualmente morrer" (KEANE, 1996, p. 25).

<sup>18</sup> E para que tais valores vigorem, outros meios de comunicação e outros sentimentos de cunho comunitário são necessários: "*The democratic ideal does not consist of merely one public sphere, but in order to have a democracy we must overlapping issues which we regard as being politically relevant. Or, to rephrase a famous formulation by John Rawls: democracies need 'overlapping discourses'. (...) This idea of universal data access is based on a highly questionable diagnosis of the weakness of modern democracies. It assumes that modern democracies suffer from a lack of information. One could argue, however, that the problem is that citizens and modern politics are hardly exhausting the information already piled up. (...) I am not arguing that network surfing is a waste of time, sometimes it is exciting. My argument is that the credibility of information on the net gets lost as long as there are no substitutes for the traditional communication junctions*" (BUCHSTEIN, 1997, p. 254).

<sup>19</sup> Interessante a seguinte argumentação de Buchstein, que consolida sua aceitação da Internet como uma modalidade complementar para se obter informação: "*If the net becomes the primary source of information, democracy will be deeply affected. The transformation of all information into saleable goods not only damages the egalitarian underpinnings of democracy, but also destroys the notion of a common public sphere. (...) not much empirical research has been collected on the alleged 'deliberative qualities' of political discourse on the net. The more or less impressionistic evidence currently at hand, however, does not support the paradise thesis at all*" (BUCHSTEIN, 1997, p. 257).

espaço virtual, mas ainda sem condições de aceder ao *status* de uma esfera pública virtual. Ou seja, introduz-se a idéia de que a internet funciona como um espaço com a capacidade de facilitar, mas não determinar, uma renovação da esfera pública:

*"It should be clarified that a new public space is not synonymous with a new public sphere. As public space, the internet provides yet another forum for political deliberation. As public sphere, the internet could facilitate discussion that promotes a democratic exchange of ideas and opinions. A virtual space enhances discussion; a virtual sphere enhances democracy (...) Despite the fact that the internet provides additional space for political discussion, it is still plagued by the inadequacies of our political system. It provides public space, but does not constitute a public sphere. (...) Our political experience online has shown that so far, the internet presents a public space, but does not yet constitute a public sphere"* (PAPACHARISSI, 2002, p. 11-23).

No entender de Papacharissi, há uma extensão nos canais de comunicação a partir do advento do ciberespaço, sem, entretanto, poder ser constatada uma modificação substancial quanto à comunicação política em si. Ela argumenta, por exemplo, que as redes digitais demonstram, em muitos momentos, serem apropriadas pela política tradicional, em vez de revolucionar suas estruturas.

Uma outra contribuição de Papacharissi, de certo modo sustentada por Kinder (2002), se relaciona ao fato de que seria mais difícil a construção de laços de confiança e solidariedade através da internet, dada a carência de um encontro físico entre os usuários. Em outras palavras, critica-se, mais uma vez, a instabilidade das relações no plano digital, a carência de interações face a face, que seriam mais ricas do que as mediadas por equipamentos no que se refere à discussão da coisa pública<sup>20</sup>.

Dean (1997), ao contrário, argumenta que, apesar de serem mais ricas, as interações face a face não estão prontas a se despirem de preconceitos ou

---

<sup>20</sup> Mostrando-se uma estrutura de comunicação que difere das tradicionais, a internet não permite o encontro físico, o que levanta alguns questionamentos sobre a estabilidade das interações, não obstante o desenvolvimento de tecnologias como a videoconferência. Os entes do discurso, entretanto, não podem fatalmente serem considerados "estranhos" entre si, ou seja, apesar de não se encontrarem face a face, os indivíduos podem aprofundar a discussão, voltar a se encontrar em outro dia, retomar o debate, criando, assim, maior intimidade. Segundo Mark Poster: *"Now the question of 'talk', of meeting face-to-face, of 'public' discourse is confused and complicated by the electronic form of exchange of symbols. If 'public' discourse exist as pixels on screens generated at remote locations by individuals one has never and probably will never meet, as it is in the case of the internet with its 'virtual communities' and 'eletronics cafés', then how is it to be distinguished from 'private' letters, printface and so forth? The age of the public sphere as face-to-face talk is clearly over: the question of democracy must henceforth take into account new forms of electronically mediated discourse"* (POSTER, 1997).

permitirem que qualquer indivíduo se expresse à vontade: a tecnologia oferece, assim, proteções que devem ser levadas em consideração<sup>21</sup>.

### **A esfera pública virtual como conversação civil**

O termo *conversação civil* foi apreciado por Umberto Eco, em seu livro *Cinco escritos morais* (1998), quando o autor, em referência ao desenvolvimento da televisão e dos modos de produção e difusão das informações advindas do campo político (tratando de fenômenos como adequação de linguagem dos programas partidários, telecomícios e discursos menos ideologizados), analisa brevemente os *talk-shows* norte-americanos do início dos anos 1970. Para Eco, estes foram espaços destinados a atrair os telespectadores de maneira não enfadonha (já evidenciando uma gramática que evitasse afastar a audiência), empregando entrevistas e disputas entre visões políticas divergentes. A conversação civil seria estimulada por este tipo de programa ao seduzir os cidadãos a conhecerem, pelo menos satisfatoriamente, matérias de natureza pública e política.

Paralelamente, levando-se em consideração a idéia de que debates informais e não-conclusivos podem ser considerados legitimamente esfera pública, aqui se procura identificar os espaços discursivos digitais com a noção de *conversação civil*, pois sua utilidade seria mais efetiva, no dizer de Hubertus Buchstein, ao nível da formação da opinião do que ao nível da tomada de decisões:

*“Generally speaking, the internet is more useful on the level of opinion-formation than on the level of decision-making. But even here, the technical attributes of the net set narrow limits. The internet is less applicable for the creation of new forms of democratic public spheres than for the support of already existing ones. In particular, the net allows for far easier access to documents, research statements, and other forms of factual information. (...) If we start with the normative premises that democracy contains elements of political deliberation, a distinction between private and public, and a public sphere which in principle can be shared by all citizens, the current reform strategies for computer democracy are more of a threat than a promise”* (BUCHSTEIN, 1997, p. 260-261).

---

<sup>21</sup> Esta última ponderação é tema do livro *Resisting the virtual life*, de James Brook e Iain A. Boal, para quem: *“(...) virtual technologies are pernicious when their simulacra of relationships are deployed societywide as substitutes for face-to-face interactions, which are inherently richer than mediated interactions. Nowadays, the monosyllabic couch potato is joined by the information junkie in passive admiration of the little screen; this passivity is only refined and intensified by programmed ‘interactivity’”* (BROOK e BOAL apud DEAN, 1997, p. 268). Por outro lado, pode-se concordar com a posição de Dean (1997) de que encontro algum pode ser considerado puro, sem mediação.



A conformação da esfera pública com fins decisórios necessita de uma ordem mínima de discussão, respeito mútuo e de uma pauta pré-estabelecida de assuntos a serem discutidos (características ressaltadas pela proposta de democracia deliberativa), o que parece pouco viável dada a amplitude e a dispersão típicas do ambiente digital. Em outras palavras, *a modalidade de esfera pública virtual enquanto conversação civil parece ser a mais factível quando comparada às propostas de esfera pública virtual que se referem ao abrigo, decisão e implantação de políticas através do exercício do poder institucional.*

Em vez de se buscar uma participação direta ou mesmo abrir mão das instituições representativas graças à possibilidade técnica ora oferecida, o correto, talvez, fosse estimular uma participação civil mais forte (mais uma vez, como requer a proposta de democracia deliberativa, herdeira, de certa forma, das perspectivas de *strong democracy* – defendidas por BARBER, 1984, ou PATEMAN, 1970), sendo os aspectos relativos à discussão e à informação dos atores envolvidos de relevância destacada.

Mas aqui é preciso que se faça uma distinção importante. Há momentos em que, sem dúvida, a internet se comporta como esfera pública eficaz, inclusive em termos deliberativos-decisórios. Todavia, geralmente, estes eventos ocorrem quando os grupos atingidos por esta deliberação, ao mesmo tempo em que são especializados ou dedicados a determinada temática, não são muito extensos. É o caso de uma lista de discussão.

Portanto, para tentar conferir maior lucidez à proposta, pode-se dizer que, *no que se refere à política institucional de maior abrangência* (aquela cujo objetivo é lidar com as administrações de municípios, estados e países), os debates empreendidos nas redes telemáticas *funcionam melhor* como reforço para os laços e espaços sociais já existentes, no sentido de abrir mais uma modalidade de comunicação que contribui para a formação discursiva da vontade.

A interação de caráter político mais próxima do ideal envolve o respeito ao outro com o objetivo de chegar a um consenso racional e aprovado pelo menos pela maioria. O problema é que um grande número das arenas de debate através de redes digitais não parece cumprir este preceito, essencial para se construir um resultado discursivo de qualidade (BOHMAN, 2004; GIMMLER, 2001; WILHELM, 2000). Nos fóruns abrigados pelo ambiente digital, são comuns ofensas ou exclusões de usuários que não se dobram a determinado posicionamento, o que na verdade não caracteriza uma atitude democrática, na medida em que se configura

como uma forma de violência (como a expulsão dos pontos de vista discordantes em um canal de bate-papo, por exemplo)<sup>22</sup>.

À suposição de que a internet não é o melhor espaço para um debate racional se alia ainda o fato de que muitos dos casos de desentendimentos nas listas de discussão são gerados pelo envio repetido da mesma mensagem, anúncios do tipo classificados ou mesmo fofocas anônimas, o que pouco parece contribuir para um diálogo frutífero sobre temas coletivos (alguns destes entraves podem ser considerados ruídos de comunicação)<sup>23</sup>.

## **Conclusão**

Não se pode atribuir à internet a capacidade de, isoladamente, resolver os problemas que inquietam a forma democrática de governo e seus estudiosos. Possibilitar a reunião dos indivíduos para debater determinado tema não garante que todos queiram discutir, que a discussão se dê de modo frutífero e nem que o resultado da discussão consiga atingir as esferas representativas deliberativas, a quem foi concedido o poder de implantar os projetos públicos<sup>24</sup>. Desta forma, a internet não viria no sentido de prejudicar a democracia, mas também não seria responsável por uma revolução em termos de compreensão desta forma de governo.

O que se constata é que nem sempre todos os cidadãos possuem interesse na coisa pública. Como explica Dahl (2001), mesmo em uma assembléia popular ideal, assim como na maioria dos fóruns digitais, apesar de a palavra ser facultada a quem esteja presente (poder de voz), acontece com maior frequência que poucos

---

<sup>22</sup> De acordo com as contribuições de Buchstein, nesse sentido: "As the story goes, in the classical agora there was competition for the most reasonable way to solve a problem and the best way to build consensus. In the electronic agora, competition is for the most outrageous, provocative, and crazy point of view. This attitude attracts the creation and expression of extreme political actions. (...) Previously, newspaper readers followed arguments which were longer than what can appear on a computer screen. Electronic interviews tend to shorten and simplify complex issues. The process of typing encourages short and simple questions and equally concise replies. As Stoll puts it: 'Just as TV gives us soundbites, the online-interview provides one-line answers. (...) In digital reality, there is no space for glances, physical expressions, gestures, intonation, and overtones. Digital communication stress the exchange of pure data and allows participants to cut off unwelcome communication with just a move of a finger" (BUCHSTEIN, 1997, p. 258-259).

<sup>23</sup> Miranda (1995) argumenta que, se por um lado o recurso a meios de comunicação como a Internet mostra os limites da palavra burocrática (aquela proferida apenas pelos "autorizados", ou seja, fontes governamentais e donos dos veículos de comunicação de massa), por outro as redes telemáticas de comunicação acabam por demonstrar o próprio limite da palavra, no sentido de que nem todo conteúdo propagado se torna útil para a formação da vontade política ou ao aperfeiçoamento da democracia.

<sup>24</sup> Papacharissi (2002) concorda e, especulando sobre a efetividade dos discursos e debates oferecidos on-line, afirma que: "The power of the words and their ability to effect change, however, is limited in the current political spectrum. In a political system where the role of the public is limited, the effect of these online opinions on policy making is questionable" (PAPACHARISSI, 2002, p. 16).

indivíduos argumentem por um período maior, em um jogo de réplicas e tréplicas, no intuito de convencer seus pares.

Se são diversas as ressalvas à internet enquanto esfera pública, por outro lado não se pode negar que muitos debates só se concretizam por causa do advento desta modalidade de comunicação. O ambiente digital pode ser tachado de caótico, dominado por empresas que visam apenas o lucro, pouco afeito à racionalidade, onde não se realiza debate de qualidade ou ainda que não é levado à sério pelas instâncias decisórias do sistema político. Mas a constatação que deve ser feita é a de que o debate racional entre cidadãos comuns, por exemplo, se não acontece na internet, também não parece acontecer rigorosamente fora dela. Em outros termos, deve-se considerar que, funcionando mal ou bem, pelo menos o ambiente digital abre a oportunidade para a exposição de opiniões e formação de arenas conversacionais, instâncias antes pouco prováveis ou mais difíceis de se realizarem.

O fato é que o modelo de esfera pública que exige dos cidadãos um engajamento e racionalidade constantes parece ser pouco correspondente à realidade social contemporânea. Há usuários que, por não se sentirem à vontade para se expor ou não considerarem ter qualificação suficiente, querem apenas aceder à informação, ter acesso ao material compartilhado por outros usuários mais ativos (como acontece com frequência em listas de discussão)<sup>25</sup>. Dá-se um consumo privado do material lançado para o público, ou seja, em inúmeras ocasiões, as listas funcionam apenas como repositório de conteúdos, onde notícias e eventos são divulgados, sem gerarem maiores polêmicas ou, quando estas acontecem, geram apenas uma participação momentânea e restrita<sup>26</sup>. Mesmo na internet, os usuários não têm, em sua maioria, disponibilidade e dedicação completas para se engajarem em debates (PAPACHARISSI, 2002).

---

<sup>25</sup> Apesar de possibilitar a criação de novos espaços e a formação de agregações em torno de determinado interesse ou tema, se os cidadãos não tiverem um interesse pré-existente na coisa pública, nos assuntos de Estado, não é a internet quem vai criar esse empenho. De acordo com o que propõe Maia em relação à participação em listas e o debate realizado nestes espaços: "Não obstante, se haverá ou não o processo de debate é algo que não pode ser decidido a priori, pois o debate, em si mesmo, depende da livre motivação e da ação dos próprios interessados, que é contingencial e imprevisível. Além disso, o debate é mais do que uma mera pluralidade de vozes. Ele é focado e se caracteriza por discussões singulares. (...) Se todos falam e ninguém ouve, temos o resultado semelhante ao de uma torre de Babel. Conforme os estudos de Wilhelm (2000) e Hill e Hughes (1998) evidenciam, a grande maioria dos participantes em listas de discussão política e *chats* expressam a própria opinião, buscam e disponibilizam informação, sem que se vinculem a um debate propriamente dito" (MAIA, 2002a, p. 55-56).

<sup>26</sup> Claro que há listas fechadas de especialistas em determinado assunto que podem funcionar mais ativamente, mas o que se procura traçar aqui é um diagnóstico panorâmico, ainda carente de maiores estudos empíricos rigorosos.

### **Referências Bibliográficas**

ALLAN, S. Mediating citizenship: online journalism and the public sphere new voices. *Development*, v. 46, n. 1, p. 30-40, 2003.

ANTOUN, H. *A multidão e o futuro da democracia na cibercultura*. Apresentado no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, 2002.

BARBER, B. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press, 1984.

BOHMAN, J. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge, Mass.: MIT press, 1996.

\_\_\_\_\_. Expanding dialogue: the internet, the public sphere and prospects for transnational democracy. *The Sociological Review*, v. 52, n. 1, p. 131-155, 2004.

BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BUCHSTEIN, H. Bytes that bite: the internet and deliberative democracy. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

CALHOUN, C. (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: The MIT Press, 1992.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *The internet galaxy*. Oxford University Press, 2001.

CEBRIÁN, J. L. *A rede*. São Paulo: Summus, 1999.

DAHL, R. A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DEAN, J. Virtually citizens. *Constellations*, v. 4, n. 2, p. 264-282, 1997.

\_\_\_\_\_. Why the net is not a public sphere. *Constellations*, v. 10, n. 1, p. 95-112, 2003.

DOWNEY, J.; FENTON, N. New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, v. 5, n. 2, p. 185-202, 2003.

ECO, U. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FERGUSON, M. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em movimento. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (ed.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GIMMLER, A. Deliberative democracy, the public sphere and the internet. *Philosophy & Social Criticism*, v. 27, n. 4, p.21-39, 2001.

GOMES, W. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (ed.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 155-185.

\_\_\_\_\_. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (ed.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Unisinos, 1999, p. 203-231.

\_\_\_\_\_. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. In: FAUSTO NETO, A. et al. (ed.) *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 2001a, v. 1, p. 61-82.

\_\_\_\_\_. *Opinião política na internet: uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede*. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, 2001b.

\_\_\_\_\_. Comunicação e cidadania: possibilidades e limites da ciberdemocracia. In: II IBÉRICO, 2004, Covilhã. *Anais dos Congressos de Ciência da Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2004.

GUIDI, L. Democracia eletrônica em Bolonha: a rede Iperbole e a construção de uma comunidade participativa on-line. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (ed.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. *Democracy and disagreement*. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Disagreeing about deliberative democracy: reply to the critics. In: MACEDO, S. (ed.). *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement*. New York: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Why deliberative democracy?*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HILL, K. A.; HUGHES, J. E. *Cyberpolitics: citizen activism in the age of the internet*. New York: Rowman & Littlefield, 1998.

KAKABADSE, A.; KAKABADSE, N. K.; KOUZMIN, A. Reinventing the democratic governance project through information technology? A growing agenda for debate. *Public Administration Review*, v. 63, n. 1, p. 44-60, 2003.

KEANE, J. Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação & Política*, v. 3, n. 2, p. 6-29, 1996.

KINDER, T. Vote early, vote often? Tele-democracy in european cities. *Public Administration*, v. 80, n. 3, p. 557-582, 2002.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cyberdémocratie*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002.

\_\_\_\_\_. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, D. (ed.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAIA, R. *Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. Apresentado no X Encontro Anual da Compós, Brasília, p. 46-60, 2001.

\_\_\_\_\_. Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (ed.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002a.

\_\_\_\_\_. Democracia e internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: MOTTA, L. G. (ed.). *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Editora da UnB, 2002b, p. 107-128.

MARCONDES FILHO, C. Haverá vida após a internet?. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 16, dez. 2001.

MIRANDA, J. B. Espaço público, política e mediação. *Revista de Comunicação e Linguagens*, v. 21-22, p. 129-148, 1995.

MITRA, A. Marginal voices in cyberspace. *New Media & Society*, v. 3, n. 1, p. 29-48, 2001.

MORAES, D. *O concreto e o virtual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: the internet as a public sphere. *New Media & Society*, v. 4, n. 1, p. 9-27, 2002.

PATEMAN, C. *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

POSTER, M. Cyberdemocracy: internet and the public sphere. In: PORTER, D. (ed.). *Internet culture*. New York: Routledge, 1997, p. 201-218.

\_\_\_\_\_. Cidadania, mídia digital e globalização. In: MORAES, D. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SALTER, L. Democracy, new social movements and the internet: a habermasian analysis. In: MCCAUGHEY, M.; AYERS, M. D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. New York, Routledge, 2003, p. 117-144.

SILVEIRA, S. A. O novo desafio da democracia na sociedade da informação. *Anuário de Jornalismo*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2000.

WILHELM, A. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge, 2000.

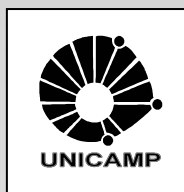
WOLTON, D. *E depois da internet? Para uma teoria crítica dos novos medias*. Algés, Portugal: Difel, 2001.

*Recebido para publicação em junho de 2005.  
Aprovado para publicação em março de 2006.*

# TENDÊNCIAS

Ano 12, nº 1

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP





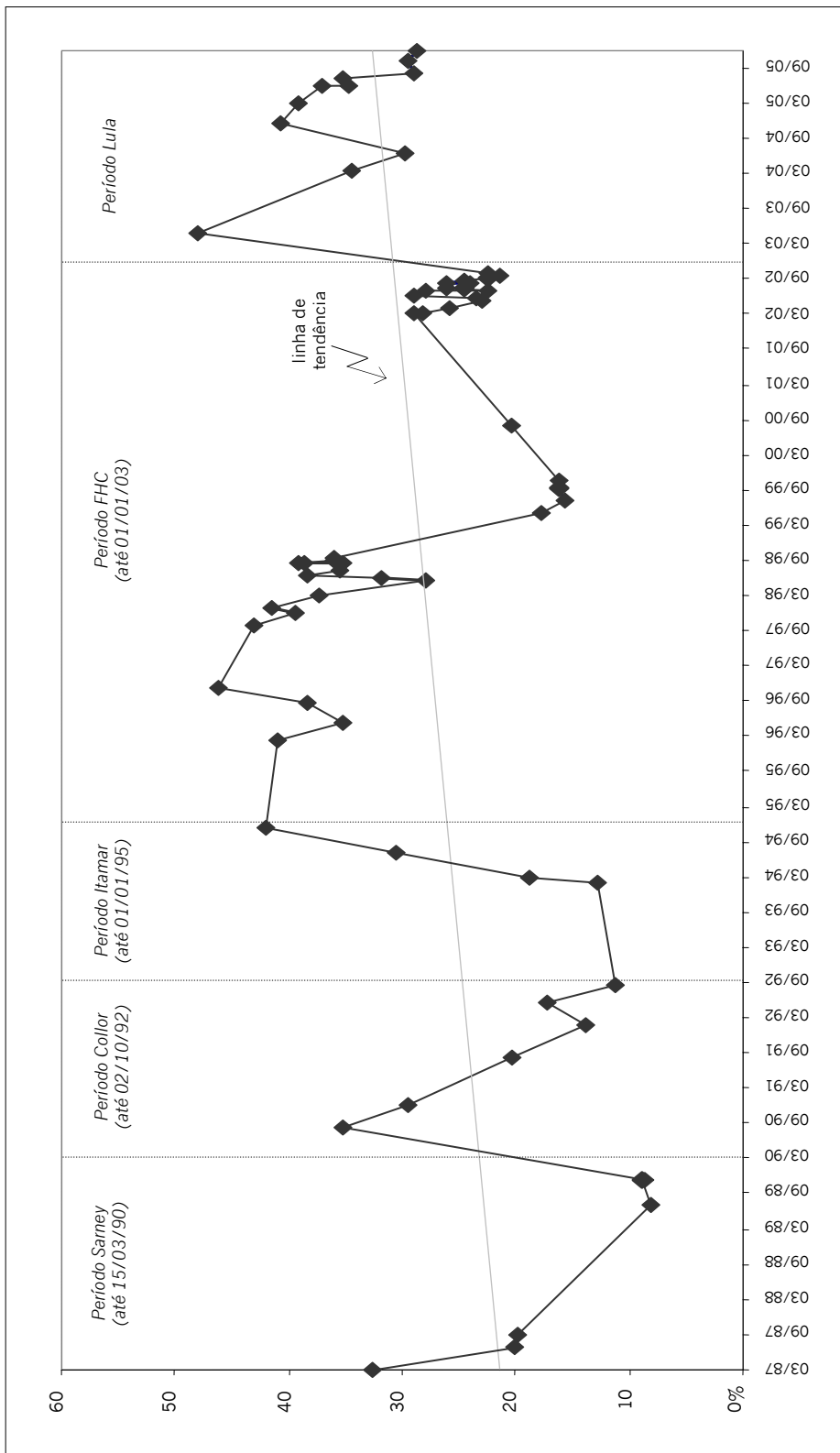
O encarte de dados *Tendências* desta edição apresenta uma extensa compilação de dados, abrangendo quase vinte anos, desde 1987, de alguns dos principais “termômetros” da opinião pública sobre a política brasileira. Em sua primeira parte, o encarte sistematiza os índices de avaliação, confiança e aprovação dos Presidentes da República, além dos índices de confiança nos políticos, nos partidos e o apoio à democracia.

Os gráficos mostram, entre outros aspectos, uma persistente diferença entre confiança e avaliação positiva dos Presidentes, o que indica uma expectativa dos brasileiros frente aos seus governantes executivos na resolução dos problemas do país. Confiança e aprovação presidencial, no entanto, se revelam imbricadas, em curvas que se sobrepõem, indicando um comportamento dependente. Em se tratando de confiança nos políticos e nos partidos, as curvas mostram um declínio em geral, com períodos de recuperação.

A segunda parte do encarte apresenta dados de uma pesquisa nacional sobre corrupção realizada pelo IBOPE neste ano de 2006. De certa forma, estão ali algumas das razões para a desconfiança geral frente aos políticos. Quando comparamos as respostas sobre a corrupção na política e sobre as corrupções “privadas”, os políticos foram considerados, de modo geral, como praticantes de atos inaceitáveis em muito maior proporção que o resto da população.

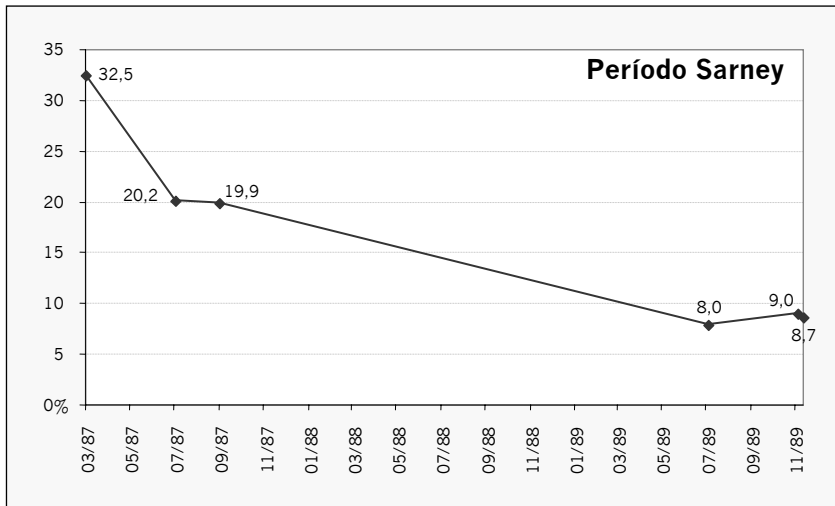
Mesmo assim, os brasileiros apresentam uma expectativa majoritariamente negativa em relação ao futuro do sistema político brasileiro após a crise emergida em 2005: para 56,1% dos entrevistados “tudo continuará a mesma coisa”, mesmo que não venham a apoiar os políticos envolvidos nas próximas eleições - mais de 80% não votariam em candidatos envolvidos.

**Evolução da avaliação positiva dos presidentes  
1987-2005**



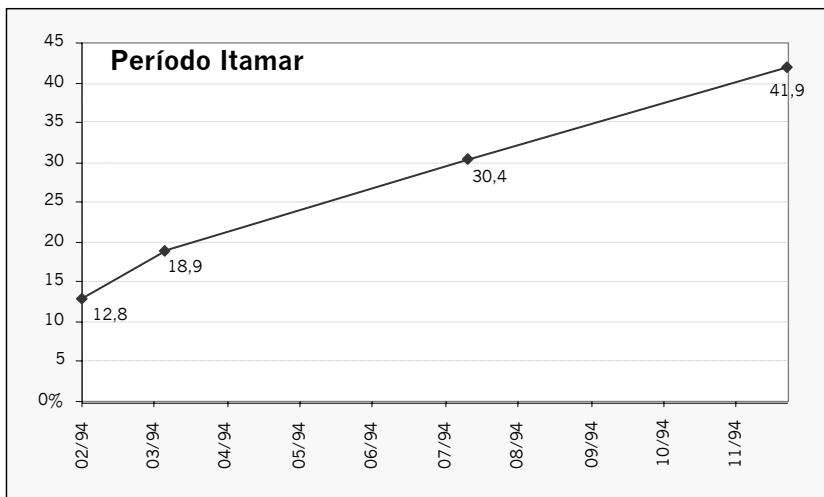
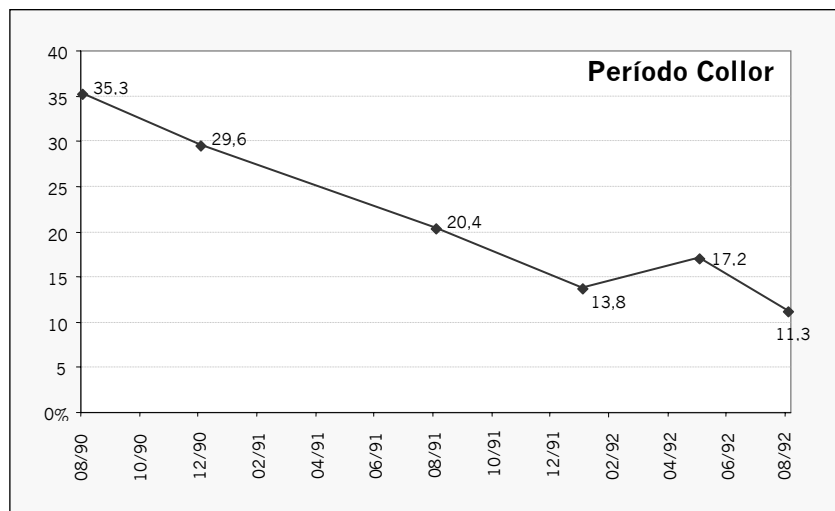
Fonte: Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)

## Evolução da avaliação positiva dos presidentes no período (cont.) 1987-2005



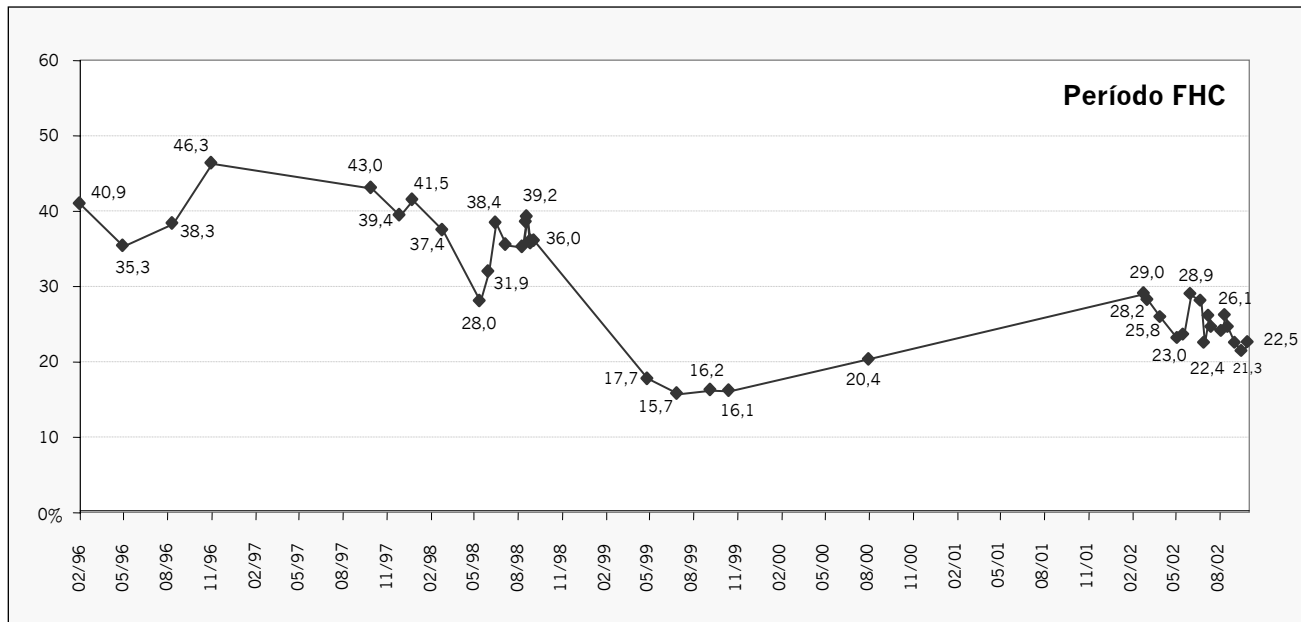
**Perguntas:** 12/3/87, 12/7/87 e 12/9/87: "Como o(a) sr(a) classifica a administração do Presidente José Sarney até o momento?"; 07/89: "E como o(a) Sr(a) classificaria a atuação do Presidente Sarney até o momento?"; 11/89: "Como o(a) sr(a) classificaria a atuação do Presidente José Sarney até o momento?"; 22/11/89: Mudando agora de assunto, como o(a) Sr(a) classifica a administração do Presidente Sarney. O(a) Sr(a) diria que vem sendo:"

**Perguntas:** 08/90, 12/90, 18/08/91, 31/01/92, 26/05/92 e 27/08/92: "Na sua opinião, o presidente Fernando Collor está fazendo um governo:"

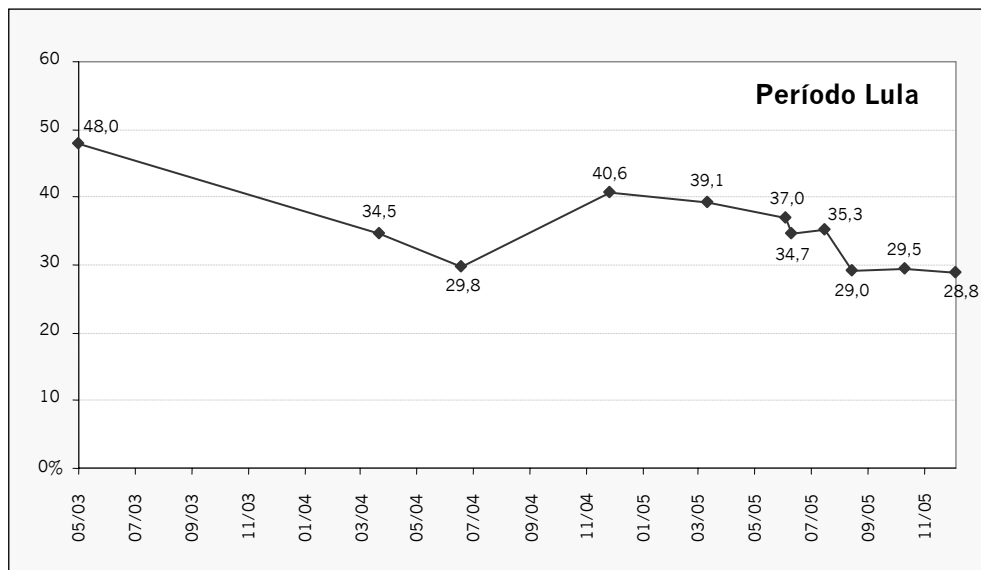


**Perguntas:** 10/02/94 e 15/03/94: "Como o(a) sr(a) classifica a atuação do presidente Itamar Franco até o momento, o(a) sr(a) diria que ela vem sendo:"; 19/07/94: "Como o(a) sr(a) classificaria a atuação do presidente Itamar Franco até o momento, o(a) sr(a) diria que ela está sendo:"; 29/11/94: "Em janeiro o novo presidente toma posse. Como o(a) sr(a) classifica a administração feita pelo presidente Itamar Franco? O(a) sr(a) diria que ela foi:"

## Evolução da avaliação positiva dos presidentes no período (cont.) 1987-2005

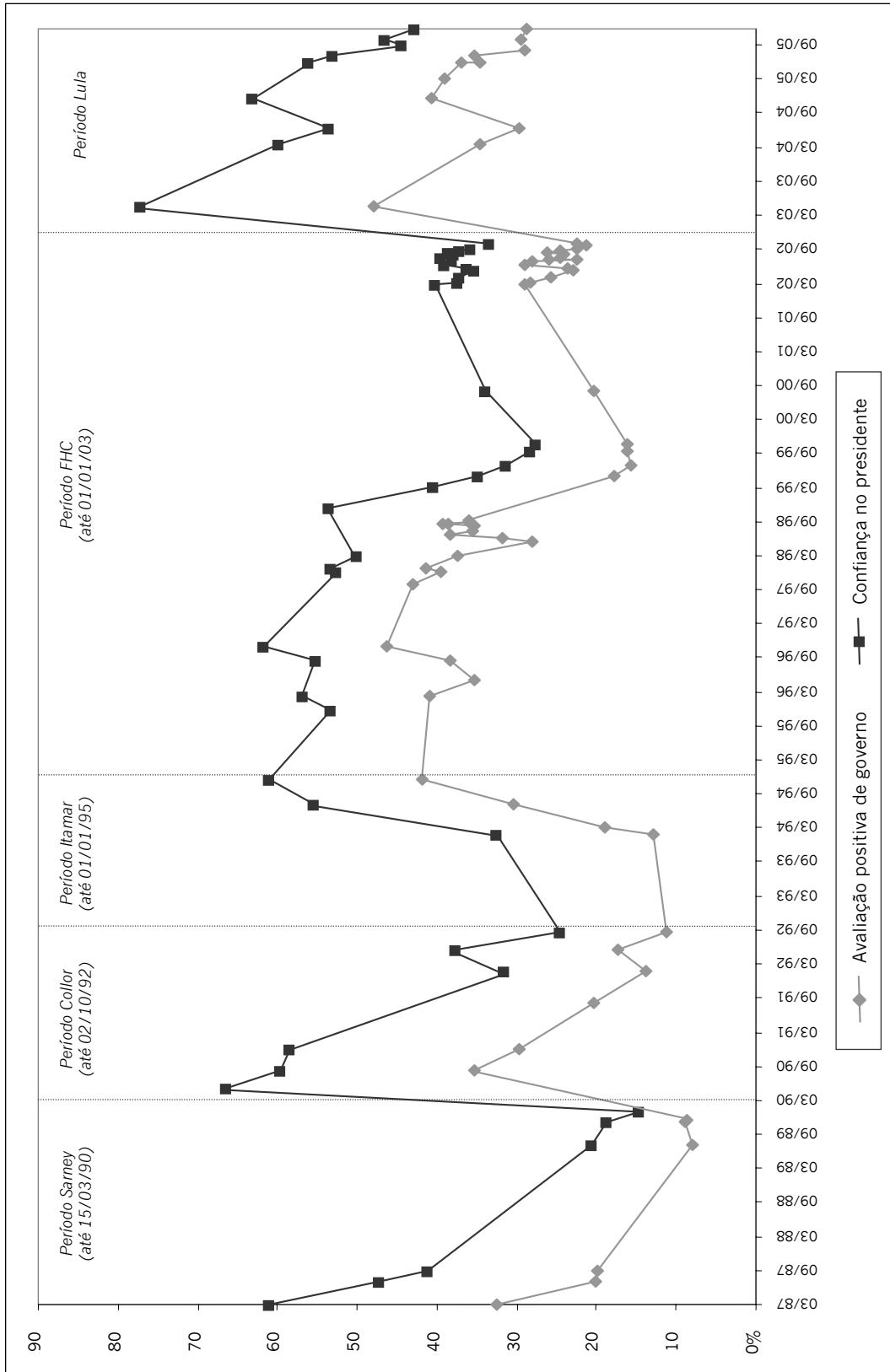


**Perguntas:** 02/96, 28/5/98, 15/6/98, 30/6/98, 21/7/98, 25/8/98, 1/9/98, 3/9/98, 8/9/98, 18/9/98, 15/8/00, 11/3/02, 14/4/02, 19/5/02, 1/6/02, 7/7/02, 14/7/02, 23/7/02, 29/7/02, 19/8/02, 26/8/02, 2/9/02, 16/9/02, 30/9/02 e 14/10/02: "Como o(a) Sr(a) classifica a administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso até o momento? O(a) sr(a) diria que ela está sendo:"; 05/96, 26/08/96 e 11/96: "Para cada nome que eu citar, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se a atuação dele está sendo ótima, boa, regular, ruim ou péssima: Presidente Fernando Henrique Cardoso"; 12/12/97: "Na sua opinião, o governo do Presidente Fernando Henrique, até o momento está sendo:"; 14/10/97, 08/1/98 e 11/3/98: "Mudando um pouco de assunto, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse para cada nome ou grupo que eu citar, se a atuação dele está sendo ótima, boa, regular, ruim ou péssima: Presidente Fernando Henrique"; 12/5/99, 13/7/99, 20/9/99 e 29/10/99: "Na sua opinião, o governo do Presidente Fernando Henrique, até o momento está sendo:"; 18/3/02 e 16/6/02: "Como o(a) sr(a) avalia a administração do Presidente Fernando Henrique até o momento? O(a) sr(a) diria que ela está sendo:"



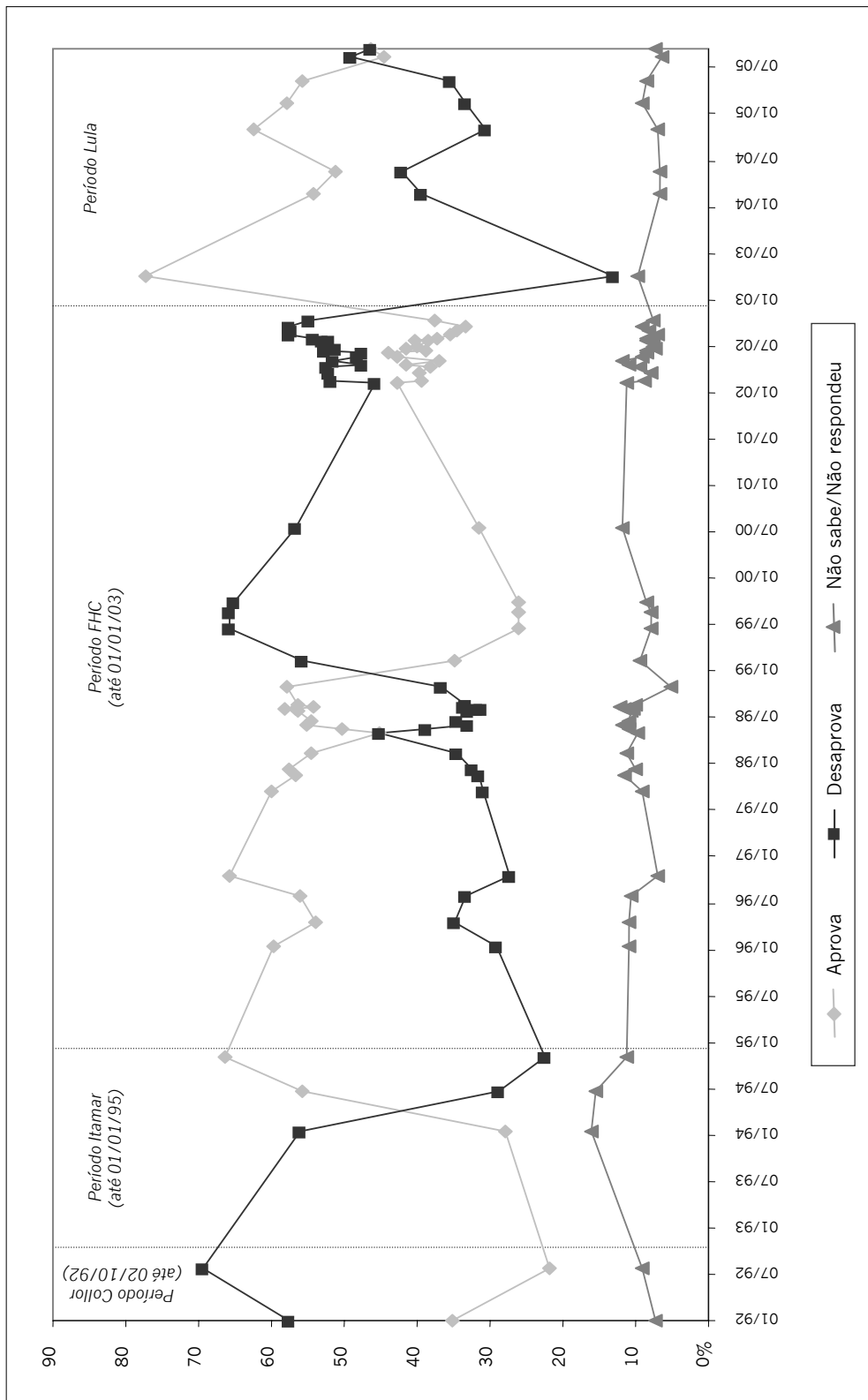
**Perguntas:** 4/5/03: "Como o(a) sr(a) classifica a administração do Presidente Lula até o momento? O(a) sr(a) diria que ela está sendo:"; 25/3/04, 21/6/04, 29/11/04, 14/3/05, 13/6/05, 18/7/05, 17/8/05 e 7/12/05: "Na sua avaliação, o Governo do Presidente Lula está sendo:"; 6/6/05: "E como o(a) sr(a) classifica a atuação do Presidente Lula? O(a) sr(a) diria que ela está sendo ótima, boa, regular, ruim ou péssima?"; 13/10/05: "Na sua opinião, a administração do Presidente Lula está sendo:"

Confiança no presidente e avaliação positiva de governo  
1987-2005



**Fonte:** Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)  
**Perguntas** (Confiança no presidente): 11/89, 01/90, 05/90, 1/12/95, 12/05/99; "Agora, para cada uma destas instituições e pessoas que eu citar, gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se confia ou não confia em cada uma delas: presidente"; DEMAIS PESQUISAS: "O(a) sr(a) confia ou não confia no presidente?"

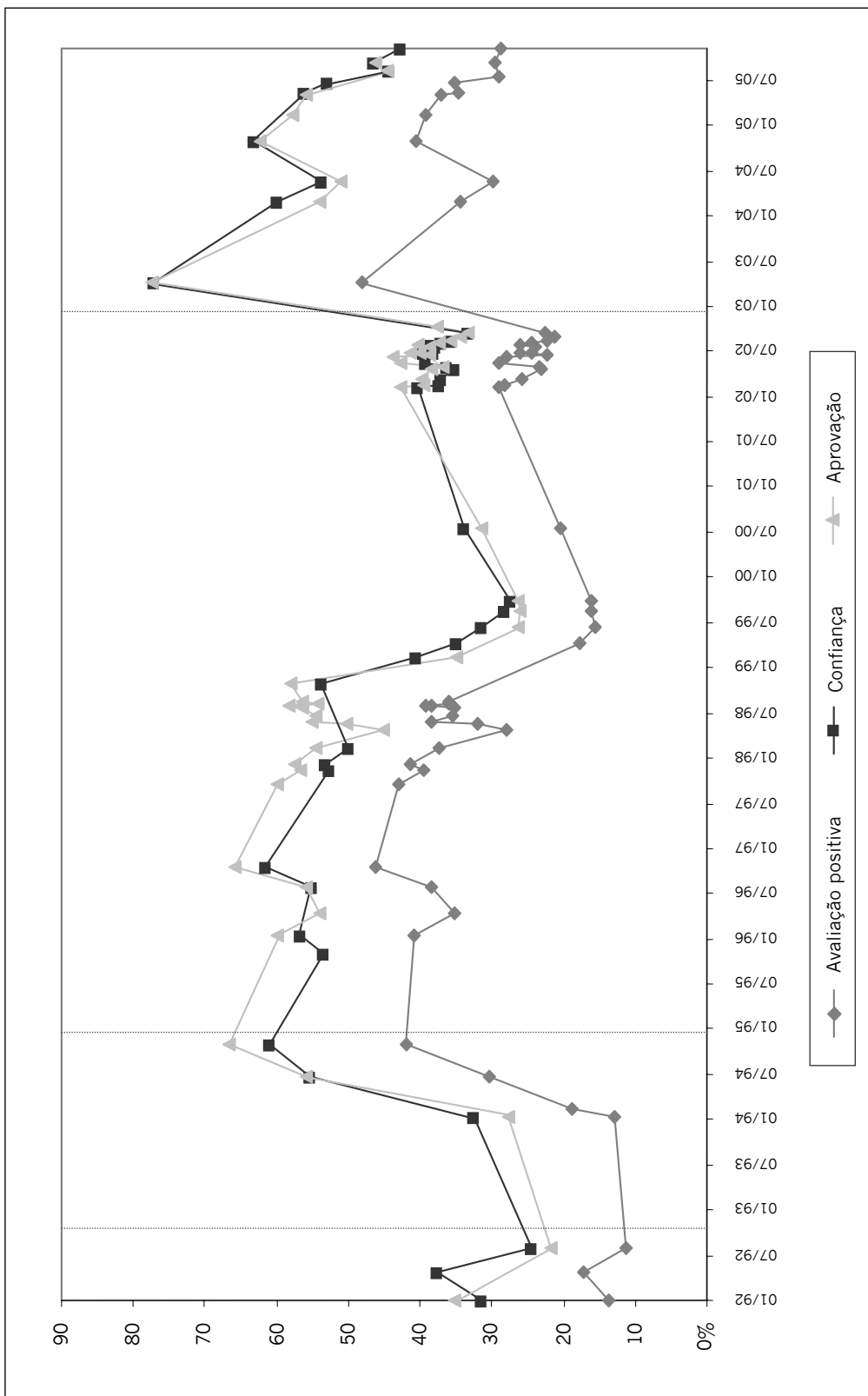
**Evolução da aprovação do presidente  
1992-2005**



Fonte: Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)

**Perguntas:** 31/1/92: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o presidente (...) vem governando o país?"; 29/11/94: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o presidente (...) administrou o país?"; 26/11/98: "Para cada nome que eu citar gostaria que o(a) sr(a) dissesse se aprova ou desaprova a atuação de cada um deles: Fernando Henrique"; 20/5/02: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova o presidente (...)?" ; 12/11/02: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o presidente Fernando Henrique administrou o país nestes oito anos?"; 24/3/04, 21/6/04, 29/11/04, 14/3/05, 29/11/04, 12/9/05 e 13/10/05: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o presidente (...) está governando o Brasil?"; DEMAIS PESQUISAS: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a maneira como o presidente (...) vem administrando o país?"; 6/6/05: "O(a) sr(a) aprova ou desaprova a administração do presidente (...)?"

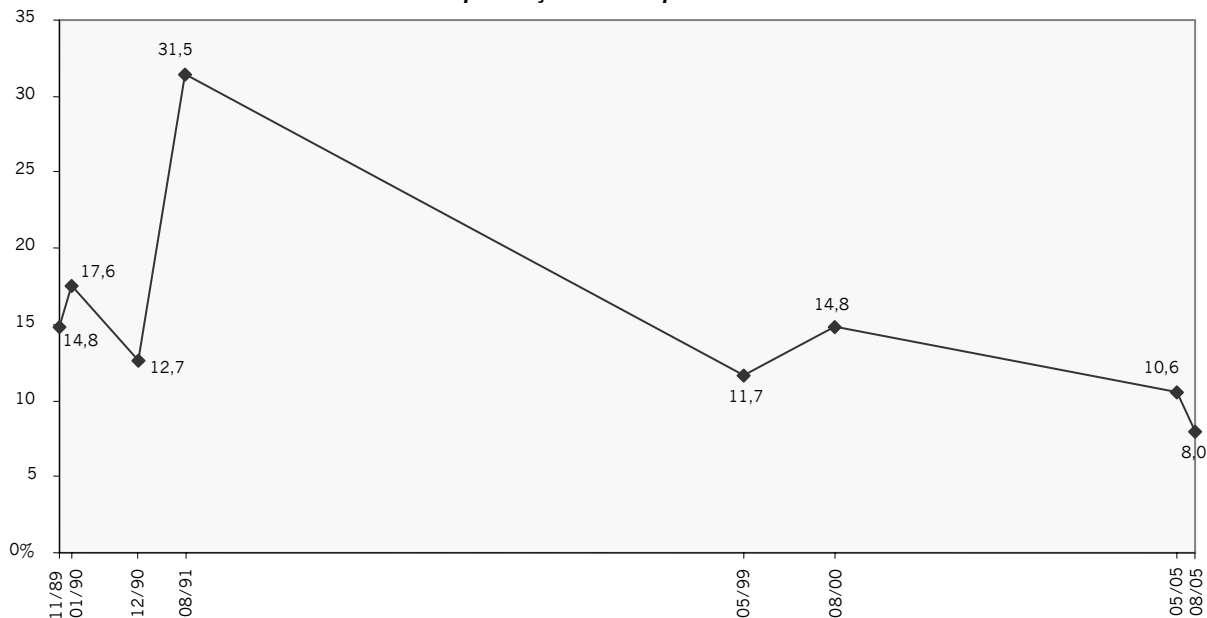
Confiança, avaliação positiva e aprovação presidenciais  
1992-2005



Fonte: Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)

## Evolução da confiança em instituições 1989-2005

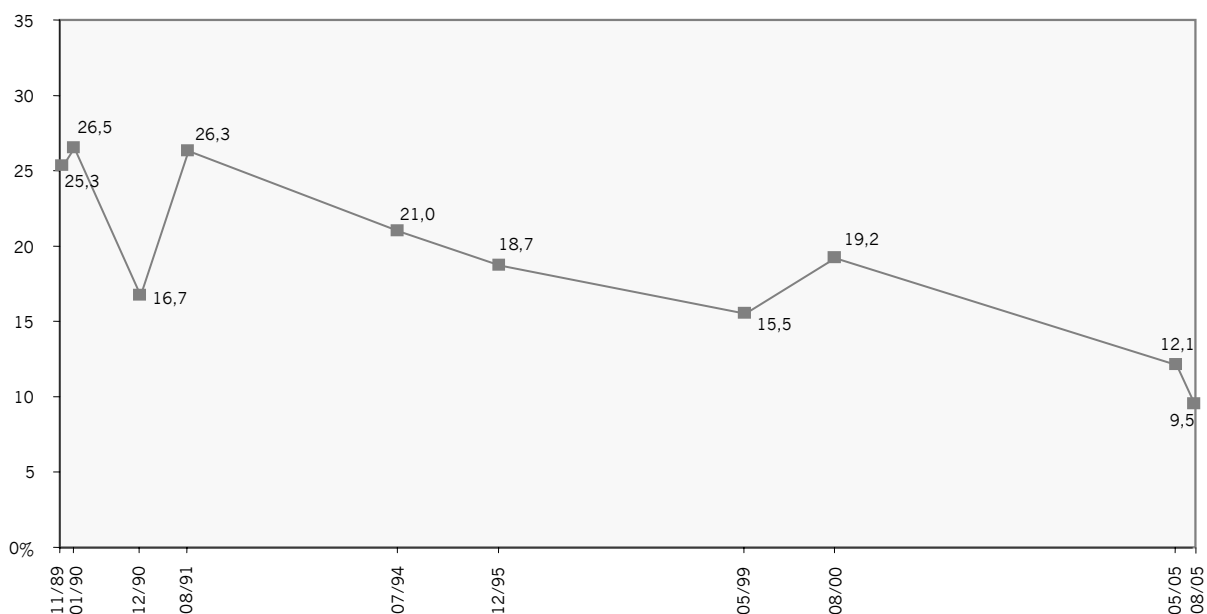
### Confiança nos políticos



Fonte: Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)

Pergunta: "Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos e instituições e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: os políticos".

### Confiança nos partidos políticos



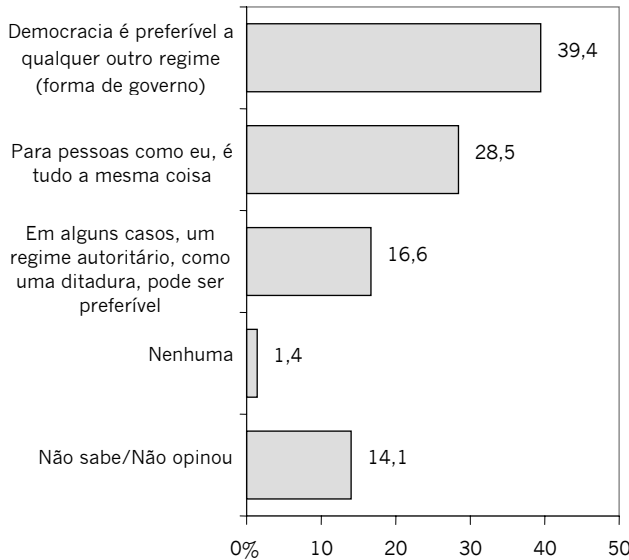
Fonte: Pesquisas nacionais IBOPE (Banco de dados do CESOP)

Pergunta: "Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos e instituições e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: os partidos políticos".



## Apoio à democracia

### IBOPE 1991

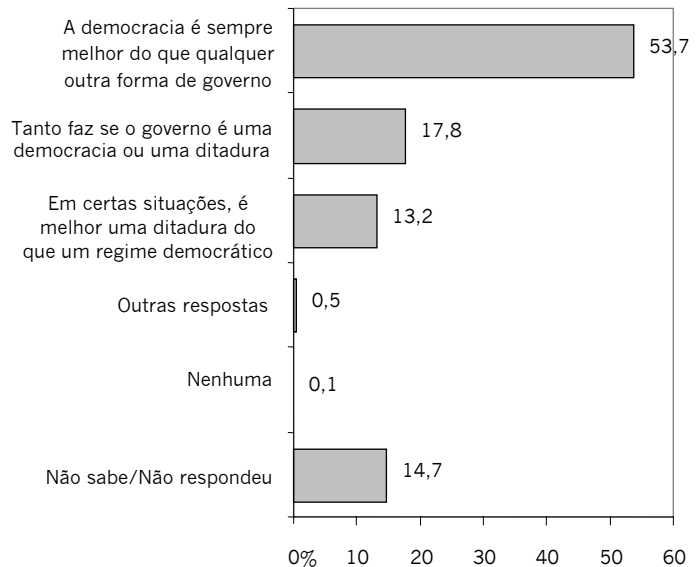


Fonte: IBOPE, 1991.

Pergunta: "Falando sobre diferentes tipos de regimes políticos, por favor diga-me qual destas frases melhor descreve a sua maneira de

*Em três pesquisas realizadas em momentos distintos – 1991, 1997 e 2002 – o apoio ao regime democráticos tem apoio da população brasileira em uma tendência crescente.*

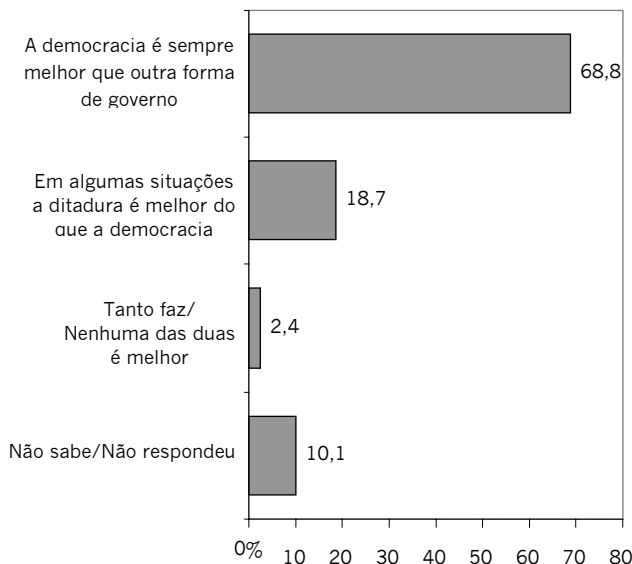
### FPA 1997



Fonte: Fundação Perseu Abramo, 1997.

Pergunta: Agora gostaria que você me dissesse qual das três frases seguintes se aproxima mais do que você pensa:

### ESEB 2002



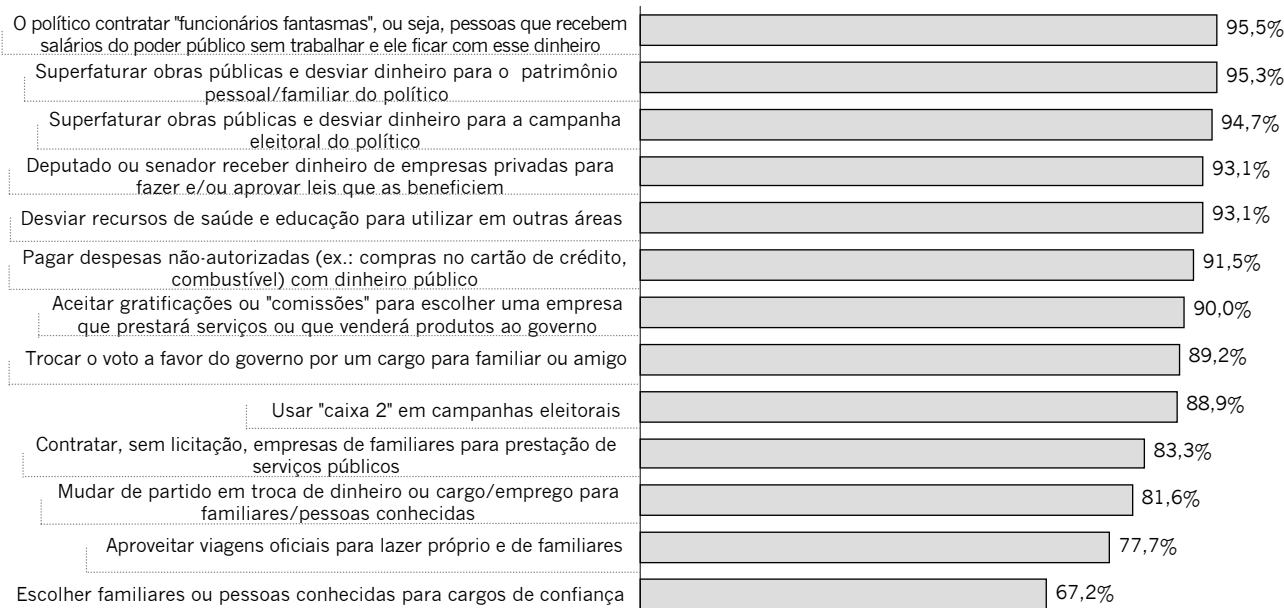
Fonte: ESEB, 2002.

Pergunta: "Na sua opinião, a democracia é sempre melhor que outra forma de governo ou em algumas situações a ditadura é melhor do que a democracia? (aceitar a opção "tanto faz" como espontânea)".

## Corrupção na política: atitudes e opiniões pessoais

Os dados da pesquisa realizada em 2006 mostram que nem todas as práticas corruptas na política são totalmente inaceitáveis para os brasileiros

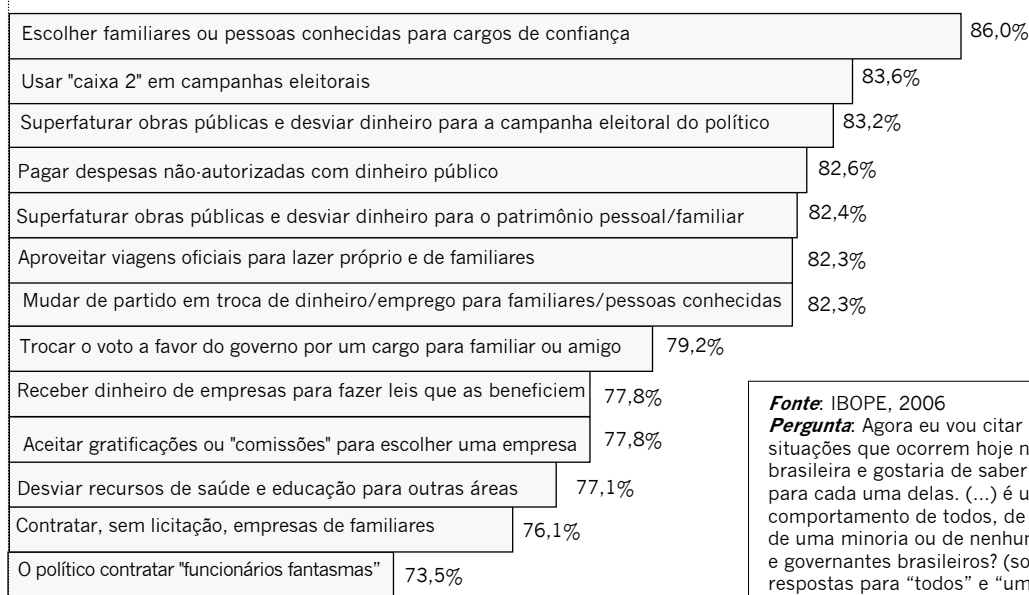
### Os entrevistados consideram inaceitável:



Fonte: IBOPE, 2006

**Pergunta:** Agora eu vou citar algumas situações que ocorrem hoje na política brasileira e gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) E na sua opinião, é algo aceitável ou inaceitável?

### Para os entrevistados, é prática de todos ou da maioria dos políticos:



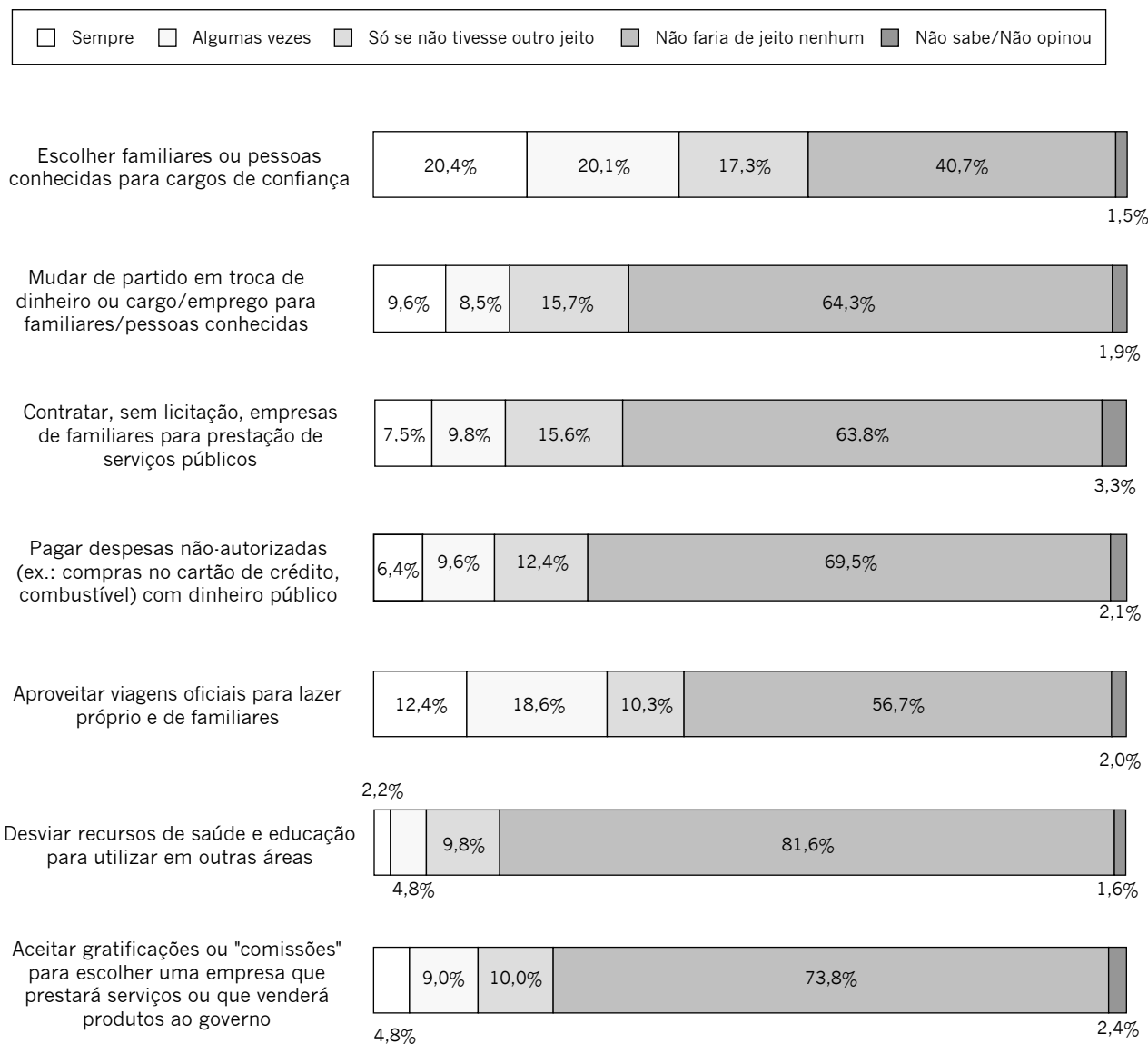
Fonte: IBOPE, 2006

**Pergunta:** Agora eu vou citar algumas situações que ocorrem hoje na política brasileira e gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) É um comportamento de todos, de uma maioria, de uma minoria ou de nenhum dos políticos e governantes brasileiros? (soma das respostas para "todos" e "uma maioria").

## Corrupção na política: atitudes e opiniões pessoais

Também nas respostas sobre atitudes pessoais com relação a práticas corruptas, os entrevistados mostram que nem tudo é possível

Você faria isso se estivesse no lugar de um político?



Fonte: IBOPE, 2006

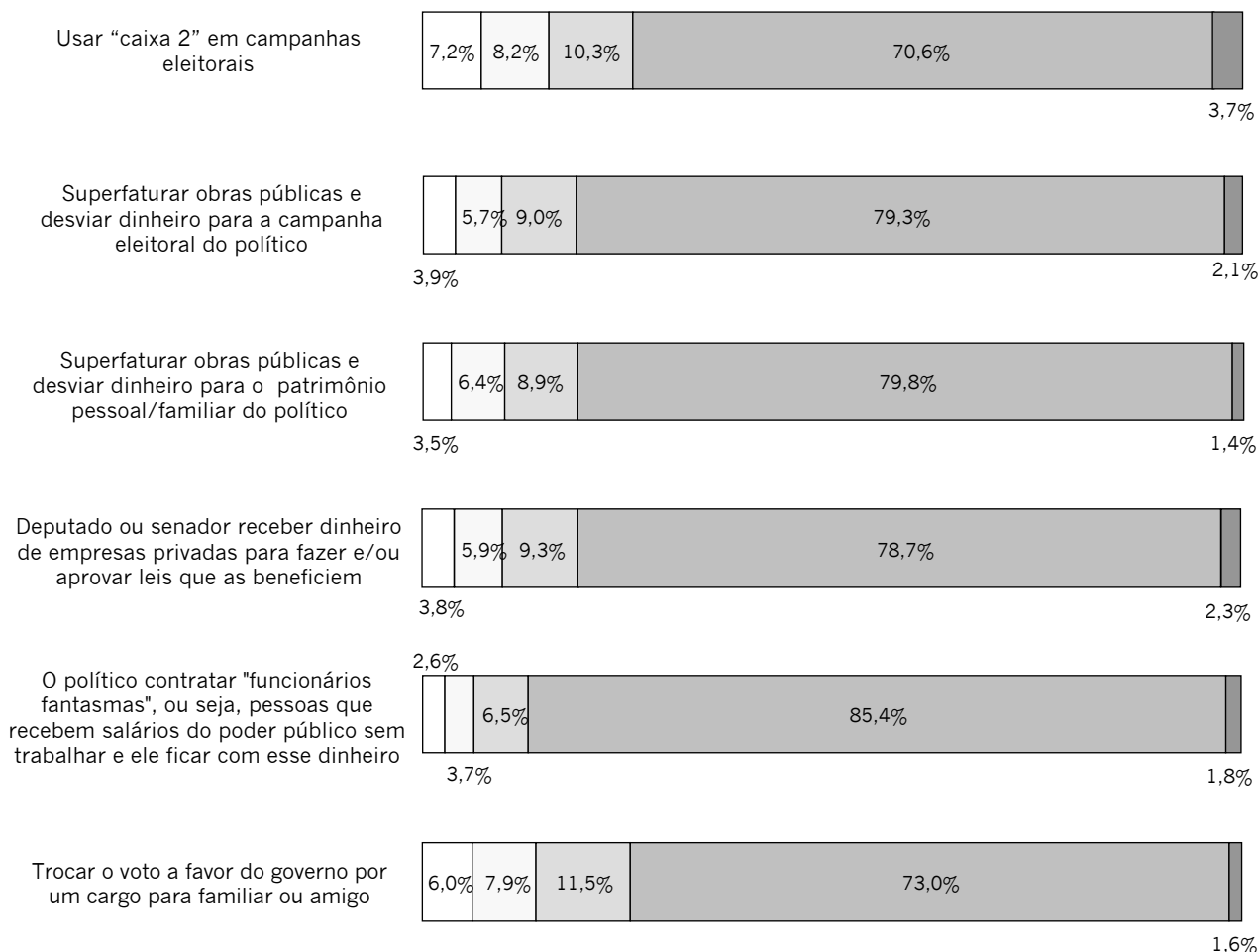
**Pergunta:** Agora eu vou citar algumas situações que ocorrem hoje na política brasileira e gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) se o(a) sr(a) estivesse no lugar de um político, o(a) sr(a) faria isso sempre que tivesse oportunidade, faria algumas vezes outras não, faria só se não tivesse outro jeito, ou não faria de jeito nenhum?

## Corrupção na política: atitudes e opiniões pessoais

Quando se colocam no lugar dos políticos, os entrevistados são um pouco mais rigorosos com relação à corrupção

Você faria isso se estivesse no lugar de um político?

Sempre  
  Algumas vezes  
  Só se não tivesse outro jeito  
  Não faria de jeito nenhum  
  Não sabe/Não opinou



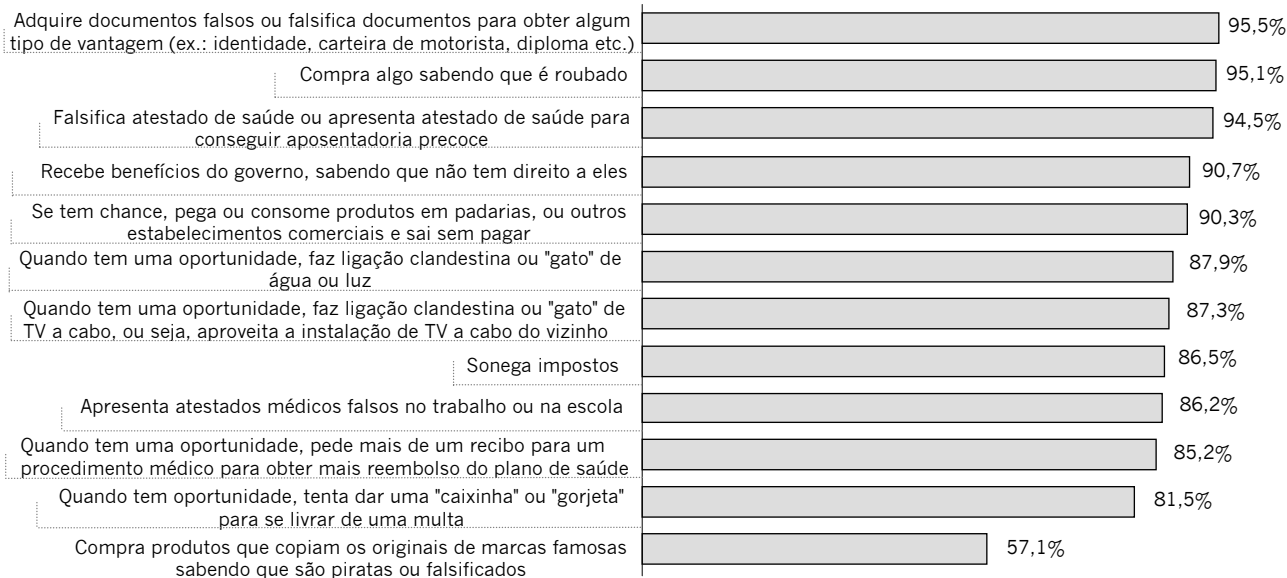
Fonte: IBOPE, 2006

**Pergunta:** Agora eu vou citar algumas situações que ocorrem hoje na política brasileira e gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) se o(a) sr(a) estivesse no lugar de um político, o(a) sr(a) faria isso sempre que tivesse oportunidade, faria algumas vezes outras não, faria só se não tivesse outro jeito, ou não faria de jeito nenhum?

## “Corrupções privadas”: atitudes e opiniões

Os brasileiros são, em geral, rigorosos com relação às corrupções privadas

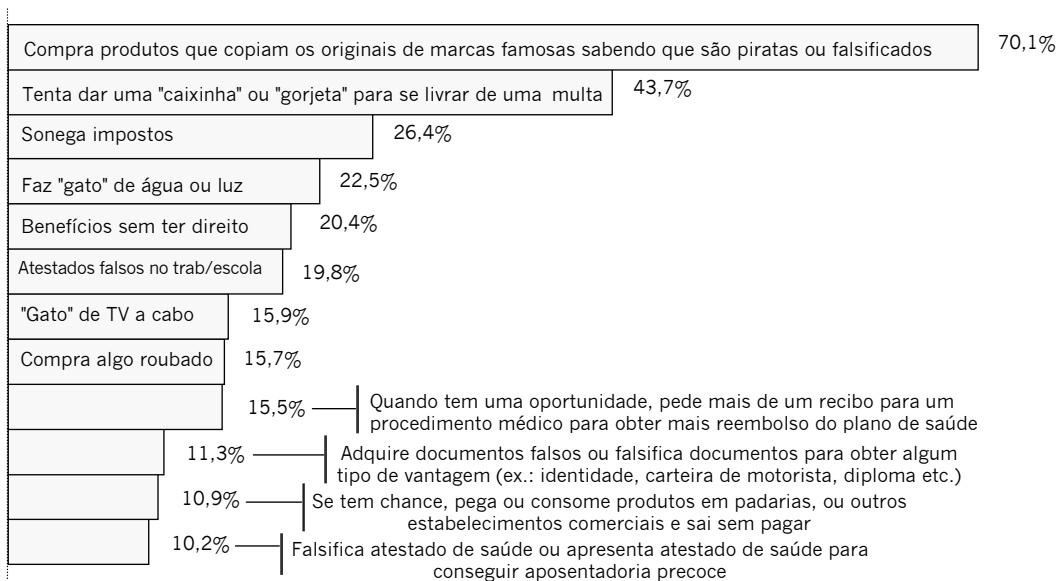
### Os entrevistados consideram inaceitável:



Fonte: IBOPE, 2006

Pergunta: Agora, para cada comportamento ou atitude que eu ler, gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) E, na sua opinião, é algo aceitável ou inaceitável?

Todos conhecem alguém com algum tipo de prática considerada inadequada. É prática de quase todas ou da maioria das pessoas que você conhece?

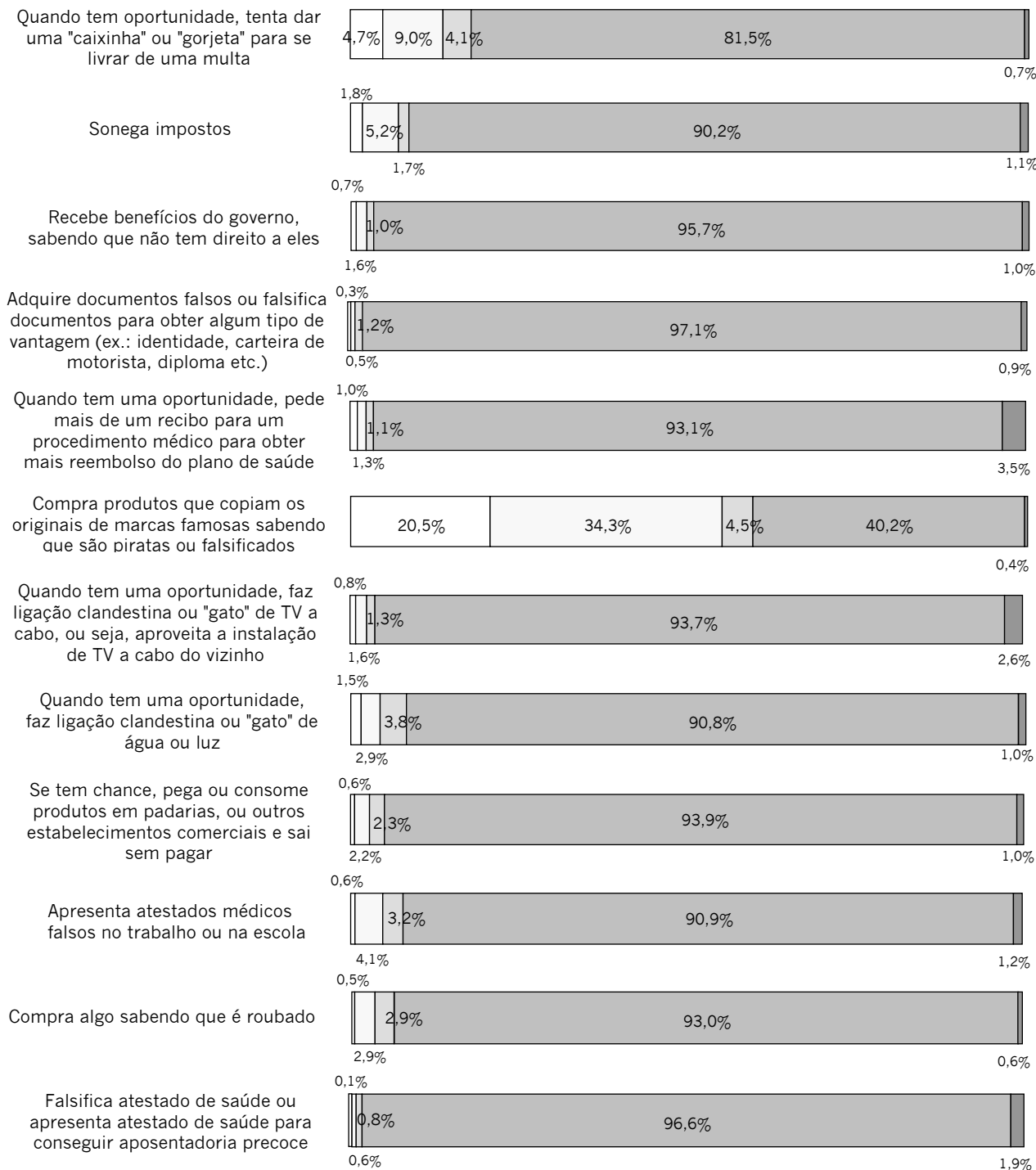


Fonte: IBOPE, 2006

Pergunta: Agora, para cada comportamento ou atitude que eu ler, gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) Pensando ainda nessa situação, é um comportamento de quase todos, de uma maioria, de uma minoria, ou de quase nenhuma das pessoas que o(a) sr(a) conhece? (soma das respostas para "quase todos" e "uma maioria").

## “Corrupções privadas”: atitudes e opiniões

Faz sempre  
  Fez algumas vezes  
  Apenas uma vez  
  Nunca fez  
  Não sabe/Não opinou/Não se aplica

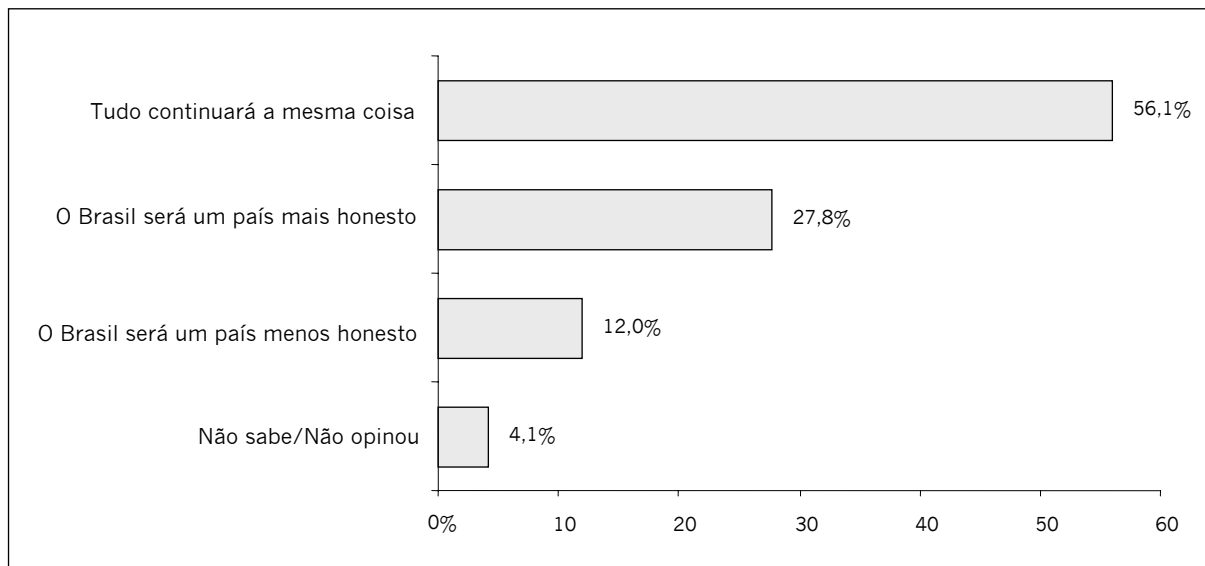


Fonte: IBOPE, 2006

**Pergunta:** Agora, para cada comportamento ou atitude que eu ler, gostaria de saber a sua opinião para cada uma delas. (...) o(a) sr(a) diria que faz isso sempre, fez algumas vezes, fez uma só vez, ou nunca fez?

## Corrupção e crise política no Brasil

*Depois de todas as CPI's e todos os processos, a maioria acredita que o país continuará do mesmo jeito, mas a grande parte puniria os políticos nas eleições*

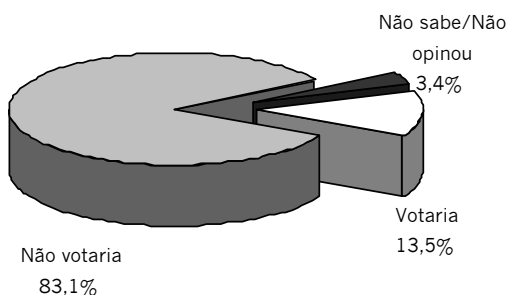


**Fonte:** IBOPE, 2006

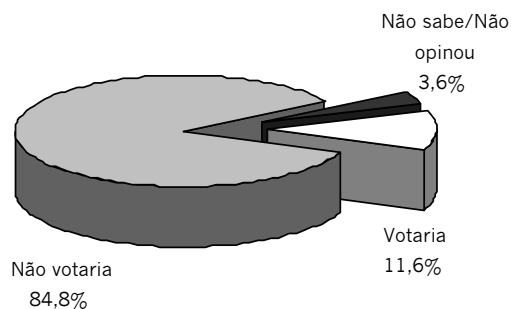
**Pergunta:** Pensando na crise política atual, depois de todas essas CPI's e todos esses processos o(a) sr(a) acredita que:

### Votaria em um candidato sobre o qual existam denúncias de envolvimento em irregularidades

#### Candidato a presidente ou governador



#### Candidato a deputado ou senador



**Fonte:** IBOPE, 2006

**Pergunta:** Em outubro deste ano teremos eleições para presidente, governador, senador e deputados. Caso existam denúncias de envolvimento em irregularidades do candidato a (...) de sua preferência, o(a) sr(a) votaria ou não votaria nele?

# Ficha Técnica

## Seção Séries históricas de opinião política

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>IBOPE</b>			
15/02 a 12/03/1987	5000	População acima de 18 anos do Brasil	<p>Foram utilizadas amostras representativas da população em estudo, estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato. Os estratos considerados foram os estados brasileiros. As regiões metropolitanas e as capitais de cada estado entraram certamente (com probabilidade igual a 1) na amostra, com um número de entrevistas proporcional a suas respectivas populações. Dentro de cada estrato, nas regiões metropolitanas e nos demais municípios de cada estado, foram selecionadas amostras probabilísticas, de conglomerados em 3 estágios.</p> <p>No primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os municípios que formaram a amostra pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), sendo a população de cada município tomada como base para tal seleção.</p> <p>No segundo estágio, dentro dos municípios selecionados no primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os setores censitários, onde as entrevistas foram realizadas, também pelo mesmo método (PPT).</p> <p>No terceiro estágio as pessoas a serem entrevistadas foram selecionadas dentro dos setores censitários utilizando quotas proporcionais segundo as seguintes variáveis:</p> <p>Sexo: Masculino, Feminino.            Grupo de idade: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, 70 anos e mais.            Instrução: Até 4ª série do fundamental; 5ª a 8ª série do fundamental; Ensino Médio; Superior.            Atividade: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.</p> <p>O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.</p> <p>Coleta de dados - Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.</p> <p>As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE Opinião, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.</p>
15/06 a 12/07/1987		Brasil	
15/08 a 12/09/1987		Eleitores do Brasil	
07/1989	3753	Eleitores, jovens de 16 e 17 anos e analfabetos	
11/1989	3650		
20 a 22/11/1989	3650	Eleitores do Brasil	
01/1990	3650	Eleitores, jovens de 16 e 17 anos	
05/1990	2680	Eleitores do Brasil	
08/1990	3643		
12/1990	3650		
18/08/1991			
31/01/1992			
26/05/1992	1217		
27/08/1992			
10/02/1994	2000		
15/03/1994			
19/07/1994			
29/11/1994			
01/12/1995			
02/1996	População acima de 16 anos do Brasil		
05/1996			
26/08/1996			
11/1996			
08/01/1997			
14/10/1997			
12/12/1997			
08/01/1998			
11/03/1998			
28/05/1998			
15/06/1998	2000		
30/06/1998			
21/07/1998			
25/08/1998	3000		
01/09/1998			
03/09/1998			
		População adulta do Brasil	



## Ficha Técnica

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>IBOPE</b>			
03 a 08/09/1998	2322	População adulta do Brasil	<p>Foram utilizadas amostras representativas da população em estudo, estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato. Os estratos considerados foram os estados brasileiros.</p> <p>As regiões metropolitanas e as capitais de cada estado entraram certamente (com probabilidade igual a 1) na amostra, com um número de entrevistas proporcional a suas respectivas populações. Dentro de cada estrato, nas regiões metropolitanas e nos demais municípios de cada estado, foram selecionadas amostras probabilísticas, de conglomerados em 3 estágios.</p>
18/09/1998	3000		
26/11/1998	2000		
03/1999			
12/05/1999			
13/07/1999			
16 a 20/09/1999			
25 a 29/10/1999			
11/1999			
15/08/2000			
14/10/2000			
07 a 11/03/2002			
14 a 18/03/2002	Eleitores do Brasil	<p>No primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os municípios que formaram a amostra pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), sendo a população de cada município tomada como base para tal seleção.</p> <p>No segundo estágio, dentro dos municípios selecionados no primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os setores censitários, onde as entrevistas foram realizadas, também pelo mesmo método (PPT).</p> <p>No terceiro estágio as pessoas a serem entrevistadas foram selecionadas dentro dos setores censitários utilizando quotas proporcionais segundo as seguintes variáveis:</p> <p style="padding-left: 40px;">Sexo: Masculino, Feminino. Grupo de idade: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, 70 anos e mais. Instrução: Até 4ª série do fundamental; 5ª a 8ª série do fundamental; Ensino Médio; Superior. Atividade: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.</p>	
08/04/2002			
10 a 14/04/2002			
15/05/2002			
17 a 19/05/2002			
27/05/2002			
29 a 01/06/2002			
11/06/2002			
12 a 16/06/2002			
04 a 07/07/2002			
12 a 14/07/2002			
21 a 23/07/2002			
27 a 29/07/2002	3000		
17 a 19/08/2002			
24 a 26/08/2002			
31/08 a 02/09/2002	2000	População de 16 anos ou mais	
14 a 16/09/2002			
28 a 30/09/2002			
12 a 14/10/2002	2002	Eleitores de 16 anos ou mais	<p>O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.</p> <p>Coleta de dados - Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.</p> <p>As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE Opinião, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.</p>
12/11/2002			
01 a 04/05/2003			
01/05/2003			
20 a 25/03/04			
17 a 21/06/2004			
24 a 29/11/2004			
10 a 14/03/2005			
02 a 06/06/2005			
09 a 13/06/2005			
14 a 18/07/2005			
13 a 17/08/2005			
08 a 12/09/2005			
11 a 13/10/2005			
03 a 07/12/2005			

## Ficha Técnica

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO</b>			
15 a 20/11/1997 6 a 14/12/1997	4935	Eleitores do Brasil	<p>Em entrevistas pessoais e domiciliares, ao todo foram aplicados 4.935 questionários estruturados, distribuídos em 226 municípios, atingindo 25 das 27 unidades da Federação (Amapá e Roraima foram excluídos do levantamento em função do peso residual de seu eleitorado <i>versus</i> o custo elevado da coleta naquelas regiões).</p> <p>A amostra foi ainda estratificada em cotas de sexo e idade (6 faixas etárias), de acordo com o perfil do eleitorado para cada porte e macrorregião que cada município deveria representar. Tendo como referência a base de dados do TSE (1996), os resultados finais nacionais aqui apresentados foram ponderados, portanto, (1) por sexo e idade do eleitorado, corrigindo eventuais arredondamentos das cotas e pequenas 'quebras' de campo, e (2) pelo peso eleitoral de cada estado e macrorregião, recompondo a proporcionalidade do conjunto, alterada pela expansão das amostras em São Paulo e Minas Gerais.</p> <p>Para contemplar o conjunto dos temas pretendidos, o questionário nacional foi subdividido em quatro, mantendo-se a aplicação das questões centrais em todas as versões. Com desenho amostral nacional de 2.700 entrevistas, a <i>margem de erro</i> para esses resultados gerais principais é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. A maior parte das demais perguntas foi aplicada em duas subamostras com desenho de 1.350 entrevistas, elevando a margem de erro para <math>\pm 3</math> pontos, e algumas questões abertas estiveram em apenas <math>\frac{1}{4}</math> dos questionários, ficando com margem de erro de <math>\pm 4</math> pontos. Nos três casos, considerando-se um <i>intervalo de confiança</i> de 95%.</p>

## Ficha Técnica

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>ESEB</b>			
31/10 a 28/12/2002	2513	População brasileira maior de 16 anos de idade.	<p>A amostra do ESEB representa a população brasileira maior de 16 anos de idade. As características do plano amostral são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- probabilística sem substituição;</li> <li>- três (3) estágios de seleção:</li> </ul> <p>Município (Unidade Primária de Amostragem), Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) e Domicílio (Unidade Terciária de Amostragem)</p> <p>Para o sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: norte, centro-oeste, nordeste, sudeste e sul. Também foram consideradas as 27 capitais como auto-representativas.</p> <p>Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- região norte;</li> <li>- região centro-oeste;</li> <li>- região nordeste;</li> <li>- região sudeste;</li> <li>- região sul e</li> <li>- as capitais.</li> </ul> <p>Margem de erro: 3 pontos percentuais Intervalo confiança: 95% Entrevistas domiciliares</p>

## Ficha Técnica

### Seção Corrupção

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>IBOPE</b>			
2 a 16/01/2006	2002	Eleitores de 16 anos ou mais	<p>O universo de eleitores é estratificado. Com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima que juntos constituem apenas um estrato, cada um dos demais estratos é composto por apenas um estado brasileiro.</p> <p>Uma vez que este Estado possui Região Metropolitana, o seu universo é estratificado em Região Metropolitana e Interior.</p> <p>Amostra - O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios.</p> <p>No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município.</p> <p>No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático.</p> <p>A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores.</p> <p>Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas abaixo.</p> <p>Variáveis para cotas amostrais:</p> <p>Sexo: Masculino e Feminino.</p> <p>Grupos de idade: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69 e 70 anos e mais.</p> <p>Instrução: Até 4ª série do ensino fundamental; 5ª a 8ª série do ensino fundamental; ensino médio e superior.</p> <p>Atividade: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.</p> <p>Fontes de dados para a elaboração da amostra: Censo 2000, PNAD 2004 e TSE 2004.</p> <p>Margem de erro - O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.</p> <p>Coleta de dados - Entrevistas pessoais com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas são realizadas por uma equipe de entrevistadores do IBOPE Opinião, devidamente treinada para abordagem deste tipo de público.</p>

# OPINIÃO PÚBLICA

2006 April/May

Vol. 12, nº 1

ISSN 0104-6276

## CONTENTS

	<i>Pág.</i>
<i>The contours of critical citizenship: exploring democratic legitimacy</i> Mitchel A. Seligson John A. Booth Miguel Gómez B.	01
<i>Determinants of Brazilian electors' attitudes towards privatization and public services</i> Elizabeth Balbachevsky Denilde Oliveira Holzacker	38
<i>On the real value of values: impact factors on attitudes of political tolerance</i> Eva-Maria Trüdinger	57
<i>Media and democracy in Brazil: relating media and political systems</i> Fernando Antônio Azevedo	88
<i>Right, left, and democracy: the political values of Paraná's representatives (1995-2002)</i> Renato M. Perissinotto Mariana B. Braunert	114
<i>Ideology and political parties: a study about coalitions in Santa Catarina</i> Yan de Souza Carreirão	136
<i>Political debates on internet: the civil conversation perspective</i> Francisco Paulo Jamil Almeida Marques	164
<b>TENDÊNCIAS</b> Data Report – vol. 12, nº 1	189



OPINIÃO PÚBLICA  
Campinas  
Vol. 12, nº 1 - p. 01-209  
2006 April/May  
ISSN 0104-6276





ISSN 0104-6276